

Volume 15 e Número 27 (2025.2)

ISSN - 2446-6298

SABER HUMANO

REVISTA CIENTÍFICA DA ANTONIO MENEGETTI FACULDADE



ANTONIO MENEGETTI FACULDADE

Saber Humano

Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti

E-ISSN 2446-6298
v. 15, n. 27, p. 01-04, jul./dez. 2025
Restinga Sêca, RS.



Saber Humano – Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti

Estrada Recanto Maestro, nº 338 | Distrito Recanto Maestro | Restinga Sêca- RS Cep: 97200-000

Tel. (55) 3289-1141 | (55) 3289-1139

saberhumano@faculdadeam.edu.br www.saberhumano.emnuvens.com.br/sh

Licença Creative Commons



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

É permitida a reprodução dos artigos desde que citada a fonte.

Os conceitos emitidos em cada artigo são de responsabilidade de seus respectivos autores.

APOIO:



Corpo Editorial

Editor-Chefe

Dr. Bruno Fleck da Silva, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil; Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC Camp, Campinas-SP, Brasil; Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Editora Adjunta

Dra. Patrícia Wazlawick, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Editor de Layout

Bel. Breno Prado da Silva, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Consultoria SEER/OJS

Lepidus Tecnologia, Brasil.

Conselho Editorial

Dra. Andrea Ad Reginatto, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dr. Bruno Fleck da Silva, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil; Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC Camp, Campinas-SP, Brasil; Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dra. Constança Terezinha Marcondes Cesar, Universidade Federal de Sergipe-UFS; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP, São Paulo-SP, Brasil.

Dr. Élsio José Corá, Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS, Porto Alegre-RS, Brasil.

Dr. Felipe da Veiga Dias, Faculdade Meridional-IMED, Passo Fundo-RS, Brasil.

Dr. Fernando do Nascimento Lock, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Esp. Horácio Chikota, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Dra. Leticia Lassen Petersen, Faculdade América Latina-FAL, Ijuí-RS, Brasil; Fundação Educacional Machado de Assis-FEMA, Santa Rosa-RS, Brasil.

Dra. Lisandra Manzoni Fontoura, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dra. Lisiane Pellini Faller, Faculdade Metodista de Santa Maria-FAMES, Santa Maria-RS, Brasil.

Me. Lúcio André Müller Lorenzon, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil; Universidade Luterana do Brasil-ULBRA, Santa Maria-RS, Brasil.

Dr. Marcos Cordeiro D'Ornellas, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dr. Mario Fernando de Mello, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dr. Rafael Padilha dos Santos, Università degli Studi di Perugia-UNIPG, Perugia-PG, Itália; Universidade Estatal de São Petersburgo-SPBU, São Petersburgo-Distrito Federal do Noroeste, Rússia; Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Me. Renato Preigschadt de Azevedo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre-RS, Brasil

Dr. Renato Kirchner, Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC Campinas, Campinas-SP; Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Dr. Ricardo Schaefer, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Dr. Siegfried Muñoz van Lamoén, Universidade de Playa Ancha de Ciencias de la Educación-UPLA, Valparaíso, Chile.

Me. Tais Andrade, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dr. Tommy Akira Goto, Universidade Federal de Uberlândia-UFU, Uberlândia-MG; Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC Campinas, Campinas-SP, Brasil.

Me. Vinícios Gonchoroski de Oliveira, Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, Santa Cruz do Sul-RS, Brasil.

Assessores Científicos/Avaliadores

Dra. Ana Marli Bulegon, Antonio Meneghetti Faculdade-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Dra. Andrea Ad Reginatto, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Me. Ariane Simioni, Universidade Federal de Pelotas-UFPel, Pelotas-RS, Brasil.

Dra. Clarissa Mazon Miranda, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Me. Elita Maria Bianchi Tessari, Faculdade América Latina-FAL, Ijuí-RS, Brasil.

Me. Felipe Dalenogare Alves, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Dr. Felipe da Veiga Dias, Faculdade Meridional-IMED, Passo Fundo-RS, Brasil.

Dr. Fernando do Nascimento Lock, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Me. Grasiela Lourenzon de Lima, Faculdades Santo Augusto-FAISA, Santo Augusto-RS, Brasil.

Dr. Jonábio Barbosa dos Santos, Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Campina Grande, PB; Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Campina Grande-PB; UNIFACISA, Campina Grande-PB, Brasil.

Dra. Leticia Lassen Petersen, Faculdade America Latina-FAL, Ijuí-RS, Brasil; Fundação Educacional Machado de Assis-FEMA, Santa Rosa-RS, Brasil.

Me. Marcia Zilio, Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS-Unijuí, RS, Brasil.

Dra. Patrícia Wazlawick, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Me. Paulo André Nogueira Lima, Faculdade de Balsas-UNIBALSAS, Balsas-MA, Brasil.

Me. Rafael Gomiero Pitta, Faculdade de Balsas-UNIBALSAS, Balsas-MA, Brasil.

Dr. Rafael Padilha dos Santos, Università degli Studi di Perugia-UNIPG, Perugia-PG, Itália; Universidade Estatal de São Petersburgo-SPBU, São Petersburgo-Distrito Federal do Noroeste, Rússia; Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Me. Renato Preigschadt de Azevedo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre-RS, Brasil.

Dr. Renato Kirchner, Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC Campinas, Campinas-SP; Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Me. Rosane Maria Neves, Instituto Federal de Santa Catarina-IFSC-Campus Gaspar, Gaspar-SC, Brasil.

Me. Vinícios Gonchoroski de Oliveira, Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, Santa Cruz do Sul-RS, Brasil.

Saber Humano: Revista Científica da Antonio Meneghetti
Faculdade – v. 15, n. 27, p. 01-04, jul./dez. 2025 –
Restinga Sêca: Antonio Meneghetti Faculdade, 2025. 197 p.:
il.

Semestral

A partir de 2014, a Saber Humano: Revista Científica da Antonio Meneghetti Faculdade publicada de 2011, Vol. 1, n. 1 até o ano de 2013, Vol. 13, n. 23, em formato impresso, passou a publicar apenas na versão On-line.

Modo de acesso World Wide Web:
<<http://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/index>>.

ISSN: 2178-7689

E-ISSN: 2446-6298

Qualis B2. 1. Ontopsicologia 2. Administração 3. Sistema de informação
4. Direito 5. Educação I. 6. Interdisciplinar. 7. Filosofia. Faculdade
Antonio Meneghetti Bibliotecário Responsável: Pietra Gomes
Ramires. CRB- 10/2755

Editorial



Prezado leitor,

Com satisfação, a **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti (ISSN 2446-6298)** apresenta à comunidade acadêmica e público em geral sua edição de **volume 15 e número 27** referente ao segundo semestre de 2025. São, ao todo, onze textos inéditos são apresentados e fazem diálogo com variadas realidades da produção acadêmica.

A seção de Educação é composta por dois artigos. O primeiro texto, intitulado: ***O potencial da História da Educação e da memória na atuação do professor***, de autoria de Mário Miguel Vemba. O estudo centra-se na análise acerca do potencial da História da Educação e da memória, no processo de atuação do professor, face ao processo de ensino. O segundo artigo, intitulado: ***Estágio em ambiente não escolar: o incentivo à literatura infantil***, de autoria de Emanuely Stefanello Bulegon, Maria Eduarda Panerai Turchiello, Aline Rosângela Borth e Daiani Clesnei da Rosa. O estudo descreve a experiência e a pesquisa teórica realizada no componente curricular de estágio do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Antonio Meneghetti Faculdade em espaços não escolares. O estágio foi realizado em grupo, em um espaço *Kids*, por meio de uma oficina, no primeiro semestre de 2022, em um Resort localizado no Recanto Maestro, situado na região central do Estado do Rio Grande do Sul. Para a realização da prática foi empregado a literatura infantil como principal instrumento da oficina. Assim, a partir da prática, as acadêmicas tiveram a possibilidade de ampliar os embasamentos teóricos frente ao estágio não escolar, além disso, foi possível conhecer novos ambientes de atuação, diferentes práticas pedagógicas, principalmente no que se refere a literatura infantil e novas maneiras de abordar as temáticas presentes na atualidade.

A seção de Administração possui 3 artigos. O primeiro, de autoria de Stephannie Louyse Dantas de Medeiros e João Florêncio da Costa Júnior, é intitulado: ***Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e trabalho remoto: uma exploração autoetnográfica na era do teletrabalho***. O estudo refletiu como o trabalho remoto afeta os colaboradores com TDAH, reconhecendo a escassez de estudos acadêmicos sobre essa relação. Observou-se que o teletrabalho, impulsionado pela pandemia de COVID-19, apresenta desafios como isolamento social, fronteiras difusas entre vida pessoal e profissional, dificuldades na gestão do tempo e sentimentos de alienação, exacerbando esses desafios para aqueles com TDAH. O segundo artigo, intitulado: ***Resiliência individual e organizacional: uma análise das pesquisas científicas na última década***, de autoria de Raul Thiarles da Silva e Patrínês Aparecida França Zonatto. O artigo verificou o avanço das pesquisas científicas sobre o tema resiliência individual e organizacional de 2012 a 2022. Os principais resultados encontrados demonstram a escassez de trabalhos sobre a temática, tal como a importância dos estudos já existentes e suas contribuições, além da elucidação quanto a diversidade de aplicação referente a áreas as quais a resiliência pode ser inserida, como também seu

conceito e relevância para o indivíduo e para o todo. O terceiro artigo da seção é intitulado: ***Explorando os benefícios e desafios da adoção de sistemas ERP: uma análise em uma empresa do setor salineiro***, de autoria de Rosicleide Oliveira, Rayssa Oliveira, Daniela Pegoraro, Luis Felipe Dias Lopes e Larissa Karoline Souza Silva. O estudo teve como objetivo identificar os benefícios e desafios decorrentes da adoção de sistemas ERP's para a gestão empresarial de uma empresa do setor salineiro.

A terceira seção, interdisciplinar, é composta por 3 artigos, sendo o primeiro intitulado: ***Compreensões interdisciplinares sobre o envelhecimento: interfaces psicológicas, biológicas e sociais***, de autoria de Dante Ogassavara, Amanda Azevedo de Carvalho, Thais da Silva-Ferreira, Adriana Machado Saldiba de Lima, Jeniffer Ferreira-Costa, Nathalia Batista Ferreira Escobar e José Maria Montiel. O estudo objetivou discutir as expressões multidimensionais do envelhecimento características do curso normativo do envelhecer, sob uma ótica interdisciplinar. O segundo artigo da seção, é intitulado: ***A Criatividade e a Constituição de si-mesmo em Winnicott***, de autoria de Raphaela de Jesus Correia e Daniel França Stanchi. O artigo introduz uma concepção da Psicanálise de Donald Winnicott (1896-1971) acerca do *viver criativo* e seus desdobramentos na pessoa humana. Essa discussão compreende como a *criatividade*, apresentada por Winnicott, é fundamental no processo de constituição do *si-mesmo* e de como a presença de uma outra pessoa é fundamental para que a *criatividade* possa emergir no ser humano. E como o ambiente externo pode afetar a dimensão criativa do ser humano e sua capacidade de sentir que a vida vale a pena a ser vivida. O último artigo da seção, de autoria de Eraldo Carlos Batista, está intitulado: ***A Psicoterapia Existencial e a Constituição do Eu***. A psicoterapia existencial é uma abordagem terapêutica que tem como finalidade ajudar o paciente a encontrar o sentido da sua existência e a compreender os seus conflitos. O objetivo deste estudo foi conhecer os fundamentos dessa abordagem e sua contribuição na constituição do sujeito.

A seção de Filosofia é a última da presente edição e possui três textos originais. O primeiro, de autoria de Igor Nascimento, está intitulado: ***Regras, razões e respostas: Rawls, Cavell e a relação entre regras e moralidade***. Visando explorar melhor a filosofia prática de Stanley Cavell, o presente texto retoma um debate central do autor com o filósofo John Rawls. A análise culmina numa aproximação dessas reflexões com o perfeccionismo, propondo tal perspectiva moral como capaz de lidar bem com as questões apresentadas. O segundo artigo da seção está intitulado: ***A proposta do panpsiquismo como alternativa cosmológica frente à crise do pensamento ocidental***, de autoria de Gian Carlos Galhardo. O estudo examina o panpsiquismo como alternativa cosmológica frente à crise do pensamento ocidental moderno. A partir de uma leitura articulada de David Skrbina (2005), Arne Johan Vetlesen (2019) e William Seager (2020), argumenta-se que o paradigma mecanicista e antropocêntrico falhou tanto em explicar a mente quanto em sustentar uma relação ética com o mundo natural. Skrbina reconstrói o panpsiquismo como metateoria da mente, capaz de superar os limites do fisicalismo e do dualismo; Vetlesen conecta a questão ao Antropoceno, propondo o panpsiquismo como condição para uma ecologia pós-antropocêntrica; e Seager oferece

uma defesa sistemática da consciência como aspecto fundamental da realidade. Em conjunto, esses autores revelam o potencial do panpsiquismo para redefinir a filosofia da mente, a ética ecológica e a cosmologia contemporânea, abrindo espaço para novas formas de historicidade e de coexistência sensível entre humanos e não humanos. O último artigo, intitulado: *Elementos da Justificação Kantiana do Estado de Direito na Metafísica dos Costumes: silogismo prático, contrato originário, liberdade e princípios do direito*, de autoria de Tiago Felipe Ambrosini. O artigo examina a fundamentação kantiana do Estado de Direito a partir da *Doutrina do Direito da Metafísica dos Costumes*. Kant propõe que o estado jurídico não é um fato empírico, mas uma exigência racional derivada do postulado do direito público e da liberdade externa. O artigo conclui que a liberdade externa, entendida como autonomia sob leis públicas, representa a base última do Estado de Direito, cuja legitimidade repousa na razão prática e não em convenções empíricas. Assim, Kant não busca explicar a origem do Estado, mas sua justificação normativa enquanto instância legítima de coerção racional.

Desejamos ao leitor uma profícua leitura, bem como, agradecemos o contínuo trabalho de excelência realizado pelos avaliadores e toda a equipe editorial da Saber Humano: *Revista Científica da Antonio Meneghetti Faculdade* e nosso especial agradecimento aos autores que aqui tiveram seus textos publicados.

Cordiais Saudações

Prof. Dr. Bruno Fleck da Silva, editor-chefe.



O potencial da História da Educação e da memória na atuação do professor

Mário Miguel Vemba¹

Resumo: Este artigo centra-se na análise acerca do potencial da História da Educação e da memória, no processo de atuação do professor, face ao processo de ensino, na área da educação. A metodologia seguiu uma abordagem descritiva e analítica, sustentada pela pesquisa bibliográfica. Estruturalmente, dividimos a abordagem em três partes, sendo que, na primeira, apresentamos uma análise sobre o surgimento da História da Educação como conhecimento necessário para a formação e atuação do professor, incluindo as circunstâncias que o favoreceram. Na segunda parte, sustentamos o potencial da História da Educação, como um saber docente e recurso importante para a atuação do profissional de ensino, mormente na abordagem das questões educacionais. Na terceira parte, sustentamos o potencial da memória, como outro recurso que auxilia a História da Educação, tendo em conta a importância da mesma no processo de retorno ao passado, quando o professor, procura buscar referências para o presente. Entendemos que ao embarcar no processo de retorno ao passado, o professor pode combinar os dois referidos recursos, no intuito de mobilizar argumentos, evidências e experiências para embasar e enriquecer a sua abordagem. Concluímos realçando que a História da Educação, assim como a memória são recursos importantes que podem ajudar o professor no exercício da sua atividade de ensino, uma vez que lhe possibilitam um olhar sobre o passado e ampliar o repertório de argumentos, no sentido de possibilitar uma melhor compreensão e esclarecimentos sobre o presente.

Palavras-chave: história da educação; memória; atuação do professor; processo de ensino.

The potential of the History of Education and of memory in teaching practice

Abstract: This article focuses on analyzing the potential of the History of Education and of memory in teaching practice within the educational process. The methodology followed a descriptive and analytical approach, supported by bibliographic research. Structurally, we divided the discussion into three parts. In the first, we present an analysis of the emergence of the History of Education as knowledge necessary for teacher training and professional practice, including the circumstances that favored it. In the second part, we highlight the potential of the History of Education as a form of teaching knowledge and as an important resource for professional practice, particularly in addressing educational issues. Finally, in the third, we stress the potential of memory as another resource that complements the History of Education, considering its importance in the process of returning to the past, when teachers seek references to guide the present. We understand that by engaging in the process of returning to the past, teachers can combine these two resources in order to mobilize arguments, evidence, and experiences that support and enrich their approach. We conclude by emphasizing that both the History of Education and memory are essential resources that can assist teachers in their teaching activity, as they provide a perspective on the past and broaden the repertoire of arguments, thus enabling a better understanding and clarification of the present.

Keywords: history of education; memory; teacher performance; teaching process.

El potencial de la Historia de la Educación y la memoria en la actuación del profesor

Resumen: Este artículo se centra en el análisis del potencial de la Historia de la Educación y la memoria en el proceso de actuación del profesor, frente al proceso de

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor no Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED / Angola). E-mail: mariovemba76@gmail.com

enseñanza. La metodología siguió un enfoque descriptivo y analítico, respaldado por la investigación bibliográfica. Estructuralmente, dividimos el enfoque en tres partes, en la primera de las cuales presentamos un análisis sobre el surgimiento de la Historia de la Educación como conocimiento necesario para la formación y el desempeño del profesor, incluyendo las circunstancias que lo favorecieron. En la segunda parte, defendemos el potencial de la Historia de la Educación como conocimiento docente y recurso importante para la actuación del profesional de la enseñanza, sobre todo en el enfoque de las cuestiones educativas. En la tercera parte, defendemos el potencial de la memoria como otro recurso que ayuda a la Historia de la Educación, teniendo en cuenta su importancia en el proceso de retorno al pasado, cuando el profesor busca referencias para el presente. Entendemos que al embarcarse en el proceso de retorno al pasado, el profesor puede combinar los dos recursos mencionados, con el fin de movilizar argumentos, evidencias y experiencias para fundamentar y enriquecer su enfoque. Concluimos que la Historia de la Educación, al igual que la memoria, son recursos importantes que pueden ayudar al profesor en el ejercicio de su actividad docente, ya que le permiten mirar al pasado y ampliar su repertorio de argumentos, con el objetivo de facilitar una mejor comprensión y aclaración del presente.

Palabras clave: historia de la educación; memoria; actuación del profesor; proceso de enseñanza.

1 Introdução

A complexidade e responsabilidade da atividade profissional do professor, exigem dele, conhecimentos que lhe permitam uma melhor atuação. Deste modo, trata-se de conhecimentos ou saberes específicos e característicos da sua profissão. Autores que escreveram sobre os conhecimentos ou saberes necessários para a atuação do professor, como é o caso, por exemplo, de Tardif (2002), o autor classificou-os em pedagógicos, curriculares, disciplinares e experienciais. Tardif considera que estes saberes, não só envolvem a profissão do professor, mas que ele precisa apropriar-se deles para a sua prática.

Todavía, a par dos saberes observados por este autor, existem outros que emergem das disciplinas, como as das áreas das Ciências Humanas e Sociais, para ampliar os horizontes de atividade científica e docente, permitindo com que o professor, ao recorrer ao passado, segundo uma perspectiva histórica, busque referências para teorizar, problematizar e dar explicações sobre o fenômeno educativo, incluindo a sua própria inserção no mundo, como ser humano e cidadão.

De acordo com essa perspectiva, no auge de eventos que, no século XVIII promoveram a reestruturação e organização da função e do perfil da escola, surgiu no século XIX, a História da Educação, como uma disciplina, do ponto de vista da formação profissional, voltada precisamente a conduzir os professores a criticar o passado, explicar o presente, e do ponto de vista social, conduzi-lo a perceber-se não só como profissional, mas como ator histórico, ajudando-o, deste modo, a despertar uma consciência histórica de si, do

mundo e dos outros (Anjos, 2020). A disciplina tem, no seu escopo, a formação do professor, fornecendo-lhe conhecimentos para que ele possa atuar, com responsabilidade, no exercício da prática docente. Assim, considerando o raciocínio de que o professor precisa mobilizar conhecimentos para a sua atuação profissional, neste artigo, sustentamos a História da Educação, como um recurso importante para a atuação do professor, no processo de ensino, na área da educação.

Paralelamente a História da Educação, trazemos, de igual modo a memória, atendendo que, conforme referimos, uma vez que o professor precisará em algum momento da sua atividade, fazer um retorno ao passado para contextualizar a sua abordagem, a memória, apresentámo-la aqui, como pressuposto de que ela seria um aliado fundamental da História da Educação, nesse processo de retorno ao passado, no sentido de ambos auxiliarem o professor, na teorização, na problematização e na explicação do fenômeno educativo, no decurso do seu exercício profissional, na sala de aula.

É importante deixar claro de que diferente da História da Educação, a memória não é um conhecimento, mas sim, a base dele, por permitir a conservação e a eternização do conhecimento. Por meio da memória, o professor pode trazer para o centro das discussões, entre outros, as percepções, experiências e conhecimentos do passado. Como nos diz Machado e Neves (2015, p. 2) “[...] a memória pode mobilizar e colocar os professores em um movimento retrospectivo em que a rememoração pode ser potencializadora também de uma visão prospectiva sobre a sua atividade docente”.

O objetivo deste artigo é analisar o potencial da História da Educação e da memória no processo de atuação do professor, face ao processo de ensino. Como metodologia, este artigo centra-se numa abordagem descritiva e analítica, tendo como suporte a pesquisa bibliográfica, dividimos a abordagem em duas partes. Na primeira, sustentamos o potencial da História da Educação como conhecimento fundamental da profissão docente e que se constitui como um recurso importante para analisar as questões educacionais, sob a perspectiva histórica.

Na segunda parte, sustentamos o potencial da memória como recurso importante na interpretação e reconstrução do passado. Assim, consideramos o conhecimento dos dois elementos, como uma competência necessária ao professor, pelo fato de lhe permitir a mobilização do saber e a capacidade de recorrer ao que se sabe para explicar o que se deseja, numa espécie de mediação. Embora sustentarmos a História da educação e a memória, como sendo aliados, neste artigo a contribuição de cada um deles é analisada de forma separada, ainda que existam autores que incluem a memória como uma das categorias da História da Educação. A título de exemplo, Santos (2007), considera a História da Educação como área

de ensino e investigação dedicada à interpelação e problematização do passado educativo por meio de três categorias, dentre elas a memória.

Entretanto, seja como for, ao longo do texto sustentamos como os dois elementos são fundamentais na atuação do professor. Consideramos relevante essa abordagem por entendermos que, por meio dela, será possível compreendermos a contribuição da História da Educação e da memória no processo de atuação profissional do professor, quando utilizados por ele, no intuito de recuperar o passado, teorizá-lo e problematizá-lo ou explicá-lo, para uma melhor compreensão do presente e apresentação de projetos para o futuro.

2 O surgimento da História da Educação como conhecimento necessário para a formação e atuação do professor

Iniciativas no campo da educação e da escola, como a reestruturação e organização da função e do perfil da escola, os estudos pedagógicos, os processos educativos, entre outros, no século XVIII (Silva; Aguilar, 2020), são apontados como fatores que favoreceram o surgimento da História da Educação, como conhecimento necessário para os professores, no século XIX. Um aspecto digno de realce é que, as referidas iniciativas, levaram a uma nova compreensão do referido século, passando este a ser considerado como o século da pedagogia (Cambi, 1999).

Partindo deste entendimento sobre aquele século, a História da Educação como disciplina escolar surge, segundo Nunes e Carvalho, (2005, p. 20), “[...] forjada pela defesa da necessidade de um ensino sistemático da pedagogia, que se iniciaria justamente com a sua própria história e arte de ensinar”; ou ainda, como diz Nóvoa (1994, p. 16), pela necessidade do “[...] esforço de cientificação da pedagogia”.

Em relação ao que é referido pelos primeiros autores, o surgimento da História da Educação, justifica-se pela necessidade de se desenvolver técnicas e instrumentos pedagógicos, bem como na necessidade de se assegurar a reprodução das normas e dos valores, próprios da profissão docente. Quanto ao que é referido pelo segundo autor, como justificação, a História da Educação, foi abandonando o seu papel de disciplina que permite reconstruir a historicidade do processo educativo e do esforço de teorização pedagógica, para se transformar numa evocação descritiva de fatos, ideias e práticas para consumo dos futuros professores.

A pedagogização do século XIX, certamente, exigiria a intervenção de professores para a formação de cidadãos, para darem respostas às exigências do novo século, assim como

a promoção da cultura e dos valores exigidos. Assim, a formação de professores adquiriu uma grande importância que, ao longo do século XIX, justificava-se, segundo Nóvoa (1994), em grande medida, pela urgência de preparar profissionais que pudessem dar corpo aos novos desafios da educação.

De acordo ainda com o autor, os próprios professores foram protagonistas da importância que seria dada à preparação de professores e a melhoria do seu estatuto sócio profissional. Ou seja, os professores passaram a invocar um conjunto de fatores para justificarem a razão em que se deveria atribuir importância à preparação de professores e melhorar o seu estatuto sócio profissional. Nesse sentido, Nóvoa (1999), observa que os professores utilizam os seguintes argumentos: a sua ação educativa possuía um caráter especializado; outro argumento é que eles realizavam um trabalho de relevância social. Dada a sua pertinência, a História da Educação teria adquirido um estatuto ímpar no seio de muitos programas de formação de professores, sendo a disciplina com maior carga horária.

Com base ainda nos argumentos do autor, a título de exemplo, podemos apontar duas razões que justificavam a atribuição de um estatuto ímpar e maior carga horária à História da educação. A primeira, ela passou a fornecer exemplos do que os professores devem e não devem fazer no exercício da profissão docente; a segunda, passou a vigorar o entendimento de que a narrativa histórica por meio da História da Educação, competiria reforçar a convicção dos professores de que a escola é o fator essencial do progresso.

Tendo como ponto de partida as duas referidas razões, Martinho (2000, p. 11), afirma que, logo a seguir a inserção da História da Educação nos currículos, passou-se a chamar a atenção para a “[...] importância de compreender os princípios, as experiências, os sucessos e as decepções dos educadores do passado”. Ainda em relação à chamada de atenção, Nóvoa (1994, p. 14), ressalta que “[...] pouco a pouco, a História da Educação transformou-se num instrumento de legitimação das ideias presentes dos educadores, numa espécie de receituário de ensinamentos, expondo as práticas a adotar ou a evitar”. Ou seja, ela seria incorporada para se ajuntar às aprendizagens práticas e metodológicas nos planos de estudo da formação de professores.

Como podemos compreender, estava-se diante da exigência de uma institucionalização, formação e especialização de professores que, por sua vez, exigiria, segundo Nóvoa (1999, p. 18) “[...] o desenvolvimento das técnicas e dos instrumentos pedagógicos, bem como a necessidade de assegurar a reprodução das normas e dos valores próprios da profissão docente [...]”. Nesta fase, a História da Educação, vai desempenhar um papel significativo na formação de professores como disciplina voltada a evocação descritiva

de fatos, ideias e práticas para o consumo deles.

A ideia do recurso à História da Educação como componente essencial para preparação e atuação de professores, foi amplamente reconhecida e apoiada por meio de argumentos apresentados no final do século XIX e início do século XX, por educadores daquela época, como é o caso, por exemplo, de Georges Dumesnil (1855-1916), David L. Kiehle (1837-1918), Jules Paroz (1824-1906), Adolfo Coelho (1849-1919). Acerca da necessidade da História da Educação para a atuação dos professores, destacamos os argumentos de Georges Dumesnil e David L. Kiehle.

Segundo Nóvoa (1999, p. 12), em 1888 Dumesnil afirmava que “[...] os professores que refletiram sobre a teoria e sobre a filosofia da sua profissão estão mais aptos para resolver as dificuldades práticas com que se deparam no campo da educação”. Em 1901, Kiehle viria afirmar que:

É possível ser um bom professor sem ter qualquer conhecimento da história da educação, do mesmo modo que um cidadão leal pode não conhecer a história do seu país. Este pode ser um especialista político, mas não será um estadista. Aquele pode ser um professor, mas não será um educador (Nóvoa, 1999, p. 12).

Ainda sobre a necessidade da História da Educação, na preparação dos professores, autores contemporâneos também comungam a mesma percepção dos autores anteriormente referidos. Martinho (2000, p. 11), ao referir-se da História da Educação como estudo histórico afirma que “[...] o estudo histórico permitirá, assim, guiar o professor nos melhores métodos e ideias, pois a maior parte já foi aplicada no passado e é possível saber quais os que falharam e quais os que tiveram sucesso”. Fernandes (2009), por seu turno, entende que:

Os professores terão na construção e no conhecimento do campo da História da Educação uma oportunidade privilegiada de se reverem a si próprios, às suas práticas, às suas culturas profissionais, às suas instâncias associativas e conviviais em que se forjam e continuam a forjar-se os seus saberes e valores (Fernandes, 2009, p. 245).

Diante destas expressões é possível percebermos a relevância atribuída a História da Educação, na preparação e atuação do professor. É por meio deste entendimento que diríamos que, quando se pensa sobre o lugar da História da Educação na formação do professor, a primeira ideia sustentada é de que ela é indispensável. Fernandes (2009), ao fazer uma abordagem sobre o lugar atribuído a História da Educação, na preparação do professor, recorreu inicialmente às palavras de Alberto Pimentel Filho, para demonstrar que ela seria um dos elementos indispensáveis da “propedêutica pedagógica”. Ao corroborar com este

entendimento, o autor considera que a História da Educação ocupa o lugar de preparar profissionalmente os professores.

Paralelamente a necessidade da História da Educação, para a preparação dos professores, ainda nos finais do século XIX, surgiram autores e pedagogos que expressaram a importância da mesma para a abordagem e análise dos fatos educacionais, no geral, pelo professor. Por exemplo, o pedagogo suíço, Jules Paroz (1824-1906) e o pedagogo e filósofo português, Adolfo Coelho (1849-1919), são nos exemplos de referência significativa. Na ocasião, Paroz (1881) afirmava o seguinte:

Se queremos fazer progressos conscientes e seguros do ponto de vista pedagógico, temos de nos aconselhar com a história. Enquanto a desvalorizamos, continuaremos a girar no círculo estéril do empirismo, a esgotar-nos em tentativas infrutíferas e a seguir teorias incertas e perigosas (Paroz, 1881, p. 2).

Na mesma linha de pensamento, por sua vez, Adolfo Coelho (1973, p. 37), refere que “[...] só se conhece bem no complexo das instituições humanas (e a educação é por certo a primeira dessas instituições) o que se conhece historicamente”. Certamente que na recomendação de Jules Paroz e de Adolfo Coelho está implícita a ideia na qual, o estudo do passado permite compreender o presente e fazemos uma previsão do futuro. Dito de outro modo, percebemos aqui a existência da crença sobre a importância da História da Educação na intervenção do professor no processo pedagógico e educacional. Ou seja, a crença na importância da História da Educação como componente pedagógico, capaz de fornecer elementos essenciais para o exercício prática docente, assim como os valores educacionais necessários à formação da ética e da identidade profissional do professor.

Entre os autores mais recentes que analisam este assunto, Galvão e Lopes (2010) entendem que a História da Educação pode servir para compreender o presente e intervir no futuro por meio do estudo do passado, não repetindo os erros cometidos. Deste modo, tanto na expressão de Paroz, como na expressão de Martinho e de Galvão e Lopes, percebemos que existe uma evidência de se atribuir à História da Educação, um certo papel, numa espécie de guia do professor, no sentido de que ele possa orientar-se no exercício da sua profissão.

Ao se dar crença aos argumentos suscitados sobre a importância da História da Educação na atuação do professor, Nóvoa (1994), observa que, de início, ela incidiu sobre a evolução do tempo dos princípios educativos, apresentando-se como uma reflexão teórica sustentando que, para se entender a educação, se deveria partir do seu tempo histórico. Por sua vez, o fundamento da ciência pedagógica deveria ter como base a história. E por se falar

do ofício e da prática do profissional da educação, quanto ainda ao domínio que lhe é necessário, para além do domínio do processo histórico da educação e da profissão de professor, Ragazzini (1999), afirma que,

Se a ideia de ensino é uma ideia elevada, que, ao lado de competências operativas de primeiro nível, prevê a presença de competências de segundo nível, de projeção e controle da própria atividade específica, não se pode não prever também capacidade – de terceiro nível – de análise crítica e de orientação do próprio agir escolar [...] (Ragazzini, 1999, p. 28).

Conforme os argumentos têm demonstrado desde o início deste artigo, é convicção nossa de que este terceiro nível que o autor se refere, isto é, o de análise crítica e de orientação do próprio agir escolar para o profissional de educação, a História da Educação se revela como um recurso profícuo para a construção desta competência. É esta uma das funções que vai determinar o lugar desta disciplina como indispensável na atuação do professor.

Com tudo o que descrevemos, podemos considerar que a História da Educação, como disciplina necessária para a preparação do professor, constituiu-se por meio de um processo que podemos considerar gradual, progressivo e evolutivo, que hoje acabou ganhando outros contornos, que transcenderam o campo disciplinar. Em termos de contornos que a disciplina ganhou, importa assinalarmos como a História da Educação é hoje entendida como disciplina. De acordo com Vieira (2010, p. 3), como disciplina, a História da Educação é hoje entendida como um espaço de reflexão que visa “[...] desnaturalizar a cultura e os seus processos de transmissão, de modo a produzir explicações sobre os momentos e os contextos que foram determinantes na estruturação dos modelos de educação predominantes”.

3 A História da Educação entre os saberes docentes

Como disciplina fundamental na atuação do professor, a História da Educação constituiu-se, evidentemente, num saber docente. Se buscarmos a lógica dos grupos de saberes docentes, abordados por Tardif (2002), dos quais, saberes pedagógicos, curriculares, disciplinares e experienciais, numa primeira acepção, podemos integrar a História da Educação, nos saberes pedagógicos. Neste grupo, ela ser entendida sob duas perspectivas: a primeira, como concepção proveniente de reflexões sobre a prática educativa; a segunda, como reflexão racional e normativa que conduz a orientação da atividade educativa.

Como reflexão racional e orientação da atividade educativa, na sua dimensão de conhecimento histórico, a História da Educação, como propõe Ragazzini (1999) é

fundamental como um dos pressupostos da contextualização e problematização dos fenômenos educativos, assim como do papel e da condição profissional. Numa breve locução, Felgueiras (2006, p. 30), afirma que ela “[...] pode dar uma base de verificação para a análise dos problemas [...]”, entendidos aqui como os problemas da educação, ensino e aprendizagem.

Ainda no sentido da reflexão racional, Dalbosco (2023) corrobora a ideia na qual o conhecimento histórico que emerge da História da Educação pode permitir com que o professor amplie os horizontes de sua atividade científica e docente, garantindo-lhe a capacidade de ver as mesmas coisas e os mesmos problemas sob perspectivas mais amplas e plurais. Na mesma vertente, Felgueiras (2006), ao referir-se do referido conhecimento, a autora afirma que a sua função social, consiste no estímulo intelectual dos indivíduos.

É importante considerarmos que o professor, além de ser um profissional, é antes de mais nada, um ser humano. É a partir desta sua condição que precisamos acrescentar de que, o conhecimento histórico, para além de permitir-lhe a ampliação dos horizontes da atividade científica e docente, permite-lhe, de igual modo, conforme argumenta Dalbosco (2023), problematizar sua inserção no mundo como ser humano e cidadão. Ou ainda, transformar-lhe o entendimento e forjar-lhe outra concepção do mundo, conforme refere Felgueiras (2006). Sob essa perspectiva, o professor estaria diante de uma apropriação do saber experiencial, tendo em conta que o referido saber, segundo Tardif (2002, p. 39), além de se basear na experiência do trabalho cotidiano do professor, baseia-se de igual modo, “[...] no conhecimento de seu meio”.

Partindo de igual modo, na categorização dos saberes docentes apresentados por Tardif (2002), numa segunda acepção, podemos ainda integrar a História da Educação, nos saberes curriculares do docente. Para o referido autor, estes saberes correspondem, entre outros, aos discursos que a instituição escolar apresenta, os saberes sociais definidos e selecionados como modelos de formação. No caso da História da Educação, temos, por exemplo, o discurso historiográfico, que permite uma abordagem historiográfica das práticas educativas.

O discurso historiográfico configura-se como um importante instrumento para prestar explicações de natureza educacional, dando lugar a abordagem historiográfica. Magalhães (1998), observa que a abordagem historiográfica se revela das mais fecundas quando se intenta a explicação da complexidade educacional, pois que, sendo a reflexão educativa uma condição necessária e fundamental para a ação, os sujeitos são desafiados a raciocinarem e agirem por analogia com experiências do seu próprio passado.

Com base na ideia de Magalhães é possível afirmarmos que, do discurso

historiográfico, deriva o estímulo do raciocínio e da ação dos profissionais envolvidos no campo da educação. Não simplesmente o estímulo do raciocínio e da ação, mas também, a vinculação deste seu raciocínio e ação com a experiência do passado. Para estes profissionais, a referida vinculação com o presente, poderia ser entendida como um princípio atrelado à responsabilidade de tornar mais inteligível as questões do campo em que eles atuam.

Para o mesmo autor, por meio do discurso historiográfico, a História da Educação tem se revelado mais adequada à representação da ação educativa em relação às outras vias discursivas centradas na observação, experimentação, medição e generalização, o que faz dela,

[...] recurso comum aos práticos e aos teóricos, uns e outros necessitados, ou de influenciarem o presente a partir de lição do passado, ou de enquadrarem numa lógica evolutiva os princípios, as premissas e as hipóteses de trabalho que projetam (Magalhães, 1998, p. 12).

A narrativa da História da Educação dá-nos evidências que por si mesmas a confirmam como saber docente de natureza curricular, pela articulação da sua narrativa com os métodos de ensino, para apresentar os saberes sociais. É possível fazermos esta afirmação quando observamos que por meio desta ciência, o professor encontra a possibilidade de entrelaçar o contexto sócio histórico da organização do processo educativo, com o contexto social (Afonso, 2016). Ou seja, por meio da sua narrativa, ele encontra a possibilidade de fazer um cruzamento entre métodos e técnicas de ensino, com as trajetórias e condição social das populações escolarizadas, a inserção espacial da escola e identidades profissionais dos atores educativos. Este exercício se constitui fundamental na atuação do professor.

Podemos ainda sustentar a História da Educação, como saber docente, por meio das suas funções como ciência, evidenciadas nos conceitos de História da Educação, segundo alguns autores. Giles (1987, p. 1), define a História da Educação como “a ciência que ajuda a formar uma visão crítica das diversas tradições educativas”. O autor acrescenta ainda que a História da Educação é também “[...] busca, investigação e procura sistemática com o intuito de tornar o presente mais inteligível”. Na visão de Santos (2007, p. 232), por História da Educação entende-se a designação comumente usada para “[...] indicar a área de ensino e investigação dedicada à interpelação e problematização do passado educativo em função de três categorias irredutíveis: a temporalidade, a facticidade e a memorialidade”. Na mesma ordem de ideias, Magalhães (2011, p. 9), sublinha que “[...] a História da Educação cumpre funções de informação, formação, investigação, [...]”.

Analisando as funções e os papéis atribuídos à História da Educação, a partir da

abordagem dos autores que acabamos de citar, encontramos vários elementos que operacionalizam a atuação do professor, tendo em conta que tais funções e papéis, para além de ajudarem o professor, na compreensão do passado, também, instigam-lhe a certos atos que se constituem necessários à sua atuação no exercício da sua atividade de ensino. Partindo da perspectiva dos autores citados, a título de exemplo, seriam os seguintes atos: estabelecer uma visão crítica, investigar, interpelar, problematizar, os quais retiram o professor da condição de um ser passivo e desprovido da consciência de sua situação no mundo e conferem-lhe a condição de mudança.

Num estudo desenvolvido por Vemba (2025), sobre a pertinência da História da Educação para o professor, os resultados apuraram cinco dimensões que representam a sua pertinência, a saber: História da Educação, permite ao professor, (1) o embasamento da profissão docente; (2) a compreensão da historicidade da escola e da educação; (3) a reflexão crítica e capacidade analítica; (4) a consciência histórica/ pensar com historicidade; (5) a desnaturalização da educação e da escola.

Em relação à primeira dimensão, verificou-se que a História da Educação é pertinente porque oferece bases para a formação e profissionalização docente. Essa visão é também defendida pelos autores, como, por exemplo, Nóvoa (1999), que afirma que a História da Educação oferece ao professor, conhecimentos para formar a sua cultura profissional; e ainda os autores como Escolano Benito (1994) e Fernandes, (2009), que a consideram como propedêutica pedagógica para a formação do professor.

Na segunda dimensão, sobressai o entendimento de que a História da Educação é pertinente, visto que, por meio dela, os professores têm o privilégio de pensarem a educação e a escola a partir de uma certa historicidade. Este entendimento converge com o autor como, Fernandes (2009), o qual, na sua perspectiva, a História da Educação pode ajudar a entender a escola de hoje por meio da revisitação do passado. De igual modo, por meio da mesma revisitação, Anjos (2020), entende que a História da Educação, pode ser o estudo da história da escola em sentido restrito e estudo da educação em sentido amplo.

Quanto à terceira dimensão de pertinência, a da reflexão crítica e capacidade analítica, o referido estudo apurou que a História da Educação, contribui na reflexão crítica, na capacidade analítica e na visão crítica do professor. Este fundamento é também apresentado pelos autores como McCulloch (2012), o qual argumenta que a historiografia produzida nas pesquisas em História da Educação é capaz de gerar uma profissão docente mais reflexiva e crítica. Na mesma linha de raciocínio, Felgueiras (2006), faz alusão de que a História da Educação fornece uma base para a análise dos problemas sociais, culturais, econômicos e

políticos. E ainda, o autor Giles (1987), considera a História da Educação como ciência que ajuda a formar uma visão crítica.

A quarta dimensão sustenta que, como pertinência, o conhecimento de História da educação, permite com que o professor dê a devida dimensão aos processos histórico-educacionais ao longo do tempo, o que lhe proporciona, a consciência histórica/pensar com historicidade. Este argumento se aproxima com os dos autores como, Campos (2011), quando afirma que o papel da História da Educação, para o professor é criar as condições para que a educação seja compreendida dentro de seus contextos; ou seja, a sua presença justifica-se para tudo ser pensado historicamente.

Estes argumentos se aproximam, de igual modo, com o argumento de Mogarro (2007), quando esta destaca que os temas de História da Educação estão sujeitos a construir conteúdos de ensino, que contribuam para a construção de um pensamento histórico. Nessa mesma linha de pensamento, Magalhães (2011), afirma que o ensino de História da Educação também se abre para uma consciência histórica.

Já na quinta e última dimensão, à História da Educação é atribuída a pertinência de oferecer ao professor, elementos que visam desnaturalizar a educação e a escola, passando deste modo, a compreender a educação como um fenômeno histórico, político, social, cultural, que não é da ordem da natureza, mas da ordem da construção humana e que se transforma ao longo do tempo. Como autores que incluem o termo desnaturalização da educação, no contexto da História da Educação, encontramos Vieira (2010). O mesmo argumenta que ela é um espaço de reflexão que visa desnaturalizar a cultura e os seus processos voltados à explicação sobre a educação. De igual modo, Campos (2011), afirma que diante da tendência dos homens em naturalizar as ações humanas, caberá à História da Educação, desnaturalizar as práticas e as ideias educacionais.

4 A contribuição da memória

Entendemos ser necessário destacar a importância e o papel da memória na atuação do professor, tendo em conta que, se considerarmos a memória como testemunho, no decurso das suas funções tanto de ensino, como de investigação, o professor precisará sempre recorrer por várias vezes a ela, não só para interpelar o passado, como já dito, mas também para poder se situar no argumento e no debate.

Halbwachs (2017, p. 29), ao falar sobre a memória, ressalta que “[...] recorreremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um

evento sobre o qual já temos alguma informação, [...]”. Nesta linha de pensamento, Le Goff (1990), considera a memória como a propriedade de conservar certas informações, remetendo a pessoa a um conjunto de funções psíquicas através das quais permite atualizar impressões ou informações passadas. Por sua vez, Ricoeur (2014, p. 40), afirma que “[...] não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela”.

Assim, podemos considerar a memória como uma fonte e testemunho em que o professor pode recorrer para explicar um acontecimento. Ela é nossa identidade, guarda nossas vivências e experiências e também nos fala sobre o que somos e do mundo à nossa volta. Ora, o campo educacional está sujeito a transformações, e os diferentes problemas que nele ocorrem, têm precedência em vários acontecimentos da sociedade e particularmente do próprio campo da educação. Para compreender ou analisar e explicar tais problemas, os profissionais que atuam no campo da educação, particularmente os professores, certas vezes, precisam fazer recurso à memória, recorrendo ao passado, na busca de referências ou testemunhos para efetivarem as operações referidas.

Ainda do ponto de vista de referências ou testemunhos, certamente que os professores procuram no exercício da sua profissão, firmar a sua identidade profissional, seja de forma individual, ou coletiva. Para o efeito, precisam de referências para construção da identidade desejada. Neste caso, a memória, em parceria com a História da Educação teria um papel muito fundamental, porém, sem descurar de que ambos não seriam os únicos que poderiam fornecer tais referências, mas também, a própria formação e especialização no campo da profissão docente, considerando teorias, saberes, princípios e práticas próprias do referido campo.

Le Goff (1990, p. 250), ressalta que “[...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]”. Como também, por meio da memória, os professores podem, por exemplo, recorrer às práticas, princípios e modos de atuação profissional dos professores de uma determinada época histórica, apropriando-se deles para formar a sua identidade profissional.

Por que os professores precisam recorrer à memória? Entendemos que os professores precisam recorrer à memória no sentido de retirarem do passado aprendizagens que podem tornar a atividade docente mais significativa para professores, alunos e para a escola. Referindo-se sobre a ênfase da memória para a escola como um todo, Machado e Neves (2015), observam o seguinte:

A ênfase atribuída a uma memória pretérita não se define na crença, ou assunção, de que a escola precise viver de seu passado, mas há muitos eventos e histórias que merecem ser rememorados para que a trajetória que se realiza no presente seja enriquecida por experiências vivenciadas em uma longa caminhada anterior, que sirva como referência, como um marco inicial. A consideração do tempo já transcorrido e a transcorrer na escola é muito importante para a escolha dos caminhos que se quer percorrer e o alcance dos objetivos traçados (Machado; Neves, 2015, p. 16).

Os professores, se constituem como herdeiros de uma categoria profissional que, por meio da educação, têm como missão, a passagem do testemunho, às novas gerações, isto é, o legado da humanidade (costumes, valores, princípios, etc.), para salvaguarda do passado. Este exercício de passagem do testemunho, pode ser feito tendo como base a memória, se considerarmos o ponto de vista de Ricoeur (2014, p. 40), segundo o qual, “[...] não temos outro recurso a respeito da referência ao passado, senão a própria memória”. Embora Ricoeur tenha destacado particularmente a memória, porém, ela não seria o único instrumento para a passagem do testemunho às novas gerações. A História da educação, os documentos, bem como outras variedades de fontes históricas e artefatos, são de igual modo importantes para esse efeito.

Le Goff (1990, p. 250), observou que a memória, “[...] procura salvar o passado para servir o presente e futuro”. É a partir deste entendimento que podemos perceber a importância da memória na educação e especialmente na atuação do professor. A esse respeito, precisamos lembrar de que a ideia de se salvar o passado para servir o presente, configura-se de igual modo como exercício da História da Educação, na abordagem e análise dos fatos. A respeito disto, Felgueiras (2006, p. 30), argumenta que “[...] na verdade toda a historiografia se desenvolve como produção de uma memória de fatos socialmente notáveis e não por ilação teórica, dedutiva, da enumeração de aspectos da vida a preservar”. Porém, isto não significa que Memória e História sejam iguais. Nora (1993), faz questão de distinguir a diferença entre os dois elementos. Para o autor a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos; ou ainda o elo entre o passado e presente. E a história é a reconstrução sempre problemática do que não existe mais; ou ainda, o discurso sobre a memória.

É importante frisar que a memória que temos tratado neste tópico não é algo uniforme. Por isso mesmo vale distinguir os tipos de memória, segundo Halbwachs (2017). Para este autor, existe a memória individual (interior, interna ou autobiográfica) e memória coletiva (externa, social ou histórica), e cada indivíduo participa destes dois tipos de memórias. Por outro lado, a memória individual ou autobiográfica recebe ajuda da memória histórica, tendo em conta que a vida de cada indivíduo faz parte da história geral. No entanto, é a memória

individual que permite a representação do passado de forma mais ampla; tudo porque, a memória coletiva “[...] só pode existir e permanecer na medida em que estiver ligada a um corpo ou um cérebro individual” (Halbwachs, 2017, p. 69).

Depreendemos, assim, que o professor precisa da memória coletiva para poder se situar. Deste modo, ainda que o professor esteja a falar de suas próprias experiências sobre a escola, ele os relata sob ponto de vista da memória coletiva, visto que nós nunca estamos a sós, ainda que não esteja alguém fisicamente conosco, na altura dos acontecimentos. A ideia de o professor apoiar-se na memória coletiva para se situar na memória individual é também reforçada por Ricoeur (2014, p. 130), quando este afirma que “[...] é a partir de uma análise sutil da experiência individual de pertencer a um grupo, e na base do ensino recebido dos outros, que a memória individual toma posse de si mesma”. De acordo com Le Goff (1990),

[...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (Le Goff, 1990, p. 249).

Não podemos desconsiderar a inclusão das questões educacionais neste conjunto referido por este autor, visto que, como temos compreendido o percurso do processo educacional tem se revelado como resultado de uma memória coletiva que se desenvolve de forma permanente ao longo do tempo. A respeito disso, Ricoeur (2014, p. 108), entende que “[...] é à memória que está vinculado o sentido da orientação na passagem do tempo, [...], do passado para o futuro, de trás para a frente”. Ainda no sentido de orientação para a atuação dos professores, Machado e Neves (2015, p. 3), reforçam que “[...] a memória pode mobilizar e colocar os professores em um movimento retrospectivo em que a rememoração pode ser potencializadora também de uma visão prospectiva sobre a sua atividade docente”.

Assim, podemos reafirmar a memória como um elemento importante na atuação do professor. De igual modo, podemos ainda enfatizar aqui, as áreas de conhecimento que configuram a formação de professores, como é o caso, por exemplo, da História da Educação, que além de ser importante para enriquecer e potenciar o exercício da memória no processo histórico-educacional, também é fundamentais e indispensáveis na atuação do professor.

Segundo Fernandes (2009, p. 236) “[...] a educação não decorre num deserto social. Pelo contrário, tanto no presente como no passado, ela situou-se na intercepção de fatos histórico-sociais de diferente natureza”. Partindo do argumento deste autor, podemos afirmar que, tanto a memória quanto a História da Educação, ambos são necessários na atuação do professor, para a intercepção e contextualização dos referidos fatos, quer sejam de natureza

educativa ou pedagógica, para a explicação da sua gênese e do respetivo processo do seu desenvolvimento.

Para a intercepção de fatos históricos, certamente, para o professor, será várias vezes necessário recuar no tempo. Não nos referimos ao tempo artificial dos relógios, mas sim, ao tempo histórico formulado na teoria da Escola de Annales, o qual, requer a ação e o uso da História da Educação e da memória como instrumentos dos saberes essenciais, não só na intercepção, mas também na reconstrução dos fatos e do conhecimento histórico. Dito de outro modo, falamos do tempo na perspectiva da longa duração, segundo Braudel (1965), que nos permite pensar os acontecimentos, num tempo longo.

Ainda sobre o tempo histórico, Savater, (2005, p. 42) ao vinculá-lo ao ensino, afirmou que “[...] o ensino está intrinsecamente ligado ao tempo, como transfusão deliberada e socialmente necessária de uma memória coletivamente elaborada”. O mesmo autor acrescenta ainda que “[...] não há aprendizado que não implique consciência temporal e que não responda direta ou indiretamente a ela”. Considerando o primeiro argumento deste autor, é possível ainda perceber que o tempo é um recurso essencial na construção da memória, que por sua vez, os professores, podem recorrer para intervirem em diversos aspectos do processo educativo e da escola no geral. Assim, por meio da memória, em torno e com base no fator tempo, eles podem planificar, projetar, organizar e realizar a avaliação do processo educativo, incluindo a avaliação dos fenômenos educativos e a intervenção no aprendizado.

Em relação ao segundo argumento, uma vez que o autor afirma que o aprendizado se vincula direta ou indiretamente ao tempo, vale neste caso afirmar que os instrumentos sustentados neste artigo, isto é, a História da Educação e a memória, por permitirem o estabelecimento de vínculos com o passado, eles serão sempre úteis na atuação do professor, como elos entre o passado e o presente.

5 Considerações finais

Tudo o que foi abordado sobre a História da Educação, do ponto de vista dos saberes docentes, articulando-o com o que foi sustentado, em relação à importância, a função e o papel que ela desempenha no processo educacional, podemos afirmar que realmente ela se configura como um saber docente necessário para a atuação do professor. O mesmo, reafirmamos em relação à memória, uma vez que, conforme ficou evidente ao longo da abordagem, ambos, podem ajudar o professor a atuar com maior eficácia no processo de ensino. A partir do olhar sobre o passado, o professor, recolher dele, subsídios para enriquecer

o seu argumento e esclarecer as transformações sociais e suas implicações no processo educativo. Ou ainda, fundamentar sobre as transformações sociais, que ocorreram e ainda ocorrem no campo da educação, com base no passado.

Desse modo, tanto a História da Educação, quanto a memória, elas não contribuem apenas com informações, no sentido de que o professor possa teorizar as questões educacionais. Elas contribuem também com informações que representam experiências, práticas e estratégias pedagógicas do passado, que antes de tudo, contribuem na formação da identidade profissional do professor e por fim na sua melhor atuação. Neste sentido, consideramos que os dois elementos são recursos importantes para ajudar-lhe, sempre que for necessário, no exercício da sua atividade de ensino, no sentido de possibilitar-lhe um olhar sobre o passado, ampliar-lhe a compreensão e possibilitar-lhe esclarecimentos e mudanças.

Vale deixar claro que, não foi nossa pretensão sustentar a História da Educação e a memória como elementos que substituem a formação do professor; ou seja, não estamos sustentando que, com o recurso à História da Educação e a memória, seria suficiente para o professor poder atuar. Reconhecemos que a atuação exitosa do professor é dependente de uma formação sólida do mesmo, no seu campo de atuação. É necessário que ele estude teorias, leis, princípios, procedimentos, etc., que regem a profissão docente, para acumular experiências na sua área. Até porque, entendemos que o bom proveito, tanto da História da Educação, quanto da memória como instrumentos de atuação, depende da boa formação do professor no seu campo de atuação, para que ele faça um aproveitamento consciente e racional destes instrumentos.

Referências

AFONSO, J. A. História da Educação em Portugal: objetos e epistemologias. **Annali online della Didattica e della Formazione Docente**, vol. 8, n. 12, p. 66-78, 2016. DOI: <https://doi.org/10.15160/2038-1034/1393>. Disponível em: <https://annali.unife.it/adfd/article/view/1393>.

ANJOS, J. J. T. A disciplina História da educação no contexto dos fundamentos da educação e da formação de professores: concepções tradicionais e tendências contemporâneas. *In*: SILVA, F. T. (Org.). **História e historiografia da educação brasileira: teorias e metodologias de pesquisa**. Curitiba: Appris, 2020.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>. Acesso em: 23 jun. 2025.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CAMPOS, N. Lugar da História da Educação na formação do professor/pedagogo. **Revista Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 15, n. 2, p. 95-104, maio/agosto. 2011. DOI: <https://doi.org/10.4013/edu.2011.152.1517>. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2011.152.01>.

COELHO, F. A. **Para a história da instrução popular**. Lisboa: Instituto Gulbenkian da Ciência – Centro de Investigação Pedagógica, 1973.

DALBOSCO, C. A. A universidade na disputa entre saber gerenciado e conhecimento formativo: o caso da reforma universitária alemã. **Revista de Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 27, p. 1-19, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4013/edu.2023.271.12>. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/25544>.

ESCOLANO BENITO, A. La investigación histórico-educativa y la formación de profesores. **Revista de ciências de la educación**, Madrid, n. 157, p. 55-69, 1994.

FELGUEIRAS, M. L. **História da Educação em Portugal**: instituições, materiais, práticas e representações. Porto: Universidade do Porto, 2006.

FERNANDES, R. A História da Educação e o seu ensino. In: GATTI JR., D.; MONARCHA, C.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **O ensino de História da Educação em perspectiva internacional**. Uberlândia: EDUFU, 2009, p. 229-248.

GALVÃO, A. M. O.; LOPES, E. M. T. **Território plural**: a pesquisa em história da educação. São Paulo: Ática, 2010.

GILES, T. R. **História da Educação**. 1. ed. São Paulo: EPU, 1987.

HALBWACHS, M. **Memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2017.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

MACHADO, J. C.; NEVES, R. As contribuições da memória na formação continuada de professores. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, Vitória, v. 05, n. 03, p. 49-66, nov. 2015. DOI: <https://doi.org/10.36524/dect.v5i03.123>. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/123>.

MAGALHÃES, J. Fazer e ensinar História da Educação. In: MAGALHÃES, J. (Org.). **Fazer e ensinar História da Educação**. Braga: Centro de estudos em educação e Psicologia, Universidade do Minho, 1998, p. 9-28.

MAGALHÃES, J. O ensino da História da Educação. In: CARVALHO, M. M. C.; GATTI JR., D. (Org.). **O Ensino de História da Educação**. Vitória: Sociedade Brasileira de História da Educação/ Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 2011, p. 175-210.

MARTINHO, A. M. M. **A História da educação na formação de professores**. Viseu: Universidade Católica Portuguesa, 2000.

MCCULLOCH, G. História da educação e formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17 n. 49, p. 121-132, jan./abr. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782012000100007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Q9gRBZb4YCdwKZVdSGrBmns/?format=html&lang=pt>.

MOGARRO, M. J. A História da Educação nos currículos de formação de professores: consolidar a História da Educação, pela construção de identidades. *In*: PINTASSILGO, J.; ALVES, L. A. M.; FELGUEIRAS, M. L. (Org.). **História da Educação em Portugal: Balanço e perspectivas**. Porto: Edições ASA, 2007, p. 205-227.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

NÓVOA, A. **História da Educação**. Lisboa: FPCE/UL, 1994.

NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. *In*: NÓVOA, A. (Org.). **Profissão professor**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1999, p. 13-33.

NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. Historiografia da educação e fontes. *In*: GONDRA, J. G. (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 17-62.

PAROZ, J. **Histoire Universelle de la Pedagogie**. Paris: Delagrave, 1881.

RAGAZZINI, D. Os estudos histórico-educativos e a História da Educação. *In*: SANFELICE, J. L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (Org.). **História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas, SP: Autores associados: HISTEDBR, 1999, p. 19-35.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campina, SP: Editora da Unicamp, 2014.

SANTOS, M. T. Perfil da História da Educação: Conflito entre o empobrecimento efetivo e o potencial objetivo. *In*: PINTASSILGO, J.; ALVES, L. A. M.; FELGUEIRAS, M. L. (Org.). **História da Educação em Portugal: Balanço e perspectivas**. Porto: Edições ASA, 2007, p. 232-256.

SAVATER, F. **O valor de educar**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

SILVA, O. V.; AGUILAR, C. M. B. Considerações sobre a história da forma escolar e a pedagogização das relações sociais. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, Boa Vista, v. 1, p. 131-144, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18227/2675-3294repi.v1i0.6541>. Disponível em: <https://revista.ufr.br/repi/article/view/e202010>.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VEMBA, M. M. **Ensino e pesquisa em História da Educação na formação de professores em Angola e no Brasil**. Maringá. Tese (Doutorado em educação). Universidade Estadual de Maringá, 2025.

VIEIRA, C. E. História da Educação. *In*: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.



Estágio em ambiente não escolar: o incentivo à literatura infantil

Emanuely Stefanello Bulegon¹
Maria Eduarda Panerai Turchiello²
Aline Rosangela Borth³
Daiani Clesnei da Rosa⁴

Resumo: Este artigo se propõe a expandir e descrever a experiência e a pesquisa teórica realizada no componente curricular de estágio do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Antonio Meneghetti Faculdade em espaços não escolares. O estágio foi realizado em grupo, em um espaço Kids, por meio de uma oficina, no primeiro semestre de 2022, em um Resort localizado no Recanto Maestro, situado na região central do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo geral do estágio em ambiente não escolar é de compreender as diferentes áreas, maneiras e campos de atuação presentes na área pedagógica. Assim, este trabalho apresenta as reflexões sobre estágio em Pedagogia, estágio em espaços não escolares, literatura infantil e a prática pedagógica desenvolvida, tendo como base alguns autores renomados na área, sendo eles: Andrade (2014), Miranda (2015), Santos (2016), Zilberman (2003), entre outros. Para a realização da prática foi empregado a literatura infantil como principal instrumento da oficina. Assim, a partir da prática, as acadêmicas tiveram a possibilidade de ampliar os embasamentos teóricos frente ao estágio não escolar, além disso, foi possível conhecer novos ambientes de atuação, diferentes práticas pedagógicas, principalmente no que se refere a literatura infantil e novas maneiras de abordar as temáticas presentes na atualidade.

Palavras-chave: estágio de pedagogia; estágio em ambiente não escolar; literatura infantil.

Internship in a non-school environment: encouraging children's literature

Abstract: This article aims to expand and describe the experience and theoretical research carried out within the internship component of the Pedagogy Degree Program at Antonio Meneghetti College in non-school environments. The internship was conducted in groups, in a Kids' Area, through a workshop during the first semester of 2022, at a resort located in Recanto Maestro, in the central region of the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The overall goal of the internship in a non-school environment is to understand the different areas, methods, and fields of activity within the pedagogical field. Thus, this paper presents reflections on internships in Pedagogy, internships in non-school environments, children's literature, and the pedagogical practice developed, based on the work of renowned authors in the field, such as Andrade (2014), Miranda (2015), Santos (2016), Zilberman (2003), among others. Children's literature was used as the main tool for the workshop. Through this practical experience, the undergraduate students had the opportunity to expand their theoretical foundations regarding internships outside the school context. Moreover, it allowed them to explore new professional environments, discover different pedagogical practices, especially related to children's literature, and explore new ways of addressing current themes.

Keywords: pedagogy internship; internship in non-school environment; children's literature.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Antonio Meneghetti (AMF). E-mail: bulegonemanuely@gmail.com

² Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Antonio Meneghetti (AMF). E-mail: mariaeduardap.turchiello@gmail.com

³ Graduanda em Pedagogia pela Antonio Meneghetti Faculdade (AMF). E-mail: alineborth2@gmail.com

⁴ Doutora em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES). Professora na Faculdade Antonio Meneghetti (AMF). E-mail: dclesneirosa@gmail.com

Práctica docente en entornos no escolares: el fomento de la literatura infantil

Resumen: El presente artículo tiene como propósito ampliar y describir la experiencia y la investigación teórica realizada en el componente curricular de práctica del Curso de Licenciatura en Pedagogía de la Antonio Meneghetti Faculdade, en contextos no escolares. La práctica fue desarrollada en grupo, en un espacio infantil (Kids), por medio de un taller, durante el primer semestre de 2022, en un resort ubicado en Recanto Maestro, en la región central del Estado de Rio Grande do Sul. El objetivo general de la práctica en entornos no escolares consiste en comprender las diferentes áreas, modalidades y campos de actuación presentes en el ámbito pedagógico. De este modo, el trabajo presenta reflexiones acerca de la práctica en Pedagogía, la práctica en espacios no escolares, la literatura infantil y la práctica pedagógica desarrollada, teniendo como referencia a reconocidos autores del área, tales como Andrade (2014), Miranda (2015), Santos (2016), Zilberman (2003), entre otros. Para la realización de la práctica se empleó la literatura infantil como principal herramienta del taller. Así, a partir de la experiencia, las académicas tuvieron la posibilidad de ampliar sus fundamentos teóricos en relación con la práctica en contextos no escolares; además, fue posible conocer nuevos espacios de actuación y distintas prácticas pedagógicas, especialmente en lo que respecta a la literatura infantil y a nuevas formas de abordar las temáticas contemporáneas.

Palabras clave: práctica en pedagogía; práctica en entornos no escolares; literatura infantil.

1 Introdução

A nova realidade faz com que, principalmente, os profissionais da educação estejam sempre buscando inovações para a realização de atividades que ajudem no desenvolvimento das pessoas, tanto dentro de uma sociedade, quanto no aspecto individual. Nesse contexto, o estágio de Licenciatura em Pedagogia procura relacionar a teoria com a realidade que os acadêmicos encontram no mercado de trabalho, no âmbito educacional.

A proposta de estágio do curso de Licenciatura em Pedagogia da Antonio Meneghetti Faculdade, de Restinga Seca (RS), pertencente ao componente curricular Estágio em Pedagogia V em Ambiente Não-Escolar e o planejamento para o desenvolvimento da prática pedagógica foi feita com a ajuda da professora orientadora.

É notório perceber que, atualmente, a atuação do pedagogo está presente em diversas áreas do meio laboral e essa prática torna-se mais constante com o decorrer do tempo. Para isso, é necessário que esses profissionais estejam preparados para desenvolver essas atividades, muitas vezes, em espaços não-escolares como, por exemplo, em espaços *kids* de resorts, indústrias, hospitais, entre outros locais. Com isso, torna-se importante o estágio em espaços não-escolares, em que os acadêmicos têm conhecimento da realidade vivenciada nessas áreas.

Este trabalho apresenta reflexões acerca da importância do estágio na graduação de Pedagogia, do incentivo à literatura infantil, e descreve o trabalho realizado na prática pedagógica, encerrando com as considerações finais do grupo.

Na maioria das vezes, o desenvolvimento do estágio, fora do espaço escolar, é realizado por meio de oficinas para a execução das atividades planejadas. Portanto, o presente artigo, realizado em grupo, tem como objetivo refletir sobre o uso exagerado da tecnologia por intermédio da história “A Fabulosa Máquina de Amigos”, a valorização da amizade por meio de encontros presenciais e fazer bom uso da tecnologia, utilizando pesquisa e leitura.

2 Fundamentação Teórica

Por meio do estágio, utilizou-se a literatura infantil como instrumento de base para a realização de uma oficina em ambiente não-escolar. Nesse sentido, a fundamentação teórica serve como subsídio para compreender a necessidade do estágio como forma de desenvolver habilidades e conhecer a realidade de atuação do pedagogo.

2.1 Estágio em Pedagogia

O processo de estágio é uma forma de preparar o indivíduo para suas futuras atividades profissionais e para ingressar no mercado de trabalho. Essa prática é importante para os estudantes e pessoas que estão buscando aproximar-se da realidade do seu futuro campo de atuação e para desenvolver habilidades e experiências em sua área de formação.

É importante salientar, ainda, que o estágio proporciona ao graduando relacionar os conhecimentos teóricos estudados durante a graduação com a prática vivenciada na sala de aula. De acordo com Jacob e Muniz (2023, p. 431):

O estágio supervisionado também proporciona ao licenciado o domínio de conhecimentos teóricos e práticos imprescindíveis à execução de suas funções e visa beneficiar a experiência e promover o desenvolvimento, no campo profissional, dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso nas instituições de ensino superior, além de favorecer, por meio de diversos espaços educacionais, a ampliação do universo cultural dos futuros professores.

Outra importância desse aprendizado se dá em relação às diversidades de atuação do pedagogo que podem ser encontradas durante essas ações, as quais facilitam encontrar o

campo com o qual possui maior afinidade e desenvolvimento. De acordo com Miranda (2015), o estágio é considerado a formação do estudante, é o momento em que os alunos se expõem na prática e são responsáveis pela construção dos saberes. Nesse sentido, para ele, o acadêmico desenvolve dimensões de formação humana em vários âmbitos, principalmente no social, cultural e afetivo.

Para Santos (2016), o estágio é uma maneira de treinamento de atividades que vão além de uma sala de aula, em que o estudante é capaz de fazer uma relação entre a teoria trabalhada e a prática. Com isso, o objetivo do estágio é de os universitários terem contato com as várias áreas para a futura atuação. Além disso, os estagiários conseguem, na maioria das vezes, um engajamento e uma produtividade bem desenvolvida na sua futura atividade.

Ademais, o processo de estágio proporciona a autonomia e a autoconfiança dos/as estagiários/as. Pimenta e Lima (2012), abordam o estágio como um campo que prepara os futuros profissionais a construir a identidade docente, os saberes, as posturas específicas ao exercício profissional e, conseqüentemente, a segurança e autoconfiança dos futuros/as professores/as.

Com isso, os estágios são acompanhados por um professor orientador que auxilia nas reflexões, na organização do planejamento e na prática pedagógica, avaliando o progresso dos estudantes. Em algumas situações, no final do estágio, pode ocorrer a efetivação do praticante, caso já esteja disponível para atuar no mercado de trabalho ou se possui uma satisfatória competência e habilidade naquele âmbito de execução.

2.2 Estágio em ambiente não-escolar

O estágio não-escolar é considerado um campo de trabalho que vai além da sala de aula e essa maneira de exercício possui como objetivo evidenciar para os futuros pedagogos uma visão geral dos espaços de atividade. Para Miranda (2015), a proposta de estágio em espaços não escolares apresenta uma diferente vivência pedagógica. Esse espaço mostra várias possibilidades para atuação e constrói, dentro da demanda atual, a identidade docente do pedagogo.

Ademais, vários são os desafios encontrados dentro das práticas pedagógicas em ambiente não escolar, para isso, o momento de estágio serve como uma forma de pesquisa, reflexão e observação sobre a prática e as possibilidades de atuação. Almeida e Pimenta (2014) expõe que:

[...] é importante observar que a prática da pesquisa durante os processos de estágio se torna uma profícua estratégia formativa, que contribui para a compreensão das práticas pedagógicas e para a articulação entre conhecimento específico de ensino e o conhecimento pedagógico na totalidade do conhecimento socialmente produzido (Almeida; Pimenta, 2014, p. 119).

Nesse sentido, diversas maneiras podem ser encontradas para trabalhar no ambiente não-formal e, para ocorrerem essas diversidades de trabalho, o profissional deve estar disposto a procurar diferentes conhecimentos sobre aquela maneira de exercer tal prática e sair da sua zona de conforto. Conforme Severo (2021, p. 01), o espaço não-escolar é um “campo de trabalho pedagógico, que se dinamiza mediante processos de inventividade das/os profissionais que articulam diferentes saberes, alguns presentes na formação inicial e outros ausentes”.

Assim, essa prática é um conhecimento necessário para que os futuros pedagogos ampliem sua visão quando se refere às diversas ramificações da Pedagogia. O estágio em locais não-escolares introduz aos futuros profissionais como pode ser a atuação de um educador fora de um ambiente escolar e a “compreensão das atribuições do profissional da educação dentro dessas instituições, analisando as competências necessárias para o desenvolvimento de suas funções” (Santos, 2016, p. 80).

Dessa forma, é relevante o estágio em espaços não-escolares pois, dessa maneira, a sociedade começa a ampliar a visão de que a Pedagogia não está submetida apenas em uma sala de aula. Segundo Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de licenciatura em Pedagogia, no quinto item do Art. 5º, afirma que o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo.

Com isso, é importante que os acadêmicos tenham experiência, durante as práticas de estágios, com espaços não-escolares, para assim adquirirem habilidades e competências que esses espaços exigem de um profissional.

2.3 Literatura Infantil

A literatura infantil, traz um mundo da leitura próprio das crianças, com histórias cheias de emoções, fantasias e ensinamentos. A literatura pode ser uma excelente ferramenta

de ensino e nela foi construída nossa base de pesquisa e estudo, para elaborar uma atividade que possa agregar ao conhecimento do estudante naquele momento. Nessa prática, foi trabalhada a obra infantil “A Fabulosa Máquina de Amigos” de Nick Bland. Essa obra retrata sobre a tecnologia presente tanto no cotidiano como nas escolas, surgindo, assim, a necessidade de mostrar quais são os benefícios e os malefícios que seu uso pode trazer.

Ao falar-se sobre como surgiu a literatura infantil, antes de mais nada, deve-se abordar as crianças, pois foram elas que inspiraram - e inspiram - o gênero. Antes do século XVII, as crianças conviviam como os adultos como se fossem um deles. Assim que começavam a compreender o mundo, já lhes eram dadas funções e tarefas a serem cumpridas. Segundo Zilberman (2003, p. 13),

[...] a concepção de uma faixa etária diferenciada, com interesses próprios e necessitando de uma formação específica, só acontece em meio à Idade Moderna. Esta mudança se deveu a outro acontecimento da época: a emergência de uma nova noção de família, centrada não mais em amplas relações de parentesco, mas num núcleo unicelular, preocupado em manter sua privacidade (impedindo a intervenção dos parentes em seus negócios internos) e estimular o afeto entre seus membros.

Foi somente a partir do século XVIII que as crianças passaram a ser tratadas como tais. Silva (2009, p. 136) traz em seu artigo que até mudar-se este paradigma “as crianças não eram percebidas socialmente como seres diferentes dos adultos, compartilhavam o mesmo tipo de roupa, ambientes caseiros e sociais como também o trabalho”. Dessa forma, a sociedade da época não distinguia a infância como um processo que precisasse de cuidados diferenciados.

Ao ganhar notoriedade, a infância ganha uma demarcação de faixa etária que passa a ser concebida e rotulada pelos adultos, que veem as crianças como seres dependentes e inexperientes com as coisas à sua volta. Sendo assim, é feito com que elas passem por uma preparação e, segundo a psicologia da aprendizagem, “a infância é tratada como uma etapa de preparação do pensamento para a vida adulta. O pensamento infantil não tem ainda uma lógica racional. A literatura infantil é, nesta concepção, adequada às fases do raciocínio infantil, entendido como idade cronológica” (Silva, 2009, p. 137).

Conforme Silva (2009, p. 136), com o passar do tempo, outros conceitos sobre a infância são descobertos e, conseqüentemente, a literatura infantil adota medidas que supram suas necessidades. Atualmente, a criança é vista como um ser que possui sentimentos, medos, receios e dúvidas, mas não por ignorância do mundo e sim por haver a projeção do adulto voltada para ela. Zilberman (2003, p. 18) diz que

Se a imagem da criança é contraditória, é precisamente porque o adulto e a sociedade nela projetam, ao mesmo tempo, suas aspirações e repulsas. A imagem da criança é, assim, o reflexo do que o adulto e a sociedade pensam de si mesmos. Mas este reflexo não é ilusão; tende, ao contrário, a tornar-se realidade. Com efeito, a representação da criança assim elaborada transforma-se, pouco a pouco, na realidade da criança. Esta dirige certas exigências ao adulto e à sociedade, em função de suas necessidades essenciais.

Colocando um pouco mais em prática, Silva e Zatera (2019) trazem em seu artigo como se deu a criação da infância. No século XVIII, houve um levante da burguesia e, com isso, os burgueses precisavam garantir o futuro de seus negócios. Conseqüentemente, era necessário que seus filhos fossem preparados para assumirem seus compromissos futuramente. Com o gradativo crescimento da ideologia burguesa e do seu grande poder político, reconfigura-se o ideal da família tradicional e inicia-se, dessa maneira, a aproximação deste público com a literatura infantil.

Segundo Andrade (2014), é feito uma distribuição nos afazeres da casa. O pai é o mentor e mantenedor da família e a mãe é responsável por educar seus filhos. Pode-se denominar essa família como conservadora e seu objetivo é preservar a infância, fazendo com que a criança passe a ser compreendida como tal. Com isso, itens de adultos tornam-se inúteis para se atingir este escopo. Desse modo, criam-se artigos que supram as necessidades desse público, como brinquedos e livros infantis. A psicologia infantil, a pedagogia e a pediatria surgem e também ganham força.

A literatura infantil surgiu no século XVII com Fenélon (1651-1715), justamente com a função de educar moralmente as crianças. As histórias tinham uma estrutura maniqueísta, a fim de demarcar claramente o bem a ser aprendido e o mal a ser desprezado. A maioria dos contos de fadas, fábulas e até mesmo muitos textos contemporâneos incluem-se nessa tradição (Silva, 2009).

Conforme Silva (2009), era um período de mudanças sociais e repercussões artísticas e, nesse meio tempo, a literatura infantil consolidou-se como gênero. A partir de então, em 1697, na França, Charles Perrault com a famosa obra *Histórias ou contos do tempo passado, com suas moralidades: Contos de Mãe Gansa* ganham notoriedade. Ele foi o precursor do gênero e suas obras foram edições de narrações e lendas feitas pelos camponeses da época. Perrault retirou dessas histórias, partes que traziam obscenidades, como canibalismo e incesto. Partindo dessa informação, percebe-se que o objetivo dos contos era a mente adulta, para somente após, o cunho pedagógico. Silva (2009, p. 137) complementa dizendo que “Charles

Perrault trouxe a história moralizadora e mais adequada aos ambientes sociais que conviviam na época”.

Segundo Cunha (1987, p. 20), “no Brasil, como não poderia deixar de ser, a literatura infantil tem início com obras pedagógicas e, sobretudo, adaptadas de produções portuguesas, demonstrando a dependência típica das colônias”. Acredita-se que a literatura infantil no Brasil tenha sido introduzida por Monteiro Lobato, que dá luz às histórias com personagens centralizados na literatura (Silva, 2009).

Nesse contexto, é importante ressaltar a necessidade de um pedagogo para o desenvolvimento de uma criança, pois, desde o passado, é esse profissional que mostra para os adultos a necessidade desses seres na sociedade e, também, aprimora as formas de ensino para esses cidadãos. Sendo assim, é por meio da literatura infantil que os escritores criticam, ilustram e expressam a situação vivenciada, naquele período histórico, pelos indivíduos.

3 Descrição da prática de estágio em ambiente não-escolar

Para a realização do presente trabalho, como metodologia, foi utilizado o relato de experiência que, conforme os autores Mussi, Flores e Almeida (2021), a experiência é conceituada como sendo uma produção de conhecimento, evidenciando uma atividade vivenciada presente no ensino, na pesquisa e na extensão. Nesse contexto, para a prática da oficina, foi disponibilizada uma sala de recreação, chamada Espaço *Kids*, que está localizada no Hotel do Parque das Termas Romanas, em Restinga Sêca, aproximadamente 265 km de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Junto à sala de recreação fica presente, de maneira móvel, a Biblioteca Itinerante, a qual faz parte do Projeto: “Despertando a Formação Inteligente por meio da Leitura”.

De acordo com a pesquisa realizada no site da Fundação Antonio Meneghetti, a cada ano a Fundação vem crescendo e, cada vez mais, promovendo atividades educacionais, culturais e de fomento à ciência a todos jovens, adultos e crianças. O projeto tem como principal objetivo incentivar a leitura de textos e leitura de mundo, em conjunto, por meio de obras literárias infantis e juvenis, buscando despertar no leitor iniciante o pensamento crítico e a inteligência. O projeto atua em escolas públicas e bairros com biblioteca itinerante para que possa atender a mais crianças e jovens.

A ação da leitura é realizada por meio de profissionais, dando espaço para que os leitores possam se inserir nas histórias, baseados em suas realidades. No ano de 2021, o projeto atendeu cerca de 11 municípios, 74 instituições e 3.098 crianças beneficiadas. Foram

mais de 14.000 km rodados e 300 livros disponíveis no acervo para as crianças e jovens lerem. A dinâmica do projeto acontece com crianças do 1º ao 5º ano, grupos de 20 alunos em média, atividades de 1 hora com cada grupo e o material pedagógico é incluso em cada ação.

No primeiro momento, para a realização da prática, tivemos uma conversa entre o grupo de acadêmicas para decidir de que forma seria abordado a temática do livro “A Fabulosa Máquina de Amigos”. Assim, no dia 23 de abril de 2022, ocorreu a primeira oficina, na qual foi feita a apresentação do grupo e dos participantes da atividade, cada um falando seu nome, idade e cidade de onde vem. Na sequência, foi realizada a leitura da história “A Fabulosa Máquina de Amigos”, por uma estagiária e encenada com figuras pelas demais estagiárias.

No conto, a simpática e animada galinha Pipoca era muito querida por seus amigos, estava sempre conversando, fazendo-os rirem e procurava praticar o bem a todos. Porém, em um determinado dia, ela encontra um celular com a tela acesa e uma mensagem dizendo “Olá!” e, desde então, Pipoca passou a fazer novos amigos virtuais e deixou seus amigos presenciais de lado. O que ela não esperava é que o celular fosse uma armadilha criada por lobos que queriam comê-la. Felizmente, seus verdadeiros amigos ajudam-na e tudo acaba bem. Trouxemos também a reflexão da valorização da amizade e do momento que se vive.

Em seguida, foi solicitado às crianças fazerem um desenho da parte da história que acharam mais importante. Logo após, ocorre uma conversa com as crianças, na qual elas mostram os desenhos e contam por que aquela parte foi mais importante. A seguir é falado sobre outros meios de utilizar a internet, não somente para se comunicar, mas também utilizá-la para pesquisas, leituras e para ouvir podcasts educativos.

Por fim, é disponibilizado espaço às crianças para contarem suas experiências na internet e de como a utilizam, com perguntas como: Vocês já fizeram amizades virtuais? Vocês utilizam o celular? Se sim, para quê? Vocês sabiam que as leituras podem ser ouvidas de forma digital? No final, como encerramento, é perguntado às crianças o que elas aprenderam com a atividade realizada e coloca-se à disposição delas um quadro de cartolina com emojis representando emoções de como se sentiram durante a atividade. As crianças completam de forma livre o quadro e a elas é entregue uma lembrança, representada por um celular de papel com uma frase de agradecimento pela participação da atividade.

4 Resultados e Discussão

A prática do primeiro planejamento, ocorrida no dia 23 de abril de 2022, foi um momento muito necessário na formação acadêmica. É preciso aprender a lidar com frustrações referentes à prática e entender que há crianças que não possuem interesse no seu planejamento e que sempre é possível procurar modificações e improvisos. Essa oficina, junto com a ajuda da biblioteca itinerante, que foi essencial para trazer as crianças para perto, foi muito interessante, pois por meio dela tivemos experiência e já adquirimos um conhecimento de como pode ocorrer o desenvolvimento das atividades em um espaço não escolar e saber das diferentes maneiras e reações que podem ser apresentadas, durante o processo da atividade, principalmente pelas crianças, já que cada uma possui sua personalidade.

Na primeira oficina, a participante tinha 6 anos e consideramos muito interessante a autonomia e o incentivo que seus pais deram para ela, assim, mais tranquila e calma, ela conseguiu desenvolver a atividade e, também, pudemos perceber que essa menina tem uma família bem presente no âmbito educacional dela. A criança foi muito prestativa e sentiu-se bem empolgada com as atividades, foi espontânea quando participou da prática e, conforme desenvolvemos a fala sobre os meios tecnológicos, notamos que já possuía um conhecimento sobre tal temática e aprendeu de forma rápida sobre os demais assuntos e temas que tratamos a partir da leitura da história como, por exemplo, a forma digital de fazer leitura dos livros por meio do *QR Code* inserido no livro, o qual reproduz um áudio fazendo a leitura da história. Ela aprendeu rapidamente a utilizar a tecnologia para realizar a leitura de modo digital.

No dia da prática, todas as participantes empenharam-se e o resultado foi muito bom, mesmo havendo uma única criança. Sentimos que talvez ela estivesse um pouco confusa e tímida, já que havia três adultas empenhadas em obter respostas dela, mas, mesmo assim, ela gostou. Tanto que voltou à tarde para acompanhar as outras oficinas.

A segunda oficina, realizada no dia 18 de junho de 2022, com um menino de 8 anos, foi desafiadora no início, pelo motivo de a criança ser um *influencer* digital e a nossa temática tratar-se do uso da tecnologia. Mas, durante o desenvolvimento, foi bem significativa, pois conseguimos levar a história para a realidade que ele vivencia e assim começou a estabelecer uma relação entre o livro e o seu contexto diário. O menino estava sozinho, sem a companhia da mãe e, por não ter muita liberdade, naquele dia ele não estava com vontade de ficar parado.

Nessa prática utilizamos o primeiro planejamento e percebemos que, no início da história, a criança não estava prestando atenção, porém quando surgiu o celular, ele começou a participar e interagir conosco. Reinventamo-nos e fizemos as perguntas jogando bola e foi

muito interessante, pois fez com que, por meio do livro, ele pudesse identificar-se e, também, conhecer o que podemos ou não fazer com o uso da tecnologia. Perguntamos o que ele havia entendido da história e ele disse que devemos deixar o celular e não usar mais. Em contrapartida, falamos que o celular é uma ferramenta útil, basta saber usá-la. Então, ele complementou dizendo que o importante é não pegar o celular quando estamos com nossos amigos e devemos aproveitar o momento com eles.

Ele nos contou, também, que sua família passa bastante tempo no celular cuidando das suas redes, então, ele também age assim nas horas vagas. Tivemos dificuldades para entrar no assunto com ele, mas ele mostrou-se uma criança tranquila e aberta. O que mais sentimos dificuldade durante essas oficinas foi em relação aos pais, pois várias crianças estavam interessadas, porém os pais queriam aproveitar sua estadia e não queriam deixar as crianças no ambiente.

5 Considerações Finais

Diante das mudanças recorrentes na sociedade atual, nota-se que o processo de estágio em espaço não escolar é de veemente necessidade, pois, muitas vezes, é por meio dessa prática que o futuro profissional tem o contato com a área de atuação e, dessa maneira, pode ocorrer o aprimoramento dos seus conhecimentos sobre as possíveis ramificações da Pedagogia. A prática não escolar foi fundamental, principalmente para sabermos reagir em situações imprevisíveis, já que na escola possuímos mais previsibilidade e há uma determinada rotina e, também auxiliará nas tomadas de decisões na sala de aula.

Com o auxílio das leituras realizadas durante a elaboração desse trabalho, foi possível concluir que é nessa atividade que os futuros pedagogos conseguem ter contato com os campos de trabalho e munir-se de informações sobre quais são as habilidades e competências exigidas no mercado. Assim, é notória a percepção dos desafios presentes na atuação em espaço não-escolar, seja pela carência de oportunidades, seja pela falta de conhecimento desse âmbito de atuação.

O estágio é uma das etapas mais importantes do curso, não só nos faz refletir a teoria como também dá base ao que vamos executar quando nos formarmos, por ser uma questão de aprendizagem. É mais fácil aprender praticando e observando o que, tantas vezes, ouviu-se em sala de aula para chegarmos ao mercado de trabalho com um diferencial e com noções que não adquirimos somente com leituras.

Por fim, a experiência com a oficina e a pesquisa realizada ampliou nossa aprendizagem frente a tal temática, possibilitando, ainda mais, algumas reflexões sobre como realizar a prática em espaço não escolar e quais serão os desafios que irão aparecer quando se iniciar o processo de atividade. Quanto à elaboração do planejamento, foi bem produtivo e, às vezes, desafiador, pois devemos pensar nas crianças, as idades que poderíamos atender e como elaborar uma prática que melhor atendesse a essas pessoas, atividades que podem contribuir com o conhecimento e serem compreendidas por elas. Além disso, o espaço não-escolar nos mostra infinitas possibilidades, não só para os estagiários, como também para a criança, que vê nesse ambiente uma atividade de lazer, porém aprendendo e desenvolvendo atividades que gosta.

Referências

ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido. **Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos**. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

ANDRADE, G. (org.) **Literatura infantil**. São Paulo: Pearson, 2014.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1/2006**. Seção 1, p. 11. Brasília: Diário Oficial da União, 2006.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes Cunha. **Literatura Infantil: teoria e prática**. 6 ed. São Paulo: Ática, 1987.

JACOB, Thassyla Vitória de Oliveira; MUNIZ, Simara de Souza. Estágio Supervisionado E Sua Importância Na Formação Docente. **Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 41, 2023. Disponível em: <https://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/2087>. Acesso em: 03 maio. 2025.

MENEGHETTI, Antonio. **Fundação Antonio Meneghetti**, 2021. Disponível em: <https://fundacaoam.org.br/quem-somos/antonio-meneghetti>. Acesso em: 03 jun. 2022.

MIRANDA, Joseval dos Reis. O Estágio supervisionado no curso de pedagogia em espaços não escolares como *Lócus* de pesquisa: Novas configurações, velhos desafios. **Educere**, 2015. Disponível em: <https://doceru.com/doc/15ssx15>. Acesso em: 22 ago. 2022

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Bahia, v. 17, n. 48, p. (60-77), out./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 11 ago. 2022.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

SANTOS, Willian Lima; MENEZES, Eliana de Jesus. Estágio supervisionado em espaços não escolares: (im)possibilidades na formação inicial do pedagogo. **Revista Científica da FASETE**, 2016. Disponível em: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2016/11/estagio_supervisionado_em_espacos_nao_escolares.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

SEVERO, J. L. R. de L. O trabalho pedagógico na perspectiva de pedagogas/os que atuam na educação não escolar. **Acta Scientiarum. Education**, v. 44, n. 1, e48662, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v44i1.48662>. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/48662>. Acesso em: 07 jun. 2022.

SILVA, Aline Luiza da. Trajetória da literatura infantil: da origem histórica e do conceito mercadológico ao caráter pedagógico na atualidade. **REGRAD - Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM** - ISSN 1984-7866, [S.l.], v. 2, n. 2, jun. 2009. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/REGRAD/article/view/234>. Acesso em 10 jun. 2022.

SILVA, Thayane Roque; ZATERA, Luciana Carolina Santos. A literatura infantil e a formação do pré leitor. **Caderno Intersaberes**, v. 8, n. 15, 2019. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1258>. Acesso em: 07 jun. 2022.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 2003.

FUNDAÇÃO ANTONIO MENEGHETTI. Projeto Educacional: Despertando a formação inteligente por meio da leitura. In: **Fundação Antonio Meneghetti**, 2021. Disponível em: <https://fundacaoam.org.br/projetos/detalhes/31/despertando-a-formacao-inteligente-por-meio-da-leitura>. Acesso em: 03 jun. 2022.

FUNDAÇÃO ANTONIO MENEGHETTI. Fundação Antonio Meneghetti. In: **Fundação Antonio Meneghetti**, 2021. Disponível em: <https://www.fundacaoantoniomeneghetti.org/institucional2f38ae7b>. Acesso em: 03 jun. 2022.



Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) and remote work: an autoethnographic exploration in the era of telecommuting

Stephannie Louyse Dantas de Medeiros¹
João Florêncio da Costa Júnior²

Resumo: Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) is a neurobiological condition that impacts focus, impulse control, and organization, potentially hindering educational and professional development. This research aims to investigate how remote work affects employees with ADHD, acknowledging the scarcity of studies in academia regarding this relationship. The study adopts an autoethnographic and autobiographical approach to examine the impact of remote work on individuals with ADHD. Notably, the use of ChatGPT as a methodological tool is emphasized for analysing autoethnographic impressions and creating thematic categories. This approach seeks to comprehensively capture the nuances of experiences, providing a deeper understanding of the challenges faced by these professionals. It was observed that telecommuting, driven by the COVID-19 pandemic, poses challenges such as social isolation, blurred boundaries between personal and professional life, time management difficulties, and feelings of alienation, exacerbating these challenges for those with ADHD. The research not only offers an in-depth understanding of the difficulties individuals with ADHD face during remote work but also highlights the methodological innovation of incorporating technologies like ChatGPT for qualitative analysis. Additionally, practical strategies are identified to assist these professionals in overcoming obstacles, aiming to create more inclusive and productive work environments. Despite the benefits of remote work, such as flexibility and cost savings, it also presents challenges, including maintaining focus, managing time, and establishing clear boundaries between work and personal life. The study underscores that, for those susceptible to distractions and in need of structure, remote work can create additional tensions, challenging the notion that telecommuting is entirely autonomous and flexible.

Palavras-chave: Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD); remote work; telecommuting; remote job.

Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e trabalho remoto: uma exploração autoetnográfica na era do teletrabalho

Abstract: O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma condição neurológica que impacta a concentração, o controle de impulsos e a organização, podendo potencialmente prejudicar o desenvolvimento educacional e profissional. Esta pesquisa visa investigar como o trabalho remoto afeta os colaboradores com TDAH, reconhecendo a escassez de estudos acadêmicos sobre essa relação. O estudo adota uma abordagem autoetnográfica e autobiográfica para examinar o impacto do trabalho remoto em indivíduos com TDAH. Destaca-se o uso do ChatGPT como ferramenta metodológica para analisar impressões autoetnográficas e criar categorias temáticas. Essa abordagem busca capturar de forma abrangente as nuances das experiências, proporcionando uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados por esses profissionais. Observou-se que o teletrabalho, impulsionado pela pandemia de COVID-19, apresenta desafios como isolamento social, fronteiras difusas entre vida pessoal e profissional, dificuldades

¹ Graduated in Business Administration from the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: stephannie.dantas.118@ufrn.edu.br

² PhD in Management, Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN). Professor at the Department of Management (DEPAD) at the Federal University of Rio Grande do Norte and Professor at the School of Management and Business at Potiguar University – UnP Anima. E-mail: jfcj1977@gmail.com

na gestão do tempo e sentimentos de alienação, exacerbando esses desafios para aqueles com TDAH. A pesquisa não apenas oferece uma compreensão aprofundada das dificuldades enfrentadas por indivíduos com TDAH durante o trabalho remoto, mas também destaca a inovação metodológica de incorporar tecnologias como o ChatGPT para análise qualitativa. Além disso, são identificadas estratégias práticas para auxiliar esses profissionais a superar obstáculos, visando criar ambientes de trabalho mais inclusivos e produtivos. Apesar dos benefícios do trabalho remoto, como flexibilidade e economia de custos, ele também apresenta desafios, incluindo manter a concentração, gerenciar o tempo e estabelecer limites claros entre trabalho e vida pessoal. O estudo destaca que, para aqueles suscetíveis a distrações e que necessitam de estrutura, o trabalho remoto pode criar tensões adicionais, desafiando a noção de que o teletrabalho é totalmente autônomo e flexível.

Keywords: Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH); trabalho remoto; teletrabalho; *home office*.

Trastorno por Déficit de Atención e Hiperactividad (TDAH) y trabajo remoto: una exploración autoetnográfica en la era del teletrabajo

Resumen: El Trastorno por Déficit de Atención e Hiperactividad (TDAH) es una condición neurobiológica que afecta la concentración, el control de impulsos y la organización, pudiendo obstaculizar el desarrollo educativo y profesional. Esta investigación tiene como objetivo investigar cómo el trabajo remoto afecta a empleados con TDAH, reconociendo la escasez de estudios en la academia sobre esta relación. El estudio adopta un enfoque autoetnográfico y autobiográfico para examinar el impacto del trabajo remoto en individuos con TDAH. Destacadamente, se enfatiza el uso de ChatGPT como herramienta metodológica para analizar impresiones autoetnográficas y crear categorías temáticas. Este enfoque busca capturar de manera integral las sutilezas de las experiencias, proporcionando una comprensión más profunda de los desafíos enfrentados por estos profesionales. Se observó que el teletrabajo, impulsado por la pandemia de COVID-19, presenta desafíos como el aislamiento social, la difuminación de límites entre la vida personal y profesional, dificultades en la gestión del tiempo y sentimientos de alienación, exacerbando estos desafíos para aquellos con TDAH. La investigación no solo ofrece una comprensión profunda de las dificultades que enfrentan las personas con TDAH durante el trabajo remoto, sino que también destaca la innovación metodológica de incorporar tecnologías como ChatGPT para el análisis cualitativo. Además, se identifican estrategias prácticas para ayudar a estos profesionales a superar obstáculos, con el objetivo de crear entornos laborales más inclusivos y productivos. A pesar de los beneficios del trabajo remoto, como la flexibilidad y el ahorro de costos, también presenta desafíos, como mantener la concentración, gestionar el tiempo y establecer límites claros entre el trabajo y la vida personal. El estudio subraya que, para aquellos susceptibles a distracciones y que necesitan estructura, el trabajo remoto puede crear tensiones adicionales, desafiando la noción de que el teletrabajo es completamente autónomo y flexible.

Palabras clave: Trastorno por Déficit de Atención e Hiperactividad (TDAH); trabajo remoto; teletrabajo.

1 Introduction

In recent years, remote work has become an increasingly prevalent reality in various professional sectors. The acceleration of this phenomenon has been intensified by the COVID-19 pandemic, which necessitated social isolation measures and encouraged the adoption of remote work practices. The expansion of remote work has challenged the

geographical boundaries of organizations, allowing the workplace to be virtually exercised from any point on the planet (De Macêdo *et al.*, 2020; Nohara *et al.*, 2010).

According to Araújo and Lua (2021), the pandemic has shed light on a wide range of issues related to remote work, making this topic even more current and relevant. In the meantime, many employees, unfit and/or unprepared for remote work, found themselves immersed in a new work context. Within this context, new and more challenging conflicts have emerged, necessitating further investigation into the topic and providing opportunities for updating innovative management strategies, as well as refining existing tactics, to ensure business survival.

Telecommuting offers advantages such as flexible schedules, reduced commuting, and access to talent in different locations across the country and the world. However, significant challenges arise from this modality, especially for employees facing adverse attention conditions, such as Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD). For these employees, such changes can pose additional challenges in terms of adaptation, organization, and concentration (De Macêdo *et al.*, 2020; Lopes; Do Nascimento; Bandeira, 2005; Ward; Bhabha, 2001).

ADHD is a neurobiological condition that affects concentration, impulse control, and organization. In general, the analysed articles indicate that ADHD can have negative consequences, particularly in educational development and professional performance. Understanding how remote work affects employees with ADHD is crucial for developing appropriate solutions to stimulate the good work performance of these employees, promoting their proper inclusion in the job market (Castro; De Lima, 2018).

However, it is important to note that the relationship between remote work and ADHD is still a relatively unexplored topic in academic literature. Nohara *et al.* (2010, p. 157) assert that "social facts – created from the way society perceives itself and the world around it – can only be explained through the social effects they produce." Therefore, it is necessary to investigate the social and individual effects of remote work for employees with ADHD to better understand their specific experiences and challenges.

It is relevant to highlight that ADHD affects 3% to 7% of the population, according to Lopes, do Nascimento, and Bandeira (2005), and its carriers often face negative consequences in adulthood, such as disorganization, distraction, difficulty on task prioritization, and indiscipline, according to Castro and de Lima (2018). At the same time, remote work demands organizational and disciplinary skills (De Macêdo *et al.*; 2020; Barros; Silva, 2010). By investigating the challenges faced by employees with ADHD in remote work, the aim is to

understand how this work modality can affect the productivity, concentration, organization, and quality of life of these employees. For Castro and de Lima (2018, p. 67), "Such difficulties are identified as obstacles to success in the profession, despite their sometimes notable capabilities."

Regarding remote work, Amador and Rocha (2018, p. 4) state that "there are numerous publications that problematize this practice, bringing questions from different contexts for our reflection." Additionally, Araújo and Lua (2021) highlight the existence of more questions than answers on the subject. In this sense, this work aims to contribute to a better understanding of the impact of remote work on the work performance of individuals with ADHD, analysing the implications of remote work on the work experience of one of the authors the author's work experience, who suffers from ADHD, through an autoethnographic analysis centred on personal experiences, elucidating insights and concerns, in the face of inclusivity challenges rarely discussed in the context of telecommuting.

2 Theoretical Background

Despite receiving notable momentum and visibility with the COVID-19 pandemic, REMOTE WORK has been the subject of academic reflections for several decades, as evidenced by Mello's definition (1999, p. 7): "the Telework Process emerges as a modern alternative for business management, focusing on flexible work alternatives to make companies more competitive and dynamic".

However, discussions on the subject date back further, as noted by Rocha and Amador (2018, p. 153): "Remote work, less linked to industrial production and necessarily tied to the use of ICT, has its earliest conceptions presented in the 1970s." The term "ICT" is defined by Nohara *et al.* (2010) as "Information and Communication Technologies (ICTs)." This period also marks the first recorded instance of the term "telework" (Araújo; Lua, 2021, p. 3). Subsequently, more substantial research began, "becoming a subject of academic analysis from the 1990s" (Rocha; Amador, 2018, p. 154).

Since then, this new form of flexible work has captured the attention of many scholars, sparking discussions and research worldwide, with numerous companies adopting this model to optimize their processes and enhance employee productivity. In line with Rocha and Amador (2018, p. 153), "the possibility of working anywhere has become a highly accessible and often attractive reality."

In Brazil, historical records show the adoption of remote work even before the pandemic. Barro's and Silva case study (2010) reveals evidence of its use in 2000 when Shell Brasil officially adopted it for some employees. According to the authors, "the Shell case reveals different aspects that can influence individuals' perception of their own condition and likely success and satisfaction" (Barros; Silva, 2010, p. 88).

In Brazil, however, the national scientific production records are a few years behind. Considering publications on SciELO, it can be concluded that the topic is relatively new in Brazil, despite millions of workers already engaging in remote work (Nohara *et al.*, 2010).

Examining the SciELO – Brazil data provided by Nohara *et al.* (2010), it becomes evident that, despite discussions spanning decades, scientific production still has much to explore. According to Rocha and Amador (2018, p. 153), "far from being mere novelty, this work modality has brought forth various questions that must be carefully analysed." The author emphasizes the lack of consensus regarding the concept of the modality, which appears quite heterogeneous, as reflected in diverse terminologies and scenarios designated by the same terms (De Macêdo *et al.*, 2020; Rocha; Amador, 2018). This perception is supported by Araújo and Lua (2021, p. 3), who state, "telecommuting, remote work. The literature records the use of different terms for work carried out at home. The definition of concepts in this field is diverse and undergoes significant temporal modifications." Another expression variation, possibly related to geographical factors, is presented by Bridi *et al.* (2020, p. 2), "home office is a term predominantly used in Brazil to refer to work done at home."

Despite the observed terminology variations, this academic project focuses on the functional evaluation of the work arrangement. Curiously influenced by location, schools of thought, and temporal lapse, it is worth noting that "it does not matter much what you call it—as long as you practice it properly" (Mello, 1999, p. 38).

In this perspective, it is understood that regardless of the terminology used, TELEWORK is an organizational innovation capable of adjusting work forms, transcending spatial and temporal limitations through technologies massified in recent decades, such as information technology, telecommunications, and information (De Macêdo *et al.*, 2020; Bridi *et al.*, 2020; Nohara *et al.*, 2020).

In the literature of business, administration, and applied sciences, the observed focus revolves around the benefits of the modality and the conditions for its success. The modality is perceived as "an evolutionary trend in the world of work [...] as a naturally advantageous path in times of ICT expansion" (Rocha; Amador, 2018, p. 156).

According to Rocha and Amador (2018) and Araújo and Lua (2021), the flexibility of the modality, combined with the growing technological diffusion, makes REMOTE WORK relevant to the contemporary context. Thus, "telecommuting has proven to be a very strong trend in today's world of work" (Rocha; Amador, 2018, p. 160).

Its significant benefits, for both the organization and employees, reinforce perceptions of productivity and dynamism. For the organization, the adoption of REMOTE WORK can make it more agile and dynamic, with greater market reaction capacity, as asserted by Mello (1999). It also enables increased productivity and cost reduction, according to ROCHA AND Amador (2018). From the employee's perspective, both authors agree, highlighting the flexibility of professional and personal routines as the most impactful benefit (Mello, 1999; Rocha; Amador, 2018).

In addition to the method's advantages, the media has played a significant role in fostering interest in this work format, as stated by Araújo and Lua (2021, p. 3): "The media's role is also noted in the effort to present this type of work as a kind of opportunity for personal freedom and autonomy – 'you as the owner of your time.'"

This media influence was evident in the pandemic context of COVID-19, with isolation and social distancing recommendations resulting in a significant increase in TELECOMMUTING enthusiasts, affecting various segments and economic sectors of the country and the world (Bridi *et al.*, 2020). Thus, "the pandemic brought a global reality with constant changes, requiring continuous adaptations" (Araújo; Lua, 2021, p. 3-4), which are still not well understood, demanding considerable effort in new research (De Macêdo *et al.*, 2020).

Data from the IPEA's Conjuncture Letter indicate that "8.2 million people who continued working during the Covid-19 pandemic carried out their work remotely" (Góes; Martins; Nascimento, 2021, p. 1). Companies expected the normalization of business to drastically reduce the home office model, but this did not happen. On the contrary, operational areas increased from 1.1 days per week in 2021 to 1.6 days per week in 2022 and expect to remain at 1.4 in the future (Pacini; Tobler; Bittencourt, 2023).

Despite the expectations of a decrease in the number of adherents to the modality, the remote work method "was the alternative found for the continuity of work activities" (Araújo; Lua, 2021, p. 4). Thus, the COVID-19 pandemic propelled the mass adoption of this modality, demonstrating to companies in various industry sectors that this work mechanism is viable, even in traditionally more resistant sectors. In this regard, "there is unanimous

acknowledgment of the worldwide strong acceptance trend of this work modality, as well as its accelerated growth" (Rocha; Amador, 2018, p. 154).

According to the analysis by Araújo and Lua (2021), a noteworthy issue regarding this work modality is the ambiguity surrounding its characteristics, as both advantages and disadvantages are presented. Research on the subject indicates a variety of negative (disadvantages) and positive (advantages) points of telecommuting (Nohara *et al.*, 2010). "The most frequently found topics in the literature concern the identification of advantages and disadvantages in the implementation of telecommuting by workers, organizations, companies, and society" (Rocha; Amador, 2018, p. 155), with current emphasis on studying the topic through ergonomic research (De Macêdo *et al.*, 2020).

In Barros and Silva's perspective (2010, p. 86), "perceived advantages include greater autonomy in organizing work, flexibility in managing one's own time, and a sense of improved quality of life, especially when this quality of life includes improved family relationships." This understanding is corroborated by Rocha and Amador (2018), emphasizing that telecommuting offers various advantages to workers, such as flexible working hours, the possibility to organize time to balance social, family, work, and leisure demands, time savings on commuting, and autonomy in organizing work, especially regarding space and time. On the other hand, organizations or companies also benefit from telecommuting, as they can reduce costs related to physical space, equipment, and maintenance, increase productivity, and experience greater development of Information and Communication Technologies (ICT) (De Macêdo *et al.*, 2020).

Thus, it becomes evident that telecommuting presents a series of advantages for both workers and organizations, providing greater autonomy, flexibility, and an improvement in the quality of life, contributing to cost reduction and increased productivity. For Barros and Silva (2010, p. 84), flexibility is among the most cited benefits, and a positive outcome is "the release of stress from facing city traffic [...] less commuting also means less exposure to urban violence." Authors Rocha and Amador (2018) also highlight the importance of flexibility as one of the attractive points of the modality for employees, as the opportunity to perform work in any location gains prominence as a viable and attractive proposal.

However, while flexibility is considered an advantage, it is also a central point for the main challenges of flexible work. After all, "flexibility [...] comes with the cost of the absence of temporal and spatial limits of professional work and domestic and family tasks" (Araújo; Lua, 2021, p. 5). The evidence of ambivalent points in the literature highlights the undeniable

complexity of the topic, emphasizing the importance of understanding both the potential advantages and disadvantages.

Authors Araújo and Lua (2021, p. 5) also analyse that a considerable part of the research on telecommuting focuses on the analysis of effectiveness and the impact of the modality, with a restricted emphasis on the economic perspective, overlooking the workers' viewpoint. This perspective is considered by Rocha and Amador (2018), who point out that literature focused on the business sector is directed toward productive performance and profit.

Therefore, aiming to better understand the complexities of the modality, it is essential to comprehend the main disadvantages associated with it. The main risks of telecommuting are the difficulty of controlling employees and the loss of their integration and connection with the organization. This relationship has raised doubts among those concerned only with company productivity and those concerned with the subjective effects of work. Many management publications have addressed methods of controlling remote work. This research seeks to discover the best methods for controlling employees who work remotely to keep them motivated and productive according to the company's objectives (Rocha; Amador, 2018).

Most research predominantly adopts an administrative and functionalist focus; however, telecommuting presents significant challenges to workers, such as social and professional isolation, difficulty in delineating personal and professional boundaries, family conflicts with the new routine, difficulty in concentration, and time management for defining work hours are some of the negative points (Araújo; Lua, 2021).

The consideration of both positive and negative aspects of remote work allows the inference that a generic analysis is incapable of capturing a real reflection of the various variations gathered under this term. The literature only records nuances of the multifaceted possibilities of reality involved (Rocha; Amador, 2018).

The work-life balance transcends mere organizational issues and becomes a complex challenge, involving the pursuit of sustainable balance between personal and professional spheres. Thus, the implementation and practice of flexible work are not exempt from significant challenges. Upon examining pioneering records in the country, including Mello's perspective (1999), there is a variance in opinions on the effects of flexible work, signifying less interruption and greater efficiency for some or impracticality for individuals more inclined toward interaction with colleagues. There is no consensus on the effects of this practice on society and the individual (Barros; Silva, 2010).

For Mello (1999), the careful selection of collaborators is crucial, with management responsible for choosing professionals compatible with the modality, such as individuals with advanced task self-management skills. In later records, responsibility, apparently limited to professional characteristics, is redirected to the organization (Nohara *et al.*, 2010). Recent research presents practical results in the 2019 pandemic scenario, as stated by Bridi *et al.* (2020, p. 2), "many workers had to adapt to a new way of performing their work within the work they do."

Although there are different perspectives, a challenging point has been repeatedly observed in various studies – the routine management of teleworkers (De Macêdo *et al.*, 2020). There are numerous reports of inconsistencies related to balancing the working hours of telecommuters. "Autonomy is granted to the teleworker to manage their working time, but dictated by the workload, paradoxically taking away control from the worker, who is compelled to respond to demands without time and availability restrictions" (Rocha; Amador, 2018, p. 158).

The lack of organization and the novelty of remote work led to excessive dedication to professional activities and neglect of personal life. Furthermore, it is observed that some individuals are prone to increasing the amount of work they do in an effort to earn more money, leading to the creation of subjective and deeply intimate patterns and controls, to some extent alienating (Nohara *et al.*, 2010). The thin line between personal and professional life confuses and extends the workday, prompting the need to reevaluate the personal meaning attributed to time, thus requiring a critical analysis of priorities and individual values, confronting the traditional idea of productivity and efficiency (Mello, 1999; Araújo; Lua, 2021).

Thus, the dilemma of the modality extends beyond the physical boundaries of the organization. The transition to a remote work environment presents obstacles not only in organizational matters but also in aspects related to the well-being of the individual. As stated by Barros and Silva (2010, p. 83), "there are no references to help define the boundaries between work and personal life time and space."

"Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) is a neurobehavioral and multifactorial disorder characterized by persistent patterns of inattention, disorganization, impulsivity, and hyperactivity" (Abrahão *et al.*, 2020, p. 1026). Despite the disorder being treated in children for a century, only a few decades ago, a high frequency of its persistence in adult life was observed, compromising their development, including in the professional sphere" (Castro; De Lima, 2018; Lopes; Do Nascimento; Bandeira, 2005).

In the workplace, the main difficulties presented by individuals with ADHD involve "the lack of ability to maintain attention for a long period; lack of organization (lack of discipline); insufficient ability to fulfil commitments; inability to establish and follow a routine" (Lopes; Do Nascimento; Bandeira, 2005, p. 67). Some residual signs of the disorder are identified in difficulties to carry out work, easy distraction, and an inability to concentrate (Lopes; Do Nascimento; Bandeira, 2005, p. 67). According to Castro and De Lima (2018, p. 62), "such symptoms are frequently and disproportionately presented in relation to individuals of the same age, causing distress to the individual."

In this light, valid concerns arise about the necessary working conditions in telecommuting for the efficient performance of employees with ADHD. In the literature, there are relevant reports of difficulties in carrying out remote work by these employees. "More than a challenge, discipline is seen as a requirement for the success of the teleworker, as it is easy to lose control of one's own routine in the face of multiple demands and responsibilities" (Barros; Silva, 2010, p. 83). In Rocha and Amador (2018, p. 158), "workers find themselves compelled to develop self-control and self-discipline techniques to meet the many demands of immaterial production." Issues related to attention can also be seen in Araújo and Lua (2021, p. 6), "difficulty in concentration due to the presence and demands of other family members."

These specificities are often overshadowed by the benefits of the modality, as stated by Nohara *et al.* (2010, p. 162), "a positive indicator to plan your own schedule." However, the same scientific productions that present the positive aspects of the modality also address the fragility traits of this work mechanism for individuals with ADHD, as in the passage on the same page as the previous citation from Nohara *et al.* (2010, p. 162), "respondents reported that managing their own pace of work requires discipline." If flexibility is a positive aspect for some, for others, it can be a challenge, considering that personal characteristics such as self-discipline are conditioning elements of the perception of telecommuting (Barros; Silva, 2010).

When considering the impacts of telecommuting on individuals with ADHD, two factors emerge as possible challenges. The first is the difficulty of concentration in the face of demands and distractions in the home environment, which can compromise productivity and efficiency at work. The second factor is the need for self-control and discipline since the absence of a defined structure and the flexibility of telecommuting can make task organization and meeting deadlines challenging.

In Rocha and Amador (2018), it is observed that, although the teleworker apparently has autonomy in time management, this perception is limited due to the high volume of tasks

and the need for self-control. When confronting the perception of intrinsic implications of remote work and the individual conditions of an employee with ADHD, an apparent incompatibility is found. Associating an individual naturally predisposed to distraction and indiscipline with the flexible work modality that presupposes, even indirectly, self-control leads to a conclusion that is at least dubious. Thus, the notion that telecommuting is an entirely autonomous and flexible option is challenged. While these are hypotheses that deserve further investigation, it is important to consider these factors, as the diversity of situations and circumstances related to this practice renders the advantages and disadvantages described in the literature insufficient to comprehend its real complexity (Rocha; Amador, 2018, p. 155).

3 Method

Through a qualitative approach and autoethnographic and autobiographical analysis (Santos; Torga, 2020; Santos; 2017), the authors aim to provide an in-depth understanding of the challenges faced by professionals with Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) in the context of remote work. The goal is to identify practical strategies and recommendations that can assist these professionals in overcoming obstacles and fostering a more inclusive and productive work environment.

The research employs a descriptive qualitative approach to explore the relationship between employees with ADHD and remote work, aiming to comprehend the characteristics and dynamics of the investigated phenomenon. The qualitative approach allows for a nuanced and contextualized understanding of the study object by exploring subjective, cultural, and social aspects of the topic (Castro; De Lima, 2018; Barros; Silva, 2010).

The study focuses on one of the researcher's own work experience, specifically, the researcher diagnosed with ADHD who occupied the same position both in-person and remotely during the COVID-19 pandemic. The research delves into the challenges faced during these two distinct phases, examining the tasks performed, the impact on productivity, and the decision to switch back to in-person work.

To achieve the proposed objectives, two data collection methods were employed: a literature review (Saunders; Lewis; Thornhill, 2016; Yin, 2015) exploring the conceptual nuances related to remote work specifically for individuals with ADHD, and autoethnographic and autobiographical analysis, offering the researcher's experience in the context of work and life vis-à-vis the studied literature (Santos; Torga, 2020; Santos; 2017).

The literature review aimed to examine existing literature on key aspects involving Remote Work and Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD). It involved the analysis of primary and secondary sources, such as scientific articles, journals, books, theses, and dissertations, to establish a comprehensive theoretical foundation (Saunders; Lewis; Thornhill, 2016).

Autoethnographic analysis, chosen to collect and analyse data, considers the researcher's experiential perspective, allowing for a critical analysis of personal beliefs and experiences (Santos; Torga, 2020; Santos; 2017). The researcher constructed a personal narrative in the form of a personal diary during the remote work period, providing a frequently overlooked perspective—the reality of individuals dealing with mental health disorders (Lopes; Do Nascimento; Bandeira, 2005).

Data analysis involved an inductive approach for the literature review, identifying patterns, key concepts, and convergent and divergent points in the consulted sources. Autoethnographic analysis used reflexivity as an analytical instrument, separating personal perception from critical self-reflection. The analysis comprised two main topics: a personal narrative and a critical self-reflection of the researcher (Santos; Torga, 2020; Yin, 2015).

In parallel, ChatGPT-4 was introduced to verify the interaction between the autoethnographic texts and the author-assigned codification. This incorporation aimed to add an element of objectivity and reduce subjectivity in the analysis (Morgan, 2023; Hamilton *et al.*, 2023).

Morgan (2023) highlights the advantages of employing ChatGPT for thematic analysis, emphasizing efficiency, consistency, and objectivity. The model's rapid processing of extensive text volumes enhances reliability, but challenges such as contextual understanding limitations persist. Human validation is crucial, as individual coders provide a nuanced understanding that AI lacks. Combining automated analysis with human oversight ensures accuracy and contextual relevance (Hamilton *et al.*, 2023).

4 Results and discussion

The perception of an individual with Attention Deficit and/or Hyperactivity Disorder was articulated in personal narratives within the diaries, employing reflective language in the first person (Medeiros, 2023; Santos, 2017).

Following the transcription, ChatGPT 4 was utilized to create thematic categories, in order to enhance both the structure and depth of the storytelling process. The results are presented in Tables 1, 2, 3 and 4.

In Table 1 it is presented the early stages of adaptation, describing the initiation of remote work and the challenges faced by the author, such as loss of focus, irritability, and demotivation.

Table 1 - The Beginning or Early Challenges

Category	Subcategory	Excerpts
Start of remote work	Feeling of normalcy and hope	Computer, mouse, chair, table and water bottle. Apparently, another normal day of work had begun, except for the fact that I was working at the table where I had had dinner the night before. Like most new things in life, I found it curious to have more freedom. Excitement, setting up a workplace, getting water, notifying the family and checking the clock. Work began, but with it came hope, the first normal thing in an atypical routine. Everything will be fine, I imagined.
Difficulties with concentration	External and internal noises	The first few days were the hardest. Start of the workday. Restart of the desired routine. Feeling of belonging and pride. Working while listening to the news, kitchen, family, TV, neighbours, fly...normal, the noises have always been here. I know this environment, it's always been like this, no noise interests me. What will this change in your life? Stop. Anguish, external noises, internal noises. Thoughts. What am I thinking. It's just noise, I'm here with my work. Start over! Start over! Computer screen, letters, words, lighting, reading, forgetting, reading, daydreaming, thoughts. Where am I, what happened, when did I stop, where was I? Beginning of a new cycle. It's okay not to get it right the first time, the important thing is to keep trying. Failure.
Strategies for concentration	Change of environment, headphones, schedule	After the first few days of low productivity, I started to think about strategies to regain my work productivity and receive the long-dreamed feeling of self-pride. In the following days, several changes were made: changing the environment, looking for a comfortable chair, headphones, therapeutic frequency for concentration, structuring a routine schedule. However, as expected, it was not enough for an inattentive person to concentrate. There were still the people, the voices, the smell of food and all the other distractions mentioned earlier. Ah, people! People had a knack for making noise. Person, cough, clearing of throat, voice, pot, stove turning on, cutlery, faucet, sound of footsteps, among other sounds. However, the problem was not with the individual sounds, but with the sound as a whole. A maddening sound.
Difficulties and temptations	Loss of focus and irritation	Trying and adjusting were almost mantras in my daily life. I remember the joy of achieving 30 minutes of attention, usually followed by an irritating restlessness, in a way that everything could be interesting. I would hear the sound of the birds and be tempted to go to the window to look. I would hear the faucet dripping and want to turn it off. The simple way the wind gave life to objects. The movement of the clothes hanging out, the sound of paper in the gentle breeze. Everything around me seemed to awaken, inviting me to contemplate it. I resisted for a while. What happened and what am I doing were constant doubts. I had done it before, what had changed, I wondered. I am here, but I am far away, I need to be here.

Source: elaborated by the authors (2025).

On analysing Table 1, it is possible to notice that the individual's remote work journey unfolds with an initial sense of normalcy and hope, embracing the newfound freedom. However, challenges arise in maintaining concentration amidst external and internal noises, leading to moments of frustration and the acknowledgment that success may not come instantly. Various strategies, such as changing the environment and implementing a routine, are attempted, but persistent distractions, particularly from people and their sounds, continue to pose difficulties. The individual grapples with the fluctuating balance between focus and temptation, experiencing both moments of joy in achievement and the constant struggle to resist distractions, ultimately revealing a dynamic and evolving mental state shaped by the complexities of remote work.

In Table 2 it is presented the strategies employed by the author to enhance her concentration, such as changing the environment, using headphones, and creating a schedule. It also addresses the ongoing challenges she faced, including a scattered mind and procrastination.

Table 2 - Strategies to Cope with TDHD

Category	Subcategory	Excerpts
The mind and sound	Attentive mind vs. scattered mind	For me, beyond identifying things, sound seemed to reverberate as my body would react to the world. Sounds have always been in my memory in a striking way, but only when writing this analysis did I realize how much sound resembles my mind. I identify it in two variations. The attentive mind, harmonic, with all sounds resonating at the same frequency. The scattered mind, with several disordered and overlapping thoughts scrambling reason, resembling several disturbed sounds. So, sometimes, when there is a lot of internal noise, external noise can maximize the confusion of ideas. And, when I least expected it, I got lost in the conversation of sound.
Silence as productivity	Night as the ideal work period	Amid the noise comes the intoxicating silence. Only the emotion of an idea is capable of silencing the conflict of emotions, raising the clarity of imagination. It's the noise! It can only be the noise. A new strategy is designed in the immediate rush for results. Silence is attentive, silence is productive. Where is the silence? The silence of the night emerges in the brilliant mind. Soon, the day is exchanged for the night until the clarification of a new point. Silence, productivity. Computer. Screen. Production. Ecstasy. Given two hours of productive silence, I received a visit from a messenger of inattention. A distant cousin who always accompanies him. Different name, similar irritability. Tall, malnourished, few facial expressions, spreading sadness wherever he goes. You must know him as boredom. From time to time it arises, guaranteeing a blur of my goal. Within minutes, it awakens a kind of incessant sleep. Attention "sleeps", what's your problem? And back to the time of sleepy boredom.
Difficulty concentrating	Rituals for attention	I didn't understand how people sat down, looked at the screen and started doing what they did. It seemed instant and enjoyable. My whole life has been accompanied by rituals created by me in the mission of concentrating my mind on the activities that I wanted and needed to perform. So, imagining sitting down and starting, in the

		same way that a computer turns on and works, seemed impossible. I mean, it seemed unreal.
Competitiveness as fuel	Challenges and frustrations	In general, the experiences had the only result of disappointment. However, I saw it with dissatisfaction. After all, I never conformed to the difficulty. I even accepted its existence, however, as a goal to be overcome, almost like a game. I have always loved games, for them attention was turned on 100%. Over time, I unveiled the fuel: competitiveness. Perhaps it is some instinctive survival mechanism, which would make perfect sense, considering that this factor releases in me the energy necessary to compensate for the series of activities left aside by something difficult to name. When I think about the subject, I see a cloud of thoughts: confusion, insecurity, fear, procrastination, shame, anger, confusion and tiredness. For now, this is the clearest definition accessible in my mind.

Source: elaborated by the authors (2025).

The individual's state of mind, as revealed in Table 2, unfolds in distinct categories. The mind's relationship with sound is portrayed as a dichotomy between an attentive, harmonious state and a scattered one marked by disordered and overlapping thoughts. Internal noise exacerbates the confusion of ideas, leading to unexpected moments of getting lost in the conversation of sound. The concept of silence emerges as a key factor for productivity, particularly during the night, offering clarity and imagination. However, the challenge of maintaining focus is highlighted, with the individual describing rituals developed over a lifetime to concentrate. The narrative reflects a competitive mindset, where challenges are seen as games to be overcome, fuelled by the instinctive survival mechanism of competitiveness. Despite experiencing disappointment and a cloud of conflicting emotions, the individual sees difficulties as goals to be conquered, providing clarity amidst the complexity of their mental landscape.

Table 3 describes the author's fatigue and the dialogue she had with management regarding her unproductivity.

Table 3 - Fatigue and Dialogue

Category	Subcategory	Excerpts
Weariness and exhaustion	Tension and confusion	It was a tumultuous period. If on the one hand there were complaints from dissatisfied supervisors, on the other there was despair, exhaustion and insecurity in myself. Trying to force adaptation was exhausting, there was no longer any clarity about when I started and when I stopped. Just a new confusion. However, this confusion is different from the first ones. It was the confusion of tiredness, the tiredness of not stopping trying. The continuous work consumed me and the constant tension wasted away. After failed tests to establish an effective mechanism to activate my productivity, there was no other option but to open the game with the boss. Thinking about admitting being unfit seemed scary, to the point of not being able to sleep at night. I believe that assuming vulnerability is unpleasant for anyone, not only because of the judgment of others, but because of their own perception of themselves. Nothing is as frustrating as

		giving up on yourself. The feeling of feeling different can even be good in some situations, but that was far from materializing into a positive feeling. It was confusing not to understand what was different about me.
Dialogue with the boss	Difficulty explaining unproductivity	The dialogue could only be harsh. Discussing unattained results could only be unpleasant, but consistent with the situation. It hurt to perceive the distrust of his commitment, amid so many attempts. However, the claim was legitimate. Convincing someone of something that you don't even understand can make the situation even more confusing, like swimming against a current. As the conversation unfolded, after explaining the apparent factors of unproductivity, a solution emerged.

Source: elaborated by the authors (2025).

It is revealed a profound struggle with weariness and exhaustion, particularly in the face of tension and confusion during a tumultuous period. The attempt to force adaptation led to a state of constant fatigue and a lack of clarity about work boundaries. This exhaustion was not just physical but also stemmed from the ongoing effort without clear results. The individual faced a daunting challenge of admitting vulnerability and unproductivity to the boss, a process marked by fear and sleepless nights. The dialogue with the boss, while harsh and uncomfortable, eventually led to a breakthrough. The difficulty in explaining unproductivity gave way to a solution, highlighting the complex emotional texture of the conversation. The individual's journey reflects the emotional toll of persistent efforts, the fear of judgment, and the ultimate relief that comes with addressing and finding solutions to challenges.

Finally, in Table 4 it is detailed the author's adaptation to the reality of remote work, the benefits of in-person work, and final reflections on the experience.

Table 4 - Adjustment and Contemplations

Category	Subcategory	Excerpts
Adapting work to reality	Return to face-to-face work	The solution was an agreement. An agreement to adapt work to my reality, acknowledging the difficulties faced and seeking viable alternatives. It was comforting to return to the face-to-face work approach. Difficulties in face-to-face production also existed, but it would be unfair to compare them. In each sector, there was a collaborator, so that they could organize themselves in a rotation system. There was something different about having a place to work, as if my mind was able to understand. When I got there, I observed an atmosphere of production in the other sectors. There was the smell of coffee in the break room, the noise of printers in rooms and I could hear my colleagues on work calls. Somehow, this had a meaning for my attention.
Benefits of face-to-face work	Atmosphere of production and belonging	The first day started and everything went back to normal, moments of inattention that did not determine my attention. I remember the relief of finding my space or seeing that I fit into something. In these moments, the noise of thoughts seems to come into tune with the outside. Completing each demand awakened a fascination and intense involvement in me. The frenzy of conquest. The perception of capacity. Thus, I could feel a mix of belonging to living in society.

Errors and imperfections	Importance of self-analysis	It must be admitted that there were still mistakes, incorrect page numbers. Documents not printed. Forgetting some requests. Mistakes of any human being. Some make mistakes there, others here. It will never be perfect. Imperfections also teach, they strive and when determined, they can leave their mark on history. This is the voice of truth; the truth is not always good or pleasant. In all organizations there are voices of truth, each with a story and a different way of leaving its legacy to the world. In the game of productivity, perfection is about looking at your pieces and organizing them according to your capabilities.
Reflections on the experience	Difficulties and learnings	In the midst of writing this analysis, I was able to observe other discrepancies. I believe that an article written at home for months can sprinkle more of this little-explored reality. A defined work and a chosen subject. No one could imagine that its conclusion would take more than 2 years. It is difficult to describe the urge to walk every time I sat in the chair to produce it. Many times I gave up. Others I wrote. But there is a curious feeling of never being good enough, after all you don't feel like you really belong. I try to observe what has changed in order to be able to finish it. Suffering and anguish of not believing in being capable played a big role. You start to produce, but you don't quite understand where you are going. Confusion. Attempt. Agitation. Thoughts. Panic. Escape. An assumption of failure. When I look at what has changed, I realize more internal factors. Attempts. Deceptions. Attempts. Defeat. Depression. Dissatisfaction. Attempts. Discipline. Attempts. Self-knowledge. Attempts. Self-analysis. Attempts. Conquest.
Panic attacks	Discomfort and vulnerability	In the last days of writing, I was able to observe panic attacks while recording the autoethnographic analysis, resulting in a slowdown in production. You can't write well when you feel suffocated. Finishing each part of the work and starting it awakened a hypnotizing fear. Somehow, talking about yourself and exposing vulnerability on a delicate subject is uncomfortable. Attempt. Forgetfulness. Confusion. Insomnia. Insecurity. Walking. Attempt. Procrastination. Attempt. Anguish. Panic attack. To define the period as challenging would be a great euphemism. But if I learned anything, discomfort is always present, giving us the meaning of existence.

Source: elaborated by the authors (2025).

The individual's state of mind, as depicted in Table 4, undergoes a profound transformation through various stages. Initially, adapting work to reality involves reaching a hopeful agreement, returning to face-to-face work, and finding comfort in a structured environment. The benefits of face-to-face work are highlighted, emphasizing the atmosphere of production and a sense of belonging, ultimately fostering intense involvement and fascination. However, the narrative acknowledges errors and imperfections, emphasizing the importance of self-analysis and accepting the imperfections inherent in human endeavours. Reflections on the overall experience reveal a journey marked by difficulties, learning, and self-discovery, with the individual grappling with a persistent feeling of inadequacy. The narrative culminates in the exploration of panic attacks during the writing process, showcasing the discomfort and vulnerability inherent in exposing oneself. Despite the challenges, the individual recognizes the presence of discomfort as an integral part of existence, ultimately attributing meaning to the journey. The analysis captures a complex

interplay of emotions, growth, and self-awareness within the context of the individual's work experience.

5 Conclusion

With the advent of remote work, driven by social isolation amid the COVID-19 pandemic, understanding this modality became essential. A gap exists in the literature regarding employees with ADHD in association with remote work performance, motivating this research. Additionally, the author's personal experience, diagnosed with ADHD, adds relevance. She encountered considerable difficulties in performing professional tasks remotely, such as lack of discipline, inattention, and constant stress while managing work from home. This personal experience motivates an in-depth investigation into the impacts of telecommuting on employees with ADHD, aiming to comprehend how frequently these difficulties are faced by this group in their efforts for inclusion.

Analysing the experience of an employee with Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) in both in-person and remote work settings reveals the manifestation of dysfunctional behaviours common to any individual. These include significant difficulties in concentration and errors caused by inattention—inherent characteristics of the disorder. However, it is crucial to emphasize that the transition to remote work tends to exacerbate performance impairment, highlighting critical aspects. Amongst these, inattention, restlessness, dysregulation, extended working hours, and challenges in maintaining a proper sleep routine stand out. These challenges directly impacted the researcher's productivity, resulting in negative influences on her self-esteem and constant suffering and distress.

When confronting perceptions obtained from the literature review and autoethnographic and autobiographical analysis, an incongruence between remote work and ADHD-afflicted employees becomes evident. While remote work offers advantages like flexibility and reduced physical space costs, it presents significant challenges. These challenges include distracting elements hindering focus and organization, time management, establishing clear boundaries between work and personal life, and lack of information about the condition.

Associating this work environment with any individual having attention within normal psyche limits is already challenging. However, when combined with an employee with ADHD, these challenges are amplified, demanding even greater adaptation efforts. This

incongruence underscores the importance of developing strategies and policies catering to the specific needs of employees with ADHD in the context of remote work.

For this purpose, companies and individuals need to reconsider and redefine notions of success and fulfillment, considering not only professional demands but also the personal needs for rest, leisure, and worker care. Workplace adaptation, the implementation of psychological support structures, the establishment of clear routines, the use of organization/time management tools, and the setting of clear goals and deadlines are relevant measures to create a more inclusive and productive organizational culture. Additionally, promoting awareness helps employees deal with themselves and their colleagues, reducing the stigma of mental health disorders.

The literature indicates a scarcity of publications on ADHD related to telecommuting, indicating a field ripe for exploration. Thus, this work can serve as a foundation for subsequent qualitative studies with a larger participant sample, focusing on the individual employee or the company reconciling its needs with the reality of diverse staff. Developing new research is essential for raising awareness and understanding of ADHD, benefiting both individuals suffering from symptoms and those unfamiliar with the disorder. This contributes to constructing a more inclusive and supportive work environment, promoting the optimal performance of employees with ADHD for the organization, as well as providing workers with a sense of usefulness and belonging in society.

References

ABRÃO, A. L. B.; ELIAS, L.C.S.; ZERBINI, T.; D'ÁVILA, K. M. G. Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), inclusão educacional e Treinamento, Desenvolvimento e Educação de Pessoas (TD&E): uma revisão integrativa. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, v. 20, n. 2, 2020. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v20n2/v20n2a09.pdf>.

ARAÚJO, T. M.; LUIZ, I. O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 46, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000030720>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/LQnfJLrjgrSDKkTNYVfgnQy/abstract/?lang=pt>.

BARROS, A. M.; SILVA, J. R. G. Percepções dos indivíduos sobre as consequências do teletrabalho na configuração home-office: estudo de caso na Shell Brasil. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 8, p. 71-91, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512010000100006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/pB6bjbKsBNBdKk6VwGCbSRM/?format=html&lang=pt>.

BRIDI, M. A.; BOHLER, F. R.; ZANONI, A. P.; BRAUNET, M. B.; BERNARDO, K. A. S.; MAIA, F. L.; FREIBERGER, Z.; BEZERRA, G. U. **O trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia COVID-19**. Relatório Técnico. Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2020.

CASTRO, C. X. L.; DE LIMA, R. F. Consequências do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) na idade adulta. **Revista de Psicopedagogia**, v. 35, n. 106, p. 61-72, 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-84862018000100008&lng=pt&nrm=iso.

DE MACÊDO, T. A. M.; CABRAL, E. L. D. S.; SILVA CASTRO, W. R.; DE SOUZA JUNIOR, C. C., DA COSTA JUNIOR, J. F.; PEDROSA F. M.; DA SILVA, A. B.; DE MEDEIROS, V. R. F.; DE SOUZA, R. P.; CABRAL, M. A. L.; MÁSCULO, F. S. Ergonomics and telework: A systematic review. **Work**, v. 66, n. 4, p. 777-788, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3233/WOR-203224>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.3233/WOR-203224>.

GÓES, G. S.; MARTINS, F. S.; NASCIMENTO, J. A. S. **Trabalho remoto no Brasil em 2020 sob a pandemia do Covid-19: quem, quantos e onde estão?** Carta de Conjuntura nº 52, Nota de conjuntura 6. Brasília: IPEA, jul. 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/07/trabalho-remoto-no-brasil-em-2020-sob-a-pandemia-do-covid-19-quem-quantos-e-onde-estao/>. Acesso em: 29 abr. 2023.

HAMILTON, L.; ELLIOTT, D.; QUICK, A.; SMITH, S. CHOPLIN, V. Exploring the Use of AI in Qualitative Analysis: A Comparative Study of Guaranteed Income Data. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 22, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/16094069231201504>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/16094069231201504>.

LOPES, R. M. F.; DO NASCIMENTO, R. F. L.; BANDEIRA, D. R. Avaliação do transtorno de déficit de atenção/hiperatividade em adultos (TDAH): uma revisão de literatura. **Interamerican Journal of Psychological Assessment**, v. 4, n. 1, p. 65-74, 2005. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712005000100008.

MEDEIROS, S. L. D. TDAH e Teletrabalho: **A Perspectiva do Colaborador com TDAH No Trabalho Remoto**. 2023. TCC (Graduação em Administração) – Curso de Administração – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/54429>.

MELLO, A. **Teletrabalho (telework): o trabalho em qualquer lugar e a qualquer hora**. Rio de Janeiro: Qualitymark - ABRH-Nacional, 1999.

MORGAN, D. L. Exploring the Use of Artificial Intelligence for Qualitative Data Analysis: The Case of ChatGPT. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 22, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/16094069231211248>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/16094069231211248>.

NOHARA, J. J.; ACEVEDO, C. R.; RIBEIRO, A. F.; SILVA, M. M. da. O teletrabalho na percepção dos teletrabalhadores. **INMR - Innovation & Management Review**, v. 7, n. 2, p. 150-170, 2010. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rai/article/view/79174>.

PACINI, S.; TOBLER, R.; BITTENCOURT, V. S. Tendências do home office no Brasil. *In: FGV*, 16 mar. 2023. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/tendencias-home-office-brasil>.

ROCHA, C. T. M.; AMADOR, F. S. O teletrabalho: conceituação e questões para análise. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, p. 152-162, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395154516>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/xdbDYsyFztnLT5CVwpXGm3g/abstract/?lang=pt>.

SANTOS, S. M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2017.113972>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/plural/article/view/113972>.

SANTOS, Y. A. B.; TORGA, V. L. M. Autobiografia e (res)significação. Bakhtiniana: **Revista de Estudos do Discurso**, v. 15, n. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2176-457342467>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/tFSNZ7QR8GHkfNwdS7HLJhk/?lang=pt>.

SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. **Research Methods for Business Students**. 7. ed. Essex: Pearson Education Limited, 2016.

WARD, N.; SHABHA, G. Teleworking: an assessment of socio-psychological factors, **Facilities**, vol. 19, n. 1/2, p. 61-71, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1108/02632770110362811>. Disponível em: <https://www.emerald.com/f/article-abstract/19/1-2/61/107788/Teleworking-an-assessment-of-socio-psychological?redirectedFrom=fulltext>.

YIN, R. **Qualitative Research from Start to Finish**. 2. ed. New York: The Guilford Press, 2015.



Resiliência individual e organizacional: uma análise das pesquisas científicas na última década

Raul Thiarles da Silva¹
Patrinês Aparecida França Zonatto²

Resumo: O presente estudo teve como objetivo verificar o avanço das pesquisas científicas sobre o tema resiliência individual e organizacional na última década. Para tal, foi realizada uma pesquisa bibliográfica fundamentada em pressupostos teóricos e de maneira descritiva. Quanto à coleta de dados, foram utilizadas fontes secundárias como o Google Acadêmico e Scielo, com o intuito de selecionar artigos publicados no período de 2012 a 2022. Os principais resultados encontrados demonstram a escassez de trabalhos sobre a temática, tal como a importância dos estudos já existentes e suas contribuições, além da elucidação quanto a diversidade de aplicação referente a áreas as quais a resiliência pode ser inserida, como também seu conceito e relevância para o indivíduo e para o todo. De maneira conclusiva, este estudo buscou compreender e explicar este tema de modo geral, em virtude de trazê-lo de forma consistente e coerente de várias perspectivas, com o intuito de despertar o interesse e a necessidade de novos trabalhos e projetos sobre resiliência individual e organizacional, independentemente da área de aplicabilidade, pois as contribuições desta temática sempre estarão presentes tanto de maneira explícita quanto implícita.

Palavras-chave: resiliência; relevância; organização; indivíduos; pesquisas.

Individual and organizational resilience: an analysis of scientific research in the last decade

Abstract: The present study aimed to verify the advancement of scientific research on the topic of individual and organizational resilience in the last decade. To this end, a bibliographical research was carried out based on theoretical assumptions and in a descriptive manner. Regarding data collection, secondary sources such as Google Scholar and Scielo were used, with the aim of selecting articles published in the period from 2012 to 2022. The main results found demonstrate the scarcity of work on the subject, such as the importance of existing studies and their contributions, in addition to elucidating the diversity of application regarding areas in which resilience can be inserted, as well as its concept and relevance for the individual and for the whole. Conclusively, this study sought to understand and explain this topic in general, by bringing it in a consistent and coherent way from various perspectives, with the aim of awakening interest and the need for new work and projects on individual resilience and organizational, regardless of the area of applicability, as the contributions of this theme will always be present both explicitly and implicitly.

Keywords: resilience; relevance; organization; individuals; researches.

Resiliencia individual y organizacional: un análisis de la investigación científica en la última década

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo verificar el avance de la investigación científica sobre la resiliencia individual y organizacional en la última década. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica basada en supuestos teóricos y de forma descriptiva. Para la recopilación de datos, se utilizaron fuentes secundarias como Google Académico y SciELO, con el fin de seleccionar artículos publicados

¹ Graduado em Administração pela Universidade Franciscana (UFN). E-mail: raulthiarles2819@gmail.com

² Doutora em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Professor na Universidade Franciscana (UFN). E-mail: patrineszonatto@gmail.com

entre 2012 y 2022. Los principales resultados encontrados demuestran la escasez de trabajos sobre el tema, así como la importancia de los estudios existentes y sus contribuciones, además de dilucidar la diversidad de aplicaciones en áreas donde la resiliencia puede insertarse, así como su concepto y relevancia para el individuo y para la totalidad. En conclusión, este estudio buscó comprender y explicar este tema de forma general, presentándolo de forma consistente y coherente desde diversas perspectivas, con el objetivo de despertar el interés y la necesidad de nuevos trabajos y proyectos sobre resiliencia individual y organizacional, independientemente de su ámbito de aplicación, ya que las contribuciones de este tema siempre estarán presentes, tanto explícitas como implícitas.

Palabras clave: resiliencia; relevancia; organización; individuos; investigación.

1 Introdução

As rotinas e processos nas organizações estão cada vez mais difíceis de gerir devido ao comportamento dos indivíduos, tendo em vista suas diferenças de adaptar-se as transformações da sociedade e relacionar-se com os demais, também possuindo dificuldades de agir sob pressão e tomar decisões em ambientes turbulentos ou em situações não favoráveis (Vieira; Oliveira, 2017).

Uma das características amplamente estudadas é a resiliência no contexto organizacional e pessoal, sendo este um diferencial para aquele indivíduo que a possui em tempos de tantas transformações, surgindo então como um mecanismo de defesa ou de enfrentamento de adversidades nos campos pessoal e profissional (Vieira; Oliveira, 2017). A resiliência está associada ao autoconhecimento, religiosidade e arte, tal ideia foi reforçada pela revisão literária feita por Margaça e Rodrigues (2019), que concluiu que a religiosidade está associada a uma maior resiliência.

O conceito de resiliência também é encontrado na física, onde alguns materiais acumulam determinadas energias quando estão sob pressão, absorvem o impacto disso e logo após retornam ao estado normal sem sofrer nenhuma consequência ou deformação, tal conceituação é definido pela literatura como a capacidade de um sistema de absorver, reorganizar, adaptar ou transformar suas estruturas após perturbações ou distúrbios (Dellasta; Ponce; Corazza; Icassatti, 2021). Tal conceito foi levado para o comportamento humano e organizacionalmente a resiliência surge como estratégia, habilidade e competência para se enfrentar as adversidades de maneira geral (Lopes, 2019). A resiliência é entendida ainda como a capacidade de lidar com situações sem que isso cause impactos de modo negativos e permanentes, mas sim saiam desses conflitos de maneira mais natural devido à adaptação ao problema (Irigaray; Paiva; Goldschmidt, 2017).

Rosa; Silva e Júnior (2021) destacaram que há uma notória forma como as pessoas reagem de forma diferente a situações semelhantes, isso acontece devido à personalidade de cada um e como isso impacta seu modo de convívio e trabalho, a partir da atribuição de sentidos, estranhamentos e confrontos, diálogo e hibridização. Fatores emocionais, físicos, sociais e de conforto são essenciais para que determinem como e de que forma alguém irá reagir a certos conflitos, assim como também a forma na qual a sua bagagem cultural afeta seu modo de pensar, trazendo o comportamento como uma resposta à cultura da organização, podendo resultar no valor que o trabalhador atribui à empresa e às conseqüentes relações de trabalho (Vidal; Rodrigues, 2016).

Sendo assim, a resiliência faz parte dos processos nas mudanças e diz a respeito sobre a capacidade de tomar decisões que minimizem problemas e maximizem a adaptação favorecendo uma gestão competente de pessoas e influenciando uma empresa como o todo e o ambiente na qual está envolvida, pois no meio administrativo tudo está sujeito a mudanças entre um dia e outro e o diferencial organizacional se dá devido aos seus colaboradores e suas competências aperfeiçoadas e adquiridas durante sua jornada dentro e fora do trabalho, tal qual seu ambiente (Santos, 2017).

Tendo em vista esse contexto, essa presente pesquisa procurou responder a seguinte questão: qual foi o avanço das pesquisas científicas sobre o tema resiliência nas organizações na última década? Para responder à questão levantada, este artigo possui como objetivo geral verificar o avanço das pesquisas científicas sobre o tema resiliência individual e organizacional nessa década. Quanto aos objetivos específicos, tem-se: a) identificar artigos científicos que abordam resiliência individual e organizacional que foram publicados na última década; b) analisar a contribuição da temática para educação corporativa; e c) demonstrar a relevância do comportamento resiliente para os indivíduos baseando-se em pressupostos teóricos.

A pesquisa proposta, tem como relevância mostrar a evolução dos estudos científicos do elemento resiliência no viés individual e organizacional devido à grande importância da mesma nesses ambientes de constante mudança por conta de padrões econômicos e sociais que estão em metamorfose contínua devido à globalização, sendo, portanto, necessária a adaptação para diversas situações e acontecimentos que impactam o mundo (Moura; Silva; Carvalho, 2019).

Segundo Kamlot (2017), a resiliência possui um nível de importância enorme para as organizações e indivíduos, o que torna proeminente o estudo e a identificação de como a capacidade de resiliência é desenvolvida. Deste modo, justifica-se este estudo com a

colocação de Hartmann (2018), o qual demonstra que o interesse tanto de pesquisadores quanto de profissionais em relação à resiliência no ambiente de trabalho vem crescendo na última década.

De modo a trazer resiliência em si para o âmbito de pesquisa, é necessário trazer como a mesma se define pela capacidade de lidar com problemas e situações adversas, ou seja, em nível organizacional pode ser compreendida como “a capacidade que as organizações têm de perceberem a sua organização e o ambiente onde ela está inserida, juntamente com as turbulências existentes e as possíveis relações que acontecem entre esses elementos” (Nogueira; Hallal, 2013, p. 2)

Considerando que conflitos e problemas são algo eminente em uma organização seja por problemas meso, micro, macro, o objetivo da pesquisa se justifica na importância desta para o contexto administrativo, ou seja, estudar a resiliência permite a exploração de fatores que impactam diretamente a performance das empresas em seus (macro) ambientes e das pessoas em seus (micro e meso) ambientes profissionais, com influência nos resultados organizacionais de curtos e longos prazos (Irigaray; Paiva; Goldschmidt, 2017).

Por exemplo, o contexto micro é algo que depende da forma de trabalho da organização e como sua gestão será impactada pelo dia a dia nos processos ou atendimentos, o mesmo são os detalhamentos desses processos micro, mas de maneira mais profunda e já o macro se trata de um contexto geral que afeta de maneira direta e indireta, portanto, um fator fora do controle da organização (Neri, 2010).

No contexto atual e macro, na visão de Losekann e Mourão (2020), a pandemia abalou o tecido da sociedade contemporânea devido às medidas de quarentena que levaram à adaptação de relações de trabalho como, por exemplo, o *Home office* para algumas aplicações de trabalho e desafios para aqueles que contavam com o controle de atendimento presencial como forma principal das relações trabalhistas, portanto a resiliência pessoal e empresarial serviu como pilar para que pudesse ser sustentada a base empresarial da organização.

Por conta da pressão social e da rapidez da informação nos dias atuais, surgiu com maior presença e visibilidade no meio organizacional e pessoal as pressões por tempo e resultados, medo e a ansiedade, trazendo para os trabalhadores, portanto diversos fatores, como síndrome de *Burnout* (Pfeffer, 2018), estresse ocupacional (Gaulejac, 2017), violências psíquicas e físicas (Hirigoyen, 2011), etc. Somado a isso pode-se citar Pinheiro (2004), que destaca o equilíbrio e a inteligência emocional como aqueles que diferenciam uma pessoa resiliente de alguém comum, e a sobreposição de líderes e uma cadeia de comando resiliente e

empática traz aos demais colaboradores e à organização como um todo uma forma de gestão eficaz nos seus processos.

No contexto de um ambiente de trabalho a resiliência afeta diretamente os indivíduos, que podem perceber tal ambiente e vivenciá-lo como tóxico ou saudável, tanto mentalmente quanto fisicamente, independentemente de escolaridade, ocupação, negócios, localidades, faixas etárias, entre outros elementos (Pfeffer, 2018). Sendo assim, os controles das situações favorecem a eficácia das tarefas e dos desenvolvimentos delas, trazendo a satisfação e retorno daqueles que receberam o trabalho da maneira com que desejaram, podendo também ser além de ágil, gerar novas estratégias para encarar problemáticas apresentadas e novos métodos para que não se repita os mesmos erros ou que afete determinados ambientes (Moura; Silva; Carvalho, 2019).

Conforme explicam Teixeira e Santana (2015, p. 15), “a resiliência vem ganhando notoriedade no cenário empresarial, porque ela está relacionada à habilidade de se reerguer perante situações desfavoráveis ou traumáticas”. Afinal, oportunidades e ameaças que surgem continuamente no macro e microambiente de uma empresa forjam a necessidade de sobrevivência (Al Shobaki; Amuna; Naser, 2017). Portanto, é possível definir essa sobrevivência como a capacidade de se manter em meio a crises, por meio do desenvolvimento de novas formas de operar, compreender e de adaptar-se às mudanças (Simpson, 2017).

Contudo, mesmo com o avanço de pesquisas relacionadas ao tema resiliência como um todo e suas diversas aplicações, Lima (2019), em seu artigo de revisão literária demonstra a carência de estudos bibliográficos relacionados a determinado tema em ambiente nacional brasileiro e também da América latina, sendo poucos artigos e livros que buscam retratar a resiliência criados nestas localizações e, portanto, este mesmo autor, conclui seu artigo com a afirmação de que há uma falta de interesse sobre o assunto nessas localidades, mesmo que haja espaço para o desenvolvimento dessas pesquisas e uma grande importância sobre tal.

Dentro deste conceito, a proposta sobre o tema resiliência se mostra de grande relevância prática e teórica, além de sua utilidade para ser aperfeiçoada pelas organizações, de forma a fornecer a esta o necessário para uma eficaz condução independentemente de as situações serem internas ou externas em todos os setores organizacionais.

2 Referencial Teórico

Neste tópico serão apresentados os principais conceitos e definições sobre a temática da resiliência em nível individual e organizacional.

2.1 Resiliência Individual

Estudar resiliência nas organizações ajuda a entender o ser humano e a identificar o novo profissional, a importância de tal profissional nessa organização, seus impactos nas formas de trabalho e os motivos pelos quais os trabalhadores criam vínculos com as organizações (Teixeira; Queiroz, 2013).

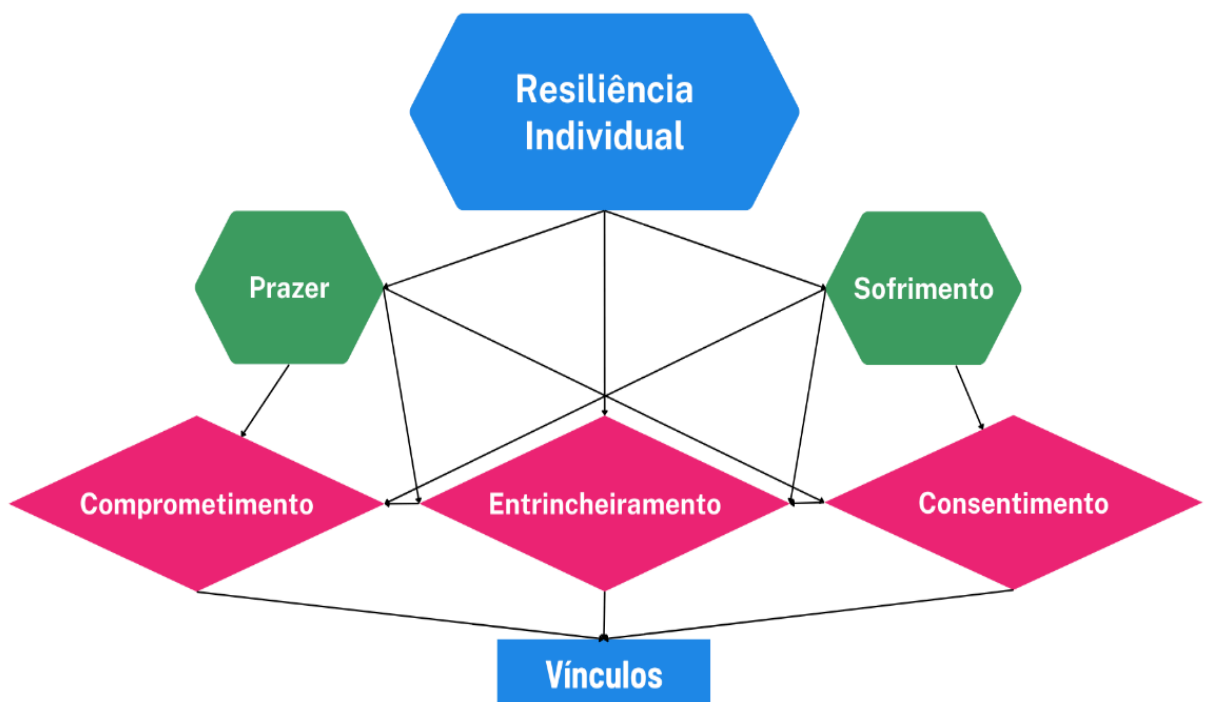
A resiliência individual e o comportamento humano são fatores diretamente ligados um ao outro, tendo o indivíduo como alguém que possui reações, satisfações, insatisfações, fragilidades e medos, ou seja, a resiliência surge como um mecanismo de defesa e de enfrentamento de adversidades nos campos pessoais e profissionais (Vieira; Oliveira, 2017), portanto, por se tratar de um fator atrelado diretamente ao meio comportamental pode-se definir que resiliência não é um processo linear, pois depende das interações complexas e nunca previsíveis de inúmeras variantes, afinal é o próprio sujeito que promove a sua resiliência, devido a que: “a resiliência não é um processo estanque nem linear, visto que um indivíduo pode se apresentar como resiliente em determinada situação, mas posteriormente não o ser frente à outra” (Ungaretti, 2013, p. 64).

Durante anos a resiliência foi tratada como algo a ser estudado apenas pela psicologia e sociologia, o que limitava o conceito e os seus métodos de estudo, contudo na atualidade os ambientes vêm desenvolvendo-se de diversas formas, trazendo investigações interdisciplinares e transdisciplinares para o tema (Almedom, 2015). Como reforçado por Albuquerque (2014), a resiliência humana é um conceito extremamente rico e complexo que ilumina hoje a saúde e a educação como um todo, podendo ser colocada como um fator para o bem-estar humano, pode-se somar a isso também que “os desafios que surgem ao longo de nossa existência fabricam nossa capacidade resiliente, sendo a resiliência algo que se subordina à memória de um acontecimento significativo, que reverbera, inclusive, em nossa compreensão da própria vida e sobre o seu derradeiro fim” (Ungaretti, 2013, p. 65).

A resiliência, deste modo, é tratada como uma capacidade misteriosa que permite, mais para alguns do que para outros, uma inesperada intocabilidade, e permanecer ileso aos eventos negativos da vida (Ralha-Simões, 2014), contudo é possível afirmar que estresse é uma parte necessária também à aprendizagem, embora haja limites para que a intensidade e

durabilidade do estímulo estressor possa ser considerada saudável (Visser; Dorfman; Chartrand; Lamon; Freedy, 2016). Sendo assim a proteção, riscos e estresses podem ser elásticos e mutáveis, portanto, essenciais no desenvolvimento da resiliência individual (Eshel; Kimhi; Lahad; Leykin; Goroshit, 2018). Como forma de exemplificar a interligação da resiliência com o indivíduo é possível trazer a Figura 1:

Figura 1 - Resiliência Individual e seus impactos



Fonte: Adaptado de Bottini, Paiva e Gomes (2021).

De acordo com Reppoldet *et al.*, (2012), qualquer avaliação efetiva de resiliência deve compreender uma análise adequada não apenas dos padrões adaptativos individuais, mas também das adversidades presentes no contexto. Deste modo exemplificado pela figura pode-se citar Siqueira e Cardoso (2019), os quais citam que os pilares da resiliência são características comportamentais ou qualidades internas que permitem que as pessoas encarem uma situação de conflito, adversidade ou mudança com uma postura resiliente, ou seja, o contexto no qual se está inserido impacta seu comportamento, assim como afeta sua visão das situações e desta forma, lhe traz vínculos tal como uma personalidade (Sabbag, 2017).

A resiliência, porém, não é um traço de personalidade ou uma propriedade neuropsicológica dos indivíduos, estes são componentes que formam a resiliência e não uma descrição da mesma, tal visão é reforçada por Reppold *et al.*, (2012), o qual diz que a

resiliência se trata do processo resultante de uma situação em que um indivíduo enfrenta, pois segundo o autor supracitado não basta apenas que se tenha a informação de que um determinado indivíduo demonstra resiliência, é importante que se saiba como essa resiliência se manifesta, e diante de quais condições adversas.

Componentes cognitivos, comportamentais e emocionais são ações acionadas em situações estressoras, e o modo no qual resolver tais entraves decerto sofrem influência da personalidade de alguém, desta forma é o conjunto dos traços de personalidade e das estratégias de enfrentamento que formam a resiliência do indivíduo, enquanto modo de encarar a vida e aptidão para enfrentar situações de estresse (Sabbag, 2017, p. 13-14).

De maneira global, em 2017 mais de 300 milhões de pessoas sofriam de depressão, ou seja, 4,4% da população mundial (WHO, 2017). Recentemente, entre os adultos mais jovens, a depressão foi identificada como a segunda principal causa de incapacidade a nível mundial, sendo em 2012, registradas aproximadamente 804.000 mortes por suicídio em todo o mundo, estimando-se a ocorrência de um suicídio a cada 40 segundos (Albuquerque, 2015).

Nesse contexto mesmo que depressão possa afetar pessoas de todas as idades e classes sociais, o risco de ficar deprimido é aumentado pela pobreza, desemprego, estresses constantes relacionados a um ambiente de trabalho tóxico, eventos da vida como a morte de um ente querido ou um rompimento de relacionamento, tal como também doença física e problemas causados pelo consumo de álcool e drogas (WHO, 2017).

Neste sentido, entra a resiliência individual que é capaz de permitir a empatia e o positivismo, perante os eventos estressores (geradores de angústia, e conseqüentemente a ansiedade, depressão, burnout) (Beckwith, 2016). Para reforçar tal pontuação pode-se citar a legislação trabalhista brasileira que estabelece, em seu art. 7º, XIII da consolidação das leis do trabalho de dezembro de 2017 que, salvo os casos especiais, a jornada normal de trabalho é de 8 (oito) horas diárias e de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ou seja, 1/3 (um terço) do dia de um brasileiro é dedicado ao ambiente de trabalho, o que influencia muito no seu comportamento e representa grande parte da vida como um todo. Estas características, dão ênfase na importância do desenvolvimento e dos estudos nos processos de resiliência, pois tal desenvolvimento resulta como moderador dos efeitos, conflitos e da elevada carga de trabalho (Lanz; Bruk-Lee, 2017).

Conforme supracitado, os próprios indivíduos e organizações devem expressar interesse pelo tema e pelos seus benefícios, pois, ao promoverem a resiliência entre os seus funcionários ou nas suas vidas, poderão vir a proporcionar-lhes também sentimentos de maior

satisfação, uma saúde mental mais estável e com maior motivação, e isto conseqüentemente levará a uma melhor produtividade e maior eficácia organizacional (Wang; Li; Li, 2017).

2.2 Resiliência Organizacional

No meio administrativo a resiliência seria um termo que denotaria uma interação entre o meio e o sujeito, o que demarcaria, portanto, dois tipos diferentes de resiliência: das pessoas no ambiente organizacional e das organizações em si (Irigaray *et al.*, 2016).

Deste modo no contexto organizacional da resiliência, é possível observar nas sociedades contemporâneas a condução de uma exigência de profissionais com mais compromisso, empenho e esforço, de forma a atingir a máxima produtividade e excelência possível, mesmo que seja difícil a conciliação entre profissionalidade e personalidade (Pozuelo-Carrascosa *et al.*, 2017).

Sob esta ótica, é dito por Carvalho (2015), que essa exigência muitas vezes exageradas ou não, implicam em situações de tensão, pressão, inseguranças e mudanças presentes no meio organizacional, o que afeta diretamente o indivíduo e influencia suas sensações e desempenho, o mesmo, Carvalho (2015), reforça tal ponto demonstrando que os mecanismos de proteção não ocorrem somente em virtude das características pessoais dos trabalhadores, mas também das condições do meio, em termos de suporte social dos colegas de trabalho, do suporte organizacional provido pela estrutura de poder da organização, divisão das atribuições, seu dinamismo funcional, infraestrutura material e entre outros fatores.

Portanto, a resiliência requer duas capacidades específicas: a resistência e a recuperação, a resistência poderia ser definida como uma forma de amortecer o impacto e atrasar de forma máxima possível o movimento disruptivo, já a recuperação seria relacionada a se recuperar rapidamente a tal disruptura (Melnyk *et al.*, 2017).

De acordo com Garcia e Vale (2017), para aprimorar a resiliência, é necessário saber onde sua ideia está começando, para onde vai, e o que implica traçar possibilidades futuras, ou seja, é importante conhecer as mudanças e impactos, observando sua repercussão sobre o conjunto de capacidade adaptativa ou vulnerabilidade (ou ambos), para que seja possível desenvolver um sistema a lidar de forma resiliente com os possíveis impactos causados. A administração por si é aquela que conecta sistemas e organizações como um todo e leva ao caminho para que os resultados sejam obtidos e satisfatórios independente dos conflitos, ou seja, a base do que é ser resiliente. Pode-se justificar e exemplificar estas afirmações na Figura 2:

Figura 2 - Facilitadores da Resiliência Organizacional



Fonte: Adaptado de Erol *et al.* (2009).

É possível deste modo, perceber como a resiliência organizacional tem sua importância como um facilitador pois traz a conectividade de processos e sistemas organizacionais, reforçado por Olinda (2013), que sustenta a ideia de que uma arquitetura organizacional bem definida e administrada permite uma visão simplificada e consolidada da organização e suporta a integração da conectividade ao nível inter e intra empresarial, e para gerar essa conectividade é necessária uma boa gestão resiliente do ambiente organizacional.

Como forma de adaptação e resiliência há a colocação do mundo na indústria 4.0, esse novo modelo de indústria implementado, segundo a Confederação Nacional das Indústrias - CNI (2016), demonstra a importância de ser adaptável nos dias atuais, como exemplo em 2020 iniciou uma pandemia referente à COVID-19 que abalou as estruturas já estabelecidas de trabalhos determinados, deixando evidente o despreparo dos governos e, também, das empresas em lidar com adversidades extremas, demonstrando a relevância em serem aprimoradas competências em resiliência e gestão de riscos (Assunção *et al.*, 2020).

Algumas indústrias e organizações irão se preparar para os desafios trazidos pela atualidade da sociedade, entretanto nem todas conseguirão acompanhar estas mudanças, confirma-se esta percepção negativa da CNI (2016), com base na pesquisa realizada pela própria Confederação em janeiro de 2016 com 2.225 empresas, sendo 910 de pequeno porte, 815 de médio porte e 500 de grande porte, de 29 setores da indústria de transformação e extrativista. Os resultados desta pesquisa revelaram que “42% das empresas desconhecem a importância das tecnologias digitais para a competitividade da indústria, e metade delas (52%) não utilizam nenhuma tecnologia digital de uma lista de dez opções” (CNI, 2016, p. 19).

Desta forma, com base nos dados e informações apresentadas é possível observar a necessidade de desenvolver mais intervenções educativas referentes ao tema resiliência, de forma a enfrentar determinada lacuna que existe na formação dos profissionais, em prol de usufruir os benefícios que a resiliência pode trazer para o todo: a maximização da saúde e bem-estar, isto além de ser um fator decisivo para o desempenho profissional (Correia, 2018).

Tal ponto é reforçado por Remko (2020), o qual apresenta que apesar da existência de estudos sobre a resiliência na atualidade, estes estudos não foram suficientes para que fossem aplicados nas empresas em sua potencialidade e prepará-las para movimentos de grande turbulência.

A resiliência neste contexto surge, portanto, como uma capacidade organizacional ou habilidade que permite lidar de forma eficaz a eventos de crise, mas apenas alguns pesquisadores conseguiram trazer uma exemplificação e estudos mais profundos sobre as capacidades e rotinas organizacionais que fundamentam a resiliência (Raetze *et al.*, 2021). Mesmo que a resiliência tenha sido objetos de estudos com maior intensidade nos últimos anos, ainda “não há consenso na literatura e não há um entendimento comum sobre a definição e conceituação do termo resiliência organizacional” (Weber; Roetzel, 2021, p. 3).

Neste sentido, sobre o tema resiliência organizacional, Fiksel (2015), sugere que as empresas podem desenvolver a resiliência organizacional começando com a tentativa de entender suas vulnerabilidades e cultivando recursos específicos para compensá-las e achar uma eficácia maior. Dollwet e Reichard (2014), por exemplo, trazem uma necessidade enorme de um treinamento e desenvolvimento sob medida para aumentar o nível de resiliência dos funcionários, pois a importância do desenvolvimento desta é tão essencial que o treinamento e pesquisa formal em resiliência é um dos principais componentes de um conjunto mais amplo e coerente de práticas organizacionais (Bardoel *et al.*, 2014).

3 Método

Referente aos objetivos da pesquisa, ela se classifica como descritiva, pois tais pesquisas possuem a finalidade de descrição das características de determinado fator, estabelecendo a relação entre os objetos de pesquisa e o todo (Gil, 2008). Quanto a natureza esta caracteriza-se como qualitativa, pode-se constatar neste caso que uma pesquisa qualitativa é associada a uma ideia de “guarda-chuva”, pois se refere a capacidade de englobar vários métodos, técnicas e instrumentos como meio de trazer a compreensão de algo com o menor afastamento possível do ambiente ou material original (Godoi *et al.*, 2010).

Para isso, este artigo baseia-se em estudos de livros, artigos, relatórios, sites e pesquisas da última década, ou seja, é uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir de fontes secundárias fundamentada em pressupostos teóricos, reforçado por Andrade (2010), o qual cita que a pesquisa bibliográfica está inserida no meio acadêmico com o propósito de aprimorar e atualizar o conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas.

Por conta disso foram utilizados conceitos e ideias de outros autores que reforçam os objetivos para a construção de uma análise científica sobre o objeto de estudo, esses núcleos referenciais para coleta de dados serão necessários para que os conceitos apresentados sejam embasados de forma com que a análise dos mesmos seja argumentada.

A coleta de dados ocorreu através de buscas em plataformas como: Google Acadêmico e Scielo. Como forma de pesquisa foram utilizadas como palavras-chave: “Resiliência”, “Humanização”, “Administração”, “Comportamento”, “Organização”, “Psicologia”, “Globalização”, “*Resilience*”, “*Humanization*”, “*Administration*”, “*Behavior*”, “*Organization*”, “*Psychology*”, “*Globalization*”. Após a coleta, foi identificado um total de 694.954 materiais para a criação do artigo em questão e centrado em pesquisas publicadas sobre o tema no período de 2012 até 2022.

Para a análise dos dados foi realizada a leitura e compreensão de diversos artigos e citações de autores na área administrativa e de psicologia na última década como forma de focalizar tanto na resiliência e seu conceito como na aplicação de tais estudos em diversos contextos, para isso foi utilizada a análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2010), a análise de conteúdo deve percorrer principais etapas, a de “pré-análise” que consiste na organização do material e sistematização das ideias iniciais; a “exploração do material” que envolve a aplicação do que foi estabelecido na fase anterior, também é onde ocorre o recorte, a classificação e a categorização dos dados; e por último o “tratamento dos resultados e

interpretações” que consiste na captação e desenvolvimento em cima dos conteúdos de todo o material coletado de utilidade para a pesquisa.

Como forma de apresentação, discussão e interpretação dos resultados do material coletado, foi utilizada de uma análise posta de dados estruturados em quadros e tabelas acerca do objeto de estudo e por fim, a ligação entre esses com o intuito de agrupar conteúdos que possam ter relevância nas representações e artigos em pauta.

4 Análise dos Resultados

Neste item são apresentados os resultados referentes ao tema da pesquisa em questão, ou seja, relacionado a resiliência e seus impactos de diversas maneiras de modo individual e organizacional, englobando deste modo, a última década de pesquisas neste meio, como dito pelo objetivo geral buscando determinar o avanço dos estudos sobre este.

Foram analisados artigos científicos encontrados nas plataformas Google Acadêmico e Scielo, sendo a seleção dos resultados referentes as buscas destes artigos realizadas durante os meses de fevereiro até abril de 2023. Os métodos utilizados para a filtragem dos artigos selecionados foram por questão de maior relevância e diversidade de aplicação do tema resiliência, seguindo a leitura dos resumos e filtrando artigos por ano, iniciando em 2012 e finalizando em 2022, portanto somando 11 artigos selecionados.

O Quadro 1 abaixo apresenta os artigos selecionados que serão posteriormente desenvolvidos para a análise dos resultados, estes foram de suma importância para que os resultados deste estudo fossem obtidos de maneira eficaz e coerente com os objetivos do trabalho desenvolvido até então. O quadro em questão traz os títulos, ano de publicação, autores e por fim, os objetivos da pesquisa do estudo selecionado, estes que estão separados e organizados por ano e distribuídos em ordem crescente na composição do quadro.

Quadro 1 - Artigos selecionados na coleta de dados

Artigo	Ano	Autores	Objetivos
Crenças de autoeficácia e resiliência: apontamentos da literatura sociocognitiva	2012	Arlete Portella Fontes; Roberta Gurgel Azzi	Demonstrar como a teoria social cognitiva aborda as relações entre autoeficácia e resiliência
Avaliação da resiliência em adultos e idosos: revisão de instrumentos	2013	Léia Gonçalves Gurgel; Rodrigo Della Méa Plentz; Maria Cristina Rodrigues Azevedo Joly; Caroline Tozzi Reppold	Realizar uma revisão e validação dos instrumentos utilizados na literatura para avaliação da resiliência de adultos e idosos.
Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de	2014	Maria Cristina Carvalho Juliano; Maria Angela Mattar Yunes	Apresentar as contribuições de teóricos da Psicologia para a

proteção e promoção de resiliência			resiliência, tendo ênfase na resiliência comunitária.
Resiliência organizacional e inovação sustentável: um estudo sobre o modelo de gestão de pessoas de uma empresa brasileira de energia	2015	Isabella Francisca Freitas Gouveia de Vasconcelos; Alvaro Bruno Cyrino; Lucas Martins D'Oliveira; Erik Proença Prallon	Relacionar o conceito de organização inovadora sustentável com o conceito de resiliência organizacional
O impacto das percepções de justiça organizacional e da resiliência sobre o engajamento no trabalho	2016	Deanne de Freitas Oliveira; Maria Cristina Ferreira	Investigar o impacto das percepções de justiça organizacional e da resiliência sobre o engajamento no trabalho
Resiliência no trabalho: uma análise comparativa entre as teorias funcionalista e crítica	2017	Adriana de Azevedo Vieira; Carlyle Tadeu Falcão de Oliveira	Interpretar o conceito de resiliência na literatura com foco no universo subjetivo do trabalhador
Envelhecimento humano e resiliência na literatura: um estudo de O velho e o mar, de Ernest Hemingway	2018	Márcia Medeiros	Refletir sobre o envelhecimento humano e resiliência através de um personagem de um texto literário.
Espiritualidade e resiliência na adultez e velhice: uma revisão	2019	Clara Margaça; Donizete Rodrigues	Apresentar uma revisão teórica de estudos realizados sobre o tema espiritualidade e religiosidade como fatores de resiliência.
Atuação empresarial para sustentabilidade e resiliência no contexto da covid-19	2020	Mariana Nicolletti; Gabriela Alem; Marta Blazek; Paola Fillippi; Luis Felipe Bismarchi	Apresentar e analisar a teoria da resiliência como alternativa frente aos desafios de COVID-19, com foco organizacional.
Resiliência individual, prazer e sofrimento no trabalho e vínculos organizacionais: reflexões e perspectivas de pesquisas para o setor público	2021	Fabio Faiad Bottini; Kely César Martins De Paiva; Ricardo C. Gomes	Apresentar os temas (Resiliência individual; prazer e sofrimento no trabalho; Vínculos organizacionais), e suas possíveis inter-relações.
Resiliência do gestor e formador de redes: efeitos da prioridade estratégica de inovação	2022	Ilse Maria Beuren; Tayse Gomes	Analisar a influência da resiliência de um gestor na formação de redes.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O primeiro artigo, das autoras Fontes e Azzi (2012), busca demonstrar de maneira simples as relações entre autoeficácia e resiliência, além da abordagem literária em diferentes etapas do ciclo de vida e até mesmo contextos. Focado, portanto, na resiliência individual e com uma grande fonte na motivação do indivíduo causadora da autoeficácia, pois segundo Bandura (2008), por meio de mecanismos autorregulatórios, os indivíduos orientam-se de modo próprio com um certo controle proativo, estabelecendo metas desafiadoras e mobilizando esforços para alcançar seus objetivos.

Desta forma, o trabalho descrito, evidencia que os temas abordados possuem um campo de investigação promissor, sendo uma condição essencial para a qualidade de vida nas diferentes etapas do desenvolvimento, devido ao mundo de constantes mudanças e alterações, é possível reforçar e interligar esta afirmação com Moura, Silva e Carvalho (2019) que foram apresentados anteriormente neste trabalho, estes demonstram em suas falas que há uma

necessidade de flexibilidade, resiliência e autoeficiência ainda maior, principalmente pela ligação das mesmas dentro do próprio conceito.

Pode-se usar de modo a interligar com o primeiro artigo do quadro, o segundo selecionado, de Gurgel, Plentz, Joly e Reppold (2013), que busca revisar na literatura os instrumentos utilizados para a avaliação da resiliência em adultos e idosos, ou seja, também se tratando da resiliência individual e do desenvolvimento através de situações de mudanças constantes ao decorrer da vida.

Este estudo trouxe como um de seus pontos a necessidade de mais pesquisas com foco nestas áreas, isso por conta de a grande parte dos artigos encontrados serem específicos para um determinado meio de população, como os indígenas, mulheres, veteranos de guerra ou de pessoas com problemas de saúde, sendo, portanto, reforçado por Ferreira (2014), os instrumentos de avaliação da resiliência em adultos e idosos como um todo, são escassos, principalmente nacionalmente.

Na sequência, analisou-se a pesquisa de Carvalho e Yunes (2014), que trazem mais um artigo sobre a resiliência individual, porém com foco nas redes de apoio social e como os conceitos desta tem impacto como mecanismo de proteção e promoção de resiliência, pois estas redes são as principais fontes de proteção e de resiliência individual, familiar e comunitária da sociedade. Trazendo consigo a importância de fortalecer a saúde física e mental em momentos de crises e pós-crisis, pois inevitavelmente estas surgirão e, portanto, torna-se necessária a resiliência como mecanismo de defesa, sendo esta afirmação quanto a resiliência surgindo como forma defensiva, tratada posteriormente no trabalho desenvolvido de Vieira e Oliveira (2017), os quais também já apresentado neste trabalho anteriormente.

Focalizando na parte social e somado também a sustentabilidade inter-relacionada com a resiliência organizacional, foi desenvolvido o próximo artigo do quadro, de Vasconcelos, Cyrino, D'Oliveira e Prallon (2015), realizado no departamento de recursos humanos de uma empresa de energia brasileira, este trouxe a importância da resiliência organizacional e o conceito de uma “Organização Inovadora Sustentável Resiliente”, este estudo tem como seu ponto principal demonstrar como a resiliência se encaixa em diversos contextos e pode servir como auxílio para o desenvolvimento não só de indivíduos, mas também de organizações e conceitos como sustentabilidade e desenvolvimento socioambiental.

Já o artigo 5, de autoria de Oliveira e Ferreira (2016), trabalharam o tema em questão no âmbito da justiça organizacional e o engajamento no trabalho, trazendo assim a resiliência para mais um campo dos seus diversos de aplicações, demonstrando que a justiça organizacional e a resiliência são recursos motivacionais que promovem o engajamento no

trabalho e, portanto, traz a resiliência individual e organizacional em sua construção, buscando a eficácia das organizações, a justiça e o indivíduo como colaborador e trabalhador, sendo este recurso motivacional, algo desenvolvido e reforçado no trabalho publicado no ano seguinte de Lanz e Bruk-Lee (2017).

De modo complementar, a resiliência no trabalho está como foco principal no artigo selecionado de Vieira e Oliveira (2017), contudo buscando uma análise comparativa das teorias e críticas relacionadas para a discussão deste. O estudo em questão também busca a resiliência em ambos os meios, individual e organizacional, porém tem como principal conclusão e desenvolvimento a demonstração de que para que haja uma resiliência organizacional é necessária a individual em soma, o que assemelha ao trabalho de Bardini e Silva (2019), que sinaliza que esta é uma competência subjetiva e determinada do sujeito, sendo ambos os termos dependentes um do outro para que sejam postos de modo eficaz.

A resiliência também se encontra na arte e na literatura, pode-se notar isso na análise feita por Medeiros (2018), o qual seleciona um personagem com o nome de Santiago, de um livro chamado: O velho e o mar, de Ernest Hemingway (1952) republicação em (2013). Este estudo tem como foco demonstrar como a resiliência e o envelhecimento humano são essenciais para o processo de autoestima e cuidado pessoal, a resiliência, portanto, surge não apenas como uma forma de expressão da arte neste estudo, mas também deve ser considerada como algo essencial para uma melhor qualidade de vida de um indivíduo, o que vai de encontro com os pensamentos de Vieira (2010), sendo este, algo que nesse artigo selecionado foi desenvolvido baseando-se em uma experiência literária.

Além de todos os pontos, a resiliência também surge como algo complementar à espiritualidade e religiosidade, desenvolvido no artigo de Margaça e Rodrigues (2019), sendo a espiritualidade um promotor da resiliência. Deste modo torna-se claro que estes conceitos trabalhados neste estudo, servem como mediadores para o indivíduo em momentos estressantes, servindo como uma estratégia e estruturação da resiliência, como já defendido por Leão (2021).

No ano de 2020 a situação global foi dominada pela pandemia COVID-19, a resiliência se encaixou nesse meio e se tornou um dos termos mais utilizados, juntamente do cuidado pessoal e ambiental, tal como as medidas protetivas de saúde (Stringhini, 2022). Para este ano o artigo escolhido para a análise foi de Nicolletti, Alem, Blazek, Fillippi e Bismarchi (2020), buscaram apresentar a teoria da resiliência como alternativa frente aos desafios de COVID-19, algo extremamente essencial para a adaptação tanto pessoal quanto profissional e organizacional em um período de tantas turbulências. Essa pesquisa contribui para a reflexão

sobre o papel da sustentabilidade e sua influência no fortalecimento da resiliência, demonstrando claramente como o contexto global muda diariamente e a resiliência surge como algo essencial em conjunto com o sustentável.

Com as colocações do indivíduo e o cuidado pessoal sendo cada vez mais pautados, a resiliência individual no trabalho vem à tona pelo próximo artigo, de Bottini, Paiva e Gomes (2021), buscando o prazer e o sofrimento no âmbito empresarial como seu foco sendo situado no setor público, o estudo traz a existência de diversos transtornos de ansiedade, depressão, *burnout*, entre outros, e como estes podem ser gerados devido a uma grande influência do ambiente de trabalho na vida de um indivíduo indo ao encontro da pesquisa de Kubo e Gouvêa (2012).

O artigo em questão demonstra com clareza que há sim uma relação direta entre a resiliência individual do trabalhador e o prazer no trabalho, assim como também o sofrimento, no que diz respeito à identidade como indivíduo, que produz e se reconhece em relação aos outros, tal como sua produção e bem-estar, estas afirmações vão de encontro com os pensamentos de Beckwith (2016) já desenvolvidos anteriormente neste trabalho.

Como forma conclusiva da análise dos resultados, o último artigo selecionado foi publicado por Beuren e Gomes (2022), trata-se da visão do gestor em si, rede de contatos de colaboradores e principalmente da estratégia como promotora da inovação, tal como a importância da resiliência nesse contexto como fator primordial. Os principais resultados deste estudo supracitado demonstram que os gestores com características resilientes tendem a atrair interesses dos agentes para a formação de redes, portanto se pode relacionar e complementar este estudo com o de Vasconcelos, Cyrino, D'Oliviera e Carvalho (2017), o qual desenvolvem o mesmo tema de resiliência relacionado a comunicação e rede de contatos, contudo neste caso se fundamentando na resiliência organizacional.

Concluindo a análise e reflexão dos artigos selecionados para essa pesquisa, entende-se, portanto, que a característica de resiliência se trata de uma qualidade, auxílio e do equilíbrio da aprendizagem com a inovação, e cada vez mais se faz necessária nas organizações, pessoas e sociedade, sendo, portanto, um conceito coerente e interligado, possuindo uma rede de aplicabilidade de extremo potencial e desenvolvimento. Quais as implicações?

5 Considerações Finais

Seguindo os estudos realizados e os resultados obtidos, esta última década inicialmente demonstrou-se precária de trabalhos referentes a resiliência tanto organizacional quanto individual, mesmo que posteriormente tornou-se possível perceber o aumento considerável da visibilidade que a temática teve com o passar dos anos, o que se deu principalmente por conta do crescimento do tema e seus desenvolvimentos em diversas áreas de estudos e contribuições.

Contudo, ainda são estudos escassos os trabalhos referentes a resiliência como um todo e ainda assim necessitam de uma maior visibilidade, visto que ela se trata de um conceito que pode determinar e potencializar os aspectos que trazem a eficácia independentemente do contexto selecionado.

Tornam-se possíveis estas conclusões devido à pesquisa bibliográfica desenvolvida neste trabalho, fundamentada em onze artigos selecionados, sendo estes publicados entres os anos de 2012 a 2022, o que se demonstrou correspondente com os objetivos pré-estabelecidos do estudo em questão e trouxe resultados satisfatórios e coerentes, tal como foi capaz de desenvolver a resiliência tanto individual quanto organizacional de diversas perspectivas.

Na seleção dos artigos, foram escolhidos aqueles com maior destaque em sua área de aplicação e com uma grande relevância para a educação corporativa e pessoal, sendo estes estudos desenvolvendo pensamentos científicos quanto a resiliência nas mais diversas aplicações e contendo uma extrema contribuição para a evolução das pesquisas relacionadas a tal, o que tornou possível a ligação destes selecionados com artigos e autores anteriormente já citados e trazidos neste mesmo estudo.

Quanto a análise das contribuições da temática, torna-se evidente a variedade de situações e contextos os quais a resiliência pode ser aplicada, sendo encontrada em diversas áreas no âmbito profissional e pessoal, dentre elas na administração, psicologia, arte, física, literatura, direito e entre outros, além de seu próprio conceito poder ser encontrado em diversas circunstâncias, também vale ressaltar o quanto os estudos que a abordam sugerem a relevância da mesma, tal como a necessidade de mais estudos focalizando-a.

A resiliência tanto individualmente quanto organizacionalmente funciona em conjunto, e deste modo torna-se um diferencial que pode ser utilizado em diversas situações, podendo ser tratado como uma característica, conceito ou definição que podem vir a trazer a algo ou alguém destaque, confiança e liderança, visto que esta é a base para um desenvolvimento pessoal intenso.

Conclusivamente, este estudo buscou compreender a temática resiliência de maneira consistente com base nos pressupostos teóricos selecionados, sendo o fator primordial demonstrar as variadas perspectivas desta, com o intuito de analisar o avanço das pesquisas sobre tal na última década, despertar o interesse e explanar a necessidade de mais trabalhos sobre resiliência individual e organizacional, propondo portanto mais estudos e projetos sobre o tema independentemente do contexto o qual seja inserido, pois as contribuições deste sempre estarão presentes para o desenvolvimento do que estiver em pauta.

Referências

AL SHOBAKI, M. J.; AMUNA, Y. M. A.; NASER, S. S. A. Strategic and Operational Planning As Approach for Crisis Management Field Study on. UNRWA. **International Journal of Information Technology and Electrical Engineering**, v. 5, n. 6, p. 43–47, 2017. Disponível em: <https://philarchive.org/rec/ALSSAO>.

ALBUQUERQUE, A. M. À luz da Resiliência. O riso e a perda na educação para a saúde. **Omnia**, 1(2183–4008), p. 23–29, 2014.

ALBUQUERQUE, C.; ALMEIDA, J.; CUNHA, M.; MADUREIRA, A.; ANDRADE, A. Protective resilience factors in institutionalised portuguese adolescents. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 171, p. 276–283, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.01.122>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042815001524?via%3Dihub>.

ALMEDOM, A. M. Understanding human resilience in the context of interconnected health and social systems: Whose understanding matters most? **Ecology and Society**, v. 20, n. 4, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5751/ES-08195-200440>. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol20/iss4/art40/>.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

ASSUNÇÃO, M. V. D.; MEDEIROS, M.; MOREIRA, L. N. R.; PAIVA, I. V. L.; PAES, C. D. S. Resiliência das cadeias de suprimentos brasileira com os impactos da Covid-19. **HOLOS**, v. 36, n. 5, p. 1–20, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2020.10802>. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/10802>.

ALVARENGA, M. Z.; OLIVEIRA, M. P. V. D.; ZANQUETTO FILHO, H.; DESOUSA, K. C.; CERYNO, P. S. Sua cadeia de suprimentos está preparada para a próxima interrupção? Construindo cadeias resilientes. **Revista de Administração de Empresas**, v. 62, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020220106x>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/Wk3CqrTbfx6ymqkqKqSvSFs/?lang=pt>.

BANDURA, A. A teoria social cognitiva na perspectiva da agência. *In*: BANDURA, A. AZZI, R. G.; S. POLYDORO (Orgs.). **Teoria social cognitiva: conceitos básicos**, p. 69-95, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARDINI, C.; SILVA, N. Resiliência e mudança organizacional: uma revisão sistemática das possíveis relações entre os conceitos. **Perspectivas en Psicología: Revista de Psicología y Ciencias Afines**, v. 16, n. 2, 15–29, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4835/483568603002/html/>.

BARDOEL, E. A.; PETTIT, T. M.; DE CIERI, H.; MCMILLAN, L. Employee resilience: an emerging challenge for HRM. **Asia Pacific Journal of Human Resources**, v. 52, n. 3, 279–297, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/1744-7941.12033>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1744-7941.12033>.

BECKWITH, H. Building resilience in health care workers. **Imperial College Healthcare NHS Trust**, p. 457–460, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/tct.12603>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27870325/>.

BEUREN, I. M., GOMES, T. Resiliência do Gestor e Formação de Redes: Efeitos da Prioridade Estratégica de Inovação. **Brazilian Business Review**, v. 19, p. 414-430, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15728/bbr.2022.19.4.4.en>. Disponível em: <https://www.bbrronline.com.br/index.php/bbr/article/view/716>.

BOTTINI, F. F.; PAIVA, K. C.; GOMES, R. C. Resiliência individual, prazer e sofrimento no trabalho e vínculos organizacionais: reflexões e perspectivas de pesquisas para o setor público. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 19, p. 45–57, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120200091>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/M88nX53cmgcDvy3GVPHmSMR/abstract/?lang=pt>.

CARVALHO, V. D.; TEODORO, M.; BORGES, L. O. Resiliência no contexto de trabalho. *In*: K. Puente-Palacios, A. L. A. Peixoto (Eds.), **Ferramentas de diagnóstico para organizações e trabalho: um olhar a partir da psicologia**. 2015. p. 206-220.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Desafios para a indústria 4.0 no Brasil**. Distrito Federal: Brasília. 2016.

CORREIA, S. A. **Resiliência em profissionais de saúde**. Tese de Doutorado. 2018.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Trad. Sandra M. da Rosa. Revisão técnica Dirceu da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DA ROSA, G. M., D. S., F. R., D. C. JÚNIOR, J. A. Ações antrópicas e exploração dos recursos ambientais no meio rural, no norte do RS: questões históricas, culturais e desafios para projetar novas atitudes. **Research, Society and Development**, v. 19, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i10.19245>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/19245>.

DELLASTA, H. P.; CORAZZA, R. I. Resiliência socioecológica em agroecossistemas: revisão da literatura sobre possíveis conexões entre práticas agroecológicas e princípios de resiliência. **Cadernos de Agroecologia**, v. 17, n. 3, 2022. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6762>.

DE MORAIS, L. R.: **Resiliência e Segurança: Uma Revisão de Literatura**. ERABED, 2021.

EROL, O.; MANSOURI, M.; SAUSER, B. A framework for enterprise resilience using service oriented architecture approach. **3rd Annual IEEE Systems Conference** (p. 127–132). Vancouver, Canada: Ieee. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1109/SYSTEMS.2009.4815785>. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/4815785>.

ESHEL, Y.; KIMHI, S.; LAHAD, M.; LEYKIN, D.; GOROSHIT, M. Risk Factors as Major Determinants of Resilience: A Replication Study. **Community Mental Health Journal**, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10597-018-0263-7>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10597-018-0263-7>.

FERREIRA, L. C. L. **Associações entre a resiliência, a autocompaixão e a orientação temporal na adolescência**, 2014. Tese de doutorado.

FIKSEL, J. Resilience in Environmental Management. *In*: Resilient by Design. **Center for Resource Economics**, p. 113-128, 2015.

FONTES, A. P., AZZI, R. G. Crenças de autoeficácia e resiliência: Apontamentos da literatura sociocognitiva. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 29, p. 105-114, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Zk6jY3PcvQYG5tZdXKg8fsk/?lang=pt>.

GARCIA, E.; VALE, B. **Unravelling sustainability and resilience in the built environment**. Routledge, 2017.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GODOI, C. K.; BALDINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. *In*: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; BANDEIRA DE MELLO, R. (orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo, 89–113. 2010.

GURGEL, L. G.; PLENTZ, R. D. M.; JOLY, M. C. R. A.; REPPOLD, C. T. Avaliação da resiliência em adultos e idosos: revisão de instrumentos. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 30, p. 487-496, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2013000400002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/ZHGpNxTzMGNwhM3pw5hHrMx/?format=html&lang=pt>.

HARTMANN, S. The Power of We: The Effects of Mutuality and Team Reflexivity on Team Resilience in the Workplace. **Academy of Management Proceedings**, v. 1, p. 1-6, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5465/AMBPP.2018.59>. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/10.5465/AMBPP.2018.59>.

HEMINGWAY, E. **O velho e o mar**. Editora Bertrand Brasil, 2013

HIRIGOYEN, M. F. **Assédio moral**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011.

IRIGARAY, H. A.; PAIVA, K. C. M.; GOLDSCHMIDT, C. C. Resiliência Organizacional: proposição de modelo integrado e agenda de pesquisa. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 390–408, set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395158881>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/7QJMjt5hPxfjNyvw8Gym6pv/?format=html&lang=pt>.

JULIANO, M. C. C.; YUNES, M. A. M. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente e Sociedade**, v. 17, p. 135-154, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/BxDVLkfcGQLGXVwnHp63HMH/?format=html&lang=pt>.

KAMLOT, D. Resiliência organizacional e marketing social: uma avaliação de fundamentos e afinidades. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. spe, p. 482-495, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395160269>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/mWrbvk7xd987hd7tTbO9q7N/?lang=pt>.

KUBO, S. H.; GOUVÊA, M. A. Análise de fatores associados ao significado do trabalho. **Revista de administração**, v. 47, n. 4, p. 540-554, 2012. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002334724>.

LANZ, J. J., BRUK-LEE, V. Resilience as a moderator of the indirect effects of conflict and workload on job outcomes among nurses. **Journal Advanced Nursing**, v. 73, p. 2973–2986, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/jan.13383>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jan.13383>.

LEÃO, E. **Resiliência e Espiritualidade: Pontos de Encontros e Novas Perspectivas**. Editora Appris, 2021.

LOPES, G. S. **A resiliência como estratégia do planejamento urbano: propostas para o saneamento básico**. Trabalho de conclusão de curso. UFBA, 2019.

LOSEKANN, R. G. C. B.; MOURÃO, H. C. Desafios do teletrabalho na pandemia Covid-19: quando o home vira office. **Caderno de Administração**, v. 28, p. 71-75, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v28i0.53637>. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53637>.

MARGAÇA, C.; RODRIGUES, D. Espiritualidade e resiliência na adultez e velhice: uma revisão. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, p. 150-157, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i2/5690>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/qHLFrMkHJO6zmWVqDsx6SCz/?lang=pt>.

MEDEIROS, M. Envelhecimento humano e resiliência na literatura: um estudo de O velho e o mar, de Ernest Hemingway. **Saúde e Sociedade**, v. 27, p. 1071-1080, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018160001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/S8ZXcgHX5zz5wB6pQsD7dCM/?format=html&lang=pt>.

MELNYK, S. A.; CLOSS, D. J.; GRIFFIS, S. E.; ZOBEL, C. W. M. J. R. Understanding supply chain resilience. **Supply Chain Management Review**, v. 18, n. 1, p. 34–41, 2017. Disponível em: https://www.scmr.com/article/understanding_supply_chain_resilience.

MOURA, A. F. G.; SILVA, M. R.; CARVALHO, L. C. Comprometimento organizacional: um estudo com servidores e não servidores do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul. **Desafio Online**, v. 7, n. 1, p. 43-67, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deson/article/view/7707>.

NERI, M. C. Monitorando movimentos macro, meso e micro. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 64, n. 3, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rce/article/view/23780>.

NICOLLETTI, M.; ALEM, G.; BLAZEK, M.; FILLIPPI, P.; BISMARCHI, L. F. Atuação empresarial para sustentabilidade e resiliência no contexto da Covid-19. **Revista de Administração de Empresas**, v. 60, n. 6, p. 413-425, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020200605>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/3LLgYF49S4FwjbfPFhkGMs/?lang=pt>.

NOGUEIRA, M. G. S.; HALLAL, D. R. Resiliência Organizacional como capacidade estratégica para um melhor desempenho: um estudo em empresas de tecnologia da informação da cidade de Caçador/SC. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIAS – 3Es, 6, 2013, Bento Gonçalves, RS. **Anais...** Bento Gonçalves: ANPAD, 2013, p. 1-12

NORONHA, M. G. R. C. S. *et al.* Resiliência: nova perspectiva na promoção da saúde da família? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 497-506, abr. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000200018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4W653CP4BgFLXstQKdfzhKP/abstract/?lang=pt>.

OLIVEIRA, D. D. F.; FERREIRA, M. C. O impacto das percepções de justiça organizacional e da resiliência sobre o engajamento no trabalho. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 33, n. 4, p. 747-755, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000400017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/pZQFwntpm8MgsL3hRbZJwrc/abstract/?lang=pt>.

PFEFFER, J. **Dying for a Paychech**: How Modern Management Harms Employee Health and Company Performance. New York, NY: Harper Collins Publishers, 2018.

PINHEIRO, D. P. N. A resiliência em discussão. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 9, p. 67-75, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722004000100009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/hCkq6FLmry946OGxPWFxsGQ/abstract/?lang=pt>.

POZUELO-CARRASCOSA, D. P. P.; VIZCAÍNO, V. M.; LÓPEZ, M. S.; GUTIÉRREZ, R. B.; MARTÍN, B. R.; PACHECO, B. N. Resilience as a mediator between cardiorespiratory fitness and mental health-related quality of life: A cross-sectional study. **Nursing and Health Sciences**, v. 19, p. 316–321. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/nhs.12347>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/nhs.12347>.

RALHA-SIMÕES, H. Que caminhos para a resiliência? Dos equívocos e controvérsias às promessas ainda por cumprir. **Omnia**, v. 1, p. 5–13, 2014.

REICHARD, R. J.; DOLLWET, M.; LOUW-POTGIETER, J. Development of cross-cultural psychological capital and its relationship with cultural intelligence and ethnocentrism. **Journal of Leadership and Organizational Studies**, v. 21, n. 2, p. 150-164, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/1548051813515517>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1548051813515517>.

REMKO, V. H. Research opportunities for a more resilient post-COVID-19 supply chain—closing the gap between research findings and industry practice. **International Journal of Operations e Production Management**, v. 40, n. 4, p. 341–345, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJOPM-03-2020-0165>. Disponível em: <https://www.emerald.com/ijopm/article-abstract/40/4/341/146346/Research-opportunities-for-a-more-resilient-post?redirectedFrom=fulltext>.

REPPOLD, C. T. *et al.* Avaliação da resiliência: controvérsia em torno do uso das escalas. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 25, n. 2, p. 248-255, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000200006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/RgNRV7DqKb9ZFxpM5bpVTQ/abstract/?lang=pt>.

SABBAG, P. Y. **Resiliência: competência para enfrentar situações extraordinárias na sua vida profissional**. Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2017.

SALGADO, C. O. M. **Componentes da resiliência organizacional**. Dissertação de Mestrado (). 2013. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/29105>.

SALGADO, C. O. M. **Componentes da resiliência organizacional**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviços de Informação) – Universidade do Minho, Escola de Engenharia. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/29105>.

SANTOS, A. P. Comprometimento e entrenchamento em carreiras do setor público: estudo exploratório e confirmatório. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 22, n. 73, p. 355-378, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v22n73.56434>. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/56434>.

SIMPSON, A. Afterword: The Still Point of Innovation. *In: The Innovation-Friendly Organization*. Springer, 2017. p. 179–182.

SIQUEIRA, A. C.; DOS SANTOS A. A. A. Resiliência e imagem corporal: um estudo com indivíduos obesos. **Revista Farol**, v. 8, n. 8, p. 314–329, 2019. Disponível em: <https://revista.farol.edu.br/index.php/farol/article/view/151/149>.

STRINGHINI, D. **Aplicação de redes complexas no desenvolvimento de metodologia para análise de resiliência e sustentabilidade de cadeia de suprimentos**. 2022.

TEIXEIRA, A. R. N.; QUEIROZ, R. D. A importância da resiliência no contexto organizacional. **Revista de Iniciação Científica – RIC**, v. 02, n. 01, p. 14–32, jan. 2015.

UNGARETTI, M. S. Revisão literária sobre a relação de resiliência com conceitos psicanalíticos. **Diaphora Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 63-69, jan./jul. 2013. Disponível em: <https://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/86>.

VASCONCELOS, I. F. F. G. D.; CYRINO, A. B.; D'OLIVEIRA, L. M.; PRALLON, E. P. Resiliência organizacional e inovação sustentável: um estudo sobre o modelo de gestão de pessoas de uma empresa brasileira de energia. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, p. 910-929, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395155896>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/Kq5T4hFcMnjw8bH3RpZ93cG/abstract/?lang=pt>.

VIDAL, D. N.; RODRIGUES, A. P. G. Vínculos organizacionais: estudo de caso no 13º batalhão de bombeiros militar. **Revista Gestão e Planejamento**, v. 17, n. 1, p. 4–18, 2016. DOI: <https://dx.doi.org/10.21714/2178-8030gep.v17i1.3347>. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/3347>.

VIEIRA, A. A.; OLIVEIRA, C. T. F. Resiliência no trabalho: uma análise comparativa entre as teorias funcionalista e crítica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, p. 409-427, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395159496>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/W6xYhy8zn88BTQOhKdtXtvC/?lang=pt>.

VIEIRA, S. P. Resiliência como força interna. **Kairós: Gerontologia**, São Paulo, v. 13, p. 21-30, jun. 2010.

VISSER, E. J. DE; DORFMAN, A.; CHARTRAND, D.; LAMON, J.; FREEDY, E. Building resilience with the Stress Resilience Training System: Design validation and applications. **Work**, v. 54, p. 351–366, 2016. DOI: <https://doi.org/10.3233/wor-162295>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27232057/>.

WANG, Z.; LI, C.; LI, X. Resilience, Leadership and Work Engagement: The Mediating Role of Positive Affect. **Social Indicators Research**, v. 132, p. 699–708, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11205-016-1306-5>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11205-016-1306-5>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Depression and other common mental disorders: global health estimates**. 2017.



Explorando os benefícios e desafios da adoção de sistemas ERP: uma análise em uma empresa do setor salineiro

Rosicleide Oliveira¹

Rayssa Oliveira²

Daniela Pegoraro³

Luis Felipe Dias Lopes⁴

Larissa Karoline Souza Silva⁵

Resumo: Os sistemas *Enterprise Resource Planning* (ERP's) surgiram com o intuito de resolver problemas de integração, disponibilidade e confiabilidade de informações ao incorporar em um único sistema as funcionalidades que suportam diversos processos de negócios em uma empresa. Entretanto, existem benefícios e desafios que são encontrados diariamente por seus usuários. Neste ínterim, resta a esses usuários a adaptação da utilização do sistema. Pelo exposto, esta pesquisa tem como objetivo identificar os benefícios e desafios decorrentes da adoção de sistemas ERP's para a gestão empresarial de uma empresa do setor salineiro. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva, do tipo survey, com abordagem quantitativa. Foi possível identificar os benefícios e os desafios encontrados na adoção do ERP para auxiliar seus usuários nas tomadas de decisões, da empresa investigada. O sistema ERP desempenha uma melhoria, produtividade e padronização aos seus usuários, entretanto, como qualquer outro sistema digital, existem falhas, pois o sistema não consegue desenvolver tudo o que é proposto, como não é ágil e não consegue desenvolver informações completas. Os resultados deste estudo proporcionaram uma reflexão a respeito da temática, trazendo seus pontos positivos e negativos, encontrados diariamente, na utilização do sistema ERP em uma indústria salineira.

Palavras-chave: sistemas ERP; gestão empresarial; tomada de decisão; indústria salineira.

Exploring the benefits and challenges of adopting ERP systems: an analysis in a company in the saline sector

Abstract: ERP's systems were created to the aim of solving problems of integration, availability and reliability of information by incorporating into a single system the functionalities that support various business processes within a company. However, users encounter both benefits, challenges in their daily use of ERP systems, and must adapt to the system's functionalities. Based on this, the purpose of this research is to identify the benefits and challenges associated with adopting ERP systems for business management in the salt industry. A descriptive survey with a quantitative approach was conducted to assess these factors, focusing on how ERP aids users in decision-making within the company studied. The ERP system provides its users with improvements in productivity and standardization; however, as with any digital system, there are limitations. The system cannot fulfill all intended functionalities,

¹ Especialista em Contabilidade e Planejamento Tributário pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: rosicleide_ricardo@hotmail.com

² Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: rayssa_cleide@hotmail.com

³ Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: daniela.pegoraro@ufsm.br

⁴ Doutor em Engenharia de Produção com Pós-Doutorado em Pós-Doutorado em Engenharia, Gestão do Conhecimento e Mídia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: lflopes67@yahoo.com.br

⁵ Doutoranda em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: larissakaroline2011@gmail.com

lacking agility and comprehensive information capabilities. The findings from this study offer insights into the subject, highlighting the positive and negative aspects experienced daily with ERP usage in the salt industry.

Keywords: ERP systems; business management; decision making; salt industry.

Explorando los beneficios y desafíos de adoptar sistemas ERP: un análisis en una empresa del sector salino

Resumen: Los sistemas de Planificación de Recursos Empresariales (ERP's) surgieron con el objetivo de resolver problemas de integración, disponibilidad y confiabilidad de la información incorporando en un solo sistema las funcionalidades que soportan los diversos procesos de negocio de una empresa. Sin embargo, existen beneficios y desafíos que los usuarios enfrentan a diario. Mientras tanto, corresponde a estos usuarios adaptar la forma en que utilizan el sistema. Con base en lo anterior, esta investigación tiene como objetivo identificar los beneficios y desafíos que surgen de la adopción de sistemas ERP para la gestión empresarial de una empresa del sector salinero. Para ello se realizó una investigación de tipo encuesta descriptiva, con enfoque cuantitativo. Fue posible identificar los beneficios y desafíos encontrados en la adopción de ERP para ayudar a sus usuarios en la toma de decisiones en la empresa investigada. El sistema ERP mejora la productividad y estandariza a sus usuarios, sin embargo, como cualquier otro sistema digital, existen fallas, ya que el sistema no puede desarrollar todo lo que se propone, al no ser ágil y no puede desarrollar información completa. Los resultados de este estudio brindaron una reflexión sobre el tema, trayendo sus puntos positivos y negativos, encontrados diariamente, en el uso del sistema ERP en una industria salinera.

Palabras clave: sistemas ERP; gestión empresarial; toma de decisiones; industria salinera.

1 Introdução

Com o avanço das tecnologias e da globalização, as entidades estão se tornando cada vez mais competitivas e dinâmicas. Diante disto, é necessário ressaltar que as informações contábeis possuem um papel relevante, já que são utilizadas para tomada de decisão dos gestores (Faotto; Jung, 2018).

A tomada de decisão é considerada uma modificação das informações geradas em ações. Essas decisões precisam ser tomadas de forma ágil e correta, pois os avanços das entidades dependem da qualidade de seu gerenciamento (Oliveira, 2004). Para Oro e Klann (2017), esse processo demanda estimar, mensurar, reconhecer, estabelecer critérios e utilizar instrumentos, com o intuito de que os direcionamentos estratégicos possam ser atendidos.

Ao decorrer dos anos, houve um aumento expressivo da necessidade, por parte dos usuários das informações contábeis, de conseguir as demonstrações contábeis cada vez mais transparentes e de forma rápida, necessitando que os atuais sistemas de informações operem em ambientes tecnológicos integrados (Novaes; Braga, 2021).

A área de Sistemas de Informações, atualmente, não é vista apenas como uma forma de visualizar a empresa isoladamente, mas sim como uma cadeia de suprimentos, que

pretende realizar um planejamento estratégico e tático operacionalmente para a empresa (Ishii *et al.*, 2019).

De acordo com Oliveira e Ramos (2002), os sistemas de informações integrados como o Enterprise Resource Planning (ERP), são considerados atraentes, pois unem as informações, já que surgiram com o intuito de resolver problemas de integração, disponibilidade e confiabilidade de informações ao incorporar em um único sistema as funcionalidades que suportam diversos processos de negócios em uma empresa.

Conforme Misme *et al.* (2024), o sistema ERP também influencia no aumento da lucratividade da empresa, já que tem o intuito de que a empresa consiga obter ótimos resultados. E o conceito mais relevante do sistema em uma organização é que serve de suporte à automação e aos processos financeiros existentes.

Para Corrêa *et al.* (2001), existe uma ambição nesses sistemas para conseguir dar suporte a todas as necessidades encontradas nas empresas, para que seu funcionamento seja útil para tomadas de decisões gerenciais em uma empresa como um todo.

Com isso, a pergunta do estudo é: **quais os benefícios e desafios decorrentes da adoção de sistemas ERP para a gestão empresarial de uma empresa do setor salineiro?** O objetivo geral deste estudo é identificar os benefícios e desafios decorrentes da adoção de sistemas ERP para a gestão empresarial de uma empresa do setor salineiro.; como objetivos específicos tem-se três: a) verificar a tecnologia utilizada no processo de comunicação entre o departamento contábil e o setor de faturamento; b) avaliar a qualificação técnicas dos profissionais envolvidos na comunicação entre o departamento contábil e o setor de faturamento; c) apresentar os resultados financeiros decorrentes do processo de comunicação entre o departamento contábil e o setor de faturamento.

Este tema se justifica, pois, a utilização dos sistemas integrados só tem aumentado, constantemente, dentro das organizações, principalmente para auxiliar seus usuários a tomarem decisões que sejam coerentes a suas necessidades, com isso, surge a necessidade da automatização e gestão de todas as informações geradas diariamente nas organizações. Para Baptista Junior e Dian (2021), com o início da “era da informação” as empresas, de todos os tipos e segmentos, necessitaram da utilização das tecnologias da informação para seu dia a dia, com isso aumentando o número do uso e propagação exponencial de TI pelo mundo.

Diante disto, este estudo tem como contribuição teórica, o avanço do conhecimento na área do estudo sobre benefícios e desafios encontrados na adoção de sistemas ERP em uma indústria salineira; contribuição prática, aplicação dos resultados em situações reais, mostrando como é a utilização sistema, diariamente; já como contribuição social, este estudo

terá um impacto na sociedade como um todo, pois criará geração de empregos (oportunidades para a comunidade local), sustentabilidade (qualidade de vida da população local) e responsabilidade social (projetos de bem-estar).

O presente estudo está dividido em cinco etapas. A primeira etapa está a introdução, no segundo tópico o referencial teórico, seguindo a metodologia, logo após a análise dos resultados e por último, a conclusão do estudo.

2 Referencial Teórico

2.1 Processo de tomada de decisão gerencial: conceito e aplicação

A tomada de decisão é algo fundamental para a organização (Oliveira; Miranda; Amaral, 2016). Diariamente, há desafios encontrados dentro das organizações que levam os gestores a procurarem informações que mostrem a real situação da empresa, assim, tomando uma decisão de forma eficaz, além de alcançar os resultados planejados (Pacheco Neto *et al.*, 2019).

As decisões sempre geram incertezas, dúvidas, riscos e precisam ser tempestivas para conseguirem responder ao cenário global, em que todas as empresas estão inseridas, evoluindo cada vez mais e mudando constantemente, gerando uma disputa pelo aumento de competitividade e pela inovação de produtos e serviços oferecidos pelas empresas (Rezende, 2002). No processo de tomada de decisão, há a necessidade de estimar, mensurar, reconhecer e estabelecer critérios (Oro; Klann, 2017).

Para Figueiredo e Caggiano (1997), no processo de tomada de decisão existe uma sequência lógica de etapas em que os gestores tentam encontrar soluções para os problemas da organização. No processo de tomadas de decisões, o gestor é responsável por decidir a melhor opção para cada momento em que a organização se encontra, com o intuito de garantir os resultados prováveis (Pacheco Neto *et al.*, 2019).

Sempre haverá decisões para as organizações tomarem, já que sempre haverá obstáculos a serem superados para se obter um crescimento da organização, independentemente do setor em que ela trabalhe. Todas as empresas são um sistema de decisões (Marciano, 2019). Para se tomar uma boa decisão, é necessário ter um conhecimento suficiente de todos os processos que possam influenciar nos resultados do acontecimento em questão (Pacheco Neto *et al.*, 2019).

De acordo com Martins e Coelho (2012), o processo de tomada de decisão quer dizer escolher entre várias alternativas viáveis disponíveis, que na maioria das vezes é influenciado pela qualidade de informações, fluxo de informações, recursos e tempo disponível. Com isso, a informação passa por um processo para obter um valor específico antes de servir como uma tomada de decisão (Oliveira; Miranda; Amaral, 2016).

É muito difícil encontrar atividades que não exijam uma tomada de decisão dentro das organizações. Tudo que é feito dentro das organizações, como uma simples ordem, palestras, eventos, treinamentos e objetivos, tudo são estudados e desenvolvidos por uma tomada de decisão (Marciano, 2019).

Todas as decisões devem ser tempestivas e precisas, pois o desempenho das organizações depende da qualidade do gerenciamento dos seus trabalhadores (Oliveira, 2004). Para uma tomada de decisão favorável é necessário um bom planejamento, com o intuito de atingir as metas estabelecidas, além de observar e escolher a melhor opção para lidar com aquele determinado problema, e/ou aproveitar a melhor oportunidade (Rocha; Nobre; Araújo, 2018).

Para Claro (2013), gerar relatórios em que se consolidem informações necessárias para tomadas de decisões é apenas uma das tarefas realizadas pelos sistemas de informações gerenciais. A implantação de um sistema de informação gerencial em uma entidade possibilita informações para tomadas de decisões, respostas para operações diárias, além de acrescentar valores aos processos dessas entidades (Martins *et al.*, 2012).

O sistema de informação gerencial controla toda a entidade, desde a área de produção às áreas de finanças, fazendo registros e processando cada fato novo na entidade e compartilhando essas informações de forma nítida e segura, simultaneamente (Mendonça, 2022).

2.2 Sistemas Integrados de Gestão Empresarial (SIGE): origem e evolução

O sistema de informação integrado existe desde o começo da utilização dos computadores nas empresas, na década de 1960. Entretanto, várias dificuldades práticas e tecnológicas não permitiram que esse sistema fosse implementado na maioria das empresas (Alsène, 1999).

As pressões para soluções de problemas locais e a ausência do enfoque em processos levaram à criação de sistemas isolados para as empresas, mesmo existindo o possível desenvolvimento de sistemas totalmente integrados. Diante disto, as empresas ficaram

dependentes de diversos sistemas diferentes, necessitando de trabalhos manuais que estão expostos aos erros, tornando-se incapazes de fornecer informações de qualidade sobre a empresa na totalidade (Scaccia; Ruguê, 2023).

O termo “Sistema de Gestão Integrado (SGI)” está ligado a diferentes tipos de sistema de gestão. O SGI é a junção de processos, procedimentos e práticas adotadas por uma entidade na procura de implementar políticas para alcançar suas metas de forma eficaz, interagindo com qualidade, desempenho ambiental, segurança e saúde ocupacional (Moraes; Vale; Araújo, 2013).

Para Oliveira (2008), o sistema de informação gerencial é composto por subsistemas, vistos de forma íntegra e capazes de fornecer informações necessárias em seus processos de decisões. O sistema de informação gerencial gera relatórios periódicos (vendas diárias, produções acabadas, estoque de material, folha de pagamentos semanal, etc.), isto faz dele um sistema que trabalha em combinação com vários sistemas diferentes (Turban; Rainer Junior; Potter, 2003).

De acordo com Turban, Rainer Junior e Potter (2003) e Tenório (2004) para que os sistemas de informações disponibilizem relatórios programados ou periódicos, contendo as variáveis ocorridas dos níveis de produção, dos custos de materiais, de índices relacionados ao setor, controle de qualidade, etc., eles utilizam os bancos de dados internos e externos.

2.3 Os conceitos acerca do SIGE/ERP

O Sistema Integrado de Gestão Empresarial (SIGE), ou o termo em inglês, Enterprise Resource Planning - ERP, é um sistema de informação que integra todos os dados e processos de uma corporação ou organização empresarial em um único sistema (Ferro; Ferreira Neto, 1999).

O ERP é a evolução dos sistemas de informações, que surgiu como uma solução para se ter um sistema integrado em apenas um software, isto é, que integre todos os processos dos mais variados níveis (operacional, tático e estratégico) e setores funcionais (produção, marketing, recursos humanos e finanças) de uma mesma organização (Laudon; Laudon, 2012).

Esse sistema de integração é a junção de sistema sob a perspectiva funcional de compras, contabilidade, fabricação (produção), finanças, marketing, recursos humanos, vendas, entre outros e, sob a perspectiva sistêmica: sistema de processamento de transações,

sistemas de informações gerenciais, sistemas de apoio à tomada de decisão, entre outros (Ferro; Ferreira Neto, 1999; Jacobs; Whybark, 2000).

Para Rezende e Abreu (2000), quando a empresa possui um software integrado ERP de grande tecnologia e segurança, a gestão empresarial é facilitada, pois é amparada com uma documentação clara e eficaz. A característica fundamental de um ERP é a integração, já que é um sistema que contém uma única base de dados para a empresa e todos os seus módulos estão nessa base (Schmitt, 2004). Contudo, assim que esse tipo de sistema foi criado, apenas as grandes empresas o adotavam, já que teriam que arcar com um elevado custo para sua aquisição e manutenção, o que fazia com que essas organizações gastassem muitos recursos (Aparicio; Raposo; Costa, 2018).

Para que o sistema consiga responder à necessidade da entidade com precisão, deve haver um comprometimento de todos os envolvidos no processo de implantação e manutenção do sistema, ou seja, os acontecimentos devem ser registrados simultaneamente e de forma verídica (Sampaio, 2022). As empresas utilizam esse sistema para que seus gestores possam ter uma visão global das suas operações, assim contribuindo para as melhorias na competitividade dos negócios da empresa de forma significativa (Anzilago; Zanin; Bezerra, 2017).

O intuito da utilização de um sistema integrado é obter informações úteis, no momento exato e direcionado para o indivíduo correto. Essa integração disponibiliza alguns benefícios, como a redução de redundância de informações, a eliminação do hábito de se reinserer dados (já que ao modificar um dado no sistema, ele se reflete em todos os outros módulos) e a hierarquização do acesso ao sistema, com cada funcionário tendo acesso apenas as informações que são pertinentes a sua função (Fuga *et al.*, 2017).

Uma organização que utiliza de maneira correta todos os potenciais disponibilizados por essa ferramenta, pode obter vantagem competitiva dentro do mercado de atuação (Anzilago; Zanin; Bezerra, 2017). No entanto, como toda ferramenta, existem suas desvantagens. Fuga *et al.* (2017) destacam o seu alto custo para a implantação do sistema, customização e manutenção, além da criação de uma dependência em relação à empresa fornecedora dos serviços, já que ela será responsável por dar todo o suporte necessário para implementação e manutenção do sistema. Se uma informação errada for inserida em um ERP, esses erros serão repercutidos por todo o sistema, gerando um grande problema (Fuga *et al.*, 2017).

2.4 Estudos anteriores sobre tipos de sistemas integrados da gestão empresarial

Neste tópico, será apresentado os estudos anteriores que utilizaram os mais variados tipos de sistemas integrados da gestão empresarial, em empresas de vários ramos distintos. A seguir será apresentado (Quadro 1) uma síntese de pesquisas já desenvolvidas sobre o tema:

Quadro 1 – Estudos anteriores

Ano	Ramo	Autor (s)	Objetivo Geral	Resultados
2024	Comércio com E-commerce	Misme, E. S. V.; Ishibashi, D. M.; Santos, M. S.; Santos, S. G. S	O sistema envolve todas as empresas que têm o processo de vendas online ou físicas, isso é uma forma de controlar o estoque e as vendas evitando assim, problemas futuros.	A agilidade e facilidade nos processos de gestão, tanto para estoque na loja física como também para anúncios e controle no E-commerce, já que os cálculos da empresa podiam ser automatizados. Quanto as vantagens e benefícios que a inserção do Sistema de Gestão integrada provocou na empresa foram apontados, agilidade na comercialização, organização tanto sobre a loja física como também de sua conectividade com diversos canais de vendas remotas, podendo fazer alteração de informação e dados de forma simultânea em todos.
2024	Departament o Financeiro	Silva, C. L. G. S.; Miranda, M. B. S. C	Descrever os principais benefícios que esse sistema Omie pode trazer para o departamento financeiro da organização.	A implementação do ERP (Omie) promoveu uma maior flexibilidade na comunicação e no acesso às informações para os gestores da empresa, facilitando o processo de tomada de decisões organizacionais
2023	Construção Civil	Sá, M. R.	Comprovar, através de uma pesquisa de mercado aplicada mediante formulário, a melhora que a adoção de sistemas ERP podem provocar em empresas da construção civil referente a assuntos ligados a gerenciamento e gestão dos negócios.	Pôde-se constatar a existência de indícios que atestam que empresas que fazem uso de sistemas ERP, de maneira geral, possuem características organizacionais mais definidas, tais como: um maior domínio tecnológico; e uma maior ênfase em aprimorar os processos de trabalho.
2021	Loja Varejista	Sinchetti, A. M.; Bertaci, M. J.	Analisar a gestão de estoque do gerenciamento atual da loja varejista, a Aquececontrol Brasil, e a importância do uso da tecnologia ERP que facilita a administração dos materiais na organização, contribuindo para uma maior agregação de valor neste processo e promovendo vantagens competitivas para as organizações (redução dos custos, aumento da lucratividade e da satisfação para os clientes).	Houve melhorias em relação a sua implementação, tornando os processos empresarias mais ágeis e a extração de informações mais acuradas. Por outro lado, apesar dos pontos negativos encontrados, como o alto custo de implantação e manutenção do software, ainda foi viável a sua implementação, pois houve um aumento nas receitas e diminuição das despesas, devido às tomadas de decisões mais ágeis e da confiabilidade e segurança dos dados e informações.

2020	Uma pequena empresa peruana dedicada ao design e fabricação de móveis à base de madeira	Mendoza, M. R.	É validar o modelo da Teoria Unificada de Aceitação e Uso da Tecnologia UTAUT na adoção de um sistema ERP em uma pequena empresa peruana chamada Biou Center S.A.	Os resultados mostram que a satisfação das variáveis do modelo: Esforço Esperado, Desempenho Esperado, Influência Social e Facilidade de Condições, conduzem a uma decisão positiva de adoção de um ERP.
------	---	----------------	---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

3 Procedimentos Metodológicos

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa. Este capítulo é composto de cinco tópicos, o primeiro tópico trata sobre o tipo de pesquisa, o segundo tópico sobre a população e a amostra, o terceiro sobre os instrumentos de pesquisa, o quarto tópico trata sobre as estratégias de coleta e o quinto sobre a estratégia de análise.

3.1 Tipo de pesquisa

Quanto ao delineamento metodológico, a pesquisa se caracteriza como descritiva. As pesquisas descritivas têm como finalidade principal descrever as características de determinada população ou fenômeno, investigando as relações existentes entre as variáveis, sem as manipular (Vergara, 2014). Portanto, o estudo está em consonância com o tipo de pesquisa adotada, já que analisará as características de um determinado grupo, sem realizar quaisquer manipulações das variáveis envolvidas em seus ambientes de estudo.

O problema se caracteriza de forma quantitativa. Segundo Cruz (2009), a pesquisa de cunho quantitativo permite compreender um fenômeno por meio de números e modelos estatísticos, bem como serve para fazer inferências e testar as hipóteses de um estudo (Bauer; Gaskell, 2002; Raupp; Beuren, 2004).

O estudo será feito de forma transversal. O delineamento é do tipo estudo de caso, tendo em vista que a proposta é desenvolver uma investigação para identificar os impactos financeiros decorrentes do processo de comunicação entre o departamento contábil e o setor de faturamento do segmento salineiro. Para Yin (2005), estudo de caso é uma experiência prática da análise de um fenômeno nas suas atuais circunstâncias.

Quanto aos procedimentos, foi utilizado o método de Survey. Freitas *et al.*, (2000) conceituam esse procedimento como uma obtenção de dados e/ou informações sobre

determinadas características, opiniões e/ou ações de um grupo específico, em que é designado como representante de uma população-alvo, normalmente, por meio de instrumento de pesquisa, como questionários.

3.2 População e amostra

A população do estudo corresponde a um total de oito profissionais atuantes do setor contábil e do setor de faturamento de uma indústria salinera, localizada no interior do Estado do Rio Grande do Norte.

A empresa salinera investigada foi fundada em 1963 e logo no ano seguinte iniciaram-se suas atividades em todo o Nordeste. Em 1968, foi pioneira no Brasil na produção de sal em bloco prensado para gado, e por volta de 1975, no sal peneirado para churrasco em embalagens de 1kg. A exploração de sal no Rio Grande do Norte é uma atividade antiga, as primeiras salinas foram instaladas ainda no período colonial. As altas temperaturas, ventos abundantes e chuvas escassas fizeram da região da Costa Branca a maior produtora de sal do país. Sua área de atuação principal é o refino e outros tratamentos do sal. Em média, a empresa tem um faturamento anual de R\$ 79.605.823,47 e com um porte considerado grande.

3.3 Instrumento de pesquisa

Para a realização do estudo, os participantes responderam dois instrumentos de coleta de dados, sendo o Questionário Sociodemográfico e o Questionário Funcional, disponibilizado com perguntas abertas e fechadas, adaptado do estudo de Moura (2012) e Guarnieri *et al.* (2015).

O Questionário Sociodemográfico foi elaborado pela autora e é composto por questões de ordem pessoal, como: nome, idade, gênero e escolaridade; tempo que atuam na empresa e cargo; no Questionário Funcional, foi disponibilizado com perguntas referentes ao ambiente de trabalho. Encontra-se o questionário funcional com questões adaptadas de Moura (2012) e Guarnieri *et al.* (2015), em que os respondentes escolheram a alternativa que mais se identificava, com perguntas abertas e com alternativa de 1 a 5, conforme a frequência em que os sentimentos relativos às afirmações propostas se manifestam, sendo 1 - ruim, 2 - razoável, 3 - bom, 4 - muito bom, 5 - excelente.

3.4 Estratégias de coleta

A coleta dos dados foi realizada de forma online, o que possibilitou o acesso desses profissionais em tempo hábil; além de proporcionar comodidade aos respondentes. Assim, os questionários foram inseridos no Google Forms e o link foi disponibilizado via WhatsApp a todos os respondentes. O formulário ficou disponível e aberto no período de 28 de maio a 13 de junho de 2024, e foi respondido por todos os 8 funcionários do setor contábil e de faturamento da indústria salineira investigada.

3.5 Estratégias de análise

Tendo em vista que o próprio Google Forms disponibiliza uma planilha do Excel contendo todas as respostas dos participantes, quando a coleta foi encerrada, essa planilha foi codificada numericamente. Ou seja, todas as respostas receberam códigos numéricos de acordo com seus respectivos itens. Logo após, foram realizadas análises no Questionário Sociodemográfico e no Questionário Funcional aplicado aos respondentes, que incluem frequência e porcentagem. Para análise das palavras mais citadas pelos respondentes, foi utilizado o software NVivo14®.

4 Apresentação dos Resultados

Neste capítulo são apresentados os resultados das análises utilizadas para alcançar os objetivos propostos para este estudo.

4.1 Caracterização da amostra

No que diz respeito ao Questionário Sociodemográfico, pôde-se observar que a amostra dos participantes deste estudo em relação à variável sexo é 50% feminino e 50% masculino, totalizando 8 participantes. Da mesma forma, aconteceu com a variável idade, em que os participantes abaixo de 49 anos obtiveram 50% e os acima de 50 anos, 50%, conforme representado no Quadro 2.

Quadro 2 – Perfil sociodemográfico dos respondentes

Amostra	Sexo	Idade	Nível de escolaridade	Formação acadêmica	Tempo de atuação	Cargo
Respondente 1 (R1)	Masculino	39 anos	Ensino Superior Completo	Ciências Contábeis	4 anos	Contador Adjunto
Respondente 2 (R2)	Feminino	49 anos	Ensino Superior Cursando	Ciências Sociais / Logística	6 anos	Faturista
Respondente 3 (R3)	Feminino	58 anos	Ensino Superior Incompleto	Não informou	21 anos	Faturista
Respondente 4 (R4)	Masculino	70 anos	Ensino Superior Completo	Ciências Contábeis	53 anos	Contador
Respondente 5 (R5)	Feminino	60 anos	Ensino Superior Completo	Ciências Contábeis	42 anos	Contadora Adjunta
Respondente 6 (R6)	Masculino	23 anos	Ensino Superior Cursando	Ciências Contábeis	5 anos	Assistente Contábil
Respondente 7 (R7)	Feminino	41 anos	Ensino Superior Completo	Ciências Contábeis	13 anos	Contadora Adjunto
Respondente 8 (R8)	Masculino	52 anos	Ensino Superior Completo	Ciências Contábeis	12 anos	Contador Adjunto

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Com relação à variável nível de escolaridade, como mostra o Quadro 2, um total de 6 participantes tinha o ensino superior completo, enquanto os outros 2 participantes, 1 ainda estavam cursando o ensino superior e 1 tinha o ensino superior incompleto. Já em relação à variável formação acadêmica, foi possível observar que 75% dos participantes concluíram e/ou estão cursando Ciências Contábeis. A explicação disso é que o ERP reúne diversas funções de uma organização, inclusive a contabilidade, em um único sistema de software. Doran e Walsh (2004) salientam que, além das práticas contábeis tradicionais, os módulos de ERP trazem novas aplicações e técnicas contábeis. Para operar de forma eficiente um ERP, é crucial ter um bom conhecimento em contabilidade, pois isso permitirá que o usuário compreenda as implicações financeiras e contábeis das transações registradas no sistema. Sem esse conhecimento, o usuário não será capaz de interpretar adequadamente os dados financeiros, aplicar os conceitos contábeis de forma adequada ou usar as funcionalidades do ERP de forma eficiente. Sendo assim, um curso de contabilidade é indispensável para aperfeiçoar o uso do ERP na gestão financeira (faturamento) e contábil de uma organização.

De acordo com o Quadro 2, sobre o tempo de atuação dos profissionais, há uma grande variação, entre mínimo de 4 anos até 53 anos. No entanto, mesmo com essa variação, este dado revela que a grande maioria possui uma larga experiência profissional, com uma média de mais de 19 anos. Além disso, no Quadro 2, encontram-se os cargos dos respondentes dentro da indústria salineira pesquisada. O cargo de Contador Adjunto foi o

mais mencionado, isto é, a maioria dos respondentes trabalha no setor de contabilidade da empresa.

4.2 Análise exploratória dos dados

Para analisar quais os principais benefícios observados na utilização do sistema ERP pelos participantes, foi desenvolvida uma nuvem com as principais respostas desses participantes, que se referem à temática ERP, como mostra a Figura 1. Os benefícios mais citados, diante da utilização do ERP, foram a melhoria, produtividade e padronização que o sistema disponibiliza a seus usuários.

Figura 1 – Nuvem das principais respostas sobre benefícios do ERP



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Conforme o Quadro 3, em relação às principais dificuldades encontradas na utilização do sistema ERP, pode-se observar que para a maioria dos participantes o sistema não é ágil o suficiente para suas utilizações. Mesquita (2000) enfatiza que, os sistemas ERP são geralmente feitos de forma genérica e não são específicos para o negócio de uma determinada empresa, porém, ao adquirir um sistema ERP, é recomendado que as empresas façam ajustes no sistema que nada mais são do que ajustes do sistema que o negócio da empresa precisa.

Quadro 3 – Dificuldades Encontradas na Utilização do Sistema ERP

Quais as principais dificuldades encontradas na utilização do sistema ERP?
R1: Nenhuma
R2: Nenhuma
R3: Nenhum sistema ERP que conheço consegue fazer todos os processos da empresa
R4: Sistema não é ágil na entrega das informações, não integra com todos os módulos.
R5: No nosso caso, integração, padronização...
R6: Conseguir bater o estoque
R7: O programa não é confiável nas informações, as padronizações não são completas.
R8: O sistema não consegue padronizar coisas simples e não integra tudo

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No Quadro 4, encontram-se as respostas dos participantes sobre adaptações nas informações e/ou relatórios da empresa gerados pelo sistema ERP. Diante disto, é notório o quanto os participantes têm dificuldades na realização de seu trabalho junto ao sistema ERP. Segundo Krasner (2000), há cinco problemas técnicos encontrados no sistema ERP, sendo eles, Sistema ERP incompleto, que não atende a todas as necessidades da empresa; má integração entre o sistema e os processos da empresa; falhas de integração entre diferentes softwares necessários para a construção e manutenção do sistema; falhas no código do sistema; e falhas no desempenho do sistema. O autor ainda conclui que a maioria dos pacotes de ERP não cobre todas as especificidades exigidas por uma empresa e, portanto, requerem algum grau de customização para serem concluídos (Krasner, 2000).

Quadro 4 – Adaptação nas Informações e/ou Relatórios feitos pela Empresa

A empresa realiza alguma adaptação nas informações e/ou relatórios gerados pelo sistema ERP? Por quais motivos considera isso necessário?
R1: Não
R2: Sim
R3: Precisa de relatórios específicos para a realidade da empresa, mas até nessa ferramenta deixa a desejar
R4: Não há adaptação porque o sistema é fechado para fazer as adaptações
R5: Muitas adaptações... integração mal feita...
R6: Não
R7: Tentamos, mas o sistema não colabora
R8: Não conseguimos adaptar relatórios

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No Quadro 5, foi questionado aos participantes da pesquisa se utilizavam outros sistemas que auxiliassem na geração de informações e que fossem necessários para tomadas de decisões na empresa. Três respondentes disseram que não utilizavam outros sistemas, entretanto, quatro respondentes afirmaram usar outros sistemas para auxiliarem nas tomadas de decisões. O'Brien e Marakas (2019) acreditam que os sistemas ERP têm se mostrado eficazes no aprimoramento da gestão empresarial, oferecendo benefícios intangíveis cruciais para o

sucesso das empresas em um mercado cada vez mais exigente e competitivo. Esses benefícios intangíveis incluem maior eficiência operacional, processos internos otimizados e maior flexibilidade na tomada de decisões, sem a necessidade de outros sistemas.

Quadro 5 – Utilização de Outros Sistemas pela Empresa

A empresa utiliza outro tipo de sistema que auxilia na geração das informações necessárias para a tomada de decisões da empresa? Qual sistema é o que o diferencia no sistema principal?
R1: Não
R2: Não
R3: Outros para enviar patrimonial e fazer cheques (SPK) e para envio de informações a Receita Federal (Domínio Sistemas)
R4: Sim. No sistema de contabilidade
R5: Sim... planilhas...
R6: Não
R7: Sim, na contabilidade uma auxiliar, relatórios padrões e personalizáveis.
Sim, na contabilidade usamos dois sistemas auxiliares.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A seguir, na Tabela 1, foi possível analisar que os participantes acham razoável e/ou bom o que o ERP disponibiliza diariamente. Conforme um estudo conduzido por Fonseca e Rodello (2018), revela, com base em uma pesquisa de múltiplos casos, que os principais benefícios dos sistemas ERP estão ligados à área operacional da empresa, incluindo a melhoria de processos, a organização da estrutura e o estabelecimento de controles. As melhorias identificadas nos estudos abrangem a qualidade dos produtos e/ou serviços, bem como a flexibilidade organizacional, permitindo que a empresa se adapte de maneira mais eficaz às mudanças em seu ambiente de negócios.

Tabela 1 – Avaliação Geral em Relação à Satisfação Relativa ao Sistema ERP

Perguntas	Percentual				
	Ruim	Razoável	Bom	Muito Bom	Excelente
Facilidade de acesso e desenvolvimento do trabalho.	25,00	37,50	37,50	0,00	0,00
Interface do usuário com o sistema.	12,50	37,50	50,00	0,00	0,00
Desempenho do sistema.	25,00	50,00	25,00	0,00	0,00
Segurança de acesso do sistema.	37,50	12,50	50,00	0,00	0,00
Frequência de utilização do sistema.	12,50	0,00	75,00	12,50	0,00
Evita retrabalhos.	50,00	12,50	37,50	0,00	0,00
Integração das informações da empresa.	50,00	25,00	25,00	0,00	0,00
Avaliação do sistema em geral como sistema para produção de informações.	37,50	25,00	37,50	0,00	0,00

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Conforme a Tabela 2, é possível observar que a maioria das respostas ficou entre as colunas de ruim e/ou bom, em relação às informações que são destinadas aos clientes internos da empresa. O sistema ERP está apresentando dificuldades significativas, especialmente na melhoria de procedimentos internos, na ajuda ao processo de tomada de decisões e na completude e adequação das informações. Esses problemas podem ser explicados por várias razões, frequentemente discutidas na literatura acadêmica sobre sistemas ERP. Os sistemas ERP muitas vezes falham em atender adequadamente às necessidades de informação dos usuários internos devido à complexidade dos sistemas e à falta de customização para atender a processos específicos da organização, o que pode resultar em insatisfação com a apresentação e completude das informações (Seddon, 2014).

Tabela 2 – Avaliação Geral em Relação às Informações Destinadas aos Clientes Internos da Empresa

Perguntas	Percentual				
	Ruim	Razoável	Bom	Muito Bom	Excelente
Disponibilidade de informações no sistema.	0,00	62,50	37,50	0,00	0,00
Forma de apresentação das informações.	37,50	12,50	37,50	12,50	0,00
Melhoria de procedimentos internos devido à utilização do sistema.	50,00	12,50	25,00	12,50	0,00
Ajuda no processo de tomada de decisões.	50,00	12,50	37,50	0,00	0,00
Atende prazos para geração das informações para os clientes internos.	25,00	25,00	37,50	12,50	0,00
Completude e adequação das informações para os clientes internos.	37,50	12,50	37,50	12,50	0,00
Atende à necessidade dos clientes internos: sócios, diretoria, gerência, outros setores, etc.	37,50	25,00	37,50	0,00	0,00

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A análise da Tabela 3 revela que o sistema ERP enfrenta desafios significativos em confiabilidade, adequação e pontualidade das informações para clientes externos, impactando negativamente a satisfação e a conformidade regulatória.

Tabela 3 – Avaliação Geral Em Relação Às Informações Destinadas Aos Clientes Externos À Empresa

Perguntas	Percentual				
	Ruim	Razoável	Bom	Muito Bom	Excelente
Atende prazos para geração das informações para os clientes externos: clientes, fornecedores, bancos, governo, etc.	0,00	50,00	37,50	12,50	0,00
Completude e adequação das informações para os clientes externos: clientes, fornecedores, bancos, governo, etc.	37,50	12,50	37,50	12,50	0,00

Confiabilidade das informações disponibilizadas pelo sistema.	50,00	12,50	37,50	0,00	0,00
Concisão e objetividade das informações.	25,00	37,50	37,50	0,00	0,00
Atendimento a auditoria e fiscalizações.	50,00	0,00	37,50	12,50	0,00
Atendimento a clientes externos de modo geral: clientes, fornecedores, bancos, governo, etc.	37,50	12,50	50,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os sistemas ERP frequentemente enfrentam dificuldades na entrega pontual e na confiabilidade das informações para clientes externos devido às limitações na integração e na precisão dos dados, o que pode comprometer a capacidade do sistema de atender às exigências de auditoria e fiscalização (Gable; Sedera; Chan, 2021).

5 Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo principal identificar os benefícios e desafios decorrentes da adoção de sistemas ERP para a gestão empresarial de uma empresa do setor salineiro. O primeiro objetivo específico propunha verificar a tecnologia utilizada no processo de comunicação entre o departamento contábil e o setor de faturamento e os resultados evidenciaram que o ERP é o sistema fundamental para o cotidiano dos respondentes. O segundo objetivo específico, avaliar a qualificação técnicas dos profissionais envolvidos na comunicação entre o departamento contábil e o setor de faturamento, os resultados mostraram que, há uma conexão entre os dois setores e que seus usuários não encontraram dificuldades no ERP, quanto a isso. Por fim, o terceiro objetivo específico seria, apresentar os resultados financeiros decorrentes do processo de comunicação entre o departamento contábil e o setor de faturamento, os resultados trazem que o sistema ERP está sendo útil e ágil nesse quesito, facilitando a comunicação entre os setores de contabilidade e faturamento da indústria salineira estudada.

A partir deste estudo, foi possível identificar os benefícios e desafios da adoção do sistema ERP na indústria salineira estudada. Para os respondentes, o sistema ERP desempenha uma melhoria, produtividade e padronização aos seus usuários, entretanto, como qualquer outro sistema digital, existem falhas. Ainda para esses respondentes, o sistema não consegue desenvolver tudo o que é proposto, como não é ágil e não consegue desenvolver informações completas. Em suma, os resultados deste estudo proporcionaram uma reflexão a respeito da temática, trazendo seus pontos positivos e negativos, encontrados diariamente, na utilização do sistema ERP em uma indústria salineira.

Como limitações do estudo, destaca-se a pouca quantidade de respondentes encontrados na empresa estudada, assim também como o curto período para o desenvolvimento deste estudo. Assim, sugere-se, para futuras pesquisas a ampliação do número de respondentes, para poder haver uma análise mais detalhada e abrangente do assunto estudado; além de, comparações entre empresas distintas, do ramo salineiro ou de outro segmento; como também o confronto com outros procedimentos de coleta diferente do estudado nesta pesquisa.

Referências

ALSÈNE, É. The computer integration of the enterprise. **IEEE Transactions on Engineering Management**, v. 46, n. 1, p. 26-35, 1999.

ANZILAGO, M.; ZANIN, D. F.; BEZERRA, C. A. Vantagem competitiva na utilização de sistemas de informação: Enterprise Resource Planning – ERP. *In*: XI Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2017, Belo Horizonte - MG. **Anais...** Belo Horizonte – MG: ANPCONT, p. 636-650, 2017.

APARICIO, M.; RAPOSO, J.; COSTA, C. J. A utilização de ERP em contexto de Ensino Superior. *In*: 13th Iberian Conference on Information Systems and Technologies, 2018, Lisboa. **Anais...** Lisboa: ISCTE-IU, 2018.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAPTISTA JUNIOR, J. H.; DIAN, M. O. A crescente importância da segurança da informação, sobretudo durante a pandemia. **Revista Interface Tecnológica**, v. 18, n. 1, p. 56-67, 2021. DOI: <https://doi.org/10.31510/infa.v18i1.1109>. Disponível em: https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/pt_BR/article/view/1109.

CORRÊA, H. L.; CAON, M.; GIANESI, I. G. N. **Planejamento, Programação e Controle da Produção Mrp II/Erp**: Conceitos, uso e implantação. São Paulo: Atlas, 2001.

CRUZ, V. A. G. **Metodologia da pesquisa científica: administração VI**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

DORAN, J.; WALSH, C. O efeito dos sistemas de planejamento de recursos empresariais (ERP) nas práticas contábeis em empresas na Irlanda. **Accounting, Finance & Governance Review**, v. 11, n. 2, p. 17-34, 2004. DOI: <https://doi.org/10.52399/001c.35295>. Disponível em: <https://afgr.scholasticahq.com/article/35295-the-effect-of-enterprise-resource-planning-erp-systems-on-accounting-practices-in-companies-in-ireland>.

EBIRIM, G. U.; UNIGWE, I. F.; ASUZU, O. F.; ODONKOR, B.; OSHIOSTE, E. E.; OKOLI, U. I. A critical review of ERP systems implementation in multinational corporations:

trends, challenges, and future directions. **International Journal of Management & Entrepreneurship Research**, v. 6, n. 2, p. 281-295, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51594/ijmer.v6i2.770>. Disponível em: <https://fepbl.com/index.php/ijmer/article/view/770>.

FAOTTO, C. L. F.; JUNG, C. F. Perfil e tendências profissionais no âmbito nacional e internacional: Um estudo acerca da percepção de acadêmicos de um curso de Ciências Contábeis do Vale do Paranhana – RS. **Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis**, v. 7, n. 1, p. 171-199, 2018. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/689>.

FERRO, D. A.; FERREIRA NETO, M. A **Importância do sistema integrado de gestão empresarial para as instituições privadas ou públicas**. Monografia (MBA em Perícia Judicial e Auditoria), IPECON PUC/GO, p. 31, 1999.

FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P. C. **Controladoria: Teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACCOL, A. Z.; MOSCAROLA, J. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 35, n. 3, 2000. Disponível em: <https://rausp.usp.br/wp-content/uploads/files/3503105.pdf>.

GUARNIERI, P.; VALENTE, N. T. Z.; KAMPA, M. J.; PAULA, D. Impactos da implementação e uso de sistemas ERP em empresas de grande e de médio porte: análise comparativa entre um software adquirido e um software desenvolvido. *In*: CONTECSI (Conferência Internacional de Tecnologia de Informação e Comunicação na Administração Pública, Empresas e Sociedade), 6., 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: TECSI/FEA/USP, 2015.

GABLE, G. G.; SEDERA, D.; CHAN, S. Enterprise resource planning systems research: An information systems perspective. **Information Systems Journal**, v. 31, n. 4, p. 654-680, 2021.

ISHII, T. H.; DE ALVARENGA, L. D. A.; CALDANO, R. N.; BASILIO, C. H.; GUERATO, T. S. Z.; GERIBELLO, R. S.; DOS SANTOS AMARANTE, M. Sistemas Integrados de Gestão Empresarial – ERP. **Revista Pesquisa e Ação**, v. 5, n. 3, p. 37-50, 2019.

JACOBS, F. R.; WHYBARK, D. C. **Why ERP? A primer on SAP implementation**. New York: Irwin/McGraw-Hill, 2000.

KRASNER, H. **Ensuring e-business success by learning from ERP failures**. IT Pro, Janeiro/fevereiro 2000, p. 23-27.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de informação gerenciais**. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

MARCIANO, W. F. **Contabilidade gerencial e o planejamento financeiro como ferramenta na gestão e tomadas de decisão para microempresas e empresas de pequeno porte**. 2019. 49 f. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) - Faculdades Doctum de

Caratinga, Minas Gerais, 2019. Disponível em: <http://dspace.doctum.edu.br:8080/bitstream/123456789/3406/1/TCC%20WILLIAN.pdf>.

MARTINS, F. G.; COELHO, L. S. Aplicação do método de análise hierárquica do processo para o planejamento de ordens de manutenção em dutovias. **Revista Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, n. 1, p. 65-65, 2012. DOI: <https://doi.org/10.15675/gepros.v0i1.317>. Disponível em: <https://revista.feb.unesp.br/gepros/article/view/317>.

MENDONÇA, G. F. **A utilização de sistemas de informação na gestão da empresa laticínios JL LTDA**. 2022. 38 f. Trabalho de conclusão de curso (Grau de Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação) - Instituto Federal Goiano, Urutaí, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/3325>.

MENDOZA, M. R. Validación del modelo Teoría Unificada de Aceptación y Uso de Tecnología UTAUT en la adopción de un sistema ERP en una pequeña empresa. **Natura@economía**, v. 5, n. 1, p. 15-26, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21704/ne.v5i1.1514>. Disponível em: <https://revistas.lamolina.edu.pe/index.php/ne/article/view/1514>.

MESQUITA, R. A. C. **Sistemas ERP (Enterprise Resource Planning)**. Centro Universitário de Brasília – UNICEUB, 2000.

MISME, E. S. V.; ISHIBASHI, D. M.; SANTOS, M. S.; SANTOS, S. G. S. **Implantação do sistema ERP: no setor de comércio com ênfase no e-commerce**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Técnico em Logística) Etec Zona Leste, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/22822>.

MOURA, C. E. B. **Contribuição do ERP na gestão empresarial: um estudo de caso em uma empresa de tecnologia da informação no município de Fortaleza**. 2012. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/32062>.

MORAES, C. S. B.; VALE, N. P.; ARAÚJO, J. A. Sistema de Gestão Integrado (SGI) e os benefícios para o setor siderúrgico. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 3, n. 3, p. 29-48, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/214>.

NOVAES, A. E. G.; BRAGA, R. Sistemas de informações contábeis: um estudo dos escritórios contábeis de Teixeira de Freitas/Bahia. **Revista Pernambucana de Administração**, v. 1, n. 1, p. 101-114, 2021. Disponível em: <https://periodicos.upe.br/index.php/rpad/article/view/875>.

O'BRIEN, J. A.; MARAKAS, G. M. **Administração de Sistemas de Informação**. 18. ed. Porto Alegre: AMGH, 2019.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas e operacionais**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, S. F. P. **Estrutura e formatação de trabalhos acadêmicos: compilação e discussão das normas da ABNT**. Franca: Uni-FACEF, 2008.

OLIVEIRA, R. A.; MIRANDA, I. P.; AMARAL, J. P. S. Gestão da informação: o papel dos observatórios e turismo brasileiros para a tomada de decisão do setor público. **Marketing & Tourism Review**, v. 1, n. 2, p. 1-31, 2016. DOI: <https://doi.org/10.29149/mtr.v1i2.3837>. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/mtr/article/view/3837>.

ORO, I. M.; KLANN, R. C. Avaliação da capacidade de julgamento & tomada de decisão baseado nas Normas Internacionais de Contabilidade. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 16, n. 47, p. 51-68, 2017. DOI: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v16n47p51-68>. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2273>.

PACHECO NETO, L. D.; OLIVEIRA, A. S.; SANTOS, L. M. S.; PEDROZA, J. K. B. R.; SOUZA, M. G. S. Instrumentos gerenciais e o processo de tomada de decisão: um estudo em empresas do setor de autopeças em Bayeux/PB. **Management Control Review**, v. 4, n. 1, p. 32-49, 2019. DOI: <https://doi.org/10.51720/mcr.v4i1.2638>. Disponível em: <https://journals.ufrpe.br/index.php/managementcontrolreview/article/view/2638>.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Caracterização da pesquisa em contabilidade. *In*: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004, p. 76-97.

REZENDE, D. A.; ABREU, A. F. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais**. São Paulo: Atlas, 2000.



Compreensões interdisciplinares sobre o envelhecimento: interfaces psicológicas, biológicas e sociais

Dante Ogassavara¹
Amanda Azevedo de Carvalho²
Thais da Silva-Ferreira³
Adriana Machado Saldiba de Lima⁴
Jeniffer Ferreira-Costa⁵
Nathália Batista Ferreira Escobar⁶
José Maria Montiel⁷

Resumo: As mudanças ocasionadas pelo envelhecimento implicam em uma série de demandas e na importância de reconhecimento das especificidades apresentadas pelas pessoas idosas. Assim, são necessárias medidas específicas para o atendimento das necessidades da população idosa. Com isso, o presente estudo objetivou discutir as expressões multidimensionais do envelhecimento características do curso normativo do envelhecer, sob uma ótica interdisciplinar. Para tanto, consistiu em um estudo descritivo, transversal e qualitativo, sendo caracterizado enquanto uma revisão de literatura narrativa. Os materiais foram captados por meio das plataformas de buscas, como Google Acadêmico, SciELO e PubMed, utilizando os descritores “envelhecimento” e “interdisciplinaridade” de formas combinadas e separadamente. Não foi adotado critério de exclusão em razão do tempo. Observou-se que o conjunto das dimensões que compõem o envelhecimento torna-o um processo complexo, estes interferindo na qualidade de vida na velhice. Ainda, se associando com os recursos para o enfrentamento das adversidades, fortalecimento da autonomia, independência e a rede de apoio. Concluiu-se, então, compreender a multidimensionalidade que o envelhecimento se constitui cabe a adoção da perspectiva interdisciplinar, enquanto uma abordagem facilitadora. Além disso, ao favorecer a identificação de demandas e especificidades das pessoas idosas, torna-se possível a adoção de estratégias interventivas mais eficazes.

Palavras-chave: envelhecimento; práticas interdisciplinares; idoso.

Interdisciplinary understanding of ageing: psychological, biological and social interfaces

Abstract: The changes brought about by ageing imply a series of demands and the importance of recognizing the specific characteristics of the elderly. Thus, specific measures to meet the needs of the elderly population are needed. With this in mind, the aim of this study was to discuss the multidimensional expressions of aging that

¹ Doutorando em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). Professor na Faculdade Nove de Julho (FNJ). E-mail: ogassavara.d@gmail.com

² Mestranda em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). E-mail: carvalho.a.a3@gmail.com

³ Doutoranda em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). E-mail: thais.sil.fe@hotmail.com

⁴ Doutora em Endocrinologia pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora e professora na Universidade São Judas Tadeu. Pesquisadora no Instituto Anima e pesquisadora Assistente no Laboratório de Lípidos (LIM-10) da FMUSP. E-mail: adriana.lima@saojudas.br

⁵ Doutoranda em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). E-mail: cjf.jeniffer@gmail.com

⁶ Mestranda em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). E-mail: nathalia.bfescobar@gmail.com

⁷ Doutor em Psicologia pela Universidade São Francisco (USF). Professor na Universidade São Judas Tadeu/Instituto Anima. E-mail: montieljm@hotmail.com

are characteristic of the normative course of aging, from an interdisciplinary perspective. To this end, it consisted of a descriptive, cross-sectional and qualitative study, characterized as a narrative literature review. The materials were retrieved through search platforms such as Google Scholar, SciELO and PubMed, using the descriptors “aging” and “interdisciplinarity” in combination and separately. No exclusion criteria were adopted due to time. It was observed that the set of dimensions that make up ageing makes it a complex process, and these interfere with quality of life in old age. They are also associated with resources for coping with adversity, strengthening autonomy, independence and the support network. It was concluded that understanding the multidimensionality of ageing makes it necessary to adopt an interdisciplinary perspective as a facilitating approach. Furthermore, by helping to identify the demands and specificities of older people, it becomes possible to adopt more effective intervention strategies.

Keywords: aging; interdisciplinary placement; elderly.

Comprensión interdisciplinar del envejecimiento: interfaces psicológicas, biológicas y sociales

Resumen: Los cambios que conlleva el envejecimiento implican una serie de exigencias y la importancia de reconocer las características específicas de las personas mayores. Por lo tanto, se necesitan medidas específicas para satisfacer las necesidades de la población de edad avanzada. En este sentido, este estudio tuvo como objetivo discutir las expresiones multidimensionales del envejecimiento, características del curso normativo del envejecimiento, desde una perspectiva interdisciplinaria. Para ello, consistió en un estudio descriptivo, transversal y cualitativo, caracterizado como una revisión narrativa de la literatura. Los materiales fueron recogidos a través de plataformas de búsqueda como Google Scholar, SciELO y PubMed, utilizando los descriptores “envejecimiento” e “interdisciplinaria” en combinación y por separado. No se adoptaron criterios de exclusión por razón de tiempo. Se observó que el conjunto de dimensiones que componen el envejecimiento lo convierten en un proceso complejo, y éstas interfieren en la calidad de vida en la vejez. También se asocian con los recursos para hacer frente a la adversidad, el fortalecimiento de la autonomía, la independencia y la red de apoyo. En conclusión, la comprensión de la multidimensionalidad del envejecimiento hace necesaria la adopción de una perspectiva interdisciplinaria como enfoque facilitador. Además, al favorecer la identificación de las demandas y especificidades de las personas mayores, se hace posible adoptar estrategias de intervención más eficaces.

Palabras clave: envejecimiento; prácticas interdisciplinarias; anciano.

1 Introdução

A prática científica é um elemento disposto constitucionalmente (Brasil, 1988) como um componente da dinâmica social voltada à promoção da qualidade de vida da população e garantia da qualidade das ações propostas por meio do desenvolvimento de modelos teóricos e tecnologias voltadas à resolução de problemas. Neste contexto, é oportuno mencionar que planejamentos nacionais para diferentes setores da sociedade brasileira propõem a realização do acompanhamento de determinados indicadores a partir de levantamentos de tais dados, como exemplificado pelo Plano Nacional de Saúde referente ao período de 2024 a 2027 (Ministério da Saúde, 2024). Visto que o mesmo reafirma o desenvolvimento técnico e

científico em saúde é uma das competências constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS), objetivando o desenvolvimento e inovação de produtos de saúde voltados para a manutenção, tratamento e avaliação de quadros de saúde variados. Além de incluir o acompanhamento de questões relativas à vigilância e monitoramento de fenômenos emergentes e dos serviços de saúde ofertados no território brasileiro.

Dentre fenômenos prevalentes no contexto brasileiro, destaca-se o processo de envelhecimento populacional como uma mudança na composição demográfica da nação brasileira que implica em uma série de demandas específicas para o atendimento das necessidades da população. Com base nos dados levantados no Censo demográfico relativo ao ano de 2022, foi registrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE que a população idosa já representava aproximadamente 16% da nação brasileira total e, a partir de projeções populacionais com dados anteriormente captados, se tem a expectativa de que até 2060 a população idosa represente pouco mais de um terço da população brasileira (IBGE, 2019).

No que se refere as mudanças ocasionadas pelo envelhecimento, aponta-se que as condições fisiológicas tendem a promover mudanças duradouras sobre questões relacionais, perceptuais e de conduta (Brites *et al.*, 2023). Estas também sendo mediadas por aspectos biológicos, reconhecendo a vulnerabilização do indivíduo frente ao declínio do desempenho cognitivo e, conseqüentemente, podendo ocasionar prejuízos na sua autonomia e independência (Resende-Neto *et al.*, 2016). Assim como também é relevante citar a dimensão sociocultural, dada as reestruturações das redes de suporte social que circundam o indivíduo a vivenciar o seu envelhecimento e as representações sociais coletivamente compartilhadas projetam sobre ele. Logo, o envelhecimento social pode ser entendido como um processo de transformação das conjunturas contextuais do indivíduo (Rabelo; Neri, 2014). Nesta tônica, os enquadramentos culturais que se referem à pessoa idosa também condicionam sua vida social ao sugerirem modelos relacionais e atribuições de valor sobre o grupo etário, podendo valorizar ou discriminar o grupo vulnerável (Ogassavara *et al.*, 2024).

Sendo que ao versar sobre as conseqüências do envelhecimento populacional para a organização social, deve-se entender que o envelhecimento em nível individual consiste em alterações funcionais e estruturais de múltiplas dimensões da vivência individual, sendo biológicas, psicológicas, afetivas, socioeconômicas e culturais (Ogassavara *et al.*, 2024). Embora o envelhecimento seja um processo multidimensional com grande complexidade, entende-se que os fenômenos biológicos característicos e associados ao envelhecimento mediam muitas das alterações normativas do envelhecer, até mesmo aquelas associadas ou

relativas às outras dimensões. Exemplifica-se tal questão ao observar o acúmulo e desgastes que condicionam o funcionamento físico ao longo do curso de vida, sendo explicado pelo dano genético acumulado e, conseqüente, o funcionamento deficitário dos subsistemas biológicos (Cai *et al.*, 2022).

Diante da natureza multidimensional do envelhecimento e seu curso heterogêneo, a atual pesquisa foi originada do problema de pesquisa: “quais elementos são determinantes para compreender o envelhecimento em sua integridade?”. Neste sentido, teve-se o objetivo de discutir as expressões multidimensionais do envelhecimento características do curso normativo do envelhecer, sob uma ótica interdisciplinar.

2 Método

Foi utilizada uma abordagem de pesquisa qualitativa para identificar fatores relevantes acerca dos fenômenos tratados, prezando pela coerência e a abrangência das discussões em relação a suas expressões na realidade (Yin, 2016). O delineamento de pesquisa proposto foi caracterizado como uma pesquisa transversal e descritiva ao ter visado a descrição do estado dos elementos estudados em um recorte temporal único, não realizando qualquer forma de acompanhamento das variáveis (Campos, 2019).

Configurou-se enquanto uma revisão de literatura narrativa ao ter feito proveito de uma estratégia de captação de materiais não sistematizada, selecionando obras por relevância para a discussão. Nisto, foi aventada a síntese das contribuições previamente concebidas no arcabouço teórico disponível para formar perspectivas amplas acerca da temática investigada (Ogassavara *et al.*, 2023). Ressalta-se que a modalidade de revisão de literatura faz uso de processos de documentação secundária e terciária para organizar e sistematizar informações dispostas nas unidades documentais analisadas a partir de seus elementos comuns (Briet, 2016).

É oportuno salientar que estudos secundários são produtos valorizados no setor da saúde, especificamente conforme o Plano Nacional de Saúde (Ministério da Saúde, 2024), a realização de estudos secundários é incentivada por subsidiarem a tomada de decisões conscientemente e o desenvolvimento de modelos práticas coerentes. Corroborando com tal condição, destaca-se que as revisões narrativas são versáteis para profissionais em atuação prática ao permitirem a atualização profissional e o refinamento de competências de modo econômico ao poupar tempo na captação e seleção de materiais bibliográficos (Rother, 2007).

Foram realizadas buscas em plataformas amplamente utilizadas, como Google Acadêmico, SciELO e PubMed, entre os meses de fevereiro e março de 2025. As buscas empregaram os descritores “envelhecimento” e “interdisciplinaridade” separadamente e conjuntamente, selecionando obras no formato de artigos publicados em periódicos científicos e livros. Ainda, afirma-se que não foi estabelecido nenhum critério de exclusão em razão da data de publicação dos materiais, permitindo a inclusão de obras clássicas nas discussões.

3 Resultados e Discussão

Sob uma perspectiva ampla de curso de vida, pode-se entender o envelhecimento como um processo contínuo que tem início desde o primeiro momento de vida e que irá ser concluído somente no falecimento do indivíduo. Neste sentido, é válido compreender o envelhecimento como o próprio curso do desenvolvimento humano ao ser marcado por movimentos de elevação e reeducação da autonomia e independência para a realização de atividades da vida diária, sendo que nos estágios iniciais da vida o indivíduo ainda é considerado incapaz por não ter desenvolvido a sua funcionalidade na maturidade e nos estágios mais avançados o indivíduo apresenta uma tendência ao declínio de diferentes funções que participam do funcionamento individual (Ferreira-Costa *et al.*, 2023).

É reafirmado a participação de uma rede multifatorial de causas no desenrolar do desenvolvimento individual, tendo em vista que estes fatores possuem efeito sobre o estado de outras esferas de funcionamento e que as alterações decorrentes podem retroagir sobre os fenômenos que instigaram tais mudanças (Silva-Ferreira *et al.*, 2023). Alternativamente, o envelhecimento é comumente retratado como o processo natural de entrada e vivência da velhice, se referindo não somente à população idosa, mas também a população adulta com idades a partir dos 50 anos (Ministério da Saúde, 2006).

Mediante a essas informações e com o intuito de discorrer sobre algumas óticas disciplinares acerca do envelhecimento, entende-se que é oportuno discutir as contribuições dispostas no arcabouço teórico disponível para posteriormente compreender os enquadramentos compreensíveis para o estudo do envelhecimento. Perpassando pelos aspectos biológicos do envelhecimento é essencial mencionar o processo de senescência celular como o mecanismo pelo qual o envelhecer é concretizado. A senescência celular consiste no envelhecimento do funcionamento das células ao apresentar um funcionamento deficitário explicado pelo dano genético acumulado no decorrer do curso de vida, mudanças epigenéticas e a autofagia desregulada. Assim, os componentes do organismo são

prejudicados pela senescência ao já não possuírem um desempenho como em seu estado de maturidade plena, afetando a atividade de todos os subsistemas fisiológicos e funcionais (Cai *et al.*, 2022).

É válido mencionar que o envelhecimento biológico é condicionado também pelos fatores ambientais acerca dos indivíduos, de modo que os contextos precarizados de recursos e distúrbios fisiológicos podem proporcionar conjunturas favoráveis ao envelhecimento precoce. Ou seja, a escassez de recursos necessários e o funcionamento deficitário de sistemas biológicos molda quadros de saúde marcados por elementos característicos do envelhecimento. Nisto, o estudo de tais enquadramentos de saúde são compreendidos a partir das simulações de tais condições, como os estudos realizados em modelos animais para o estudo da menopausa e de distúrbios hormonais (Cai; Wu; Huang, 2022).

O envelhecimento biológico também é observável no funcionamento do sistema imunológico, sendo cunhado como imunossenescência. Ao se referir às condições fornecidas, entende que o processo de envelhecer imunológico sofre o efeito dos fenômenos emergentes no curso de vida e do esforço destinado à síntese de células T para a formação de tecidos fibróticos. Neste contexto, é aventado que a imunossenescência é marcada por limiares pró-inflamatórios irreversíveis, sendo uma condição preservada anterior ao limiar e o estado de risco sugerido pelo indicador ultrapassar o limiar (Fulop *et al.*, 2023).

Direcionando a discussão para as expressões psicológicas, brevemente, pode-se afirmar que a dimensão psicológica do funcionamento individual consiste em atribuições de significados individuais e coletivos, sendo expressas por meio das condutas e posicionamentos, do funcionamento cognitivo, das emoções e disposições de personalidade (Brites *et al.*, 2023). É reconhecida a tendência ao declínio cognitivo intimamente associado ao envelhecimento, contudo, por vezes não é considerado que este pior desempenho é ocasionado por fenômenos biológicos, uma vez que a cognição é totalmente dependente das estruturas e vias dispostas das estruturas e sistemas cerebrais (Resende-Neto *et al.*, 2016). As alterações condicionadas podem ocasionar transtornos para a realização das diferentes funções cognitivas nos quais embasam a vivência individual e então gerar comprometimentos para a funcionalidade e participação social do indivíduo, prejudicando sua vida social (Cabral *et al.*, 2019).

Ainda considerando a articulação entre as dimensões biológica e psicológica, indica-se que a presença de algumas doenças crônicas afeta significativamente o funcionamento sistêmico do indivíduo em ambos, e se não remediadas podem comprometer severamente as funções psicológicas dos indivíduos, como ilustrado pela diabetes *mellitus* ao ser enquadrada

como um fator de risco para o desenvolvimento de doenças neurodegenerativas convergentes ao comprometimento cognitivo (Livingston *et al.*, 2020).

Ao pautar as disposições emocionais e de personalidade associadas ao envelhecer, é salientado que o acúmulo de experiências imbricado no decorrer da trajetória de vida subsidia processos de aprendizagem tácita, aprimorando competências, expandindo conhecimentos e ampliando repertórios comportamentais para a resolução de problemas cotidianos. Nesta toada, destaca-se que o envelhecimento psicológico promove condições para o desenvolvimento de um maior grau de resiliência psicológica (McDaniel *et al.*, 2022).

Assim como muitos dos mecanismos componentes da dimensão biológica variando em função do tempo, tendendo ao declínio do funcionamento (Rosa *et al.*, 2014). Declínios e modificações que também podem ser observados a nível psicológico. Nessa conjuntura, cabe também citar a associação entre o avançar da idade e as mudanças de personalidade, sendo estas compreendidas enquanto um conjunto de disposições individuais relativas a aspectos relacionais, perceptuais e de funcionamento. Nisto, estas mudanças podem condicionar as compreensões e percepções acerca do próprio envelhecimento, dificultando ou facilitando a vivência e o enfrentamento de eventos adversos que podem ocorrer no curso normativo do envelhecimento (Heid *et al.*, 2022).

Entretanto, associado com essas mudanças de ordem biológicas e psicológicas, também é observado alterações de ordem social convergentes ao envelhecimento individual. É válido mencionar que os enquadramentos sociais propõem modelos interacionais entre os diversos agentes da sociedade e, no envelhecimento, pode ocorrer a alteração dos papéis sociais atribuídos ao indivíduo. Tal processo é influenciado pelas atribuições culturais coletivamente formadas e compartilhadas remetem às percepções categóricas que organizam o contexto social, incluindo as compreensões e definições comuns sobre o próprio envelhecimento (Martins-Borges *et al.*, 2019).

Associado a essas alterações sociais, cabe salientar que, recorrentemente, observa-se que a pessoa idosa é responsável pelo sustento do seu grupo familiar, incluindo filhos e netos mesmo quando já se encontra aposentado profissionalmente (Cruz; Araújo; Paixão, 2018). Neste sentido, infere-se que os indivíduos idosos se mantenham em funções ocupadas quando havia maior poder aquisitivos e caso não haja uma reestruturação do grupo, o indivíduo idoso pode se encontrar em um quadro vulnerável e sofrer alguma forma de abuso financeiro (Santos *et al.*, 2020).

É evidenciado que os indivíduos idosos tendem a ter o volume das suas redes de apoio reduzido ao longo do curso do envelhecimento, havendo menos figuras nestas estruturas de

suporte social disponíveis. Contudo, aponta-se que esta diminuição não é determinante para o comprometimento do bem-estar dos indivíduos e sua segurança, uma vez que é entendido que os aspectos qualitativos das fontes de suporte são mais significativos que a quantidade de componentes que a estruturam (Rabelo; Neri, 2014).

Ao considerar o arcabouço teórico concebido disponível, aponta-se que o envelhecimento é caracterizado como um processo de causas multifatoriais intimamente relacionadas às dimensões biopsicossociais. Sob a premissa de representar e investigar o envelhecimento e os seus desdobramentos, apresentando por meio das especificidades de cada indivíduo, deve-se assumir uma abordagem holística para considerar também os efeitos retroativos condicionados. Nisto, os contextos sociais arquitetados dispõem as condições para a prestação de suporte social comunitário, aventando as concepções de saúde e doenças sob óticas culturais historicamente situadas (Ferreira-Costa *et al.*, 2024).

4 Considerações Finais

Ao tratar do estudo do envelhecimento, destaca-se a demanda por modelos compreensivos amplos que consideram a rede multifatorial de causas que moldam o processo natural de envelhecer e condicionam os fenômenos convergentes ao envelhecimento. Observa-se a necessidade de reconhecer a natureza interdisciplinar do envelhecer e elucidar os elementos participantes envolvidos no desenvolvimento humano e sua maturação, no qual ocorre por meio de cada uma das fases organizadas em infância, adolescência, adulto e velhice. Considerando, também, enquanto possibilidade do estabelecimento de estratégias interventivas mais efetivas a partir da identificação das nuances do envelhecimento individual e coletivo.

No que tange aos aspectos biológicos do envelhecimento, foi sugerido que esta dimensão do envelhecer é efetivado mediante mecanismos de desgaste e acúmulo ao longo do tempo, tendo em vista que o acúmulo de danos e de materiais residuais tendem a gerar prejuízos sobre o desempenho fisiológico e estrutural do organismo. Por sua vez, entende-se que a dimensão psicológica do envelhecimento também faz proveito de processos de acúmulo ao envolver o acúmulo e refinamento de conhecimento e competências, contudo tais fenômenos culminam na elevação da autonomia e no desenvolvimento de competências para o enfrentamento de adversidades. Já a esfera social do envelhecimento remete à ocupação de novos papéis sociais enquanto conjuntos de significados e modelos relacionais compartilhados coletivamente. Acrescenta-se que com o avançar da idade, as pessoas idosas

costumam experienciar transformações nos laços familiares e comunitários, o que pode resultar tanto em fortalecimento da rede de apoio, como em uma maior vulnerabilização se a mesma apresentar fragilidades.

Evidencia-se que a preservação dos aspectos psicológicos pode influenciar a saúde mental do indivíduo com possibilidades de melhorias por meio do aprimoramento ou desenvolvimento da resiliência, culminando também na elevação da autonomia. Estas questões associadas com os aspectos biológicos podem, também, favorecer a independência da pessoa idosa. Com isso, além de ilustrar a articulação entre dimensões, também denota a sua relevância na promoção da qualidade de vida entre pessoas idosas, sobretudo no que diz respeito aos recursos estratégicos para auxiliar no enfrentamento das adversidades advindas do envelhecimento.

Dessa forma, a compreensão do envelhecimento requer uma abordagem holística, que considere as interações entre fatores biológicos, psicológicos e sociais. Somente com essa visão abrangente será possível desenvolver estratégias eficazes para promover um envelhecimento ativo e saudável, favorecendo tanto a longevidade quanto a qualidade de vida ao longo dos anos.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Brasília, 2016.

BRITES, Cintia Gonçalves de Mesquita; OGASSAVARA, Dante; FERREIRA-COSTA, Jeniffer; BARTHOLOMEU, Daniel; SILVA-FERREIRA, Thais; MONTIEL, José Maria. Transtorno Afetivo Bipolar: Desenvolvimento tardio e aspectos de vulnerabilidade na velhice. **Perspectivas en Psicología**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 195–206, 2023. Disponível em: <https://perspectivas.mdp.edu.ar/revista/index.php/pep/article/view/669>.

CABRAL, Juliana Fernandes; SILVA, Ageo Mário Cândido Da; MATTOS, Inês Echenique; NEVES, Ádila de Queiroz; LUZ, Laércio Lima; FERREIRA, Daniele Bittencourt; SANTIAGO, Livia Maria; CARMO, Cleber Nascimento Do. Vulnerabilidade e fatores associados em idosos atendidos pela Estratégia Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 24, n. 9, p. 3227–3236, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.22962017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/X7yTvBkzRJ7DGv6NqSqmb4r/?lang=pt>.

CAI, Nanshuo; WU, Yifan; HUANG, Yan. Induction of Accelerated Aging in a Mouse Model. **Cells**, [S. l.], v. 11, n. 9, p. 1418, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/cells11091418>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2073-4409/11/9/1418>.

CAI, Yusheng *et al.* The landscape of aging. **Science China Life Sciences**, [S. l.], v. 65, n. 12, p. 2354–2454, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11427-022-2161-3>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11427-022-2161-3>.

CAMPOS, Luiz Fernando Lara. **Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia**. 6. ed. Campinas: Alínea, 2019.

CRUZ, Mércia Santos; ARAUJO, Jair Andrade; PAIXÃO, Adriano Nascimento. Family structure and its impacts on the restrictions of self-perception of elderly health levels in Brazil. **Ciência e Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 23, n. 8, p. 2751–2762, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018238.18102016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/py9BJpfxm7qfZ3bFxxM8xSC/?lang=en>.

FERREIRA-COSTA, Jeniffer; CARVALHO, Amanda Azevedo; OGASSAVARA, Dante; SILVA-FERREIRA, Thais; MONTIEL, José Maria. Fronteiras entre a saúde e a doença no envelhecimento: o papel do suporte social. **Caleidoscópio**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 1–6, 2024. Disponível em: <https://ojs.eniac.com.br/index.php/Anais/article/view/1032>.

FERREIRA-COSTA, Jeniffer; SILVA-FERREIRA, Thais; OGASSAVARA, Dante; SILVA, Daiane Fuga; BARTHOLOMEU, Daniel; MONTIEL, José Maria. Promoção de qualidade de vida na pessoa idosa: representações e adjetivações subjetivas. **PSI UNISC**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 249–257, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v7i2.18324>. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/psi/article/view/18324>.

FULOP, T.; LARBI, A.; PAWELEC, G.; KHALIL, A.; COHEN, A. A.; HIROKAWA, K.; WITKOWSKI, J. M.; FRANCESCHI, C. Immunology of Aging: the Birth of Inflammaging. **Clinical Reviews in Allergy and Immunology**, [S. l.], v. 64, n. 2, p. 109–122, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12016-021-08899-6>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12016-021-08899-6>.

HEID, Allison R.; PRUCHNO, Rachel; WILSON-GENDERSON, Maureen; CARTWRIGHT, Francine P. The Prospective Association of Personality Traits and Successful Aging. **The International Journal of Aging and Human Development**, [S. l.], v. 94, n. 2, p. 193–214, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/0091415021989460>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33616413/>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Projeções da população por sexo e idades**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Crescimento Populacional**. 2023. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal.

LIVINGSTON, Gill *et al.* Dementia prevention, intervention, and care: 2020 report of the Lancet Commission. **The Lancet**, [S. l.], v. 396, n. 10248, p. 413–446, 2020. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30367-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30367-6). Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0140673620303676>.

MARTINS-BORGES, Lucienne; LODETTI, Mariá Boeira; JIBRIN, Márcio; POCREAU, Jean-Bernard. Inflexões epistemológicas: a Etnopsiquiatria. **Fractal: Revista de Psicologia**, [S. l.], v. 31, p. 249, 2019. DOI: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29001. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/29001>.

MCDANIEL, Justin T. *et al.* Psychological Resilience and Cognitive Function Among Older Military Veterans. **Gerontology and Geriatric Medicine**, [S. l.], v. 8, p. 1–6, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/23337214221081363>. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/23337214221081363>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/23337214221081363>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria n 2.528**. 19 out. 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. BRASIL. **Plano Nacional de Saúde 2024-2027**. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

OGASSAVARA, Dante; FERREIRA-COSTA, Jeniffer; MONTIEL, José Maria; SILVA-FERREIRA, Thais Da. Alicerces assistenciais do cuidado subjetivo ao objetivo: repercussões do suporte social e capacidade cognitiva no envelhecimento. **Revista Mental**, [S. l.], v. 16, n. 29, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5935/1679-4427.v16n29.0009>. Disponível em: <https://revistamental.unipac.br/exportar-pdf/323/v16n29a09.pdf>.

OGASSAVARA, Dante; SILVA-FERREIRA, Thais Da; FERREIRA-COSTA, Jeniffer; BARTHOLOMEU, Daniel; TERTULIANO, Ivan Wallan; MONTIEL, José Maria. Concepções e interlocuções das revisões de literatura narrativa: contribuições e aplicabilidade. **Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 8–21, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2023.21.3.7646>. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/7646>.

RABELO, Dóris Firmino; NERI, Anita Liberalesso. A Complexidade Emocional dos Relacionamentos Intergeracionais e a Saúde Mental dos Idosos. **Pensando Famílias**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 138–153, 2014. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100012.

RESENDE-NETO, Antônio Gomes; SILVA-GRIGOLETTO, Marzo Edir; SANTOS, Marta Silva; CYRINO, Edilson Serpeloni. Treinamento funcional para idosos: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 167–177, 2016. DOI: <https://doi.org/10.18511/rbcm.v24i3.6564>. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rbcm/article/view/6564>.

ROSA, Rafael da Silva; BIANCHI, Patricia Dall’Agnol; HANSEN, Diana; MONSCHAU, Bianca Thomaz. Alterações fisiológicas da força muscular respiratória decorrente do envelhecimento sobre a funcionalidade de idosos. **Fisioterapia Brasil**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 16, 2014. DOI: <https://doi.org/10.33233/fb.v15i1.307>. Disponível em: <https://convergenceseditorial.com.br/index.php/fisioterapiabrasil/article/view/307>.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. v–vi, 2007. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt>.

SANTOS, Maria Angélica Bezerra; MOREIRA, Rafael da Silveira; FACCIO, Patrícia Fernanda; GOMES, Gabriela Carneiro; SILVA, Vanessa de Lima. Fatores associados à violência contra o idoso: uma revisão sistemática da literatura. **Ciência e Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 25, n. 6, p. 2153–2175, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.25112018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MpcwN3kZjqZnK9FOXYc6T6j/?lang=pt>.

SILVA-FERREIRA, Thais; FERREIRA-COSTA, Jeniffer; OGASSAVARA, Dante; MONTIEL, José Maria. Interdisciplinaridade e envelhecimento: premissas, conceitos e indagações. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 572–583, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2023v10n1p572-583>. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/11400>.

YIN, Robert K. O que é pesquisa qualitativa - e por que você cogitaria fazer este tipo de pesquisa? *In: Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2016. p. 4–21.



A Criatividade e a Constituição do si-mesmo em Winnicott

Raphaela de Jesus Correia¹
Daniel França Stanchi²

Resumo: O presente artigo introduz uma concepção da Psicanálise de Donald Winnicott (1896-1971) acerca do *viver criativo* e seus desdobramentos na pessoa humana. Essa discussão compreende como a *criatividade*, apresentada por Winnicott, é fundamental no processo de constituição do *si-mesmo* e de como a presença de uma outra pessoa é fundamental para que a *criatividade* possa emergir no ser humano. E como o ambiente externo pode afetar a dimensão criativa do ser humano e sua capacidade de sentir que a vida vale a pena a ser vivida.

Palavras-chave: psicanálise; criatividade; ruptura; cuidado; Winnicott;

Creativity and the Constitution of the Self in Winnicott

Abstract: The present article introduces a psychoanalytic conception by Donald Winnicott (1896–1971) regarding *creative living* and its implications for the human person. The discussion explores how *creativity*, as presented by Winnicott, is fundamental to the constitution of the *self*, and how the presence of another person is essential for *creativity* to emerge in the human being. It also examines how the external environment can impact the individual's creative dimension and their capacity to feel that life is worth living.

Keywords: psychoanalysis; creativity; rupture; care; Winnicott;

La creatividad y la constitución del sí-mismo en Winnicott

Resumen: El presente artículo introduce una concepción del psicoanálisis de Donald Winnicott (1896-1971) sobre el vivir creativo y sus implicaciones en la persona humana. Esta discusión comprende cómo la creatividad, tal como fue presentada por Winnicott, es fundamental en el proceso de constitución del si-mismo y cómo la presencia de otra persona es esencial para que la creatividad pueda emerger en el ser humano. Asimismo, se aborda cómo el entorno externo puede afectar la dimensión creativa del ser humano y su capacidad de sentir que la vida vale la pena ser vivida.

Palabras clave: psicoanálisis; creatividad; ruptura; cuidado; Winnicott.

1 Introdução

A criatividade, no mundo contemporâneo, pode ser compreendida de diversas maneiras. No senso comum, tende-se a associá-la à capacidade de criar algo, como uma pintura, uma fotografia, uma música, entre outras expressões artísticas. No entanto, para Donald W. Winnicott (1896-1971), pediatra e psicanalista inglês, a criatividade ultrapassa a ideia de produção e se apresenta como um modo de viver, de acontecer no mundo humano, possibilidade de ter gesto pessoal com sentidos. Winnicott (2021, p. 44) assinala que: “a

¹ Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário das Américas (FAM). E-mail: raphazcorreia@gmail.com

² Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: daniel.stanchi@gmail.com

criatividade é, portanto, a manutenção ao longo da vida de algo que pertence à experiência do bebê: a capacidade de criar o mundo”.

Segundo essa perspectiva, é possível começar a existir verdadeiramente se, no início da vida, houver um outro *suficientemente bom* que acolha e possibilite o surgimento de um viver criativo. No estágio inicial do amadurecimento, o bebê experimenta o que Winnicott denominou *criatividade primária*, que se manifesta na experiência de *ilusão* de criar aquilo que, na realidade, lhe é oferecido pelo ambiente. Por exemplo, a experiência de fome que coincide com a oferta do seio da mãe, é vivida como se o bebê tivesse criado o objeto que satisfaz sua necessidade, abrindo um sentido subjetivo de realidade. Segundo Pires (2010, p. 12) “*A criatividade primária é um potencial inato do ser humano. Winnicott acredita que sejamos dotados de uma capacidade criativa própria de nossa natureza*”. Assim, a criatividade configura-se como expressão e possibilidade de sentir-se vivo e de que a vida vale a pena ser vivida.

A criatividade, conforme apresentada por Winnicott (2019, p. 113), diz respeito à maneira como o ser humano se relaciona com a realidade e expressa seu gesto espontâneo no mundo com os outros. Nesse sentido, a criatividade é aquilo que confere sentido à existência. Quando o indivíduo não encontra amparo e confiabilidade no ambiente, enfrenta dificuldades que comprometem seu vir-a-ser – ou seja, sua capacidade de se reconhecer ser humano, como alguém que pode dizer: “eu sou”. Assim, falhas ambientais na infância, ou mesmo ao longo da vida, podem interferir na constituição do indivíduo, na experiência de se reconhecer enquanto pessoa no mundo, gerando uma ruptura que pode impedir o florescimento de uma vida criativa.

Há pessoas que nunca receberam cuidado de um outro e, encontram-se perdidas existencialmente, vivenciando sensações e/ou sentimentos de não se sentirem pessoas, de não reconhecerem o próprio corpo como expressão de si. Nesses casos, a presença de uma outra pessoa é fundamental para a continuidade do existir humano.

Há também aqueles que, em algum momento, experienciaram o cuidado e puderam encontrar o gesto criativo. No entanto, por diferentes motivos – como a ausência de um cuidador ou vivências marcadas por formas de violência – podem ter sofrido uma ruptura na continuidade de seu ser. Situações assim podem impedir o gesto espontâneo, rompendo a vida criativa e gerando um profundo sentimento de desesperança.

Ao considerarmos que um bebê teve a oportunidade de viver a experiência criativa por meio de uma mãe suficientemente boa, que ofereceu os cuidados necessários, é possível pensar nesse bebê, agora adulto, sendo afetado por experiências de violência social que

comprometem seu modo de viver criativamente, provocando um rompimento com o processo criativo. Nesse contexto, Winnicott (2019) afirma que esses indivíduos são os que mais sofrem, pois dificilmente conseguem recuperar o sentimento de esperança. Para o autor, a esperança é essencial à experiência humana, pois está vinculada diretamente à criatividade. Diante disso, surgem questões fundamentais: como cuidar para que as possibilidades de uma vida criativa não sejam destruídas pelos profundos descuidos do ambiente externo? Como preservar a esperança em um mundo de constantes ameaças à singularidade do ser humano?

Estas questões são norteadoras deste estudo, cuja intenção é estabelecer um diálogo com a obra de Winnicott para pensar o ser humano em sua totalidade – não apenas a partir do cuidado materno na fase inicial do amadurecimento, mas ao longo de toda a vida, considerando que o ser humano é constantemente afetado, não só pelas condições no processo de maternagem, mas também pelas ações e omissões da sociedade em que está inserido.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a criatividade é inerente ao ser humano, constituindo-se na relação com o outro e com a cultura ao longo de toda a existência humana, tornando-se imprescindível, desde o início da vida e ao longo dela, um ambiente que ofereça acolhimento, cuidado e abertura para o ser e o criar.

2 Método

Este estudo é de natureza exploratória, com abordagem qualitativa, que tem como objetivo analisar a teoria psicanalítica de Winnicott sobre o viver criativo. O artigo se propõe a explorar a noção de criatividade enquanto formação da continuidade de ser, bem como a ausência de um viver criativo pode se desdobrar em sofrimento psíquico. Para isso, foi realizada uma análise detalhada de conceitos winnicottianos que contribuem para a compreensão da narrativa apresentada, possibilitando discussões entre esses conceitos e sua correlação com a realidade.

Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico-reflexivo, que, embora não se proponha a uma intervenção direta, busca oferecer subsídios conceituais que possam auxiliar em futuras práticas clínicas ou estudos aplicados. Constrói-se uma análise acerca das experiências discutidas através do conceito de criatividade em Winnicott como questão central para se pensar o ser humano e o seu sentimento de existir no mundo. Neste sentido, o diálogo com os casos clínicos de Winnicott presentes nos livros *The Piggie* (1977/1987) e *Holding e Interpretação* (1991/2010) foram fundamentais neste percurso a fim de adentrar mais profundamente como a questão do gesto criativo era manejado por ele na situação clínica. O

estudo dessas obras possibilitou-nos compreender o entrelaçamento entre as concepções antropológicas e clínicas desenvolvidas por Winnicott e suas intervenções na situação clínica com os pacientes.

O estudo se apoia em uma revisão bibliográfica de obras primordiais do autor que abordam a temática da criatividade, tais como o livro *O Brincar e a Realidade* (1971/2019), considerada a principal obra como base para o desenvolvimento desta pesquisa. Esta obra pode ser considerada como o “testamento teórico” de Winnicott, publicada em 1971, ano em que o autor inglês morreu, sintetiza e aprofunda suas contribuições mais fecundas.

Seguido de textos como *Tudo começa em casa* (1986/2021) em que Winnicott se desdobra no segundo capítulo “*Vivendo criativamente*” sobre a criatividade como um modo de vida. Outros textos que foram utilizados como: *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (1979/1983), *Os objetivos do tratamento psicanalítico* (1962/1994).

A análise foi construída por meio de uma leitura crítica e interpretativa dos textos, buscando identificar os principais núcleos conceituais sobre o viver criativo e sua relação com o sofrimento psíquico. Foram mobilizadas contribuições de comentadores da obra winnicottiana: as obras de Gilberto Safra, Thomas Ogden, entre outros.

Como comentador central da criatividade em Winnicott, foi utilizado a dissertação de mestrado do Felipe Pires (2010), “Criatividade no processo amadurecimento em Winnicott”, que discorre sobre todo processo da criatividade. Alguns dos estudiosos de Winnicott como Gilberto Safra com o artigo “A Clínica em Winnicott” (1999) e a Zeljko Loparic com o texto “Winnicott Clínico” (2010) e o texto sobre os “Apontamentos sobre angústias impensáveis” (2011) de Eder Santos.

2 Forma de análise dos resultados e discussões

Donald Winnicott (1896-1971) criou uma concepção psicanalítica a partir de um aprofundamento da tradição freudiana. Sua teoria teve influência de Freud e Melanie Klein, no entanto, o psicanalista inglês coloca em evidência a relação entre mãe e o bebê, que em seu pensamento é condição fundante para a emergência do psiquismo, tal ideia iniciada por Freud (1895)³. Se o bebê encontra um ambiente que seja capaz de dar suporte, ele encontra a

³ A ideia da relação afetiva como condição fundante do psiquismo iniciada por Freud no texto “Projeto para uma psicologia científica”, foi discutida por Monique Schneider em seu texto (1994) “Afeto e linguagem nos primeiros escritos de Freud”.

possibilidade de nascer para o mundo. Inicialmente, esse suporte existe na medida em que há um outro ser humano física e afetivamente presente e disponível para cuidar.

Winnicott (1983) foi o autor que reconheceu a importância da experiência de dependência absoluta, na qual o bebê encontra as condições necessárias para se constituir. Assim, o bebê tem um potencial de amadurecimento e o psiquismo é entendido como fruto de uma sustentação, de ser cuidado, visto e encontrado por um outro ser humano. Deste modo, a figura materna ou cuidador tem um papel fundamental na vida do bebê, por ser quem oferece a experiência do cuidado. Por esta razão, fala-se da *mãe suficientemente boa*, não uma mãe perfeita, mas aquela que, mesmo com falhas, está disponível para oferecer ao bebê sustentação, chamado por Winnicott de *holding*. Ou seja, o *holding* é um conjunto de cuidados maternos, que se refere à provisão do ambiente como amparo para o bebê, um ambiente que consiga sustentar as necessidades físicas, psicológicas e a continuidade do ser.

Além disso, Winnicott apresenta o *handling* (manejo), que se refere ao manuseio do corpo do bebê ao ser cuidado. Por meio do contato pele a pele, dos abraços e dos cuidados físicos, o toque materno proporciona uma base para a constituição da vida psíquica, o que funda as bases para a experiência de ser do bebê.

O *handling*, termo que por vezes é traduzido como manejo, possibilita, assim, a formação do contorno do corpo do bebê, capaz de harmonizar a vida psíquica com o próprio corpo. Do contrário, sem o toque materno, pode-se dizer que o bebê vive a experiência de não sentir seu corpo como parte de si. No entanto, se a mãe tem recursos, ela é capaz de oferecer ao bebê as condições para que essa experiência possa acontecer ao longo do tempo e sensivelmente, no encontro entre o corpo do bebê e o corpo materno. Com isso, o cuidador concede colo, cuidado e o sustenta para que ele possa existir enquanto ser criativo. Esses processos são fundamentais para o gesto criativo do ser humano, por meio do qual o indivíduo pode expressar o “eu sou”.

Mas, antes de abordarmos a questão do gesto criativo, é importante mencionar a noção de *mãe suficientemente boa*. Não se trata de uma mãe dotada de habilidades ou capacidades intelectuais, mas de uma mãe devotada, sensivelmente atenta às necessidades da criança. Na experiência da *preocupação materna primária*, ocorre uma identificação profunda da mãe com o bebê, de modo que ela se torna capaz de responder a ele a partir de um estado de entrega que contempla suas necessidades físicas e emocionais – condição denominada pelo autor de devoção materna.

Essa experiência de devoção é um acontecimento espontâneo, e não algo forçado, que emerge ao final da gravidez, quando a mulher saudável experimenta um estado de

sensibilidade tão profundo que se torna capaz de perceber e se identificar com as necessidades do bebê. Esse processo de sensibilização da mãe em relação ao bebê só ocorre, por sua vez, quando ela possui boas lembranças de um dia ter sido cuidada. Assim, nessa perspectiva, a mãe vivencia um estado de regressão emocional ao se recordar inconscientemente dessa experiência, o que lhe proporciona recursos para cuidar do bebê, devido à identificação entre ambos.

Neste período de dependência absoluta, o bebê encontra-se em um estado de não-integração, pois ainda não reconhece o mundo externo e sua mãe como algo distinto de si. Seu *si-mesmo*, portanto, ainda não está constituído, sendo necessário um outro para que esse processo se inicie. Nesse contexto, torna-se fundamental que a mãe ofereça ao bebê a chamada *onipotência primária* que é a ilusão de que ele criou o mundo e a própria mãe. “Pode-se dizer que somente a partir da não-existência é que a existência pode começar” (Winnicott, 1994, p. 76).

Esse ambiente suficientemente bom, sustentado por experiências como a onipotência primária, prepara o bebê para entrar gradualmente em contato com a realidade externa. Por isso, é por meio desses recursos oferecidos pela mãe, especialmente no processo de desilusão, momento em que o bebê entra em contato com objetos do mundo externo mediados por ela, que se torna possível a integração, permitindo ao bebê reconhecer-se como um ser separado.

Aliado a estes processos de sustentação e manejo, a *mãe suficientemente boa* concede ao bebê a experiência de onipotência primária, ou seja, a ilusão de que ele criou o mundo, a si mesmo e a própria mãe. Durante esse período, ele experiencia a mãe como uma parte dele, por isso, ela exerce um papel essencial ao apresentar o mundo externo no momento em que ele manifesta a necessidade de contato. Nesse estágio, os objetos externos parecem estar sob seu controle mágico, o que lhe dá a oportunidade de criá-los conforme suas demandas. É nesse contexto que se desenvolve o gesto criativo.

Por exemplo, quando a mãe coloca o seio para alimentá-lo, o bebê vive a experiência de criar o seio justamente no momento em que está pronto para fazer isso. Winnicott (2019) afirma:

Não é possível dizer que, a princípio, o bebê sabe o que deve ser criado. Nesse momento, a mãe se apresenta. Normalmente, ela oferece o seio e sua ânsia potencial em alimentar. A adaptação da mãe às necessidades do bebê, quando é suficientemente boa, dá a ele a ilusão de que existe uma realidade externa que coincide com sua própria capacidade criadora (Winnicott, 2019, p. 31).

O bebê precisa ter a ilusão de criar o mundo para que possa existir e tornar o mundo pessoal. No entanto, a mãe deve oferecer, de maneira gradual, a *desilusão* ao bebê, garantindo que esse processo não perturbe a continuidade do seu ser. Através dessa desilusão, o bebê descobre criativamente que a mãe e o mundo já existiam antes dele, permitindo se reconhecer como um ser separado da própria mãe.

Se tudo ocorrer bem, o bebê reconhece a *si-mesmo* e ao outro como pessoas inteiras, passando a desenvolver o sentimento de responsabilidade pelo outro. Ele se percebe como alguém existindo no mundo, uma vez que houve o reconhecimento de uma outra pessoa. A desilusão acontece através das possibilidades da mãe em tornar real o objeto para o bebê, sendo assim, a mãe vai apresentando aos poucos os objetos externos à criança, proporcionando-lhe a experiência do controle mágico, ou seja, a base do processo de criação.

Nesse sentido, para Winnicott (2019), o brincar nasce quando a mãe consegue oferecer à criança um estado de confiança, no qual o bebê começa a desfrutar das experiências de onipotência primária, que são processos intrapsíquicos, onde a mãe apresenta o objeto ao bebê no momento em que ele precisa, oferecendo a ilusão de que ele próprio o criou. Nessa perspectiva, o bebê exerce o controle mágico de criar o objeto e realizar o gesto de influir sobre o real. Ao apresentar ao bebê os objetos do mundo externo para que ele possa criá-los, a mãe também possibilita que ele controle a realidade. Dessa forma, a mãe participa do jogo do bebê, proporcionando confiança e a experiências criativas. Mesmo quando o cuidador não está diretamente envolvido do jogo, é importante que a criança saiba que há alguém por perto, capaz de oferecer esse espaço potencial.

Partindo dessa base originária do brincar na relação mãe-bebê, Winnicott amplia o conceito e o compreende como uma experiência viva que ultrapassa o *setting* terapêutico, enquanto análise. O brincar não se restringe às crianças, mas também faz parte da vida adulta, já que se refere à base do viver por meio de um espaço-tempo e do sentir-se vivo, “*sendo no brincar que tanto a criança como o adulto têm a liberdade para serem criativos*” (Winnicott, 2019, p. 91). Ademais, a criatividade se caracteriza como parte da vida e do viver total. Segundo Winnicott (2019, p. 92), “*é no brincar, e apenas no brincar, que a criança ou o adulto conseguem ser criativos e utilizar toda a sua personalidade, e somente sendo criativo o indivíduo pode descobrir o self*”.

O autor esclarece que há uma diferença significativa entre a criação no senso comum, como a produção de uma obra de arte, e a criatividade ao qual ele se refere, que está relacionada ao viver. Trata-se da forma como o indivíduo se relaciona com a realidade externa. Em síntese, com base no que foi discutido até aqui, essa criação faz parte do processo

pelo qual o ser humano se sente vivo, constituindo a base para o amadurecimento de um *self verdadeiro*. Esse self expressa o reconhecimento de estar vivo e de estar consciente da própria existência, bem como o sentimento de que a vida vale a pena ser vivida. Essa condição só pode ser vivida se há um ambiente suficientemente bom que ofereça ao bebê a confiança por meio da sustentação. Logo, a mãe permite e abre espaço para que a criança tenha o gesto espontâneo de criar e, com isso, vivencie experiências no brincar, já que essas experiências refletem a presença de um ambiente confiável que favoreceu o desenvolvimento dessa capacidade criativa.

Reconhecendo a importância da presença de um outro que possa sustentar e acolher a chegada de um bebê ao mundo, pode-se dizer que essas crianças foram cuidadas e amadas por uma mãe suficientemente boa, assim, estão vivenciando a experiência da continuidade do ser. Por consequência, a existência desse bebê é humanizada por meio do gesto materno que oferece o *holding* (sustentação), proporcionando a ele reconhecimento e a sensação de ser visto e cuidado por alguém. Dessa maneira, a criança que recebe esses cuidados tem a possibilidade de sentir-se viva, pois experimentou a presença de um outro que, além de apresentá-lo ao mundo, foi capaz de não invadir e não roubar seu gesto. Esse gesto espontâneo, que se manifesta no brincar, permite ao bebê tornar o mundo algo pessoal, vivido como continuação de si.

O brincar é uma experiência através da qual a pessoa encontra a liberdade para expressar o seu gesto criativo. Por conseguinte, ela acessa recursos para desenvolver a constituição do seu *self verdadeiro*, uma vez que lhe foram concedidas entrega e devoção às suas necessidades desde o início da vida. Dessa forma, o bebê encontra um espaço onde pode expressar seu gesto espontaneamente, em direção ao seu self (si-mesmo). É por meio do gesto criativo que tanto a criança quanto o adulto conseguem expressar aquilo que se é, e revelar aspectos do seu viver. “*Nessas condições altamente especializadas, o indivíduo consegue se formar e existir como unidade, e não como uma defesa contra a ansiedade, mas como uma expressão do EU SOU, eu estou vivo, eu sou eu mesmo*” (Winnicott, 2019, p. 96). Desde então, a vida passa a ter sentido.

O self, nesse contexto, refere-se como o “eu sou”, que se expressa no gesto criativo por meio do brincar. Não há possibilidade de vir-a-ser se o bebê não tiver encontrado um ambiente facilitador que apresentasse a onipotência a ele. Sem isso, ele não brincaria e não desenvolveria o gesto criativo. O vir-a-ser diz respeito ao sentir-se vivo, sentir-se reconhecido e humanizado por um outro. Isso significa que esse indivíduo foi olhado por alguém e, a partir desse olhar, tornou-se possível que ele se reconhecesse como uma pessoa separada do mundo

que criou durante o período de ilusão. Além disso, foi o toque recebido que possibilitou o reconhecimento de seu próprio corpo.

Ademais, houve alguém capaz de sustentar a sua continuidade no mundo. Esse indivíduo, por meio da dedicação de um ao outro, teve sua existência humanizada e reconhecida. Desse modo, pôde reconhecer o sentido de sua vida e sentir que vale a pena ser vivida. *“Com Winnicott, é possível afirmarmos que nada no ser humano se constitui sem a presença do outro. Tudo o que emerge num indivíduo que não possa ser constituído em presença de outro, é um abismo no self, é agonia impensável”* (Safra, 1999)

Em contrapartida, há pessoas que não vivenciaram a experiência de confiança provida pelo ambiente, o que as leva a duvidar do valor da vida e as torna incapazes de viver criativamente. Ainda que alguns indivíduos levem uma vida marcada pela ausência da criatividade, não se pode afirmar que a criatividade seja completamente destruída. Entretanto, Winnicott (2019) chama atenção para aqueles que cresceram em contextos opressores que reprime o gesto criativo, como lares dominadores, campos de concentração ou viveram sob regimes políticos autoritários. Nesses casos, observa-se que são poucas as vítimas que conseguem manter-se criativas. Segundo o psicanalista, essas pessoas são as que mais sofrem, visto que perderam a capacidade de ver o mundo criativamente, de se sentirem vivos, a ponto de abandonarem a esperança. Trata-se de um fenômeno que ocorre mesmo após o crescimento pessoal do indivíduo: a criatividade é destruída em razão de um ambiente que reprimiu o processo criativo.

Há um processo de ruptura da continuação do ser, devido aos traumas vivenciados, que Winnicott chama de angústias impensáveis. Segundo Santos (2011), as angústias impensáveis surgem quando, nos estágios iniciais do processo maturacional, a criança vivencia traumas como quebra da continuidade de existir. Esse rompimento ocorre pela ausência de uma presença sustentadora. Muitas crianças nascem sem serem recebidas por alguém que possa sustentar a sua existência, o que as leva, desde cedo, a experimentar formas de abandono, ausência ou invasão materna. Ao chegar ao mundo, o bebê encontra-se desamparado; a ausência da mãe o lança em uma solidão precoce, marcada pela impossibilidade de encontrá-la. Sendo assim, ele vivencia uma ruptura de sua existência em um momento no qual ainda não possui recursos para lidar com tal experiência.

Há também crianças que crescem sob o cuidado de mães invasivas, que impõem ao bebê suas próprias necessidades. Como resultado, o bebê torna-se responsável pelo cuidado da mãe, como se tivesse vindo ao mundo com a missão de cuidar dela. Nesse cenário, em que o indivíduo vivencia a solidão de um não cuidado e a sobrecarga precoce, as falhas ambientais

comprometem diretamente a possibilidade de existir. Tal contexto favorece uma dissociação do self, levando ao desenvolvimento de defesas como o *falso self*, que encapsula o self verdadeiro e interrompe a experiência do vir-a-ser.

As agonias impensáveis são, assim, angústias psicóticas que dizem respeito ao ser: a ameaça não é, como na angústia da castração, a perda da onipotência narcísica, mas o aniquilamento do ser – a morte psíquica – já que o bebê interrompe sua experiência de ser quando reage às falhas do ambiente (Lejarraga, 2008).

No aspecto clínico, não cabe ao analista trabalhar com o “EU SOU” do paciente, visto que a personalidade ainda não se constituiu devido às rupturas vividas no ambiente. Trata-se, nesse caso, de promover uma regressão à dependência, oferecendo ao paciente aquilo que não houve em seu desenvolvimento inicial, possibilitando, assim, a constituição de um self verdadeiro.

O indivíduo necessita encontrar um ambiente facilitador para que seu self verdadeiro possa emergir e se expressar espontaneamente em relação ao mundo. A criatividade, e conseqüentemente o self verdadeiro são elementos fundamentais para que o ser humano possa se relacionar e comunicar, pois constituem aspectos essenciais de sua existência. Como aborda Loparic (2010) no trecho abaixo:

mas o seu verdadeiro si-mesmo, o seu ir espontaneamente ao encontro de algo. Esse é o elemento estrutural da natureza humana em virtude do qual o ser humano começa e continua a comunicar-se e relacionar-se, mas que só deixa de ser meramente potencial e torna-se base real do seu existir (ter experiências, juntar o presente com o passado e o futuro, vir a integrar-se num EU SOU etc.) num ambiente facilitador (Loparic, 2010).

Em suma, a concepção desenvolvida por Winnicott destaca a importância de uma relação baseada na troca afetiva e na abertura para possibilidades. Desse ponto de vista, compreendem-se as relações como vivas e singulares, constituídas por gestos criativos e experiências afetivas.

Quando tudo ocorre bem, o bebê – que nasce em estado de desamparo – encontra amparo e cuidado, possibilitando a continuidade do ser, em virtude de uma mãe suficientemente boa durante o período inicial do processo maturacional. Em contrapartida, caso a criança venha ao mundo sem encontrar alguém que sustente sua continuação em existir, ela será lançada nas angústias impensáveis e na impossibilidade de ser. Como consequência, não encontrará espaço para o surgimento de seu gesto criativo.

Nesse sentido, do ponto de vista clínico, embora a técnica e o saber intelectual sejam relevantes, eles não se sustentam por si só. É indispensável a disponibilidade para acolher o outro. Assim, a relação clínica também emerge da espontaneidade, do gesto que nasce como fruto de ser amado e encontrado por alguém.

Serão apresentadas algumas hipóteses clínicas a respeito de casos em que a criatividade do indivíduo não se constituiu ou foi rompida, muitas vezes em decorrência de um gesto invasivo por parte do ambiente externo. Tais situações revelam o impacto dessas falhas ambientais sobre a capacidade de viver criativamente. Esse gesto, como já discutido, é cultivado nas experiências iniciais com uma mãe suficientemente boa, onde se dá a possibilidade de brincar e de encontrar o self verdadeiro.

Apresentamos a clínica *Ser e fazer*, criada na Universidade de São Paulo a partir do pensamento e construção teórica de Winnicott. Sua finalidade é desenvolver uma “ideia winnicottiana de *ser um psicanalista que faz outra coisa mais apropriada à situação atual*” (Aiello-Vaisberg, 2003, grifo do autor). É um estilo clínico que considera todas as experiências humanas. Mesmo aquelas que possam parecer incompreensíveis, estranhas ou ética e moralmente inaceitáveis são compreendidas como parte do acontecer humano e, portanto, dotadas de sentido. O estilo clínico Ser e fazer fundamenta-se no conceito de *holding* elaborado por Winnicott. Nesse contexto, não cabe aos terapeutas conduzir o paciente ao autoconhecimento como fim terapêutico, mas acolhê-lo da maneira mais apropriada à sua situação e história de vida.

Na possibilidade de o paciente vir a se sentir vivo e real como ser humano, na medida em que não humilhado, não objetivado, não animalizado, não desumanizado, não despersonalizado. A partir daí pode se dar, como temos tido oportunidade de apreciar muitas vezes, uma retomada da própria capacidade criadora... (Aiello-Vaisberg, 2017).

Para ilustrar, eles apresentam um caso de uma moça que se recusava durante a terapia trabalhar com argila e sempre preferia levar a sua agulha e lã. Essa preferência foi acolhida pelos terapeutas, mas, por um bom tempo não compreendiam o motivo da recusa. Nesse tempo a paciente narrava episódios de sua história, e chamou atenção dos terapeutas quando ela dizia que em sua infância nunca pôde ter aspirações e desejos, pois, sua mãe sempre dizia frases como “*Isso não é para o seu bico!*” (Aiello-Vaisberg, 2017). Desse modo, esses relatos foram compreendidos e acolhidos pelos terapeutas como expressão de um ato de humilhação, internalizado ao longo da vida da paciente. Essa experiência gerou nela uma sensação de inferioridade e a percepção de que não fazia jus aos mesmos direitos que os demais. Por esse

motivo, recusou-se a usar a argila, por considerá-la um material mais sofisticado do que aqueles que estava habituada, como a agulha e a lã.

Através desse exemplo clínico, é possível dialogar com o gesto criativo descrito por Winnicott, como enfatizado na clínica *Ser e Fazer*. Esta se baseia no conceito de *holding* apresentado por Winnicott, e, a partir dessa intervenção, o objetivo é sustentar, quando necessário, o nascimento do gesto criativo do paciente ou, quando for o caso, resgatar o gesto que foi perdido em algum momento de seu desenvolvimento. Em Winnicott, o viver é definido como a experiência em que a pessoa sente que sua vida vale a pena ser vivida, caracterizando-se um viver criativo, segundo Winnicott (1999). Para viver de maneira criativa, o indivíduo precisa existir e se reconhecer como “eu sou”. Desse modo, entende-se a criatividade como emergência do *Ser*, um fazer que anuncia que aquele *ser é e está vivo*.

3 Considerações Finais

O estudo da criatividade em Winnicott possibilitou pensar o sofrimento humano como consequência da ausência de um outro. A criatividade, entendida como expressão do sentir-se vivo, mostra-se profundamente articulada às demandas clínicas em que o paciente relata uma vida empobrecida de sentido. Assim, a concepção de criatividade e de continuidade do ser revelaram-se fundamentais nas discussões teóricas e clínicas para que possamos compreender o sofrimento decorrente de uma experiência de cuidado e afeto que não aconteceu, ou que foi interrompida pela ausência de alguém.

Este estudo também buscou aprofundar a perspectiva com que Winnicott compreendia o ser humano a partir de sua prática como pediatra e psicanalista. Foi possível constatar que a criatividade ocupa um lugar central em sua obra, como um elemento estruturante da existência. Em sua concepção psicanalítica, o ser humano é compreendido como um ser criativo, que precisa criar o mundo criativamente, a fim de que a realidade possa ter um sentido pessoal no mundo humano com os outros. Partindo da ideia de que o bebê começa a existir a partir do encontro com alguém que lhe ofereça a possibilidade de criar gestos criativos, investigamos o ser humano para além do período de dependência absoluta, considerando os efeitos da presença ou ausência do cuidado diante das violências sociais que podem romper com o gesto criativo já constituído.

Compreender o ser humano como ser criativo tem desdobramentos clínicos, sociais e políticos importantes, na medida em que a experiência criativa acompanha o ser humano ao longo de sua existência, que acontece no mundo com os outros, em um ambiente cultural.

Pensar o ser humano e a clínica a partir da criatividade implica em compreender cada ser humano como um processo contínuo de constituição de si e de sentidos existenciais no mundo humano e significa estarmos atentos às condições e ações que podem impedir o acontecer criativo de alguém ou até mesmo de um grupo humano.

Embora Winnicott seja amplamente reconhecido por seus estudos sobre a infância e a relação mãe-bebê, este trabalho busca contribuir para ampliar a compreensão de sua teoria, evidenciando sua abrangência para além da infância. Sua obra contempla o ser humano em sua totalidade, com um ser em contínuo devir, incluindo dimensões ontológicas e aspectos fundamentais da constituição do *si-mesmo*. Também foi possível refletir sobre as rupturas do gesto criativo diante das experiências autoritárias do nosso mundo contemporâneo, que ameaçam a espontaneidade e possibilidades de ser.

Tais experiências autoritárias — como a vulnerabilidade social, racismo, misoginia, homofobia, xenofobia, entre outras formas de violência — comprometem a singularidade e o sentimento de que a vida vale a pena ser vivida, resultando em profundo adoecimento, compreendido como interrupção e empobrecimento no processo de amadurecimento. Assim, esta pesquisa buscou articular a dimensão ontológica da obra de Winnicott com sua visão dos acontecimentos sociais que influenciam na experiência humana de continuar sendo, em diálogo com os casos clínicos acompanhados pela clínica Ser e Fazer, desenvolvida na Universidade de São Paulo.

Referências

AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Estilo Clínico ser e fazer: resposta crítico-propositiva a despersonalização e sofrimento social. **Boletim Acadêmico Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 37, n. 92, p. 41-62, jan. 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v37n92/v37n92a05.pdf>.

AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Ser e fazer: interpretação e intervenção na clínica winnicottiana. **Psicologia USP**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 95-128, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642003000100007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psp/a/dFCMZfD9fTZg5MYBYHN7Bbd/?lang=pt>.

BRITO, R. F.; VANZIN, T.; ULBRICHT, V. Reflexões sobre o conceito de criatividade: sua relação com a biologia do conhecer. **Ciênc. Cogn.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 204-213, nov. 2009. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1806-58212009000300017&script=sci_abstract&lng=pt.

FREUD, Sigmund. **Projeto para uma psicologia científica**. 1950 [1895]. Disponível em: <http://www.freudonline.com.br/livros/volume-01/vol-i-16-projeto-para-uma-psicologia-cientifica-1950-1895>.

LOPARIC, Z. Winnicott clínico. **Natureza humana**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 1-26, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302010000200008&lng=pt&nrm=iso.

PIRES, F. A. R. **Criatividade no processo de amadurecimento em Winnicott**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2010. Disponível em: <https://www.sapientia.pucsp.br/handle/handle/14988>.

SAFRA, G. A clínica em Winnicott. **Natureza humana**, v. 1, n. 1, p. 91-101, 1999. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24301999000100006&lng=pt&tlng=pt.

SANTOS, E. S. Apontamentos sobre as angústias impensáveis em Winnicott. **Revista de Filosofia Aurora**, [S. l.], v. 23, n. 33, p. 475–492, Curitiba. 2011. DOI: <https://doi.org/10.7213/rfa.v23i33.1582>. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/1582>.

WINNICOTT, C. (Org.) **Explorações Psicanalíticas: D.W. Winnicott**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. São Paulo: Ubu Editora, 1971/2019.

WINNICOTT, D. W. Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. *In: O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Trad. Por Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre, Artmed, 1983. p. 79-97.

WINNICOTT, D. W. Os objetivos do tratamento psicanalítico (1962). *In: O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Trad. Por Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre, Artmed, 1983. p. 152-155.

WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.



A Psicoterapia Existencial e a Constituição do Eu

Eraldo Carlos Batista¹

Resumo: A psicoterapia existencial é uma abordagem terapêutica que tem como finalidade ajudar o paciente a encontrar o sentido da sua existência e a compreender os seus conflitos. O objetivo deste estudo foi conhecer os fundamentos dessa abordagem e sua contribuição na constituição do sujeito. A psicoterapia existencial baseia-se em princípios psicológicos existenciais, e tem como pressuposto que o ser humano é livre para fazer escolhas. A partir disso, as escolhas determinam quem a pessoa se torna diante do mundo e de si mesma. A psicoterapia existencial tem como elementos principais a liberdade e a responsabilidade. Baseada nos pressupostos do Existencialismo, essa abordagem não tem como intuito explicar o ser humano, mas tem a intenção de compreendê-lo.

Palavras-chave: Existencialismo; Psicoterapia Existencial; Psicologia.

Existential Psychotherapy and the Constitution of the Subject

Abstract: Existential psychotherapy is a therapeutic approach that aims to help the patient find the meaning of their existence and understand their conflicts. The objective of this study was to understand the foundations of this approach and its contribution to the constitution of the subject. Existential psychotherapy is based on existential psychological principles and assumes that human beings are free to make choices. From then on, choices determine who the person becomes before the world and before themselves. Existential psychotherapy has freedom and responsibility as its main elements. Based on the assumptions of Existentialism, this approach does not aim to explain human beings, but intends to understand it.

Keywords: Existentialism; Existential Psychotherapy; Psychology.

Psicoterapia Existencial y Constitución del Yo

Resumen: La psicoterapia existencial es un enfoque terapéutico que tiene como objetivo ayudar al paciente a encontrar el sentido de su existencia y comprender sus conflictos. El objetivo de este estudio fue comprender los fundamentos de este enfoque y su contribución a la constitución del sujeto. La psicoterapia existencial se basa en principios psicológicos existenciales y asume que los seres humanos son libres de tomar decisiones. A partir de este momento, las elecciones determinan en quién se convierte una persona en el mundo y en sí misma. La psicoterapia existencial tiene como elementos principales la libertad y la responsabilidad. Basado en los presupuestos del existencialismo, este enfoque no pretende explicar al ser humano, sino comprenderlo.

Palabras clave: Existencialismo; Psicoterapia Existencial; Psicología.

1 Introdução

O momento histórico em que vivemos tem como características as grandes transformações econômicas, políticas e sociais, que alteraram as formas de produção e as relações de trabalho, impactadas pelo avanço tecnológico. Novas práticas econômicas e

¹ Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: eraldopsico@gmail.com

sociais implicam novas concepções de mundo e de homem afirmado como sujeito. Um momento histórico em que a psicologia se constitui como ciência é o mesmo que afirma o homem como sujeito (Gonçalves, 2001).

Nas palavras do referido autor, tal mudança na compreensão do ser humano, advinda do mundo vivido à época em que o homem sente a necessidade de usar a razão para controlar a natureza, para sobreviver e viver melhor, colocando-se no centro de outra ordem social e produtiva, influenciou decisivamente no surgimento da ciência psicológica. Como ciência em construção, a psicologia, ao longo dos anos, tem se constituído a partir de diversos caminhos teórico-metodológicos, os quais têm como resultados o surgimento de uma variedade de abordagens psicoterápicas, entre elas a psicoterapia existencial.

A psicoterapia existencial é uma abordagem terapêutica que visa a ajudar o paciente a compreender o sentido da sua existência, a se perceber e a resolver conflitos. A psicoterapia existencial se baseia na ideia de que o ser humano é livre para fazer escolhas, que determinam quem ele se torna. O foco é ajudar o paciente a encontrar a sua autenticidade, a se autoconhecer e a se autocompreender.

A psicoterapia existencial pode ajudar a entender o sentido da existência, ou seja, ela ajuda o sujeito a questionar sobre o propósito e significado da vida humana, o qual, por sua vez, é complexo e pessoal e pode variar de acordo com valores, crenças e experiências de cada indivíduo. A psicoterapia existencial também possibilita a percepção de si mesmo de forma clara e profunda, a compreensão dos próprios conflitos e a resolução dos dilemas existenciais.

O modelo existencial de psicoterapia, ao desenvolver a consciência de si mesmo, ou seja, a autoconsciência do sujeito, contribui para o seu desenvolvimento da sua capacidade de se perceber com clareza e objetividade mediante a reflexão e a introspecção. Pois a autoconsciência é um estado psicológico em que a pessoa se torna o foco da atenção, sendo consciente de diferentes aspectos do seu eu, como traços, comportamentos e sentimentos.

Esse autoconhecimento possibilita o abrir-se às possibilidades de autorrealização, ou seja, desenvolvimento de todo o potencial e talentos que o paciente necessita para realizar as suas capacidades e habilidades. Além disso, a psicoterapia existencial tem como foco o desenvolvimento da consciência sobre as possibilidades de escolha. Essa abordagem psicoterapêutica visa a ajudar o paciente a encontrar e a viver a sua autenticidade, equilibrar pensamentos e emoções, esclarecer e repensar sobre suas atitudes.

Em outras palavras, a psicoterapia existencial é uma conversa informal, em que o paciente conta sobre os acontecimentos da vida e o que o levou a procurar a terapia. O

psicoterapeuta acolhe, ajuda a esclarecer e repensar sobre as atitudes e sentimentos do paciente.

Com o objetivo de contribuir para a ciência psicológica no que se refere à psicoterapia e à compreensão acerca da constituição do sujeito, este artigo buscou explorar a contribuição do Existencialismo, por meio da psicologia existencial, à compreensão do processo de constituição do sujeito. Nesse sentido, buscou-se num primeiro momento conhecer os pressupostos teóricos do pensamento existencialista como doutrina filosófica que centra sua reflexão sobre a existência humana, considerada em seu aspecto particular, individual e concreto (Penha, 2004).

Como abordagem metodológica, utilizou-se uma pesquisa qualitativa e bibliográfica do tipo exploratória que, segundo Gil (2008), constitui-se da releitura de um determinado tema a partir de livros e artigos científicos. Foi realizado um levantamento bibliográfico em artigos de revistas científicas e em livros que contemplam uma vasta literatura sobre o fundamento do Existencialismo e seus principais desdobramentos, bem como a origem da psicoterapia existencial e seus principais autores.

2 A Psicoterapia Existencial

O Existencialismo é o conceito que sustenta a psicoterapia existencial. A psicoterapia existencial é uma forma de psicoterapia baseada no modelo da natureza humana e na experiência desenvolvida pela tradição existencial da filosofia europeia.

A perspectiva existencialista se concentra em conceitos universalmente aplicáveis à existência humana, incluindo morte, liberdade, responsabilidade e significado da vida. No que se refere aos transtornos mentais, em vez de considerar, por exemplo, as experiências humanas ansiedade e depressão como presença de uma doença mental, a psicoterapia existencial as considera estágios naturais em um processo normal de desenvolvimento e amadurecimento do ser humano. Pode-se assim dizer que a psicoterapia existencialista pensa no ser humano como aquele que, originariamente, é indeterminação (Feijoo, 2023b).

Por psicoterapia existencial, entende-se aquela que enfatiza as dimensões histórica e a responsabilidade individual na construção do seu mundo. Visa à mudança e à autonomia pessoal (Teixeira, 2006). Ou seja, a psicoterapia existencial, como afirma Monteiro (2016), é focada nas situações concretas, nas experiências cotidianas tais como acontecem, porque é o existir concreto do homem que indica seu modo de ser. É a psicologia da existência humana com toda a sua complexidade e paradoxos, considerando que a existência humana envolve

peças reais em situações concretas. Suas estratégias de intervenções têm como finalidade principal ajudar no crescimento pessoal e facilitar o encontro do indivíduo com a autenticidade da sua existência, de forma a assumi-la e a projetá-la mais livremente no mundo (Teixeira, 2006).

A psicoterapia baseada no Existencialismo tem como pressuposto que o ser humano é livre para fazer escolhas. Logo, elas determinam quem ele se torna perante o mundo e perante a si mesmo. Para o Existencialismo, o ser humano é primeiro “existência” para depois ser “essência”. Significa que não existe uma natureza que determine o que o indivíduo será. Ou seja, sua essência só é formada após existir. Ela é formada por meio de suas vivências e experiências, da sua liberdade e responsabilidade resultantes das suas escolhas.

A psicologia existencial combina grandes questões da filosofia com os princípios da psicologia. Feijoo (2023b, p. 58) afirma que “nos diálogos estabelecidos entre a filosofia e a psicologia existencial, tanto os filósofos como os psicólogos vêm se atendo à discussão acerca da possibilidade de tal diálogo.” Dessa forma, pode-se dizer que questões filosóficas afetam a psique e o comportamento dos indivíduos.

2.1 Origem da Psicoterapia Existencial

A terapia existencial tem origem nas teorias dos filósofos Friedrich Nietzsche e Søren Kierkegaard. Este instituiu a teoria de que o descontentamento humano poderia ser superado somente por intermédio de sabedoria interna. Também focou sua filosofia em questões existenciais e significados da vida, como: “Quem sou eu?”, “Por que eu existo?”, “Qual a minha contribuição para o mundo”, “Qual o sentido da vida?”, entre outras. Depois, Nietzsche introduziu a ideia de livre arbítrio e responsabilidade social, desenvolvendo ainda mais a teoria do Existencialismo.

Após a Segunda Guerra Mundial, na Europa, o Existencialismo se popularizou em razão de obras, textos, romances e peças de teatro de Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir e Albert Camus. A força que a teoria tomou no pós-guerra tem relação com a recuperação de concepções de liberdade e individualidade.

2.2 Angústia, Abandono e Desespero no Existencialismo

O abandono (ou desamparo), no Existencialismo, refere-se à afirmação de que não temos Deus ou uma natureza universal que determine o nosso ser e nossas escolhas. Sendo

assim, não há nada dentro ou fora de si para se apegar, não há um ponto de segurança para se apoiar ou algo para culpar pelas nossas escolhas.

O desespero é a ação sem esperança, pois o ser humano vê que pode escolher algo, mas não tem a esperança ou ilusão de contar com os outros, pois cada um é livre para fazer suas próprias escolhas. É o desespero de perder o que nos fez tornar o que somos, ou seja, quando nossas escolhas dependem da escolha de outros.

Essas definições reforçam que o Existencialismo é o conjunto de ideias que responsabiliza o ser humano pelas suas escolhas e seus atos. É também colocada a ideia de que não há justificativas ou desculpas para as nossas ações. O que somos e o que fazemos não está condicionado a fatores externos. Não são produtos de invenções, destino ou criação divina. O ser humano existe para se inventar, pois não há nada antes de sua existência.

3 Os Principais Fatores Associados Aos Conflitos Existenciais

O psicólogo, em sua atuação clínica, deve estar capacitado a reinventar suas práticas, já que a Psicologia é um saber que constantemente se constrói e se enriquece a partir das práticas. Por isso se espera que o psicólogo seja capaz de desenvolver a escuta qualificada, que se emana da capacidade empática, do vínculo e da disposição para o acolhimento genuíno (Monteiro, 2016). Nesse sentido, a psicoterapia existencial baseia-se na crença de que os indivíduos experimentam conflitos intrapsíquicos em razão de interações com fatos da vida humana, conhecidos como dados existenciais, por exemplo, existência, liberdade, escolhas, responsabilidade, morte, solidão, sentido da vida.

3.1 Existência

A existência humana é uma questão filosófica, e a essência de cada pessoa é construída a partir das vivências e escolhas que faz ao longo da vida. De outra forma, pode-se afirmar que um dos principais temas existenciais é a convergência da discussão filosófica sobre a existência, ao contrário de outros posicionamentos, nos quais a essência era discutida em detrimento da outra. Para os existencialistas, a discussão da existência é a verdadeira temática da filosofia (Angerami, 2007).

Sartre tem como ponto de partida para seu pensamento a máxima: “A existência precede a essência” (Sartre, 2012). Assim, o ser humano, como indivíduo, pessoa, faz e refaz a sua essência na sua existência. Não há uma predeterminação natural quanto ao seu modo de

ser, não há uma essência fixa a ser procurada, há uma existência a ser assumida e construída. Diferente do essencialismo, o qual considera que cada pessoa tem uma essência e deve ir ao encontro dela, o Existencialismo acredita que não há nenhuma essência que nos defina previamente, mas que existimos no mundo e construímos nossa essência por meio de nossas escolhas existenciais. Pode-se, assim, dizer que:

A proposta existencialista é a de conhecer as fundamentações do homem, analisando as questões que ele coloca em pauta e que revelam a estrutura desse ser-no-mundo. Existir é simplesmente ser afetado por aquilo que vem ao encontro. O homem só existe enquanto “ser abertura” e “ser com”. Aquele que se relaciona e é afetado pelo mundo, pelos outros homens, seres e coisas. Assim, vemos o ser humano a partir de suas relações e da maneira como é afetado, como lida com os fenômenos (Monteiro, 2016, p. 11).

Nessa linha de pensamento, como afirma Monteiro (2016), entende-se que na perspectiva existencial, ideias (essências) são posteriores às coisas, e tudo isso remete ao fato de que, sendo a existência criada a partir da ação de um ego transcendente, de uma consciência intencional, eu serei o produto do conjunto de escolhas que realizo durante a vida.

3.2 Liberdade

Na perspectiva existencialista, a liberdade é o elemento constitutivo da consciência e da existência humana, pois cada indivíduo é definido por aquilo que ele faz. Somos responsáveis por nós mesmos, pelas escolhas que fazemos e por tudo aquilo que nos cerca, pois a sociedade é nossa obra. Ou seja, não há determinismo, o ser humano escolhe o que vai fazer daquilo que foi feito e é responsável pelo que faz.

O filósofo Jean-Paul Sartre é um dos maiores expoentes da filosofia existencialista. Para Sartre (2015), a liberdade é uma condição inerente à existência, e o homem é responsável por suas ações e pelas consequências de suas escolhas. Ele afirmou: “Estou condenado a existir para sempre além da minha essência, além de móveis e dos motivos de meu ato: estou condenado a ser livre” (Sartre, 2015, p. 516).

Dessa forma, sendo um ser livre, o indivíduo decide a sua própria vida e arca com as responsabilidades de sua escolha. Trata-se do livre arbítrio, da liberdade de fazer escolhas e viver a vida da forma que o satisfaça. Ou seja, liberdade implica responsabilidade:

O homem é um ser que, livre, decide a própria vida. O homem arca com a responsabilidade de sua escolha. E escolher sua própria vertente significa lutar pela própria dignidade. O homem é absolutamente livre ou não é. A alternativa é radical: ou determinismo absoluto ou liberdade absoluta (Angerami, 2018, p. 37).

A liberdade no Existencialismo é um conceito central que se baseia na ideia de que o ser humano é condenado a ser livre e deve se fazer continuamente. Ela é entendida como: a) uma condição intransponível do ser humano; b) uma capacidade de se fazer continuamente; c) uma liberdade para o ser humano se fundar; d) uma liberdade de escolha que gera, pois o indivíduo é responsável pelo seu sucesso ou fracasso; e) uma liberdade de ser e escolher a vida de acordo com o que deseja e faz sentido para si.

Para o Existencialismo, o homem é liberdade em seu próprio ser. De acordo com a perspectiva existencial, pode-se afirmar que “[...] a liberdade e a consciência se circunscrevem reciprocamente. A existência percebe e comanda a essência, e todo empenho em demarcar a liberdade torna-se contraditório, pois a liberdade se explica como fundamento de todas as essências” (Angerami, 2007, p. 16).

Seguindo a mesma direção, Angerami (2018) afirma que a liberdade não é uma qualidade que se acrescente às qualidades que já possui o homem, ela é o que precisamente estrutura o indivíduo como homem, porque é uma designação específica da própria qualidade do ser consciente.

3.3 Angústia

A angústia não é algo ruim na visão existencial, mas um sentimento que surge justamente da constatação de nossa liberdade, de nossa finitude e de nossos limites. Nos angustiamos: perante a dificuldade de escolher; na não aceitação de nossos limites na compreensão de que as coisas terminam, que quase tudo tem um fim. A angústia abre-nos para o futuro e para a indistinta possibilidade de tudo. Essa abertura para a coexistência mais singular que a angústia desvela tende a restringir, de início e na maior parte das vezes, sob a fachada lisa e fria da impessoalidade. Tal fachada corrobora aquilo que consideramos ser a marca do contemporâneo: o encobrimento da angústia (Dantas, 2011).

Para o Existencialismo, a angústia é relacionada às escolhas que o indivíduo faz não somente para si, mas também para a humanidade. Trata-se da responsabilidade que envolve o ato de fazer escolhas. Ou seja, o ser humano vive em uma angústia existencial. Para o existencialista a angústia não é um sentimento negativo e sim uma experiência valiosa que emerge quando tomamos consciência da nossa condição humana. A angústia, ao contrário, é um sentimento que amedronta diante do nada existencial (Angerami, 2018, p. 69).

De acordo com Feijoo (2023a), a angústia e o afeto que ocorrem diante das possibilidades caracterizam a situação de liberdade, e o homem é livre para o pecado. Assim, a angústia surge diante do real estabelecido e do futuro. Portanto, cabe à psicologia não o conteúdo do pecado, mas a sua possibilidade, como diz Kierkegaard (2007 p. 116):

A psicologia tornou, agora, a encontrar a angústia como objeto. Deve, porém, manter a prudência. A história da existência individual progride em movimento de estado a cada estado é fixado por um salto... o estado que antecede cada salto é a maior aproximação psicológica que pode ser atingida com respeito ao salto: esse é o objeto da Psicologia. Em cada estado existe uma esfera de possibilidades e, em igual medida, a angústia.

A angústia, como define Angerami (2014), é o sentimento que experimentamos diante de uma determinada escolha que nos mostra, de forma tão clara, que temos que assumir as consequências dessa escolha. Pois ao fazer uma escolha, o sujeito não apenas renuncia outras possibilidades que a vida também apresenta, como também é obrigado a assumir as consequências dessa escolha.

3.4 Finitude e Morte

Na visão existencialista, a morte é a ocorrência que determina o fim da existência. Para a psicoterapia existencial, é necessário encontrar um equilíbrio entre estar consciente da morte sem ser dominado por ela. A realidade da morte pode nos encorajar e motivar a aproveitar ao máximo as oportunidades e valorizar o que temos na vida. No entanto, o que vivemos hoje, afirma Dantas (2011), é algo diferente: perdemos a capacidade de solidarizar. A morte é experienciada como algo distante que não nos atinge, como algo que não devo lembrar, como algo que causa dor e que, por ser dor, deve ser evitada.

Mas a realidade é que em nossa vida, lidamos com a finitude das coisas, das pessoas e de nós mesmos. Tudo está em constante transformação, as coisas acabam para que outras possam começar. As pessoas morrem, a existência tem um fim, a consciência dessa finitude pode ser angustiante. Isso ocorre pelo fato de que:

A existência humana sofre perda de continuidade com o ato de morrer. A morte tem a condição de determinar à existência o fim de seus devaneios, planos e ilusões. A morte é assim a ocorrência mais concreta da existência humana, determinando, muitas vezes, a condição de absurdidade da vida (Angerami, 2018, p. 54).

Portanto, como observa Dantas (2011), morte e angústia são presenças inalienáveis da experiência humana. O modo pelo qual reagimos a essas certezas oscila conforme o horizonte histórico, cultural e social no qual nos situamos.

No âmbito da psicoterapia, o tema “morte” é um visitante em todo percurso. De acordo com Yalom (2006), ignorar sua presença transmite a mensagem de que é terrível demais para ser discutida. De outra maneira, Abbagnano (2006) caracteriza a morte como possibilidade delimitadora. Para o referido autor, o sentido da morte é, de fato, o sentido da problematidade da existência, logo, de sua temporalidade.

3.5 Solidão

A solidão é um termo que faz referência a estar sozinho no mundo. Essa condição faz parte da vida. Mesmo rodeado de amigos, família e outros relacionamentos, em determinado momento, o indivíduo percebe que depende apenas de si mesmo para realizar os seus objetivos pessoais. É difícil compreender a solidão. No entanto, quando ela é entendida, é possível constatar que cada ser é único. Cada indivíduo possui percurso singular e história de vida única. Cada um apresenta uma maneira própria e individual para buscar sentido para a sua vida. Ou seja, a solidão na perspectiva existencialista é vista como inerente à existência humana e não um fenômeno que acomete a pessoa (Angerami, 2018).

Solidão vem do latim, *solus*, que quer dizer estar apenas consigo mesmo, solitário, logo, então, significa estar só. É um estado de espírito que pode estar presente em qualquer fase da nossa vida, uma contingência inevitável (Rocha, 2019).

A solidão, no sofrimento, torna-se o centro da meditação de Kierkegaard. A partir da solidão e do sofrimento, o filósofo desenvolve o sentido da subjetividade e da existência que vem do seu interior. A solidão como uma condição imanente ao homem, faz parte da sua vida, porém, em determinados momentos, quando percebida agudamente, o sujeito não sabe lidar com ela (Angerami, 2018). Ou seja, como afirma Rocha (2019, p. 57), a solidão é inerente à condição humana e a forma que cada pessoa irá lidar com ela é que fará a diferença, porque a vivência da solidão poderá ser construtiva ou geradora de adoecimento.

3.6 Sentido da Vida

O sentido da vida é um dos temas que mais provocam debates quando questionados. Essa é, sem dúvida, a temática que mais converte para a dimensão existencialista em suas

nuanças e convergências (Angerami, 2018). A vida enquanto apenas “existência” não tem sentido. Logo, a consciência disso leva o indivíduo a buscar um sentido para a sua existência. Ou seja, buscar o desenvolvimento pessoal e a autorrealização. Mediante esse entendimento, o indivíduo se decide por um projeto de vida, para que o sentido da vida seja pertinente a suas realizações.

O sentido da vida é a propulsão capaz de levar o homem a horizontes sequer atingíveis pela razão. No entanto, é preciso dimensionar-se a vida como carenciada de sentido e que necessitará das realizações humanas para se tornar algo da própria vida (Angerami, 2018, p. 59). Contudo, Viktor Frankl adverte que: “O sentido da vida difere de pessoa para pessoa, de um dia para outro, de uma hora para outra. O que importa, por conseguinte, não é o sentido da vida de um modo geral, mas antes o sentido específico de uma pessoa em dado momento” (Frankl, 2022, p. 133).

Para o autor, a pessoa não pode ser substituída, nem pode sua vida ser repetida. Ou seja, uma vez que cada situação na vida se constitui um desafio para a pessoa e lhe apresenta um problema para resolver, pode-se, a rigor, inverter a questão pelo sentido da vida (Frankl, 2022). De outra maneira, compreende-se que o sentido de vida se trata da percepção de ordem e coerência na própria existência aliada à busca e ao cumprimento de metas e objetivos significativos, que resulta na sensação de realização existencial. Nesse sentido, o sentido da vida resulta na clara noção sobre o propósito da própria existência (Frankl, 2022). Em suma, a busca por sentido pode ser considerada a principal motivação do ser humano, um componente fundamental tanto para o bem-estar psicológico quanto para o bem-estar subjetivo das pessoas.

3.7 Escolhas e Responsabilidades

Na perspectiva existencial, somos livres para fazer escolhas a todo momento em nossa vida, e o fato de sermos livres para fazer escolhas nos coloca eticamente responsáveis pelas suas consequências. Cada escolha pode nos levar para uma circunstância, e lá poderemos fazer novamente outras escolhas. Ou seja, o conjunto de escolhas constitui meu projeto existencial. “Para agir o homem deve estabelecer projetos e escolher entre as coisas que podem ser feitas, o que irá efetivamente fazer. A colocação dessa escolha em prática significa a materialização do projeto existencial” (Monteiro, 2016, p. 119).

Somos responsáveis pelas escolhas que fazemos e estamos no mundo para nos inventar. Somos resultado e criadores de nossos modos de ser, logo essas escolhas terão

consequências e responsabilidades. Quando fazemos escolhas deixamos para trás algumas possibilidades, mas também encontramos e criamos outras. Não estamos no mundo para nos ajustar a ele, podemos escolher o que valorizamos em nossa existência. Ou seja:

Cada escolha que fazemos nos leva a um caminho e nos gera novas possibilidades de ser, de nos relacionar com os outros e com o mundo. Não há como saber a consequência de cada escolha antes de fazê-la. Existir é arriscado e inseguro. Nosso futuro é incerto, e por mais que a gente se previna, não há como saber como será. Cada possibilidade de escolha é também um momento de muita angústia para o paciente. Na visão do paciente, “cada escolha é um fardo, pois ‘deve’ haver uma opção correta, aquela que ‘certamente’ trará as melhores consequências possíveis para o futuro. Ele o terapeuta é aquele sabe escolher sem angústia” (Canello, 1991, p. 68).

De outra maneira, pode-se inferir que escolher a todo instante é angustiante, pois cada escolha que fizermos vai refletir no que nos tornaremos. Estamos a todo momento nos construindo e nos reconstruindo, buscando realizar nossos desejos onde estamos inseridos. Por mais que nossas escolhas não estejam tão claras para nós mesmos, por mais que seja algo que outra pessoa nos sugeriu ou induziu a fazer, a escolha de fazer é sempre nossa.

3.8 Condição Humana e Constituição do Eu

O Existencialismo é uma filosofia que analisa o ser humano como um todo, e a condição humana é um dos temas que aborda. Para os existencialistas, a existência humana é uma questão filosófica, e a condição humana é construída a partir das escolhas e vivências individuais. Para essa abordagem, não há nenhuma natureza humana, tal como boa parte da história da filosofia pensou a humanidade, mas sim uma condição humana.

Embora seja impossível encontrar em cada homem uma essência universal que seria a natureza humana, existe, no entanto, uma universalidade humana de condição. Não é por acaso que os pensadores contemporâneos preferem falar da condição do homem a falar de sua natureza. Por condição eles entendem, com maior ou menor clareza, o conjunto de limites a priori que traçam sua situação fundamental no universo. As situações históricas variam: o homem pode nascer escravo em uma sociedade pagã ou senhor feudal ou proletário. O que não varia é a necessidade, para ele, de estar no mundo, trabalhar, conviver com outras pessoas e ser, no mundo, um mortal (Sartre, 2012, p. 35).

Ou seja, diferente da ideia de “natureza humana”, de que todos os seres possuem uma natureza igual e determinada, o Existencialismo estuda sobre a “condição humana”, entende que há condições que envolvem o existir humano, como a liberdade, a morte, as angústias, os conflitos, os limites, etc.

Em outras palavras, compreende-se que a constituição do eu no Existencialismo é baseada na ideia de que a existência precede à essência, e que a essência humana é construída a partir das escolhas individuais. Dessa forma, a liberdade de escolhas é incondicional, em que o indivíduo é o único responsável por suas próprias escolhas. De acordo com Monteiro (2016), há um processo de aperfeiçoamento das nossas escolhas, onde, o que denominamos de força egóica se manifesta na objetividade sustentada pela pessoa na lúdica compreensão da realidade do mundo e na capacidade de estabelecer planos concretos.

O ser humano é analisado em seu todo, e não dividido em aspectos internos e externos. Diante disso, entende-se que a constituição do sujeito ocorre por meio de vários fatores que têm influência sobre esse processo, entre eles suas conexões relacionais. Vale lembrar que o ser humano está inserido em um processo de relações com os grupos sociais.

Produto de seu produto, modelado pelo seu trabalho e pelas condições sociais da produção, o homem (sic) existe ao mesmo tempo no meio de seus produtos e fornece a substância dos “coletivos” que o corroem; a cada nível da vida, um curto-circuito se estabelece, uma experiência horizontal que contribui para modificá-lo sobre a base de suas condições materiais de partida: a criança não vive somente sua família, ela vive também – em parte através dela, em parte sozinha – a paisagem coletiva que a circunda (Sartre, 2015, p. 146).

Desse modo, como afirma Abbagnano (2006), o homem se autentica e consolida sua relação com o ser e também como totalidade da qual faz parte. Ou seja, o movimento rumo ao ser constitutivo da existência é necessariamente o movimento em direção ao mundo. Já Kierkegaard refere-se ao eu como algo que se constitui no movimento do existir. A escassez desse movimento consiste na perda do eu, o que seria o homem em estado de queda. O eu se perde quando se paralisa em uma tentativa de resolver o inevitável, ou seja, quando se está diante da situação paradoxal da existência humana (Feijoo, 2023a).

3.9 Vazio Existencial

O vazio existencial é um sentimento de ausência de propósito e significado na vida, que pode causar desconexão e falta de direção. É um estado emocional que pode surgir em qualquer momento da vida, sem um motivo claro, e não é restrito a uma faixa etária específica. De acordo com Frankl (2022), o vazio existencial manifesta-se principalmente num estado de tédio. Nesse sentido esse sentimento pode ser compreendido como uma fuga existencial, um refúgio ou uma busca de proteção:

O vazio existencial, a princípio resultante da indisposição humana em aceitar a liberdade de escolha e as consequentes responsabilidades nela embutidas, se impõe como um refúgio diante dos desafios. Metaforicamente seria uma tentativa de volta ao útero materno, ou qualquer figura de linguagem que representa o desespero da busca de proteção em face de uma sensação de incapacidade de autocuidado; uma urgente fuga para a condição em-si em busca de proteção da angústia existencial que acomete a todo aquele eu, enquanto ser-no-mundo, aí está ao mundo (Monteiro, 2016, p. 122).

Segundo a filosofia existencialista, o vazio existencial está muito ligado à falta de sentido de vida, a um sentimento de incompletude, do nada e impotência do existir. Traz uma profunda relação entre a cultura do consumo, a religião e os valores que a nossa sociedade busca como propósito de sua existência.

Do ponto de vista espiritual, Kierkegaard (2007) afirma que o vazio existencial é visto como uma profunda falta de fé em si mesmo, na vida e em algo maior. Caracteriza-se por um profundo tédio, desânimo, desesperança, e conflitos em sua dimensão espiritual. Para o autor, esse estado pode conduzir o homem, em muitos casos, ao desespero. A pessoa, em muitos momentos, não se acha capaz de identificar as suas reais necessidades, integrar as suas feridas e lidar com o tédio. Assim, encontra dificuldades para dar sentido a sua existência e acaba caindo no vazio ou no desespero. O desespero faz o homem, sem querer, conectar-se com a sua alma (Kierkegaard, 2007).

Para Sartre (1987), o vazio existencial vem do sentimento do nada que experimentamos. Para ele, o nada é o não-ser, é o não se realizar, é a falta de sentido nas coisas, é o sentimento de cansaço e impotência do existir. O homem teme desaparecer e ser o nada.

4 Processo dos Terapeutas Existenciais

Os psicólogos existenciais não se concentram apenas no “ser”, mas também no que o indivíduo pode se tornar. Eles buscam ajudar o cliente a encontrar o seu caminho, uma jornada que lhe possibilite a autorrealização. Ou seja, o psicólogo existencial, segundo Monteiro (2016), não procura algo por trás do que se diz, mas entende o próprio dizer e as pequenas manifestações como sendo em si mesmas reveladoras do sujeito, buscando analisar o modo de o paciente se relacionar com o mundo e de estabelecer vínculos.

De outra maneira, os terapeutas buscam não enfatizar o passado do indivíduo. Em vez disso, trabalham para que a pessoa em terapia descubra e explore as oportunidades de escolhas que estão em seu futuro. Isso implica uma relação existencial entre o cliente e o

psicoterapeuta; a intervenção psicoterapêutica só consegue produzir efeito se o profissional tiver com o cliente uma relação de comunicação existencial expressa de confiança mútua (Binswangner, 2024).

Por meio da terapia e do trabalho de retrospectiva, o indivíduo é levado a refletir sobre as suas decisões passadas. Analisar as crenças que o levaram a fazer uma determinada escolha, apenas como uma forma de criar uma percepção mais profunda do “eu”. Nessa perspectiva, seguindo Feijoo (2023a), acredita-se que, pelo processo psicoterapêutico, aqui especificamente numa visão Kierkegaardiana, pode o homem chegar a se reconhecer. E que ele pode, por fim, chegar à interioridade, por meio da reflexão, o que significa se desembaraçar dos laços da própria ilusão, e que também é uma modificação reflexiva.

A visitação às escolhas e experiências passadas é utilizada como uma ferramenta para promover a liberdade e a assertividade. As pessoas exploram as razões de seus conflitos intrapsíquicos e as decisões que as levaram a suas circunstâncias atuais.

Psicoterapia em sua forma e função propriamente dita, isto é, comunicativa despertadora e educativa, mostra o *terapeuta* sempre em um papel de mediador espiritual próprio entre o *paciente* e o mundo, o mundo compartilhado e o mundo circundante, o que compreendido corretamente nunca pode ser chamado de outro modo senão como uma mediação entre o *paciente* enquanto não-si-mesmo e o *paciente como si mesmo* (Binswangner, 2024, p. 47).

Para Yalom (2006), a terapia será mais eficaz se o terapeuta entrar com precisão no mundo do paciente. De acordo com o autor, os pacientes lucram muito pela simples experiência de serem vistos em toda a sua plenitude e de serem inteiramente compreendidos. Nessa direção, Angerami (2003) afirma que a empatia genuína é sentimento que necessita ser resgatado na prática profissional. Entretanto, o autor ressalva que, por mais que se faça necessário em nossas buscas de humanização, é algo que não se ensina academicamente, nem se aprende digressões filosóficas. É algo que se sente no âmago da mais pura emoção e que denota a nossa própria condição de envolvimento com o sofrimento e a figura do paciente. Em outras palavras, a empatia deve ser algo presente na relação entre terapeuta e paciente. Como afirma Yalom (2006, p. 34): “Empatia precisa é mais importante no domínio presente imediato – isto é, no aqui-e-agora da hora da terapia”.

Além disso, os psicólogos existenciais procuram abordar como uma pessoa define propósito de vida. Isso leva a conduzir uma reflexão sobre seu próprio significado de uma vida bem aproveitada e bem vivida. Nesse sentido, o terapeuta existencial é apenas um facilitador desse percurso.

[...] o psicoterapeuta existencial pretende facilitar ao homem a encarar sem temor o seu ser em abertura e aceitem a condição paradoxal da existência humana. O psicólogo pode valer dos princípios da relação de ajuda, a fim de que o homem reconheça a si mesmo, assumindo a responsabilidade das suas escolhas e daquilo que continua a escolher ser em cada momento de sua vida, sabendo, ao mesmo tempo, às contingências do mundo (Feijoo, 2023a, p. 158).

Contudo, Yalom (2006) acrescenta que, acima de tudo, o terapeuta deve estar preparado para ir aonde quer que o paciente vá, fazer tudo que seja necessário para continuar aumentando a confiança e a segurança no relacionamento. Assim, o paciente se encontra livre de cadeias obrigatórias que podem impedir que ele viva em plenitude e passa responder positivamente à terapia, a experimentar o autoconhecimento, a autoconsciência e motivação, conseguindo, enfim, enxergar um novo projeto de vida.

Nesse sentido, tudo que o psicoterapeuta precisa é estar disposto ao outro de modo a acolhê-lo. Feijoo (2023b) referiu essa disposição como acolhimento atento, o qual acontece quando o psicoterapeuta se põe em sintonia de atenção com o outro. Como afirma Monteiro (2016), na psicoterapia existencial, a prioridade é a relação entre o terapeuta e o paciente, ou seja, uma relação de pessoa para pessoa, na qual duas pessoas trabalham em um único projeto. De acordo com o autor, a construção dessa relação tem por finalidade solidificar e fortalecer a ambos os polos envolvidos.

A proposta da psicoterapia existencial consiste em mobilizar os paradoxos da existência, uma vez que aquele que está em desespero no sentido de lutar para resolver as ambiguidades da existência se encontra paralisado e conflituoso consigo mesmo. Cabe então ao psicoterapeuta reconhecer a estagnação do paciente e, por meio do desvelamento, facilitar o reconhecimento da ausência de movimento do eu (Feijoo, 2023a, p. 155). Nesse sentido, Cancellato (1991) assevera que, ao escutar seu cliente, o terapeuta cria o âmbito para “curar” os estereótipos culturais, deixando esses fenômenos (re)aparecerem à luz do sentido próprio de cada vida. Ao oferecer a ele a possibilidade de recriar a realidade, empreende com ele a trajetória rumo à cura.

5 Considerações Finais

Pretendeu-se, neste artigo, apresentar os fundamentos da psicoterapia existencial, bem como seus pressupostos teóricos e as estratégias utilizadas na prática clínica nessa abordagem. Além disso, buscou-se, a partir do referencial teórico, compreender a constituição do eu

existencial como tema abordado pela filosofia existencialista, que tem contribuído de forma significativa nos resultados psicoterápicos.

Sob a ótica existencialista, o eu é construído a partir das escolhas individuais, e o indivíduo é responsável por elas. Na perspectiva existencialista, a existência humana é vista como principal objeto dos pensamentos e teorias. A liberdade de escolhas que cada indivíduo possui serve para a construção das essências individuais de cada um. A liberdade de escolha é vista no Existencialismo como um fenômeno gerador, pois ninguém além do próprio indivíduo é responsável pelo fracasso ou sucesso. O Existencialismo entende também a vida e a existência como importantes para o acúmulo gradual de conhecimento.

Na visão dos existencialistas, os indivíduos vão construindo seus próprios caminhos e suas concepções de vida no decorrer de suas existências. A constante busca, no entanto, não permite que os seres humanos entendam o porquê de suas próprias existências e daquilo que acontece ao redor.

Para a psicoterapia existencial a consciência sobre suas ações impõe ao indivíduo a responsabilidade sobre as suas escolhas, limitando seu livre arbítrio. Dessa forma a psicoterapia existencial trabalha com esses conflitos sem negar a existência deles. Por isso, muitas vezes, o termo existencial é descrito como “as dores da existência”. Isso significa que a psicoterapia existencial não deseja impedir que os indivíduos enfrentem suas dores, e sim lutem para superá-las.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Introdução ao Existencialismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ALMEIDA, Jorge Miranda; VALLS, Alvaro L. M. **Kierkegaard**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

ANGERAMI, Valdemar Augusto. **Psicoterapia existencial**. 4. ed. São Paulo: Thomson, 2007.

ANGERAMI, Valdemar Augusto. **Psicoterapia existencial: noções básicas**. 15. ed. Belo Horizonte: Artesã, 2018.

ANGERAMI, Valdemar Augusto. **Angústia e psicoterapia: uma visão multiteórica**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

BINSWANGNER, Ludwig. **Psicoterapia e análise existencial: ensaios, conferências e outros documentos**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2024.

CANCELLO, Luiz. A. G. **O fio das palavras: um estudo de psicoterapia existencial**. 6. ed. São Paulo: Summus, 1991.

DANTAS, Jurema Barros. **Angústia e existência na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Rubio, 2011.

FEIJOO, Ana Maria Lopes Calvo. **A escuta e a fala em psicoterapia: uma proposta fenomenológico-existencial**. 3. ed. Rio de Janeiro: IFEN, 2023a.

FEIJOO, Ana Maria Lopes Calvo. **Existência & psicoterapia: da psicologia sem objeto ao saber fazer na clínica psicológica existencial**. 2. ed. Rio de Janeiro: IFEN, 2023b.

FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. 57. ed. Petrópolis: Vozes, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos em pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KIERKEGAARD, Søren Aabye. **Migalhas filosóficas ou um bocadinho de filosofia de João Clímacus**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

KIERKEGAARD, Søren Aabye. **O conceito de angústia**. São Paulo: Hemus, 2007.

MONTEIRO, Walmir. **Psicoterapia existencial: fundamentos e prática**. Florianópolis: Bookess, 2016.

PENHA, João. **O que é Existencialismo**. 61. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

REGINA, Umberto. **Kierkegaard**. São Paulo: Ideias & Letras, 2016.

ROCHA, Magda. Itinerários da solidão. *In*: MAGNABOSCO, Maria Madalena (org.). **Temas contemporâneos na prática da psicologia existencial**. Belo Horizonte: Artesã, 2019. p. 41-58.

SÁ, Roberto Novaes. As influências da fenomenologia e do Existencialismo na psicologia. *In*: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (org.). **História da Psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. **O Existencialismo é um humanismo**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.

TEIXEIRA, José A. Carvalho. Introdução à psicoterapia existencial. **Análise Psicológica**, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 289-309, 2006. DOI: <https://doi.org/10.14417/ap.169>. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/aps/v24n3/v24n3a03.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

YALOM, Irvin D. **Os desafios da terapia: reflexões para pacientes e terapeutas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.



Regras, razões e respostas: Rawls, Cavell e a relação entre regras e moralidade

Igor Nascimento¹

Resumo: Visando explorar melhor a filosofia prática de Stanley Cavell, o presente texto retoma um debate central do autor com o filósofo John Rawls. Em particular, seguiremos os passos de Cavell para melhor entendermos que relação há entre regras e moralidade, indicando que a vida moral possui uma riqueza que a analogia com regras de jogos (feita por Rawls) é incapaz de capturar adequadamente. Isso nos leva a reforçar aspectos importantes do pensamento cavelliano, em particular, a ideia de que nossos compromissos com outras pessoas possuem complexidades que uma perspectiva intelectualizada de moralidade acaba por empobrecer. A análise culmina numa aproximação dessas reflexões com o perfeccionismo, propondo tal perspectiva moral como capaz de lidar bem com as questões apresentadas.

Palavras-chave: John Rawls; Stanley Cavell; regras; moralidade.

Rules, reasons and responses: Rawls, Cavell and the relation between rules and morality

Abstract: Aiming to better explore Stanley Cavell's practical philosophy, this paper retraces a central debate between the author and the philosopher John Rawls. In particular, we will follow Cavell's footsteps to better understand the relationship between rules and morality, indicating that moral life has a richness that the analogy with game rules (made by Rawls) is unable to adequately capture. This leads us to reinforce important aspects of Cavellian thought, in particular, the idea that our commitments to other people have complexities that an intellectualized perspective of morality ends up impoverishing. The analysis culminates in a further reflection on perfectionism, proposing this moral perspective as capable of dealing well with the issues presented.

Keywords: John Rawls; Stanley Cavell; rules; morality.

Reglas, razones y respuestas: Rawls, Cavell y la relación entre reglas y moralidad

Resumen: Con el objetivo de explorar mejor la filosofía práctica de Stanley Cavell, este texto retoma un debate central entre el autor y el filósofo John Rawls. Específicamente, seguiremos el ejemplo de Cavell para comprender mejor la relación entre las reglas y la moral, indicando que la vida moral posee una riqueza que la analogía con las reglas del juego (hecha por Rawls) no logra captar adecuadamente. Esto nos lleva a reforzar aspectos importantes del pensamiento cavelliano, en particular la idea de que nuestros compromisos con otras personas poseen complejidades que una perspectiva intelectualizada de la moral finalmente empobrece. El análisis culmina con una aproximación de estas reflexiones al perfeccionismo, proponiendo esta perspectiva moral como capaz de abordar las cuestiones presentadas.

Palabras clave: John Rawls; Stanley Cavell; reglas; moral.

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: prof.igornascim@gmail.com

1 Introdução

A obra *The Claim of Reason: Wittgenstein, Skepticism, Morality, and Tragedy* [A reivindicação da razão: Wittgenstein, ceticismo, moralidade e tragédia] (1979) de Stanley Cavell é um marco na literatura filosófica anglófona por diversos motivos: apresentou uma nova interpretação da obra de Ludwig Wittgenstein (em particular, de seu *Investigações filosóficas*), chamou atenção para as possibilidades da filosofia da linguagem ordinária, desenvolveu uma reinterpretação do ceticismo moderno e avançou a relação entre filosofia e literatura por concluir com uma leitura de *Otelo*, de Shakespeare. Estes movimentos são equivalentes aos subtítulos da obra — a primeira parte trata de Wittgenstein, a segunda do ceticismo (em especial do mundo exterior) e a quarta sobre o ceticismo de outras mentes, que culmina na análise da peça de Shakespeare. Entretanto, muitas discussões deixam de fora ou resumem muito a terceira parte: moralidade. Ela é importante não só para reforçar a conclusão geral de Cavell de que a questão cética envolve uma problemática *moral e existencial*, mas também por ser um excelente ponto de discussão para alguns dos problemas centrais da filosofia moral do século XX. Um dos poucos leitores que pareceu ver sua centralidade foi Richard Rorty, que em sua resenha do livro disse que “A parte III, por si mesma, é um dos melhores livros de filosofia moral que apareceu nos anos recentes” (Rorty, 2005 [1985], p. 17)². Desejo aqui aprofundar a apreciação dela com um debate específico: a crítica de Cavell a um artigo inicial de seu colega, John Rawls.

Dando um passo para trás antes de seguirmos adiante, vale uma breve retomada histórica: na primeira metade do século XX, as tendências dominantes de filosofia moral eram: o utilitarismo, que defendia que o correto ou o bom era definido em termos de maximização de resultados positivos; o intuicionismo, que defendia que o bem era indefinível, mas diretamente acessível para nós (como um sentido); e o emotivismo ou positivismo lógico, por sua vez defendendo que enunciados morais eram pseudoproposições, isto é, sem valor de verdade verificável e portanto incapazes de descrever a realidade (Bombassaro, 2024, p. 36). As duas últimas correntes, entretanto, apresentam um problema: ora, se o conhecimento do bem é intuitivo, uma ideia única básica e inquestionável, como podemos ter discordância sobre as mais diversas questões éticas? Por outro lado, a rejeição de que expressões morais seriam plenamente redutíveis a estados emocionais (isto é, totalmente subjetivos) implica que não teriam algum assunto a ser objetivamente discutido e avaliado.

² Todas as citações de referências em inglês são de minha tradução.

Podemos resumir essa *antinomia* (Bates, 2003, p. 22) no seguinte esquema: parte da filosofia moral do século XX se deu na oposição entre

1. Teorias cognitivistas (Moore, numa herança platônica): o juízo moral *deveria* ser objeto de acordo já que surge de nossas intuições,
 - a. Mas muitas vezes não tem!
2. Teorias não-cognitivistas (Stevenson, Ayer, positivistas em geral): o juízo moral se dá em pseudoproposições ou proposições cujo valor se reduz a expressão de emoções,
 - a. Mas isso parece ser inconsistente com a nossa prática moral e a troca de razões em debates éticos!

Cavell será crítico de ambas as posições acima e, em particular, chamará atenção para como a antinomia ela mesma é oriunda do seguinte equívoco: seus teóricos, cognitivistas ou não, pressupõem que a filosofia moral é como um argumento formal da lógica e da matemática ou como um raciocínio científico, possuindo conclusões universais e finais. Cavell, como veremos, quer destacar uma ideia que acaba por escapar a antinomia: podemos ter *desacordos racionais*, e tê-los não é um fracasso de nossa vida e juízo moral (Techio, 2018, p. 180). Há um fundo racional e importante em nossas afirmações e reivindicações morais, alguém dizer para outra pessoa “acho que você está agindo errado” envolve *mais* do que um estado emotivo transitório e redutível a tal. Por outro lado, pressupor que disso deve haver algum acordo absoluto e profundo de *todas* as nossas intuições morais é por si só absurdo. É da riqueza da vida moral que ela é permeada por discordâncias, mas tais discordâncias não são limitações. Noutras palavras: moralidade e razão só são incompatíveis com uma visão limitada de uma delas. Podemos dizer, como será retomado ao final da discussão sobre Rawls, que as razões que damos explicitam *quem nós somos* — nos termos de Wittgenstein, “Os conceitos nos conduzem às investigações. Elas são expressão de nosso interesse, e conduzem o nosso interesse” (IF, §570)³.

Embora a crítica de Cavell a autores como Ayer e Stevenson seja relativamente mais conhecida (Hammer, 2002, pp. 120-126; Bates, 2003, p. 29; Techio, 2021, pp. 129-130), seu debate com um artigo de John Rawls de 1955 é menos discutido⁴. No texto “Two Concepts of Rules” [Dois conceitos de regras], Rawls propõe uma distinção entre visões de regras que

³ A edição de Wittgenstein consultada foi a seguinte: WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Apresentação, Tradução e Notas de João José R. L. de Almeida. 9. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2014.

⁴ O debate da relação entre Cavell e Rawls foca na questão do perfeccionismo, encontrada em outros livros de Cavell, que serão indicados brevemente em nossa conclusão.

seriam capazes de lidar com críticas ao utilitarismo. Ou seja, enquanto o restante da parte III de *The Claim of Reason* lida com as outras duas tendências destacadas acima, Cavell trata do utilitarismo, a terceira tendência, ao discutir com Rawls. Aqui, pretendemos aprofundar a leitura da filosofia moral de Cavell ao explorar com calma esta querela, com vistas a nos permitir melhor compreender como podemos conceber a vida moral. Vale a observação inicial de que, diferente da famosa crítica a Stevenson (que é tido como alguém que visa *aniquilar* a moralidade), o embate com Rawls se dá entre colegas que estão engajados com a filosofia moral⁵. Já nas primeiras páginas de discussão sobre o artigo de Rawls, nosso autor principal diz que “eu compartilho do que tomo como os principais temas de sua teoria, e me encontro em concordância geral com seu curso” (Cavell, 1979, p. 293) — mas há pontos focais de discordância, e analisá-los nos permitirá compreender melhor a visão cavelliana de moralidade.

2 Os dois sentidos de Regras em Rawls

A trajetória inicial de Rawls foca na terceira das vertentes de filosofia moral mencionada acima: o utilitarismo, isto é, uma filosofia moral segundo a qual o “bom” é ter uma maximização de resultados positivos em determinadas situações. Embora o filósofo vá criticá-lo em sua obra posterior (Rawls, 2016, p. XXXVI e 33), o principal objetivo de Rawls em seu “Two Concepts of Rules” é indicar um caminho através do qual o utilitarismo poderia se defender de algumas críticas famosas. Em particular, as duas críticas que Rawls tem em mente são as seguintes: i) dada a maximização, o utilitarista estaria livre para *quebrar promessas* caso achasse que tal atitude poderia gerar mais resultados positivos do que negativos. Em um exemplo simples: quebrar a promessa de ver um amigo em um determinado dia para sair com um grupo maior de amigos poderia ser, a princípio, lido como moralmente positivo, uma vez que deixou um número maior de pessoas felizes. Temos também a crítica de que ii) sendo central a produção de bons resultados e a maximização da satisfação, o utilitarista acharia plausível defender a punição de uma pessoa inocente caso isso gerasse o resultado esperado, a saber, satisfazer a ideia de que *alguém* deveria ser punido e, ademais, estabelecer o risco de punição como algo que impediria outras pessoas de cometerem crimes ou atos moralmente condenáveis. Um exemplo disso pode ser encontrado no conto *The Ones Who Walk Away From Omelas* [Os que caminham para longe de Omelas], de Ursula Le Guin: nele, há uma cidade utópica (Omelas) e perfeita, porém a felicidade da

⁵ Que, inclusive, eram amigos, conforme relatado na autobiografia de Cavell (Cavell, 2010, p. 439).

cidade depende de haver uma criança, num porão sob uma das belas casas, que deve ficar sozinha no escuro, com medo. O título do conto indica a indignação moral que podemos sentir diante da ideia: muitos de nós, sabendo que tal seria a condição para a cidade ser feliz, nos afastaríamos da mesma. Podemos reunir essas duas críticas mais específicas sob uma crítica geral de que o utilitarismo, ao menos em princípio, *justificaria demais*, isto é, nos permitiria fazer mais atitudes moralmente dúbias em prol de uma consequência maximizante, a qual justificaria seus meios.

A estratégia de Rawls se baseará na seguinte distinção: por um lado, temos justificativas de práticas, por outro, justificativas de uma ação que cai sob uma prática — ou seja, uma prática geral que inclui uma ação X e precisamos entender o que é justificar tal ação. Prática é definido, aqui, da seguinte maneira:

uma espécie de termo técnico que significa qualquer forma de atividade especificada por um sistema de regras que define cargos, papéis, movimentos, penalidades, defesas, e assim por diante, e que dá a estrutura para a atividade. Como exemplos, pode-se pensar em jogos, rituais, julgamentos e parlamentos (Rawls, 1955, p. 3, n. 1)

Ao longo do texto, “prometer” e “punir” serão entendidos como práticas: estas atividades seriam de particular interesse pois se relacionam com as críticas acima apontadas. Aqui, vale deixar clara uma ressalva importante: Rawls não se compromete com o utilitarismo, deixando claro que sua ideia é fortalecer a doutrina *independente* de esta ser completamente defensável.

Rawls começa discutindo o caso da punição, compreendida como “acoplar penalidades legais à violação de regras legais” (Rawls, 1955, p. 4), a qual o autor destaca sempre ter sido moralmente controversa: embora muitos concordem que deva haver alguma instituição de punição para aqueles que violam leis, há grande desacordo sobre como justificar esta prática e, ademais, sobre como fazê-lo sem permitir seus abusos. Chegamos a duas visões sobre como a punição opera: i) a visão retributiva, que indica que devemos punir pessoas por fazerem coisas erradas; e ii) a visão utilitária, segundo a qual a punição se justifica com base em suas consequências. Enquanto a primeira pode ser descrita como olhando para o passado (“x fez algo errado e deve ser punido por isso”), a segunda parece olhar para o futuro (“para que y não faça coisas erradas, deve haver punição para incentivar o comportamento”).

Como conciliá-las? Para Rawls, é precisamente através da distinção entre os dois tipos de regra: “argumentos utilitaristas são apropriados a respeito de questões sobre práticas, enquanto argumentos retributivos cabem na aplicação de regras particulares para casos

particulares” (Ibidem, p. 5). Enquanto a visão utilitária olharia para a prática, isto é, sua tarefa é justificar a prática de punir, a visão retributiva se daria na ação que cai sob a prática. Um exemplo do autor aqui é que, imaginando um filho perguntando para seu pai por que punimos pessoas, há uma diferença entre perguntar “por que x foi preso?”, que envolve uma ação particular sob a prática de punição, e perguntar “por que pessoas são presas?”, que por sua vez envolve explicar a existência da prática enquanto tal. Rawls vai além, indicando que a resposta da primeira envolve o raciocínio retributivo, tal como o juiz ou o júri devem ter, enquanto a resposta da segunda envolve o raciocínio utilitário, tal como um legislador deve ter ao fundamentar a prática legal de punir.

A resposta, então, à confusão gerada pelas duas visões de punição é bastante simples: distingue-se dois ofícios, o de juiz e o de legislador, e distingue-se as suas diferentes posições no que diz respeito ao sistema de regras que o compõem. A lei; e depois nota-se que os diferentes tipos de considerações que normalmente seriam apresentadas como razões para o que é feito sob a cobertura destes cargos podem ser combinadas com as justificações concorrentes da punição. Conciliamos as duas visões através do recurso consagrado pelo tempo de fazê-las serem aplicadas a situações diferentes (Rawls, 1955, p. 7).

As duas perspectivas, assim, podem andar juntas conforme se aplicam a situações diferentes, ou no caso, a *ofícios* diferentes. A diferenciação inicial entre justificar uma prática e justificar uma ação dentro da prática explicitaria isso. Há um complicador: pessoas que focam na perspectiva retributiva criticam a outra por, a princípio, poder dar aval para a punição de inocentes para manter a prática. Retributivos, grosso modo, indicam a crítica de que o utilitarismo permitiria demais ao só olhar para o futuro e a fundamentação geral da prática. A resposta de Rawls, por sua vez, é que só se pune se for provado que determinado indivíduo é culpado — não há uma base utilitária para aplicar a punição livremente (uma *outra* definição de punição, menos institucional, não seria justificável em bases utilitárias para Rawls).

Passemos, agora, para a ideia de promessa. A crítica é que a lógica utilitária permitiria quebrar promessas caso isso fosse uma fonte de maior utilidade. Entretanto, esta ideia leva a um desconforto por muitos de nós, além de poder esfarelar a própria ideia de prometer. A resposta de Rawls a isso, por sua vez, é similar àquela dada para a punição: fazer tal crítica é não observar a *distinção* entre justificar uma prática e justificar uma ação que cai sob ela. Para elucidar isso, Rawls faz um paralelo com o xadrez e o baseball. Um indivíduo pode querer mudar as regras de um desses jogos, mas as razões pelas quais ele adota essa postura não podem ser utilizadas para, dentro de uma partida, justificar movimentos (por exemplo, no

tabuleiro de xadrez) que rompem com as regras. Assim sendo, o equívoco da crítica é achar que, uma vez justificada uma prática — novamente, entendendo *prometer* como uma prática no sentido apontado acima —, o indivíduo agindo sob ela teria total liberdade para utilizar uma lógica utilitária para definir o que faria. Desta maneira, “O promovedor é vinculado porque ele prometeu: pesar o caso em seus méritos não está em aberto para ele” (Rawls, 1955, p. 16). Entendidas como práticas, tanto promessas quanto punições podem ser justificadas por utilitaristas sem cair nessas críticas. E Rawls reforça que são práticas, inclusive de forma “inquestionável” (Ibidem, p. 30), algo marcado no caso da promessa pelo ato de dizer “eu prometo”, enquanto na punição por envolver geralmente algum arcabouço de ordem legal.

Conectados com a distinção entre justificar uma prática e justificar o que cai sob ela, Rawls apresenta dois conceitos de regras — um que ocultaria a distinção acima, outro que a explicitaria. São as seguintes: 1) a visão sumária: regras de sumário, isto é, que reúnem decisões passadas alcançadas pela aplicação de um princípio de utilidade. As regras aqui seriam como uma espécie de relatório — oriundas de haver casos similares que tendem a acontecer repetidamente e que são solucionados mais rápido com estas regras. Ter regras nos permite uma agilidade de não precisar aplicarmos sempre o princípio de utilidade e calcularmos em diversas situações similares, algo que creio ser expresso na frase “via de regra”. Esta concepção oculta a distinção inicial do texto. Por outro lado, temos 2) a visão prática: regras práticas, onde as regras são vistas como *definindo* uma prática. Sendo a prática o estabelecimento de uma forma de fazer dada atividade (nos exemplos acima, como jogar xadrez), as regras são dadas de forma pública e definitiva, podendo ser ensinadas. Ensinar as regras é ensinar a prática. Esta concepção revela a distinção inicial do texto.

Sobre 2), Rawls diz o seguinte para ajudar a diferenciá-las:

Aqueles envolvidos em uma prática reconhecem que as regras a definem. As regras não podem ser interpretadas simplesmente como uma descrição de como aqueles que estão envolvidos na prática de fato se comportam [...] Nesta concepção, então, as regras não são generalizações das decisões de indivíduos que aplicam o princípio utilitário direta e independentemente a casos particulares recorrentes. Pelo contrário, as regras definem uma prática e são elas próprias objecto do princípio utilitário (Rawls, 1955, p. 24).

Assim, enquanto sob 1) faz sentido questionar particulares — dado que o caso particular é logicamente anterior às regras formadas por eles —, mas isto não é o caso sob 2): a regra, definidora, é logicamente anterior ao caso particular. Não faz sentido questionar ou revisar as regras quando são *regras práticas*, criadas para definir aquilo que será feito. Com tal sentido de regra, torna-se explícita a separação entre justificar uma prática e justificar uma

ação que ocorre no interior dela, assim permitindo o reforço do utilitarismo pretendido ao longo do texto. O ganho principal, pretende o autor, é distinguir entre justificar uma prática e justificar uma ação dentro da prática, algo que se pretende possível pela distinção de regras sumárias e regras práticas.

3 Cavell sobre Rawls

Podemos passar para a discussão que nos é mais central, que envolve como Cavell leu o artigo “Two Concepts of Rules”, discutido acima. Há uma mudança forte na atitude do texto quando passamos do capítulo X ao XI, isto é, do debate com Stevenson para o com Rawls. De fato, o capítulo começa com a seguinte ressalva, onde inclusive indica já suas discordâncias centrais:

Compartilho o que considero serem as principais motivações da teoria de [Rawls] e estou totalmente de acordo com a sua tendência. É por isso que quero deixar o mais claro possível onde penso que está errado. Considero-o mal sucedido por dois motivos principais: (1) penso que não localiza com precisão o conflito entre o utilitarismo e a deontologia no que diz respeito aos conceitos de promessa e punição; (2) o conceito central de uma regra, embora tão esclarecedor quanto é sugerido para a teoria moral, é deixado menos claro do que deveria ser, e de forma a ignorar os problemas epistemológicos envolvidos em sabermos o que nós, ou outra pessoa, está fazendo (Cavell, 1979, p. 293).

Começamos com (1): No que tange “prometer” e “punir”, o texto de Rawls não teve sucesso em conciliar as posições utilitarista e retributivista (sendo a segunda uma que Cavell interpreta como uma perspectiva deontológica). Uma das razões iniciais para isso, em Cavell, é como Rawls caracteriza a ideia de “prometer”, a saber, como uma *prática*. Ora, Cavell não nega que há algo de necessariamente público e social em fazer promessas, mas seu ponto é rejeitar que podemos considerar isso prática nos termos de Rawls. Nós aprendemos gramáticas morais, dentre elas a gramática da promessa, mas há diferenças cruciais entre isso e como entendemos jogos como baseball: os jogos têm suas regras fixas e estabelecidas para podermos julgar suas violações. Uma prévia e adequada concepção das regras do xadrez, como do baseball, *War* ou outros jogos, nos permite lidar com dilemas e conflitos conforme eles surgem. Na moralidade, segundo Cavell, as regras não estão prontas para nós de antemão — se há alguma regra moral, é só através dos próprios dilemas e da discussão deles que podemos avançar na vida moral.

Ainda sobre a ideia de “prometer”, Cavell rejeita que funcione como tendo cargos — a pessoa que faz a promessa não está ali da mesma forma que um indivíduo que trabalha como

jurado ou juiz em um julgamento. Antes, o termo é um entre os muitos que envolvem práticas morais, mas que não necessariamente devem ser pensadas em termos contratuais em muitas de nossas situações cotidianas. Cavell rejeita a centralidade dada por Rawls para promessas:

Não há nada sagrado sobre o ato de prometer que não é sagrado sobre expressar uma intenção, ou qualquer outra maneira de se comprometer. As palavras “Eu vou...” ou “Eu irei...” em si mesmas não indicam que você está “meramente” expressando uma intenção e não prometendo. Se é importante ser explícito então você pode se engajar ou nos “rituais” de dizer “Eu realmente quero...”, “Eu certamente pretendo, tentarei...”, ou o ritual de dizer “eu prometo”. É essa importância que faz promessas explícitas importantes. Mas tomá-la de maneira mais séria do que isso, como o caminho dourado ao comprometimento, é desconsiderar nossos comprometimentos ordinários, não explícitos (Cavell, 1979, p. 298).

Passemos agora para a discussão sobre “punir”. Diferente de prometer, punições claramente envolvem um arcabouço institucional, então faz sentido caracterizá-las como práticas: um corpo político pune um indivíduo que desvie de suas regras (ou, num caso menor, uma mãe pode punir a criança que não se comporta, mas os autores estão mais preocupados com o caso social). Rawls explicitamente ressalta esse aspecto delas ao definir punição como “acoplar penalidades legais à violação de regras legais” (Rawls, 1955, p. 4). Entretanto, Cavell desconfia que Rawls não tem sucesso em conciliar a posição retributiva (que é interpretada como deontológica) e a utilitarista. Antes, sua perspectiva é que as *perguntas* feitas por cada teoria possuem ênfases diferentes. O caso não pode ser resolvido, na presente reconstrução, indicando dois olhares a partir de uma mesma prática e as ações que caem sob ela — membros de cada teoria fazem *perguntas diferentes* sobre os mesmos fenômenos: o problema maior não seria a possibilidade de punir as pessoas erradas (digamos, punir inocentes), mas punir mesmo as pessoas certas *pelas razões erradas* (Cavell, 1979, p. 301-302). As preocupações de cada posição são diferentes em uma medida que a solução das regras de Rawls não parece resolver.

Aqui, vale fazer uma ressalva: apesar de Cavell suspeitar da aproximação que Rawls faz, negando que possa resolver o embate apontando diferentes olhares de um mesmo objeto, é textual que ele crê que o texto de Rawls tem sucesso em rejeitar a crítica de que utilitaristas seriam levados a punir inocentes (Cavell, 1979, p. 300). Bates oferece o seguinte comentário sobre a crítica de Cavell para a ideia de promessas como práticas, mas creio que o espírito da passagem funciona, também, para as concepções rawlsianas de punição:

Ele sugere que o que Rawls diz sobre promessas neste artigo é realmente verdade para contratos, o que pode ser entendido como uma “prática” rawlsiana. Essa é a diferença entre moralidade e legalidade. Cavell sugere que o reconhecimento de

Rawls da variação na forma como as pessoas entendem a prática (como ele a chama) de prometer não é uma questão secundária, mas é central para a compreensão das promessas. As disputas entre pessoas com base nesse entendimento podem ser solucionáveis, mas podem não o ser – nesse caso, diz Cavell, estas pessoas podem não viver no mesmo mundo moral (Bates, 2003, p. 33).

O conflito moral envolve os diferentes comprometimentos que temos enquanto indivíduos, e inclusive como concebemos a nós mesmos. A distinção de tipos de regras, em relação a como alguém de casa posição tomaria, não é suficiente — não é capaz, digamos, de fazer com que o indivíduo de uma posição deixe de se indignar diante da outra.

Voltemos para a segunda parte da crítica de Cavell, a saber, 2) a discussão sobre regras e como seguir uma regra funciona. Podemos identificar uma estranheza nos exemplos que Rawls utiliza para argumentar que, dentro de uma prática, não questionamos suas regras tal como não o fazemos dentro de um jogo. Não esperamos que um jogador trate regras como meras sugestões do que é melhor. Embora isso seja verdade em muitos casos, podemos notar como existem diferentes momentos em que questionamos jogadores: não com base em regras, mas querendo entender as jogadas deles. O questionador do exemplo de Rawls (“posso fazer 4 strikes ao invés de 3?”) é um exemplo estranho quando temos, à nossa disposição, exemplos de questionamento legítimos. Vejo minha parceira de xadrez abrindo com torres e não com cavalos, sendo a segunda estratégia a que considero mais forte. A questiono sobre isso e ela me diz “meu estilo é esse” ou então “se eu abrisse com cavalos, seria previsível”. Muitas outras respostas seriam possíveis, assim como muitos outros cenários onde questionar uma ação (no caso, uma jogada) não pode ser esgotado por apelo às regras. Para Cavell, algo similar ocorre na ética.

Em contraste aos dois conceitos de regra propostos por Rawls, Cavell aponta quatro sentidos possíveis de regra (Cavell, 1979, p. 305) — mas lembrando que eles não esgotam a discussão. São eles, dando um exemplo do xadrez e um do futebol:

1. Regras (definidoras): a torre anda em linha reta, o goleiro pode usar as mãos no futebol;
2. Regras (reguladoras): se um jogador tocar numa peça ele deve movê-la, se um jogador de futebol fizer uma falta ele deve ser penalizado;
3. Princípios: deve-se avançar as peças de xadrez o mais cedo possível, deve-se ter um centroavante bem posicionado adiante no campo;
4. Máximas (identificadas com o que Rawls chamou de “regras sumárias”): Avance cavalo antes de bispos, se está com a bola avance antes do outro time preparar a defesa etc.

Podemos imaginar jogos, quando em suas primeiras partidas após sua criação, como tendo principalmente os dois primeiros tipos — mas conforme a prática de *jogar este jogo* for estabelecida, conforme fizer parte de outras formas de vida de seus jogadores, os outros dois conceitos de jogos não poderão deixar de fazer parte do que constitui *jogar*. De fato, alguém que jogasse o xadrez só com as duas primeiras poderia ser visto não tanto como um mau jogador como, talvez, alguém que não está propriamente jogando — um jogador de futebol que sabe suas regras definidoras e reguladoras, mas que desconhece *como* realizá-las não é um bom jogador. Resumidamente: conhecer bem um jogo envolve conhecer seus princípios e máximas, não só suas regras centrais.

Em contraste com o acima, sendo necessárias regras das mais fechadas e pré-definidas até os princípios mais gerais, a vida moral é tal que *não pode* ter os dois primeiros tipos de regras:

Nenhuma regra ou princípio poderia funcionar num contexto moral da mesma forma que as regras reguladoras ou definidoras funcionam nos jogos. É tão essencial para a forma de vida chamada moralidade que as regras assim concebidas estejam ausentes quanto é essencial para a forma de vida que chamamos de jogo que elas estejam presentes. Se isto pudesse ser compreendido, a analogia com os jogos seria mais útil na compreensão da moralidade devido às suas diversas diferenças específicas do que devido às suas semelhanças (Cavell, 1979, p. 307).

Assim, o distanciamento de Cavell com Rawls — um que pode ser só de ênfase, nos termos de Cavell — é oriundo do reconhecimento de que há uma indeterminação na vida moral que a analogia com jogos deixa de capturar. Ações morais não são movimentos, um curso de ação não é um curso de jogadas. Enquanto algumas jogadas podem ser explicadas com relação às regras definidoras, ações em nossas vidas éticas nunca o podem.

Bates conclui sua detalhada reconstrução chamando atenção para como a ideia de seguir uma regra é cara para Cavell, tal como para Wittgenstein:

Explicar ou justificar as nossas ações com referência a uma regra moral só funcionará na medida em que compreendermos o que é uma regra e o que é seguir uma regra. Uma parte da crítica de Wittgenstein a certas teorias da linguagem (e da matemática) é que estas querem explicar, ou justificar, determinado comportamento por referência a regras, mas que a própria ideia de uma regra é por eles inexplorada e acaba sendo um mistério. Quando Wittgenstein tenta desmistificar o conceito de regra, por referência a “formas de vida”, ele reconhece que isso parecerá insatisfatório para quem desejou imputar “necessidade” ou “racionalidade” àquilo que deveria ser baseado em regras. Teremos uma descrição em vez de uma justificação. O seu objectivo, contudo, não é minar ou desconstruir a noção de “regra” ou “moralidade” ou “necessidade”, mas sim compreender tais noções (Bates, 2003, p. 34).

Do acima, levando em conta a reconstrução que Cavell fez de Wittgenstein nas partes I e II de *The Claim of Reason*, podemos compreender já um pouco melhor a ênfase aqui colocada: podem haver algumas regras morais, mas tais regras não são *prescrições anteriores* à vida moral, isto é, não são capazes de realizar a tarefa que Rawls parece sugerir ao discutir promessa e punição nos termos em que o faz em “Two Concepts of Rules”. Regras morais, assumindo sua existência, não são o nível último de explicação: precisamos também explicá-las. Tal preocupação envolve um reconhecimento de quem somos, onde estamos diante de nossa sociedade e de que formas podemos *fazer sentido* para com ela (ou romper com esses laços). Cavell conclui seu texto sobre Rawls da seguinte maneira — a qual leva em conta a centralidade dos elaborativos na discussão moral:

Na medida em que essa responsabilidade é objeto de argumento moral, o que torna o argumento moral racional não é a suposição de que existe em cada situação uma coisa que deve ser feita e que isso pode ser conhecido, nem a suposição de que sempre podemos chegar a um acordo. Chegar a um acordo sobre o que deve ser feito com base em métodos racionais. A sua racionalidade reside em seguir os métodos que conduzem ao conhecimento da nossa própria posição, da nossa posição; em suma, ao conhecimento e à definição de nós mesmos (Cavell, 1979, p. 312).

Um confronto moral entre perspectivas que tomamos como legítimas, ainda que conflitantes, são o feijão com arroz da vida moral: são quando, pelo debate e argumento, tentamos ver o outro e a partir dele, e esperamos que isto seja feito conosco também. Nesta atividade, fixamos nossa própria posição — ou melhor, ela que nos fixa diante de outras pessoas e de nossa sociedade. Um tema central ao longo da obra de Cavell é indicar que podemos ter desacordos racionais, isto é, pode ser que duas pessoas possuam posições morais diferentes, mas que isto não é uma falha da razão: antes, é parte da nossa forma de vida adentrar estes debates e conhecer melhor a nós mesmos através do confronto de ideias. Assim, um debate moral sem resolução pode nos abrir para muitas possibilidades, sejam elas filosóficas ou de mudança de vida e atitude. Como diz Cavell noutro texto, “tarefas sem esperança nem sempre são ingratas” (Cavell, 1964, p. 946).

4 Considerações Finais

Retomamos um artigo de juventude de Rawls e a resposta de Cavell. Um dos objetivos de “Two Concepts of Rules” era defender o utilitarismo de alguma de suas críticas tradicionais, em particular, em relação a prometer e punir. Para tanto, a estratégia de Rawls foi distinguir duas visões de regras. Cavell respondeu ao texto acima indicando uma insatisfação

com dois pontos principais, a saber, que por um lado a proposta de Rawls não é capaz de resolver o conflito entre a perspectiva retributiva e a perspectiva utilitarista, uma vez que possui uma ênfase exagerada em prometer como “prática” e que deixa de lado como cada visão difere em *atitude* e *quais perguntas* são feitas diante do debate; e, por outro lado, a analogia com regras é menos precisa do que pode parecer. Distinguindo mais tipos de regras, podemos ver como regras fixas não são definidoras da vida moral como o são em jogos.

Claro, a obra tardia de Rawls pode escapar a essas críticas: elas possuem um foco que é tanto contratual quanto institucional. Sobre o primeiro aspecto, temos em *Teoria da Justiça*, seu primeiro grande livro, que “Meu objetivo é apresentar uma concepção de justiça que generalize e eleva a um nível mais alto de abstração a conhecida teoria do contrato social conforme encontrada em, digamos, Locke, Rousseau e Kant” (Rawls, 2016, p. 13). Sobre o segundo, ainda nesta obra, podemos destacar como a preocupação central de Rawls se dá nas instituições políticas, isto é, no arranjo da sociedade e como ele permite uma participação livre e igual a seus cidadãos (Ibidem, §15).

E podemos notar como os argumentos gerais de Cavell, acima reconstruídos, não são impedidores do projeto rawlsiano no que tange o desacordo racional. Lembrando: Rawls, em *O liberalismo político*, busca estabelecer as bases de justificativa para uma sociedade democrática cujos cidadãos possuam doutrinas *razoáveis*: defendem visões de mundo que não buscam forçar aos outros cidadãos, tampouco querem ter outras doutrinas impostas sobre si próprios. Rawls e Cavell, desta maneira, *concordam* sobre a esperança do desacordo racional em disputas morais e políticas. Desta maneira, podem haver múltiplas doutrinas numa mesma sociedade, preservando o caráter de seus cidadãos de *livre e iguais*. No espaço para desacordo razoável da sociedade bem ordenada, deve-se reconhecer que existem diferentes tipos de juízo e que eles fazem parte de nossa vida moral e política. Para o projeto liberal das obras tardias de Rawls, principalmente, é necessário um espaço para que os indivíduos (cidadãos) discordem, mesmo de maneiras irreconciliáveis, desde que dentro do desenho institucional justo. Desta maneira

[...] as fontes do desacordo razoável — os limites da capacidade de juízo — entre pessoas razoáveis encontram-se entre as muitas contingências que fazem parte do exercício correto (e consciencioso) de nossas faculdades de razão e juízo no curso normal da vida política (Rawls, 2011, p. 66).

Sendo as doutrinas razoáveis, ou seja, de tal forma que não violam os direitos e preceitos liberais, é *natural* que ocorra o desacordo. Tais diferenças de perspectiva não

indicam uma ruptura da moralidade, mas fazem parte dela. Não só isto é constitutivo da ideia dos *limites do juízo*, a ideia de que nenhuma pessoa particular detém um conhecimento que a coloque acima de seus cidadãos, mas é parte do espírito liberal e democrático como um todo:

O liberalismo político pressupõe que, para propósitos políticos, uma pluralidade de doutrinas abrangentes que são razoáveis, ainda que incompatíveis entre si, é o resultado esperado do uso da razão humana sob a estrutura de instituições livres de um regime democrático constitucional (Rawls, 2011, p XVII).

Isto aproxima nossos dois autores. Cavell, entretanto, possui também uma leitura crítica de *Uma teoria da justiça*.⁶ Em seus próprios textos tardios, Cavell irá propor sua versão do *perfeccionismo moral*, que por sua vez inclui recusar a recusa que Rawls faz desta concepção em sua obra.⁷ Vale notar, entretanto, que eles estão falando de perspectivas morais bastante diferentes, embora possuam o mesmo nome e compartilhem alguns autores: o ponto de Cavell será de mostrar que pode haver um perfeccionismo compatível com a democracia, sem necessariamente cair num elitismo indesejado. Mesmo um cavelliano como Andrew Norris acaba observando que as críticas que Cavell faz a Rawls, em relação ao perfeccionismo, são antes questões de ênfase e nomenclatura do que propriamente um desacordo filosófico, moral ou político — no limite, as objeções de Cavell não funcionam como objeções (Norris, 2017, p. 127), embora sejam um campo fértil para aprofundarmos nossa compreensão do pensamento de Cavell e seu perfeccionismo. Curiosamente, noutra obra perfeccionista, o próprio filósofo reconhece que suas ênfases em Rawls diferem do que chama atenção para “bons leitores” deste autor (Cavell, 2004, p. 174). Explorar com calma essas relações fica para outro momento.

Podemos encaminhar nossas discussões chamando atenção para a ideia de *elaborativos*. Esses termos são aqueles que usamos para desenvolver, melhor explicar nossa posição: desculpas, justificativas, explicações, apelos, defesas morais em geral. Cavell encontra neles a ideia de *reconhecermos* que fizemos algo de moralmente debatível ou censurável (Cavell, 1979, pp. 296-297). Num jogo, não preciso deles: não há uma distância valiosa, importante, entre intenção e jogada. Eu jogar mal não é um posicionamento — eu

⁶ Um problema, a ser explorado com calma noutro momento, é que Cavell pareceu não ler as reformulações posteriores de Rawls, em específico, *O liberalismo político*.

⁷ Este argumento é trabalhado ao longo da obra perfeccionista de Cavell. Em resumo, a base da querela é como entender o perfeccionismo de Nietzsche. Cavell critica a leitura de Rawls e a tradução que usa de Nietzsche, que sugere um elitismo aristocrático maior do que consta no original (Cavell, 1990, p. 50). Uma boa introdução para este debate é o texto de James Conant, “Nietzsche’s Perfectionism” (2000). Por fim, é de nota que podemos supor que Rawls concordou com esta crítica, uma vez que ele leu os manuscritos do livro de perfeccionismo e discutiu com Cavell antes de sua publicação (Cavell, 1990, p. xxii).

saber jogar bem e intencionalmente jogar mal pode sê-lo, mas o faria por razões morais *fora* do jogo. Com efeito, isso não é raro no mundo dos esportes: em 2020, em resposta aos casos de violência policial contra afroamericanos, diversos jogadores e times inteiros de esportes populares se recusaram a jogar ou abandonaram suas partidas⁸. Em 2021, jogadoras de ambos os times de uma partida da *NWSL* (Liga nacional de futebol feminino dos EUA) *interromperam* seu jogo para dar os braços e protestarem contra a convivência da liga para com alegações de abusos⁹. A animação *Carros* (2006) possui um exemplo similar: o protagonista, Relâmpago Mcqueen, está na corrida mais importante de sua vida, com clara vantagem e com o apoio dos amigos que fez ao longo do filme. Entretanto, um de seus oponentes (o antigo campeão, por sinal), acaba capotando e sai da pista de corrida, muito machucado. Relâmpago Mcqueen para poucos metros antes da linha de chegada, deixa outro oponente vencer e retorna para ajudar o antigo campeão. Ele parou de jogar sua competição, a corrida, por uma decisão que achou moralmente justificada. Formandos universitários brasileiros fazem algo similar, numa ocasião menos competitiva, ao se recusarem a cantar e ficar de pé para o hino riograndense por conta de seu polêmico verso “povo que não tem virtude acaba por ser escravo”. Quebram-se as regras da atividade não por falta de conhecimento delas, mas para focarmos na forma de vida que chamamos de moralidade.

Eis o importante do paralelo: isto não é parte do aprendizado do jogo, mas sua recusa — o jogo foi repudiado. Na vida moral, os desencontros possíveis entre minhas posições e o que eu de fato faço são centrais. Não cumprir com o prometido não só gera um “resultado ruim”, mas pode ter efeitos maiores em modificar radicalmente minha relação com a outra pessoa e, talvez, minha autopercepção. Perceber que punir alguém de forma injusta, seja a pessoa inocente ou uma pessoa culpada a qual puni pelos motivos errados, pode ser destruidor de como um agente moral via a si mesmo. Similarmente, as pessoas com quem estou agindo, com quem estou falhando, situarão a si mesmas de maneiras diferentes após esses confrontos. Um tema central do perfeccionismo de Cavell, presente já em *The Claim of Reason* e reforçado ao longo de sua obra, é a ideia de que pode haver “uma salvação do eu [self] através da repudição da moralidade” (Cavell, 1979, p. 269), isto é, de repudiar o que os outros tomam como moralidade (digamos, regras morais) em prol de encontrar nossa própria posição

⁸ MARTIN, Jill; ASMEASH, Leah e CLOSE, David. These teams and athletes refused to play in protest of the Jacob Blake shooting. **CNN Edition**. 28 de agosto de 2020. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/08/27/us/nba-mlb-wnba-strike-sports/index.html>. Acesso em: 23 mai. 2025.

⁹ NWSL players halt play mid-game to protest against alleged abuse in league. **The Guardian**. 07 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/football/2021/oct/07/nwsl-players-halt-play-mid-game-to-protest-against-alleged-abuse-in-league>. Acesso em: 23 mai. 2025.

— um tema que Cavell localiza especialmente em autores como Friedrich Nietzsche e Henry David Thoreau. Como aponta Jônadas Techio, inclusive num texto que chama atenção para como a *indignação* pode ser moralmente válida, o caso é que:

Em vez da adequação de uma alegação a certos princípios universais e impessoalmente estabelecidos, o raciocínio moral é construído em termos de responsividade entre agentes, e coloca à prova a qualidade e, no limite, a possibilidade mesma de se criar ou manter uma relação baseada em compromissos e preocupações compartilhados (Techio, 2018, p. 187).

Termos elaborativos reconhecem esses movimentos, essas dificuldades. Retomando o contraste com jogos, Cavell diz que

Nos jogos, fica claro o que a outra pessoa está fazendo, o objetivo que ela almeja, o seu caminho; o que você diz a ela para fazer está definido; quais alternativas ela pode adotar são fixas; o que significa dizer que os fundamentos pelos quais você afirma que um caminho é melhor que outro fazem parte do jogo; se ela fez isso está resolvido. Na moralidade nada disso é assim. Nosso caminho não é claro nem simples; muitas vezes estamos perdidos (Cavell, 1979, p. 324).

E essa variedade de descrições — variedade de formas que podemos conceber nossas próprias ações, tal como as ações de outros — é constitutiva da vida moral. Como Cavell bem observa, podemos retomar aqui a ideia dos elaborativos: há um reconhecimento de que pode haver um desencontro entre o que queremos e o que de fato fazemos, entre como nos concebemos e como somos percebidos pelos outros. Se sentimos que nossa relação com o outro para o qual nos justificamos importa, tentamos respondê-los, explicar nossa perspectiva. Não há um manual único de como fazer isso. Tal ausência de regras, ausência de garantias científicas e métodos lógicos, não é uma limitação da vida moral, mas os próprios limites que a destacam como tal — como Cavell defende ao longo de sua obra, uma humanidade sem suas fragilidades deixaria de ser humana. Os limites do juízo fazem parte de nossa forma de vida, especialmente na ética. O perfeccionismo moral se preocupa precisamente com isso, com esses encontros e desencontros, avanços e recuos entre o eu e o mundo, o eu e a sociedade: o anseio de fazer sentido para si e para outros e tentar mostrar como nosso caminho merece reconhecimento e atenção diante de nossos semelhantes (e os deles para nós). Uma vida íntegra busca seus caminhos. Numa obra central pro perfeccionismo, diz Nietzsche: “‘Este — é o *meu* caminho — qual é o vosso?’ Assim respondi aos que me perguntaram pelo ‘caminho’. Pois *o* caminho — não existe! Assim falou Zarathustra” (Nietzsche, 2011, p. 186).

Referências

BATES, Stanley. Stanley Cavell and Ethics. *In*: ELDRIDGE, Richard (org). **Stanley Cavell**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2003, p. 15-47.

CAVELL, Stanley. Existentialism and Analytical Philosophy. **Daedalus**, v. 93, n. 3, Population, Prediction, Conflict, Existentialism, p. 946-974, verão, 1964.

CAVELL, Stanley. **The Claim of Reason: Skepticism, Wittgenstein, Morality and Tragedy**. Oxford, New York, Toronto, Melbourne: Oxford University Press, 1979.

CAVELL, Stanley. **Conditions Handsome and Unhandsome: The Constitution of Emersonian Perfectionism**. Oxford and London: The University of Chicago Press, 1990.

CAVELL, Stanley. **Cities of Words: Pedagogical Letters on a Register of the Moral Life**. Cambridge, Massachusetts, London, England: The Belknap Press of Harvard University Press, 2004.

CAVELL, Stanley. **Little did I Know: Excerpts from Memory**. Stanford, California: Stanford University Press, 2010.

CONANT, James. Nietzsche's Perfectionism: A Reading of Schopenhauer as Educator. *In*: SCHACHT, R. (org.). **Nietzsche's Postmoralism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 181–257.

HAMMER, Espen. **Stanley Cavell: skepticism, subjectivity, and the ordinary**. Oxford: Polity Press, 2002.

MARTIN, Jill; ASMELASH, Leah e CLOSE, David. These teams and athletes refused to play in protest of the Jacob Blake shooting. *In*: **CNN Edition**. 28 de agosto de 2020. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/08/27/us/nba-mlb-wnba-strike-sports/index.html>. Acesso em: 23 mai. 2025.

BOMBASSARO, Mikael Abrão. **Equilíbrio reflexivo: uma investigação sobre o recurso ao procedimento de Goodman em Uma teoria da justiça**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Filosofia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NWSL players halt play mid-game to protest against alleged abuse in league. *In*: **The Guardian**. 07 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/football/2021/oct/07/nwsl-players-halt-play-mid-game-to-protect-against-alleged-abuse-in-league>. Acesso em: 23 mai. 2025.

RAWLS, John. Two Concepts of Rules. **The Philosophical Review**, v. 64, n. 1, p. 3-32, jan. 1955.

RAWLS, John. **O liberalismo político**. Tradução de Álvaro de Vita. Edição ampliada. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Jussara Simões. Edição revista. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

RORTY, Richard. Cavell on Skepticism. *In*: GOODMAN, Russel B (org.). **Contending With Stanley Cavell**. Oxford: Oxford University Press, 2005 [1985], p. 10-21.

TECHIO, Jônadas. O papel da indignação de uma perspectiva perfeccionista. *In*: WILLIGES, Flavio; FISCHBORN, Marcelo e COPP, David (orgs). **O lugar das emoções na ética e na metaética**. Pelotas: NEPFIL Online, 2018, p. 277-297.

TECHIO, Jônadas. TECHIO, Jônadas. **The Threat of Solipsism: Wittgenstein and Cavell on Meaning, Skepticism, and Finitude**. Berlin; Boston: Walter de Gruyter GmbH, 2021.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Apresentação, Tradução e Notas de João José R. L. de Almeida. 9. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2014.



A proposta do panpsiquismo como alternativa cosmológica frente à crise do pensamento ocidental

Gian Carlos Galhardo¹

Resumo: Este trabalho examina o panpsiquismo como alternativa cosmológica frente à crise do pensamento ocidental moderno. A partir de uma leitura articulada de David Skrbina (2005), Arne Johan Vetlesen (2019) e William Seager (2020), argumenta-se que o paradigma mecanicista e antropocêntrico falhou tanto em explicar a mente quanto em sustentar uma relação ética com o mundo natural. Skrbina reconstrói o panpsiquismo como metateoria da mente, capaz de superar os limites do fisicalismo e do dualismo; Vetlesen conecta a questão ao Antropoceno, propondo o panpsiquismo como condição para uma ecologia pós-antropocêntrica; e Seager oferece uma defesa sistemática da consciência como aspecto fundamental da realidade. Em conjunto, esses autores revelam o potencial do panpsiquismo para redefinir a filosofia da mente, a ética ecológica e a cosmologia contemporânea, abrindo espaço para novas formas de historicidade e de coexistência sensível entre humanos e não humanos.

Palavras-chave: panpsiquismo; consciência; antropoceno; cosmologia.

The proposal of panpsychism as a cosmological alternative to the crisis of western thought

Abstract: This paper examines panpsychism as a cosmological alternative to the crisis of modern Western thought. Based on an articulated reading of David Skrbina (2005), Arne Johan Vetlesen (2019), and William Seager (2020), it argues that the mechanistic and anthropocentric paradigm has failed both to explain the mind and to sustain an ethical relationship with the natural world. Skrbina reconstructs panpsychism as a metatheory of mind, capable of overcoming the limits of physicalism and dualism; Vetlesen connects the issue to the Anthropocene, proposing panpsychism as a condition for a post-anthropocentric ecology; and Seager offers a systematic defense of consciousness as a fundamental aspect of reality. Together, these authors reveal the potential of panpsychism to redefine the philosophy of mind, ecological ethics, and contemporary cosmology, opening space for new forms of historicity and sensitive coexistence between humans and non-humans.

Keywords: panpsychism; consciousness; anthropocene; cosmology.

La propuesta del panpsiquismo como alternativa cosmológica a la crisis del pensamiento occidental

Resumen: Este artículo examina el panpsiquismo como alternativa cosmológica a la crisis del pensamiento occidental moderno. Basándose en una lectura articulada de David Skrbina (2005), Arne Johan Vetlesen (2019) y William Seager (2020), argumenta que el paradigma mecanicista y antropocéntrico ha fracasado tanto en la explicación de la mente como en el mantenimiento de una relación ética con el mundo natural. Skrbina reconstruye el panpsiquismo como una metateoría de la mente, capaz de superar los límites del fisicalismo y el dualismo; Vetlesen conecta la cuestión con el Antropoceno, proponiendo el panpsiquismo como condición para una ecología postantropocéntrica; y Seager ofrece una defensa sistemática de la conciencia como aspecto fundamental de la realidad. Juntos, estos autores revelan el potencial del panpsiquismo para redefinir la filosofía de la mente, la ética ecológica y la cosmología contemporánea, abriendo espacio para nuevas formas de historicidad y una coexistencia sensible entre humanos y no humanos.

Palabras clave: panpsiquismo; conciencia; antropoceno; cosmología.

¹ Doutorando em Filosofia na Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: giangalhardo@outlook.com

1 Introdução

A emergência da questão da consciência como um problema filosófico insolúvel para as ontologias dominantes da modernidade — sobretudo o fisicalismo e o dualismo — tem conduzido à retomada de perspectivas alternativas antes marginalizadas, entre elas o panpsiquismo. Este trabalho propõe uma leitura integrada de três textos fundamentais que, a partir de diferentes perspectivas, convergem em um mesmo diagnóstico: o paradigma mecanicista e antropocêntrico moderno falhou em oferecer uma explicação satisfatória para a existência da mente e, mais amplamente, para a posição do humano na totalidade do real. A alternativa sugerida é uma cosmologia panpsiquista, na qual a interioridade, a experiência e a agência não são propriedades emergentes e localizadas, mas traços fundamentais da própria constituição do mundo.

A obra de David Skrbina (2005), *Panpsychism and the Ontology of Mind*, cumpre o papel de fundamento conceitual. Neste livro, o autor reconstrói o panpsiquismo como uma metateoria da mente que atravessa toda a história da filosofia ocidental, destacando sua potência explicativa diante dos impasses do materialismo contemporâneo. Sua análise ontológica detalha a fragilidade tanto do monismo fisicalista quanto do dualismo interacionista, sugerindo que apenas uma concepção em que toda forma de ser possui alguma dimensão mental pode superar o abismo mente-corpo. Assim, Skrbina (2005) oferece o alicerce teórico a partir do qual as outras abordagens podem ser compreendidas em profundidade.

Em concordância com a perspectiva acima, Arne Johan Vetlesen (2019), em seu livro *From Anthropocentrism to the Anthropocene*, articula o panpsiquismo ao colapso ecológico e civilizacional do Antropoceno. Sua análise evidencia que o paradigma mecanicista não apenas falhou teoricamente, mas produziu efeitos destrutivos concretos ao fundar práticas socioeconômicas que tratam a natureza como um objeto inerte, explorável e sem valor intrínseco. Vetlesen (2019) propõe, então, que a superação do Antropoceno exige uma revolução ontológica: abandonar a cisão entre sujeito e objeto, humano e natureza, e reabilitar uma cosmologia em que todos os seres são portadores de interioridade e agência. Assim, o panpsiquismo aparece não apenas como uma hipótese metafísica, mas como condição de possibilidade para uma ética pós-antropocêntrica e uma nova ecologia da coexistência.

Por fim, William Seager (2020), em seu texto *A Panpsychist Manifesto*, retoma a proposta panpsiquista em chave analítica, construindo uma defesa sistemática da tese de que a consciência — em sua forma mais elementar — deve ser considerada um aspecto fundamental

da realidade. Seager (2020) amplia a discussão para o campo contemporâneo da filosofia da mente, confrontando o panpsiquismo com as principais correntes rivais e mostrando como ele oferece respostas mais consistentes para o “problema difícil da consciência”². Seu texto funciona como uma culminação lógica: a partir da base ontológica traçada por Skrbina (2005) e da crítica civilizacional de Vetlesen, Seager apresenta um manifesto que consolida o panpsiquismo como alternativa filosófica legítima, rigorosa e promissora.

A leitura articulada desses três textos permite compreender o panpsiquismo não apenas como uma curiosidade metafísica do passado, mas como uma proposta ontológica robusta, capaz de reorientar a filosofia da mente, a ética ecológica e a cosmologia contemporânea em direção a uma nova concepção de mundo: um mundo pleno de interioridade, sensibilidade e conexão.

Este trabalho, desenvolvido no âmbito da disciplina *Tópicos Especiais em Filosofia da História*, tem como objetivo examinar filosofias que rompem com os paradigmas tradicionais do pensamento ocidental. Ao problematizar a centralidade do humano, a separação entre sujeito e objeto e a noção de matéria inerte, os textos aqui discutidos oferecem um campo fértil para pensar outras formas de historicidade e cosmologia — abrindo espaço para visões do mundo que não apenas integram o humano à teia da vida, mas reconhecem agência, valor e experiência nas múltiplas manifestações do real.

2 A ontologia da mente e o desafio panpsiquista

No primeiro capítulo de sua obra, David Skrbina (2005) inaugura sua investigação sistemática sobre o panpsiquismo traçando um panorama filosófico que entrelaça ontologia e filosofia da mente. O autor parte de um diagnóstico fundamental: o problema da mente, apesar dos avanços técnico-científicos no entendimento do cérebro, permanece sem uma solução consensual ou satisfatória. A dificuldade em explicar a consciência — especialmente sua emergência ou *status* ontológico — revela, segundo Skrbina, a limitação das abordagens dominantes, como o fisicalismo materialista e o dualismo cartesiano.

Skrbina (2005) propõe que o panpsiquismo se apresenta não apenas como uma alternativa histórica, mas como uma via teoricamente coerente e subvalorizada. Seu ponto de

² Para William Seager (2020), o problema da consciência decorre do fracasso do fisicalismo em dar conta da experiência subjetiva. Embora a ciência moderna descreva minuciosamente os aspectos funcionais e comportamentais da mente, ela não explica a dimensão fenomenal — aquilo que é “ter” uma experiência. Seager argumenta que essa dificuldade não é um detalhe técnico, mas um impasse estrutural da visão mecanicista, que carece de uma noção positiva do “físico”. Diante disso, ele defende o panpsiquismo como alternativa teórica consistente: admitir que a subjetividade, em forma elementar, é constitutiva da realidade, assim como massa ou carga, evitando reduzi-la a uma ilusão ou a um mero subproduto da matéria.

partida consiste em desafiar dois pressupostos comuns: (1) que a mente se restringe a humanos ou, no máximo, a animais superiores; e (2) que a mente é um epifenômeno do cérebro biológico. A crítica a essas premissas abre espaço para a consideração de que a mente — ou propriedades mentais rudimentares — pode estar presente em todos os entes materiais, posição que caracteriza o panpsiquismo.

O autor define o panpsiquismo como a ideia de que toda matéria possui, em algum grau, uma dimensão interior ou mental. Tal perspectiva, embora varie em formulação e intensidade ao longo da história, sempre implicou a recusa da cisão absoluta entre mente e mundo. O panpsiquismo é, assim, tanto uma ontologia (uma teoria sobre o ser) quanto uma metateoria da mente — ou seja, ele estabelece uma estrutura que pode acomodar diversas concepções específicas de mente, desde que estas sejam aplicáveis universalmente.

Skrbina (2005) destaca que essa metateoria pode ser compatível com múltiplas tradições filosóficas, como o dualismo, o funcionalismo ou o identismo, desde que estas reconheçam a presença de mente (ou sua possibilidade) em todos os entes. Tal versatilidade, longe de ser um defeito, é para o autor um indício de sua robustez teórica. No entanto, o autor observa que muitos defensores históricos do panpsiquismo não elaboraram uma definição precisa de “mente”, o que frequentemente levou a críticas injustificadas. Em resposta, ele propõe uma abordagem mais rigorosa, alertando para os riscos do uso de termos excessivamente antropocêntricos como “consciência”, “alma” ou “cognição”, preferindo conceitos como “experiência”, “qualia” ou “psique”.

A seguir, o autor contextualiza o debate no interior da tradição metafísica, analisando as principais correntes ontológicas: o monismo, o dualismo e o monismo neutro. O monismo materialista, dominante na ciência contemporânea, sustenta que tudo é matéria, e que a mente é uma função ou epifenômeno dessa substância básica. Contudo, Skrbina (2005) destaca as limitações desse modelo: ele não oferece explicações convincentes para a emergência da consciência, tampouco consegue articular uma ontologia verdadeiramente unificada, dada a fragmentação interna da física contemporânea.

Do lado oposto, o idealismo metafísico, que afirma que tudo é mente, também aparece como uma alternativa parcial. Embora algumas vertentes do idealismo — como o absoluto de Hegel ou o personalismo de McTaggart — se aproximem do panpsiquismo, Skrbina (2005) argumenta que muitas versões idealistas não implicam, necessariamente, a ideia de que *todas* as coisas possuem uma mente. Ele insiste que o panpsiquismo, por sua estrutura pluralista, não deve ser confundido com o idealismo monista.

Uma posição intermediária, o monismo neutro, é vista com simpatia pelo autor. Tal doutrina postula uma substância fundamental que não é nem mente nem matéria, mas da qual ambas derivam. Filósofos como Mach, Russell e especialmente William James, com sua noção de “experiência pura”, ofereceram bases filosóficas importantes para esta visão. Para Skrbina, o monismo neutro tende naturalmente ao panpsiquismo, ao evitar a cisão radical entre interioridade e fisicalidade.

A análise do dualismo também é refinada. O autor distingue entre dualismos sobrenaturais (religiosos) e dualismos naturalistas, focando nos últimos. Ele explora os modelos de interação possíveis entre mente e matéria — como o interacionismo, o epifenomenalismo e o paralelismo — e mostra que todos enfrentam sérios problemas teóricos, sobretudo no que tange à explicação causal e à conservação de energia. A incapacidade persistente de resolver o problema da interação leva Skrbina (2005) a sugerir que talvez seja necessário repensar os próprios termos da relação mente-matéria, em vez de insistir em modelos explicativos que não dialogam com o mundo físico tal como o compreendemos hoje.

Por fim, o autor se debruça sobre a definição de panpsiquismo em si. Dada a confusão terminológica, ele propõe uma definição funcional: “todos os objetos, ou sistemas de objetos, possuem uma experiência interior singular do mundo que os cerca” (Skrbina, 2005, p. 16). Essa formulação evita termos antropomórficos e aponta para uma ontologia relacional e fenomenológica, em que toda forma de existência se caracteriza por algum tipo de interioridade. Para apoiar sua definição, Skrbina (2005) diferencia panpsiquismo de outros termos relacionados, como animismo, hylozoísmo, panbiotismo, pantheísmo, panentheísmo e panexperencialismo, esclarecendo que, embora compartilhem raízes históricas e temáticas, cada conceito carrega implicações distintas e deve ser tratado com precisão filosófica.

O capítulo se encerra com a defesa da importância do panpsiquismo como um sistema filosófico negligenciado. Skrbina (2005) argumenta que, ao longo da história, quase todas as grandes escolas da filosofia flertaram com essa doutrina, ainda que de formas variadas. Sua proposta é que, diante da falência das ontologias modernas em lidar com a questão da mente, é chegada a hora de recuperar e desenvolver, com rigor, a tradição panpsiquista como uma alternativa legítima e teoricamente promissora.

3 Do antropocentrismo ao antropoceno: um giro cosmológico necessário

Na introdução de sua obra, Arne Johan Vetlesen (2019) propõe uma crítica contundente ao legado antropocêntrico que moldou as concepções modernas de natureza,

mente e cultura. Em consonância com a perspectiva de Skrbina (2005) sobre o enraizamento profundo da visão mecanicista no imaginário ocidental, Vetlesen (2019) denuncia a cosmovisão que concebe a natureza como um conjunto impessoal de objetos sem valor intrínseco, legitimando sua exploração como mera fonte de recursos para benefício humano. Embora o dualismo cartesiano tenha sido criticado teoricamente desde seu surgimento, ele permanece vivo nas práticas institucionais e sociais contemporâneas, evidenciado no modo como o mundo natural é submetido a intervenções humanas destrutivas e aceleradas.

Vetlesen (2019) argumenta que o antropocentrismo moderno não é apenas descritivo, mas normativo: postula a superioridade humana como fundamento moral da civilização ocidental, justificando políticas, estruturas e práticas que marginalizam ou instrumentalizam todas as formas de vida não humanas. Essa ideologia não se limita ao campo do pensamento; ela é internalizada desde a infância como parte do processo de socialização, tornando-se segunda natureza e naturalizando o uso abusivo da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos do planeta.

A ascensão do conceito de Antropoceno — cunhado por Paul Crutzen em 2002 — fornece, segundo Vetlesen, a evidência empírica mais drástica dos efeitos do antropocentrismo: trata-se de uma nova época geológica, marcada pela intervenção humana como força dominante na configuração dos sistemas da Terra. Os impactos mencionados por Crutzen — como a transformação de metade da superfície terrestre, o represamento dos rios e a devastação da biodiversidade — são intensificados por dados mais recentes que revelam o colapso ecológico em curso. Vetlesen cita estudos como o de Gerardo Ceballos *et al.* (2017), que apontam uma “aniquilação biológica” em larga escala, associando-a diretamente ao crescimento populacional, ao consumismo exacerbado e à ficção de crescimento econômico infinito.

Esse novo cenário não é meramente ecológico ou técnico: possui significado ontológico, ou seja, exige um novo modo de pensar a realidade. Vetlesen (2019) recusa tanto a leitura celebratória do Antropoceno feita por ecomodernistas — que veem na crise uma oportunidade para reafirmar o domínio humano através da geoengenharia — quanto as tentativas de explicá-lo como mero prolongamento histórico de práticas humanas já conhecidas, como o surgimento da agricultura ou a lógica do capital. Para o autor, o Antropoceno é uma ruptura histórica e geológica sem precedentes, que desafia os modelos explicativos existentes e exige uma revisão radical dos pressupostos filosóficos.

No centro desse desafio está a emergência dos chamados hiperobjetos, conceito cunhado por Timothy Morton para descrever entidades como a radiação ou o aquecimento

global: objetos massivos, distribuídos no tempo e no espaço, não intencionais, irreversíveis, que escapam à lógica da fabricação ou da intencionalidade humana. Eles embaralham as fronteiras tradicionais entre o natural e o artificial, o orgânico e o tecnológico, problematizando categorias fundamentais do pensamento ocidental.

Vetlesen (2019) aponta que a filosofia dominante — fundada na distinção entre cultura (ativa, significativa) e natureza (passiva, destituída de propósito) — é incapaz de dar conta da complexidade do presente. Sua crítica se estende também ao pós-humanismo, especialmente nas versões defendidas por autores como Latour e Barad, por sua tendência a nivelar diferenças ontológicas específicas e falhar em reconhecer a destruição massiva de agências não humanas promovida pelas práticas humanas. A crítica de Vetlesen aos pós-humanismos é que, ao enfatizarem a multiplicidade de agências, deixam de fora a experiência do luto diante da extinção em massa em curso — uma omissão sintomática do distanciamento dessas teorias em relação à realidade empírica.

Contra essa insuficiência, Vetlesen propõe uma reabilitação do panpsiquismo — entendido não apenas como teoria metafísica, mas como cosmologia praticada, próxima do animismo. Para ele, o panpsiquismo oferece uma perspectiva alternativa ao reconhecer agência, interioridade e valor em todas as formas de existência, contrariando a estrutura antropocêntrica que subordina tudo ao humano. Trata-se de um modelo cosmológico que não separa mente e matéria, cultura e natureza, mas que os entrelaça de maneira dinâmica e recíproca.

O autor sugere que o panpsiquismo pode servir como um recurso para reconhecer a multiplicidade de pontos de vista não-humanos, contribuindo para descentralizar o humano como medida de todas as coisas. Esta tarefa, contudo, não pode ser apenas teórica: exige uma reeducação perceptiva, uma abertura à escuta dos modos de ser de outros seres e à valorização de formas de vida que, embora tradicionalmente excluídas das categorias filosóficas clássicas, revelam agências concretas e vulneráveis.

Por fim, Vetlesen articula sua proposta filosófica com dados etnográficos, afirmando que animismo é panpsiquismo em prática. Culturas indígenas, como as estudadas por Philippe Descola ou Eduardo Kohn, não apenas concebem, mas vivem um mundo onde humanos e não humanos se relacionam como sujeitos, com perspectivas, afetos e intencionalidades. Ao incorporar essas experiências, a filosofia poderia recuperar uma dimensão esquecida de nossa relação com o mundo: a de um pertencimento radical, vivido como participação em uma realidade viva, sensível e compartilhada.

Assim, Vetlesen não propõe uma simples substituição do antropocentrismo por outra ontologia totalizante, mas sim uma reconfiguração pluralista da relação entre humanidade e mundo, onde o reconhecimento da alteridade e da vulnerabilidade de todas as formas de vida se torna condição para uma convivência ética e ontologicamente legítima.

4 O Manifesto Panpsiquista de William Seager

No capítulo introdutório da coletânea que organiza, William Seager (2020) apresenta uma defesa abrangente e articulada do panpsiquismo como uma alternativa teórica séria para o problema da consciência. Longe de se restringir a um exercício metafísico extravagante, o panpsiquismo, na formulação de Seager, emerge como uma hipótese ontológica que ganha força exatamente onde os modelos fisicalistas tradicionais fracassam: na explicação da natureza subjetiva da experiência consciente.

Seager (2020) parte de um diagnóstico que tem se tornado recorrente na filosofia da mente: apesar do notável avanço nas neurociências e nas tecnologias de imageamento cerebral, o “problema difícil da consciência”, conforme articulado por David Chalmers, permanece intocado. A questão de como estados físicos — presumivelmente desprovidos de qualquer dimensão subjetiva — poderiam gerar experiências conscientes ainda resiste a qualquer solução mecanicista. Seager defende que o motivo dessa dificuldade reside na própria estrutura conceitual herdada da tradição mecanicista da ciência moderna, cujas raízes remontam a Leibniz, Newton e ao modelo do “LEGO world”, onde a realidade seria constituída por unidades discretas interagindo segundo leis locais e determinísticas.

Contudo, a física contemporânea, especialmente a quântica, corroe essa imagem mecanicista. A realidade descrita por campos quânticos e fenômenos de entrelaçamento desafia noções clássicas de individualidade e separabilidade, desestabilizando a ideia de que a matéria é aquilo que se concebia nos séculos XVII e XVIII. Nesse vácuo conceitual — em que não mais possuímos uma concepção positiva do que seja o “físico” —, o panpsiquismo aparece como uma proposta plausível. Sua tese central é que a consciência, entendida de forma minimalista como sentiência ou subjetividade primitiva, é uma característica fundamental da realidade, assim como a carga elétrica ou a massa.

O autor argumenta que essa visão não implica que “tudo é consciente” no sentido antropomórfico. Pelo contrário, ela permite conceber que sistemas compostos, como cérebros humanos, resultem de formas complexas de “química mental”, ao passo que pedras ou cadeiras não teriam a configuração adequada para dar origem a uma mente integrada. É nesse

contexto que surge o maior desafio teórico do panpsiquismo contemporâneo: o chamado “problema da combinação”, isto é, como experiências subjetivas fundamentais poderiam se integrar em experiências mais ricas e complexas como as humanas. Seager (2020) não oferece uma resposta definitiva, mas aponta diversas propostas em desenvolvimento, como a ideia de co-consciência, vínculos fenomenais e o panpsiquismo cosmopsíquico — onde a consciência fundamental é atribuída ao cosmos como um todo, e não às partes.

O texto se fortalece ao confrontar as alternativas tradicionais ao panpsiquismo. Seager (2020) argumenta que o emergentismo radical — a ideia de que a consciência “aparece” subitamente em certos níveis de complexidade — carece de inteligibilidade filosófica e rompe com o projeto explicativo da ciência. Por outro lado, o eliminativismo, que nega a existência da própria consciência, incorre, segundo ele, em contradições performativas, pois o ato de negar a experiência exige já estar situado no domínio da experiência.

Ao final, Seager (2020) conclui que, embora o panpsiquismo enfrente objeções significativas, ele permanece como uma das poucas posições teoricamente viáveis que preservam tanto a integridade da ciência quanto a realidade inegável da experiência consciente. O preço a se pagar é alto: admitir que a subjetividade está entre os constituintes fundamentais do universo. Ainda assim, para Seager (2020), esse é um preço filosófico e cientificamente legítimo frente à falência explicativa do fisicalismo ortodoxo.

5 Conclusão

A articulação entre os textos de Skrbina (2005), Vetlesen (2019) e Seager (2020) revela a potência do panpsiquismo como uma via filosófica que desafia os alicerces do pensamento ocidental moderno, ao recusar a cisão ontológica entre mente e matéria, humano e natureza. Ao resgatar tradições muitas vezes silenciadas ou marginalizadas — como o animismo, o monismo neutro e as ontologias relacionais —, o panpsiquismo aparece como uma cosmologia alternativa que não apenas desloca o antropocentrismo, mas inaugura novas possibilidades de historicidade, agência e coexistência. Nesse sentido, a proposta do panpsiquismo como uma alternativa cosmológica se inscreve diretamente nos objetivos da disciplina *Tópicos Especiais em Filosofia da História*, ao explorar caminhos filosóficos que rompem com a linearidade do progresso ocidental, com o sujeito racional isolado e com a ideia de natureza como recurso passivo. A valorização de uma multiplicidade de modos de existência e de perspectivas cosmológicas revela-se fundamental não apenas para repensar o

lugar do humano no mundo, mas também para imaginar futuros possíveis frente às múltiplas crises que caracterizam o nosso tempo histórico.

Referências

VETLESEN, Arne Johan. **Cosmologies of the Anthropocene: Panpsychism, Animism, and the Limits of Posthumanism**. London; New York: Routledge, 2019.

SEAGER, William. A Panpsychist Manifesto. *In*: SEAGER, William (ed.). **The Routledge Handbook of Panpsychism**. New York: Routledge, 2020. p. 1-12.

SKRBINA, David. **Panpsychism in the West**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2005. p. 1-22.



Elementos da Justificação Kantiana do Estado de Direito na Metafísica dos Costumes: silogismo prático, contrato originário, liberdade e princípios do direito

Tiago Felipe Ambrosini¹

Resumo: Este artigo examina a fundamentação kantiana do Estado de Direito a partir da *Doutrina do Direito da Metafísica dos Costumes*. Kant propõe que o estado jurídico não é um fato empírico, mas uma exigência racional derivada do postulado do direito público e da liberdade externa. Parte-se do silogismo prático como modelo explicativo, destacando seus limites ao tentar justificar a passagem do estado de natureza ao estado civil. A ideia de um contrato originário é abordada como uma representação racional, não empírica, sendo crucial para compreender a união das vontades sob leis públicas. A insuficiência dessa fundamentação conduz à análise do conceito jurídico de liberdade como ponto de partida lógico e normativo. São exploradas também as três dimensões do direito — exterioridade, reciprocidade e universalidade — e sua relação com os princípios morais, especialmente o imperativo categórico. O artigo conclui que a liberdade externa, entendida como autonomia sob leis públicas, representa a base última do Estado de Direito, cuja legitimidade repousa na razão prática e não em convenções empíricas. Assim, Kant não busca explicar a origem do Estado, mas sua justificação normativa enquanto instância legítima de coerção racional.

Palavras-chave: Kant; direito; moral; estado de direito; liberdade externa.

Elements of Kantian Justification of the Rule of Law in the Metaphysics of Morals: practical syllogism, original contract, freedom and principles of law

Abstract: This article examines the Kantian justification of the state governed by right based on the *Doctrine of Right* from the *Metaphysics of Morals*. Kant argues that the juridical state is not an empirical fact but a rational necessity derived from the postulate of public right and external freedom. The analysis begins with the practical syllogism as an explanatory model, highlighting its limitations in justifying the transition from the state of nature to the civil condition. The idea of an original contract is treated as a rational, non-empirical representation, essential for understanding the unification of individual wills under public laws. The insufficiency of this approach leads to a deeper examination of the juridical concept of freedom as the logical and normative starting point. The article also explores the three dimensions of right — externality, reciprocity, and universality — and their relation to moral principles, especially the categorical imperative. It concludes that external freedom, understood as autonomy under public laws, constitutes the ultimate foundation of the state governed by right, whose legitimacy rests on practical reason rather than empirical convention. Thus, Kant does not aim to explain the historical origin of the state, but its normative justification as a legitimate instance of rational coercion.

Keywords: Kant; right; morality; state governed by right; external freedom.

Elementos de la justificación kantiana del Estado de derecho en la metafísica de las costumbres: silogismo práctico, contrato originario, libertad y principios del derecho

Resumen: Este artículo examina la fundamentación kantiana del Estado de derecho, basada en la Doctrina del Derecho y la Metafísica de las Costumbres. Kant propone

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: tiagofelipe.ambrosini@gmail.com

que el estado de derecho no es un hecho empírico, sino una exigencia racional derivada del postulado del derecho público y la libertad externa. Utiliza el silogismo práctico como modelo explicativo, destacando sus límites al intentar justificar la transición del estado de naturaleza al estado civil. La idea de un contrato originario se aborda como una representación racional, no empírica, y resulta crucial para comprender la unión de voluntades bajo el derecho público. La insuficiencia de esta fundamentación conduce a un análisis del concepto jurídico de libertad como punto de partida lógico y normativo. También explora las tres dimensiones del derecho —externalidad, reciprocidad y universalidad— y su relación con los principios morales, especialmente el imperativo categórico. El artículo concluye que la libertad externa, entendida como autonomía bajo el derecho público, representa la base última del Estado de derecho, cuya legitimidad reside en la razón práctica y no en convenciones empíricas. Así, Kant no busca explicar el origen del Estado, sino su justificación normativa como instancia legítima de coerción racional.

Palabras clave: Kant; derecho; moral; Estado de derecho; libertad externa.

1 Introdução

A presente investigação se propõe a discutir a fundamentação do Estado de Direito na filosofia prática de Immanuel Kant, tomando como base a *Doutrina do Direito*, primeira parte da *Metafísica dos Costumes*² (MS). O problema central consiste em compreender como, a partir de princípios *a priori* da razão prática, Kant justifica a necessidade e legitimidade do estado jurídico (*Rechtsstaat*). Para tanto, o artigo percorre a argumentação que parte do postulado do direito público e da ideia de contrato originário, buscando compreender suas limitações explicativas. Em seguida, o estudo analisa conceitos estruturais do direito kantiano, particularmente o papel da liberdade externa como direito inato, articulando-a aos princípios do direito. Ao final, procura-se esclarecer como esses elementos se integram para formar uma concepção racional e normativa do Estado de Direito, destacando a pertinência dessa discussão no campo da filosofia política e jurídica contemporânea.

No cenário contemporâneo, os fundamentos kantianos do Estado de Direito vêm sendo constantemente revisitados diante dos desafios colocados pelo pluralismo moral, conflitos de direitos fundamentais, desigualdade social e pela tensão permanente quanto à legitimidade da coerção estatal. Em um mundo marcado pela diversidade de valores e pela multiplicação de reivindicações de justiça, discutir se — e como — os princípios *a priori* do direito propostos por Kant continuam oferecendo critérios normativos universais é central para as teorias jurídicas e políticas atuais. Ademais, as demandas por igualdade substancial e inclusão exigem reelaborações no projeto kantiano, ampliando o diálogo sobre os limites e

² A sigla MS remete à *Metafísica dos Costumes* (Metaphysik der Sitten), citadas de acordo com a versão da Academia (Akademie Ausgabe), sendo “AA VI” o sexto volume da edição da academia e, em seguida, o número da página. A versão das citações se baseia nas seguintes edições em português: KANT, Immanuel. **Metafísica dos costumes-Parte I e II**. Editora Vozes, 2013.

possibilidades da liberdade como critério último de legitimidade jurídica. Por isso, revisitar Kant à luz desses desafios não apenas ilumina aspectos específicos de sua filosofia, mas também oferece recursos para pensar criticamente as estruturas do direito em sociedades complexas.

2 Do Silogismo Prático à crítica do Contrato Originário

O §43 (MS, AA VI, 311) apresenta alguns dos elementos estruturais da doutrina do direito público de Kant. Tem-se aí um ponto de partida (povos ou conjunto de pessoas que vivem com alguma reciprocidade), um ponto de chegada (o estado de direito, ou seja, onde todos terão seus direitos assegurados) e a forma de transição entre um ponto de outro (a unificação das vontades por meio de uma legislação). Ao esboçar a argumentação kantiana nesse formato, observa-se o que prevê o seu método analítico³. O estado de direito seria como uma dedução lógica do postulado do direito público⁴. Entendendo nesse sentido, o raciocínio lógico, para chegarmos a compreensão do que é o estado jurídico, poderia ter as seguintes partes:

Regra geral: O “conceito geral de direito público” contém um “conjunto de leis” que serve como “sistema de leis para o povo” que são “universalmente promulgadas”;

Matéria: Há um “conjunto de povos que, estando entre si em uma relação de influência recíproca” demandam “se tornarem participantes daquilo que é de direito”;

Conclusão: Logo, a partir da união do “interesse comum de todos em estar em um estado jurídico” por meio do “princípio que restringe a liberdade externa por meio de leis”, a consequência é formarem uma comunidade política, “devido a sua forma”, num “estado jurídico”, onde “uma vontade que os unifique numa constituição”.

Nesse modelo, temos uma regra geral *a priori*, a definição de direito público, sendo uma definição que compreende a publicidade das leis e sua aplicação universal. Tem-se a realidade (matéria) na qual a regra geral é aplicada na realidade prática, ou seja, a vontade do povo, que também demanda ser unificada, tendo em vista a necessidade de proteção e segurança por viverem em relações mútuas. Na conclusão, se chega à necessidade de

³ Segundo Byrd e Hruschk (2010), Kant segue o método geométrico de exposição na *Metafísica dos Costumes*, partindo de axiomas, definições e postulados, desdobrando numa série de silogismos. No entanto, aponta Martínez (2022), ao contrário da matemática, em que os axiomas e definições já elucidam o próprio conceito, na filosofia, toda definição carece de elucidação. A definição pode vir antes, mas de forma ainda incompleta, demandando uma gradual argumentação.

⁴ Postulado do direito público: “Em uma relação de inevitável coexistência com todos os outros, você deve passar daquele estado a um estado jurídico, ou seja, a um estado de justiça distributiva” (§ 42, MS, AA VI.).

formação de um estado civil, onde uma legislação constitucional unifica as vontades, estabelecendo, assim, a segurança recíproca e a garantia dos direitos. A dedução do estado jurídico a partir do postulado do direito público seria como um silogismo prático⁵. Podemos assim resumir esse silogismo da seguinte forma: o postulado do direito público aplicado ao estado de natureza tem como consequência a formação do estado jurídico.

No entanto, associar esses elementos da doutrina do direito de Kant, expressos nesta forma de silogismo, podem acarretar algumas questões, tais como: o postulado do direito público tem origem na natureza racional dos seres humanos (um dever imposto pela razão), de modo que, mesmo no estado de natureza, já se encontra esse princípio racional, assim, parece que o princípio *a priori* não tem força (ou não seria necessário) para gerar uma outra realidade (estado civil). Ao considerarmos o sentido que o silogismo prático tem para Kant, como algo que confere razões e não fatos, então, podemos entender que a fundação do estado tem caráter regulativo, como uma ideia de razão. Ocorre que, se o estado de direito é um princípio regulativo, então o silogismo prático tem finalidade para gerar uma ideia da razão (a ideia de um contrato originário de unificação das vontades, que serve de balizador da legislação civil); mas se o estado civil for constitutivo, ou seja, se ele for tomado como uma realidade, seria possível apenas a natureza racional, a partir de seus princípios *a priori*, deduzir um estado de direito?⁶

O postulado do direito público aparece no §42, depois de Kant tratar do direito de propriedade. A necessidade de um estado jurídico emerge justamente na comunidade que demanda uma segurança jurídica para o que pode ser considerado o meu e teu⁷. Isso pode sugerir que o estado jurídico existe por uma necessidade empírica, o que seria diferente do que existir por um mandamento da razão. De modo que, ou a necessidade pragmática gera o dever de ingressar no estado jurídico, ou a princípio racional *a priori* é que dá base a esse dever.

⁵ A respeito do silogismo prático, segundo Santo (2022), “a premissa maior é a máxima. Ela é a razão mais geral que motiva e justifica a ação representada na conclusão. A premissa menor é a situação em que se encontra o agente e que exige que ele se mobilize. A conclusão é o tipo de ação que ele deve praticar à luz de seu princípio” (p. 164). O silogismo prático seria uma tentativa de explicar o dever de ingressar num estado jurídico. Em outro momento da MS, Kant cita no §45 o silogismo prático da razão para explicar a relação dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário).

⁶ Para Byrd e Hruschk (2010, p. 168), a questão para Kant é: “Como é que o domínio dos humanos sobre os humanos com caráter de lei é possível?”. Não há dúvida que há sociedades onde alguns exercem poder sobre os demais, mas o ponto aqui é fundamentar a legitimidade do poder instituído.

⁷ “É esta comunidade sozinha sobre a qual os argumentos que apoiam o postulado do direito público podem ser baseados e é esta comunidade sozinha que é uma consequência necessária da nossa existência na Terra. Sem o objetivo e o dever de dividir a Terra não haveria comunidade original de todos os seres humanos a não ser como um produto da nossa imaginação” (Byrd; Hruschk, 2010, p. 140).

No §44 (MS, AA VI, 312), Kant deixa claro que não é através da experiência que o estado jurídico é formado. “Não é um fato, portanto, que torna necessária a coerção legal pública.” A própria definição de estado de natureza, como estado não jurídico, contempla que os indivíduos desse estado têm racionalmente uma noção de direito, do que é certo e justo (“o que lhe parece justo e bom”), pois são seres racionais e por sua própria constituição já tem em si esses princípios *a priori*. Mas ter a noção do direito não significa ter a garantia do direito. Por isso, é uma decorrência desse princípio jurídico racional que os seres humanos saiam do estado de natureza e formem um estado civil, pois aí encontrarão a “coerção externa legalmente pública” e terão a garantia do seu direito, a partir de uma “legislação externa dotada de poder” para que “aquilo que deve ser reconhecido como o seu seja *legalmente* determinado a cada um”. O estado civil garante o arbítrio comum, livrando os indivíduos de um estado que, embora não fosse um “estado de injustiça” era um estado onde “o direito era controverso”, dado que “cada um age como que lhe vem à cabeça”, pois “não se encontrava nenhum juiz competente para emitir uma sentença com força de lei”.

Um aspecto importante nessa noção kantiana de estado de natureza é que ele contém deveres jurídicos, pois se assim não o fosse, não haveria “um comando para sair desse estado” (MS, AA VI, §44, 313). Nesse estado não jurídico, pode haver as mesmas formas legais que há no estado civil. Daí se conclui que não é pela forma da lei que se tem a garantia do direito. Se tomarmos, por exemplo, o direito de propriedade, ele já existe no estado de natureza e existe também o dever jurídico para se respeitar a propriedade, pode haver até uma lei sobre a propriedade, no entanto, se não houver Estado, nem os direitos, nem os deveres, poderão ser satisfatoriamente exercidos.

A partir dessa caracterização do estado de natureza em Kant, podemos compreender que a formação do estado civil não ocorre por algo externo⁸, mas se dá pelo acordo interno entre as pessoas, a partir do uso da razão. O estado civil é “pensado somente segundo conceitos puros da razão” é onde “são dadas apenas as condições” para que o direito se exerça plenamente. Portanto, essa ideia de estado civil não descreve como um estado é construído ou formado, mas quais as condições para o exercício do direito.

Em Kant, o Estado não deve ser concebido como produto de um acontecimento histórico originário, mas sim como uma ideia regulativa da razão prática. A estrutura estatal e

⁸ Kant não busca uma explicação histórica ou factual para a geração do estado. O fato de, provavelmente, o estado ter surgido pela força, não implica que não se deve pensar a legitimidade do estado enquanto garantidor dos direitos. Essa perspectiva visa dar um sentido para o destino do estado, mais que uma tentativa de buscar sua origem histórica. “(...) o contrato deixa de ser o fundamento da origem do Estado e passa a ser o fundamento de seu “destino”, a cuja ideia a razão prática nos impõe uma aproximação constante (assintótica) como dever” (Pellizzaro, 2018, p. 180).

suas leis não derivam de fatos pretéritos, mas projetam-se como finalidade normativa para a qual toda comunidade racional deve tender. O próprio contrato originário, enquanto modelo, não pretende descrever um evento empírico do passado, mas estabelecer o critério segundo o qual a legitimidade das instituições políticas deve ser avaliada. Dessa perspectiva, o Estado existe no pensamento kantiano como destinação racional, configurando um horizonte crítico e regulador à organização da vida em comum — independentemente das contingências históricas que possam marcar seu surgimento ou desenvolvimento (Pellizzaro, 2018).

Kant segue a argumentação definindo o “Estado (*civitas*)” como “a união de um conjunto de homens sob leis jurídicas” (MS, AA VI, §45, 313). O que seria essa união das vontades ou como se daria o pacto entre os indivíduos? Para Kant, é a própria ideia de um Estado, enquanto um “princípio jurídico puro” que “serve de norma (*norma*) a toda unificação efetiva em uma comunidade política (portanto internamente)”. As leis que decorrem desse estado ideal devem estar de acordo com os princípios racionais do direito.

Conceber simplesmente que o estado na ideia traria a vontade unificada do povo parece algo ainda incipiente. Seria como admitir que: de uma concepção racional de ser humano se tem a ideia de que deve haver uma união das vontades humanas para formar um estado civil, que trará leis de acordo com aquela concepção racional de ser humano. O ponto de chegada parece ser o mesmo ponto de partida. Se o resultado da união das vontades for estabelecer leis racionais, isso já se tinha por pressuposição no estado não jurídico⁹. O conceito de postulado do direito público ilustra a transição racional do estado de natureza para o estado civil, no entanto, parece haver uma certa circularidade argumentativa, uma vez que se parte e se chega ao mesmo ponto: a racionalidade do sujeito moral.

A compreensão do estado jurídico não pode estar, para Kant, numa razão histórica ou empírica. Não é por uma descoberta histórico-antropológica que se chega ao conhecimento de um pacto que originou o Estado. Por outro lado, ao se considerar a ideia de Estado de Direito como algo de cunho racional-constitutivo, se esbarra no que Kant entende por vontade unificada do povo, que somente seria atingida no próprio estado civil¹⁰.

⁹ Nesse ponto, segundo Horn, não fica claro “se a dimensão moral deveria ser entendida como base inicial ou como resultado do cenário contratual. Como base inicial o elemento contratual seria redundante, e como resultado seria absurdo, porque no pensamento de Kant, diferentemente do de Habermas, a moral não pode aparecer como resultado de um processo de entendimento. Com isso, a figura do contrato teria, na melhor das hipóteses, um caráter ilustrativo, heurístico ou pragmático-implementativo” (2009, p. 48).

¹⁰ “Por isso, o contrato originário não é um fato, uma vez que a usurpação provocou histórico-antropologicamente o estado civil, mas também não é um princípio constitutivo do estado civil, já que a unidade das vontades que o contrato originário representa somente pode se efetivar no próprio estado civil, quando o usurpador assume a soberania mediante a reunião da selvagem multidão em um povo” (Durão, 2004, p. 14).

Conforme Torres, a coligação das vontades particulares não pode e não deve ser um fato, mas sim uma obrigação do legislador em editar leis que estejam de acordo com a vontade unificada de todos. Daí se conclui que “(...) uma vez concebido o contrato social assim, como uma mera *Ideia da Razão*, e a vontade geral que dele decorre igualmente como uma simples representação ideal, então é claro que o povo - o povo em e por si mesmo - não pode existir unificadamente, tampouco podendo, *a fortiori*, ser considerado como soberano” (2012, p. 192).

3 Os Limites do Formalismo: Contrato Originário e a Justificação do Estado em Kant

A análise empreendida até aqui permitiu evidenciar tanto o papel metodológico do silogismo prático na argumentação kantiana quanto seus pontos de tensão e insuficiência para fundamentar plenamente o Estado de Direito. Neste ponto, torna-se necessário retomar tais limites para, em seguida, aprofundar o papel do contrato originário conforme Kant — explorando se essa noção cumpre, de fato, o papel de mediação normativa capaz de resolver a circularidade argumentativa detectada anteriormente. Serão discutidas as ambiguidades e potencialidades desta ideia, suas aproximações e distâncias em relação a modelos históricos, bem como seus reflexos sobre a legitimidade das decisões legislativas e da própria soberania popular.

Kant insere o conceito de contrato originário para explicar como se dá o procedimento de constituição do estado. Isso parece trazer luz àquela possível contradição entre a saída do estado de natureza e a chegada no estado civil (ambos estão fundados na natureza racional do ser humano). Para Kant, o contrato é um ato (“segundo a única ideia dele”) em que todo povo renuncia sua liberdade externa para readquiri-la como membro de uma comunidade política.

Um “ato na ideia” não parece ser algo simples de entender como fundamento do estado civil. Ao alterarmos os termos do silogismo prático da razão, utilizado no início, os conceitos ficam assim dispostos: a ideia de um contrato originário pode servir de regra geral, como um mandamento da razão; a premissa menor seria o ato de determinação da vontade em seguir esse mandamento (renunciar a liberdade externa para ingressar na comunidade política); a conclusão resulta no estado civil, como resultado efetivo do contrato originário. Ocorre que, ao se referir a ideia¹¹ de um contrato, Kant esteja propondo que se conceba, se

¹¹ Conforme Almeida (2006, p. 221), “(...) em Kant, a expressão “na ideia” contrasta com “realmente” ou “de fato” e serve precisamente para opor o que *deve ser* ao que realmente *é*. Em outras palavras, serve precisamente para caracterizar ações objetivamente necessárias como ações que são subjetivamente contingentes para agentes

pense, num estado com fundamento jurídico. Isso teria mais um sentido de expressar um significado de algo que não tem correlação na experiência, mas que adquire um sentido de dever ser, de forma propositiva e não descritiva.

O que temos até aqui são duas tentativas, que parecem ainda não ser uma explicação completa de como é possível estabelecer o estado de direito. O problema está em determinar precisamente a ordem das razões para que o estado jurídico possa ter uma fundamentação. O caminho do postulado do direito público tem o problema de exigir como pressuposto aquilo que terá como resultado: os princípios racionais de um ser racional são o ponto de partida e o ponto de chegada. Já a ideia do contrato originário parece ser mais uma expressão de como Kant compreende o estado jurídico do que propriamente uma tentativa de explicação da sua origem, seria mais uma maneira de conceber o estado, do que propriamente uma fundamentação.

Essa tensão entre moralidade e direito, entre convicção interna e coerção externa, nos conduz a um elemento central da filosofia kantiana: a liberdade. A partir dela, Kant constrói tanto a moral quanto o direito, mas em registros distintos — a primeira fundada no dever, e o segundo na legalidade. Compreender o Estado de Direito como expressão da liberdade jurídica implica não apenas situá-lo como imposição racional, mas também reconhecer sua legitimidade na medida em que garante a coexistência recíproca das liberdades. A seguir, investigaremos como o conceito de liberdade estrutura os princípios do direito e permite compreender o estado jurídico como consequência necessária da razão prática.

Importante frisar que ficaram estabelecidos na argumentação anterior alguns elementos que não podem ser negligenciados: não é por um motivo empírico¹² que pode estar fundamentado o estado jurídico, as necessidades individuais não são suficientes para dar razões que todos vivam numa comunidade com leis e poder soberano; também não é pelas consequências ou possíveis benefícios que o estado trará para as pessoas que fazem elas consentirem com a legislação do estado. Então, se não são nos motivos empíricos ou nas necessidades pragmáticas que estão as razões para a legitimidade do estado, isso parece indicar que serão nos elementos *a priori*, constitutivos do sujeito racional, que poderemos entender melhor a argumentação kantiana.

imperfeitamente racionais e que, por isso, aparecem a estes como algo que *deve* ser e encontra no modo imperativo sua expressão linguística adequada”.

¹² Só há uma premissa empírica no argumento de Kant: a Terra é limitada, logo não há como as pessoas viverem de forma isolada, sempre haverá relações mútuas. “como a terra não é ilimitada, mas uma superfície finita por si mesma” (MS, AA VI, §43, 311).

Poder-se-ia propor que basta o imperativo categórico¹³ da moralidade para fundar o estado de direito. A máxima de abandonar o estado sem lei e passar a integrar uma comunidade fundada na lei e no direito, com certeza, seria universalizável e então seria baseada no imperativo categórico. No entanto, qual seria a função do direito? Mais ainda, qual a necessidade de estabelecer os princípios metafísicos da doutrina do direito (conceito de direito, lei do direito, princípio universal do direito)? Esses questionamentos direcionam a análise para entender o que esses conceitos significam e o que agregam no entendimento do estado jurídico.

4 O Papel da Liberdade na Fundamentação do Estado Jurídico

A liberdade ocupa papel central em toda filosofia prática kantiana e emerge, neste contexto, como eixo estruturante da própria legitimidade do Estado de Direito. Diferentemente de concepções empíricas ou utilitaristas do contrato social, Kant enraíza a autoridade jurídica em uma concepção universal e racional de liberdade, ao mesmo tempo direito originário e condição de possibilidade de toda normatividade jurídica. É precisamente analisando como o conceito de liberdade externa delimita e condiciona a convivência recíproca dos arbítrios, que podemos compreender por que a coerção legítima do Estado não simplesmente limita, mas possibilita o exercício autêntico da liberdade de todos. Tal abordagem ultrapassa o mero formalismo legal, insistindo no núcleo normativo que confere ao direito sua força obrigatória e universalizável.

Chegamos, então, a uma nova base para refletir sobre as condições de convivência em sociedade. Suponha que eu viva em um determinado grupo social — qualquer que seja seu formato ou complexidade — e adote, por convicção pessoal, alguns princípios que considero fundamentados moralmente, tais como o respeito ao próximo, a honestidade nas relações, a busca por autodesenvolvimento e a prática da caridade. Ao conduzir minha vida orientado por esses valores, estarei agindo segundo uma ética individual, voltada para o aperfeiçoamento do meu caráter. No entanto, embora eu possa praticar esses preceitos, não tenho o direito de exigir que os demais membros da sociedade façam o mesmo. Posso, no máximo, tentar persuadi-los com argumentos ou exemplos, mas não posso obrigá-los a adotar tais normas morais. As minhas relações com os outros — se existirem vínculos — não podem, portanto, derivar diretamente desses princípios, pois estes pertencem à minha esfera interna.

¹³ “age apenas segundo a máxima pela qual possas ao mesmo tempo querer que ela se torne uma lei universal” (FMC, Ak 421).

Agora, imaginemos uma nova situação: outras pessoas compartilham dessas mesmas convicções morais e, conscientes dessa afinidade, decidimos estabelecer entre nós um acordo, um pacto que vincule nossas ações recíprocas a essas normas previamente assumidas. A partir desse momento, nossa relação já não se baseia apenas em convicções pessoais, mas passa a exigir uma coordenação entre nossas vontades. Para tanto, precisamos elaborar regras claras que orientem nossa convivência mútua. Essas regras — distintas dos princípios morais originais — têm um caráter externo e jurídico: servem para assegurar que a liberdade de ação de cada um seja compatível com a liberdade dos demais. Em outras palavras, essas normas jurídicas regulam o uso do nosso arbítrio, impedindo que o exercício da liberdade de um se transforme em ameaça ou limitação para a liberdade do outro.

Esse novo conjunto de regras — jurídicas — tem uma função dupla. Por um lado, organiza de forma prática e pública a convivência entre indivíduos livres; por outro, oferece as condições mínimas para que os preceitos morais possam ser sustentados e promovidos. Sem tais regras externas e coercitivamente aplicáveis, os princípios morais permanecem vulneráveis e ineficazes em contextos de interação social. Assim, a regra jurídica que proíbe o roubo assegura a possibilidade do direito de propriedade; a que proíbe o homicídio garante a inviolabilidade da vida; e a que condena a violência protege a integridade física de todos os membros do pacto.

Essa linha de raciocínio permite concluir que, embora a moralidade represente o núcleo interno do agir ético, ela é insuficiente, por si só, para garantir a estabilidade e a justiça nas relações sociais. A convivência entre seres livres exige mais do que intenções individuais; ela requer reciprocidade objetiva, exigível e garantida. Por isso, o direito se apresenta como complemento indispensável da moral: ele transforma as exigências da razão prática em normas públicas e coercitivas, garantindo, mesmo diante da ausência de motivação moral genuína, que as regras básicas da convivência sejam respeitadas por todos.

Alguém poderia interpelar essa forma de explicação, alegando que no próprio procedimento do imperativo categórico está implícito que devo também respeitar o arbítrio do outro. Sim, de fato, isso é uma consequência de seguir o imperativo categórico. A questão é que, somente com essa regra de fundamento interno, não tenho como exigir reciprocidade, faltaria ainda uma base que regule as vontades do ponto de vista externo. Pois, se todos concordam, ou deveriam concordar com o imperativo categórico, então todos também devem concordar com uma estrutura de regras que garantam as nossas relações externas. Portanto, os

princípios que dão base ao estado jurídico estão alicerçados no princípio da moralidade¹⁴. Em Kant, a distinção entre moralidade e direito é fundamental e irreduzível: a moralidade concerne à motivação interna do agente, regulada pelo imperativo categórico, que exige agir por dever e com respeito incondicionado à humanidade no outro e em si mesmo. O direito, por sua vez, refere-se apenas à conformidade externa das ações, não importando o móbil interno, e possui como critério a possibilidade de coexistência recíproca das liberdades sob regras universais. Enquanto a moralidade não admite coerção — devendo o agir moral permanecer espontâneo e autônomo —, o direito justifica e até exige a coerção externa como meio de garantir a liberdade de cada indivíduo frente à liberdade dos demais. Assim, embora ambos os domínios sejam guiados pela razão, não se confundem nem se subordinam reciprocamente: o direito formaliza externamente condições mínimas de justiça, mas não suplanta o horizonte interno da virtude moral.

Um outro questionamento poderia ser colocado: se para ingressar no estado jurídico devo antes pactuar com os princípios da moralidade, então, o contrato originário é algo que efetivamente deve ocorrer? A visão Kantiana de moralidade não parece caminhar para esse sentido. O imperativo da moralidade é uma obrigação universal e necessária, não depende de escolha individual, não depende de um consenso. Exatamente por isso a necessidade do direito, como complemento externo da moral, pode ser imposta a todos. Dessa forma, o ingresso numa comunidade jurídica não depende de um pacto ou acordo entre as partes, ele pode ser colocado coercitivamente para o indivíduo. A coerção estatal é, não apenas permitida, mas moralmente obrigatória, para garantir a vigência do princípio universal do direito. Kant sustenta que nenhum ser humano pode estar subordinado a outro de forma a não poder exigir reciprocidade, rejeitando, assim, qualquer forma de servidão legítima (Guyer,

¹⁴ É objeto de debate na interpretação da filosofia prática de Kant se o direito deve ser entendido como uma derivação da ética ou se pode ser concebido como uma esfera normativa autônoma. Otfried Höffe (1998) sustenta a primeira posição, segundo a qual o direito seria uma extensão da moralidade, já que apenas imperativos propriamente morais podem ser categóricos. Para Höffe, Kant apresenta o conceito de um “imperativo categórico do direito”, e a adjetivação “moral” atribuída ao conceito de direito indicaria uma vinculação necessária entre moral e legalidade. Já Joãozinho Beckenkamp (2009) defende uma leitura oposta: para ele, o direito kantiano é independente da ética, embora continue inserido na filosofia moral em sentido amplo. Essa independência se apoia na distinção, enfatizada por Kant na *Metafísica dos Costumes*, entre moral e ética: o direito e a ética seriam espécies distintas dentro do gênero mais amplo da moral, que é definido como o domínio da razão prática e das leis da liberdade. O direito, nesse contexto, não exige que a ação seja realizada por dever (como na ética), mas apenas conforme ao dever, bastando a legalidade externa garantida por coação legítima. A expressão “conceito moral de direito”, portanto, não indicaria uma subordinação do direito à ética, mas sua inserção na moralidade enquanto estrutura normativa racional da liberdade. Para Guido de Almeida (2006), o direito implica na imposição pela força daquilo que é considerado uma obrigação incondicional pela lei moral. O direito torna possível a moral e a moral fundamenta o direito, enquanto coerção. As leis jurídicas têm uma consideração moral, enquanto obrigação incondicional da razão, mas também um aspecto subjetivo enquanto coerção, que é admitida para que todos sejam mobilizados a cumprir a lei externamente (independente da sua motivação interior).

2014). Dessa forma, a transição da moral para o direito não representa uma ruptura, mas um desdobramento necessário: o direito é a expressão externa da razão prática, que assegura, no plano jurídico, a liberdade de cada indivíduo em coexistência com os demais. A obrigatoriedade do estado jurídico, então, não depende de escolha subjetiva, mas decorre da própria racionalidade humana, constituindo um dever jurídico universal.

Aquilo que é mais originário nessa argumentação, ou seja, o que vem primeiro e daí os demais elementos se desdobram, é o conceito jurídico de liberdade¹⁵. Kant aponta a liberdade como o único direito original, no sentido de que tenho uma independência para com a escolha do outro, da mesma forma que a liberdade do outro também deve ser garantida. Essa noção de liberdade deriva de uma concepção de humanidade. Se tomarmos essa noção de liberdade, baseada na concepção de um ser racional, então será concebível que ingressar num estado de direito é algo universal e necessário. Por isso um dos deveres jurídicos será “entre em um estado no qual a cada um possa ser assegurado o seu diante dos demais” (*Lex iustitiae*) (MS, AA VI, 237). De acordo com esses conceitos, aplicados ao exemplo anteriormente mencionado, temos que não é preciso convencer os demais indivíduos a aderirem a uma moralidade, pois ela já está na natureza racional de cada um. Além disso, a obrigatoriedade de formar um estado jurídico submetido à legislação pública não demanda de um consenso ou acordo, pois também é algo racional derivado da própria liberdade.

Dessa forma, o reconhecimento da liberdade como direito original fornece o ponto de partida normativo que estrutura todas as demais exigências do Estado de Direito em Kant. O caminho argumentativo mostra que, sem a mediação de regras jurídicas públicas — e da própria coerção legítima —, a liberdade individual restaria vulnerável às arbitrariedades do arbítrio alheio. Tal contexto prepara o terreno para a análise das dimensões formais do direito em sua metafísica — exterioridade, reciprocidade e universalidade —, permitindo compreender como esses princípios se entrelaçam à noção de liberdade para formar o arcabouço teórico e prático da justiça kantiana. A seguir, abordaremos como essas três dimensões consolidam o vínculo entre autonomia individual e legislação pública, projetando um modelo de sociedade compatível com a dignidade racional de todos.

¹⁵ “A liberdade (a independência de ser constringido pela escolha alheia), na medida em que pode coexistir com a liberdade de todos os outros de acordo com uma lei universal, é o único direito original pertencente a todos os homens em virtude da humanidade destes” (MS, AA VI, 237).

5 As Três Dimensões do Direito em Kant: Exterioridade, Reciprocidade e Universalidade

Podemos agora verificar se nos conceitos introdutórios da *Metafísica dos Costumes* é possível identificar essa ligação entre o princípio moral e sua derivação nos princípios do direito. O Conceito de Direito, Princípio Universal do Direito e Lei Universal do Direito¹⁶, cada um contendo basicamente o mesmo conteúdo, diferindo apenas na finalidade, são expressões que possuem semelhança com o imperativo categórico, no entanto, diferem deste em algo essencial: eles não impõem que se aja *por dever*. O direito está no âmbito da autorização, da permissão de agir naquilo que é lícito. “Quando o propósito não é ensinar a virtude, mas apenas expor o que é correto, então não se precisa, e não se deve, apresentar aquela lei do direito como móbil da ação” (MS, AA VI, 231). A liberdade aqui no contexto da metafísica do direito demanda uma abrangência que implique a ação externa. Kant designa como autorização¹⁷, esse tipo de liberdade que não está impedida por nenhum imperativo moral.

Se observarmos os elementos que compõem as definições de Conceito de Direito, Princípio Universal do Direito e Lei Universal do Direito, veremos que ambos tratam de: relações externas, coexistência recíproca dos arbítrios e lei universal. Esses três elementos podem ser designados como: exterioridade, reciprocidade e forma universal.

Exterioridade: A ação externa é uma ação que derivou de uma máxima (que a máxima permite). Uma máxima é um princípio subjetivo de determinação da vontade¹⁸. Então, há aqui uma intenção que determina o meu querer. Sem isso, não há uma ação externa com intenção, do contrário, teríamos ações mecânicas ou impulsivas, que não estão no âmbito do direito e da moral. Conforme Beckenkamp (2003) a exterioridade do direito é a implementação da legislação prática da razão. O direito garante a aplicação da moral pela coerção externa, que é autorizada pela razão. Exterioridade não é exteriorização¹⁹, a primeira

¹⁶ Conceito de direito: “O direito, portanto, é o conjunto das condições sob as quais o arbítrio de um pode conciliar-se com o arbítrio de outro segundo uma lei universal da liberdade”. Princípio universal do direito: “ação que permite (ou cuja máxima permite) a liberdade do arbítrio de cada um coexistir com a liberdade de todos segundo uma lei universal etc.” Lei universal do direito: “aja externamente de tal modo que o uso livre de seu arbítrio possa coexistir com a liberdade de cada um segundo uma lei universal” (MS, AA VI, 230-231).

¹⁷ “Permitida é uma ação (licitum) que não é oposta à obrigação. E essa liberdade, que não está limitada por nenhum imperativo oposto, chama-se autorização (facultas moralis). Torna-se evidente, a partir disso, o que não é permitido (illicitum)” (MS, AA VI, 222).

¹⁸ Conforme definição da Fundamentação: “Máxima é o princípio subjetivo do querer” (FMC, nota Ak 400).

¹⁹ “A exterioridade do direito não deve ser entendida, entretanto, como uma simples exteriorização da legislação prática, pois todo seguimento da lei moral seria, na medida em que tem conseqüências no mundo externo, uma exteriorização da lei, o que não significa, entretanto, que tal seguimento também instituiria relações de legalidade no mundo externo. Ora, é precisamente isso que o direito tem de fazer para ter uma função específica no domínio

implica na instituição de legalidade no mundo externo, a segunda é apenas o fato de que uma lei moral ganhou execução no mundo externo, sem necessariamente haver coerção. Portanto, essa exterioridade das ações implica em deveres externos e legislação externa²⁰. Para esse sentido externo, é possível que o cumprimento da lei não seja por respeito ao fundamento da lei em si mesmo, mas é admitido um outro móbil para a obrigação (que pode ser o medo de punição por não cumprir uma determinada lei jurídica).

Reciprocidade: A coexistência recíproca das liberdades implica em considerar que a minha liberdade, do ponto de vista externo, é condicionada pelo espaço ocupado pela liberdade do outro. A relação com o outro não é apenas concebida (como no imperativo categórico, que imagino minha ação sendo praticada por outros), mas há uma implicação direta do outro, uma implicação real e externa. O imperativo categórico garante a razão, mas não dá condição para ação externa. É necessário um princípio que administre a convivência entre as liberdades, para que cada um respeite o arbítrio do outro. Cabe ao direito o poder de administrar o conflito entre os arbítrios e isso torna-se possível a partir da legitimidade da coerção recíproca universal²¹. Os limites da minha atuação externa podem ser medidos e conhecidos pois, como ser racional, sei qual é a obrigação que, sendo imposta para mim, também posso exigir do outro; da mesma forma sei que aquilo que não é proibido para mim, torna-se lícito que eu execute sem ferir a liberdade do outro.

Forma universal: A expressão segundo uma lei universal parece indicar que as normas jurídicas devem estar de acordo com o imperativo categórico, ou seja, o critério da universalização deve ser seguido para que a lei, em seu caráter jurídico, tenha validade racional. Mas, sem entrar no mérito da incondicionalidade ou não do imperativo do direito, podemos entender que as condições que o direito estabelece dizem respeito a forma da escolha²², não aos fins e desejos dos agentes. A universalidade é um critério formal e não

prático, caracterizando-se então propriamente como exterioridade da legislação prática” (Beckenkamp, 2003, p. 160).

²⁰ “Os deveres segundo a legislação jurídica só podem ser deveres externos, pois essa legislação não exige que a ideia desse dever, que é interior, seja por si mesma fundamento de determinação do arbítrio do agente e, visto que ela sempre necessita de um móbil conveniente à lei, só pode ligar esta última a móveis externos” (MS, AA VI, 219). “Chamam-se leis externas (leges externae), em geral, as leis obrigatórias para as quais é possível uma legislação externa. Dentre estas são de fato externas, porém naturais, aquelas cuja obrigatoriedade, mesmo sem legislação externa, pode ser reconhecida *a priori* pela razão; e aquelas, ao contrário, que absolutamente não obrigam sem legislação externa efetiva (e que sem as últimas, portanto, não seriam leis), chamam-se leis positivas” (MS, AA VI, 224).

²¹ “O direito estrito pode ser representado também como a possibilidade de uma coerção recíproca universal em concordância com a liberdade de cada um segundo leis universais” (MS, AA VI, 232 § E).

²² “(...) não se leva de modo algum em consideração, nessa relação recíproca do arbítrio, também a matéria deste, ou seja, o fim que cada um tem em vista com o objeto que quer. Não se pergunta, por exemplo, se alguém que compra de mim uma mercadoria, para seu próprio negócio, quer ou não obter vantagem, mas pergunta-se apenas pela forma na relação entre os arbítrios de ambas as partes, na medida em que ela é considerada simplesmente

material. A legitimidade de uma coerção recíproca universal jamais poderia ser admitida se o conceito de direito considerasse os desejos e condições empíricas dos agentes.

Percebemos, portanto, que o entrelaçamento do conceito de liberdade, enquanto direito original, juntamente com os princípios do direito, derivados daquele conceito, são a base para entendermos a fundamentação do estado de direito em Kant. Isso pode ser evidenciado também porque no próprio conceito de liberdade, de forma inata²³, estão também contidas as noções de igualdade, reciprocidade, integridade, independência, veracidade. Posteriormente (MS, AA VI, §46, 313-314), Kant propõe a conexão da liberdade com a igualdade e a independência civil. As pessoas do Estado representam poderes (executivo, legislativo e judiciário), os cidadãos que compõem o estado possuem atributos. Se o silogismo prático é usado para explicitar os poderes do estado, parece que, para esses conceitos, também pode ser aplicado nos atributos dos cidadãos: o princípio ou lei geral é a liberdade (premissa maior); o comando de proceder segundo a lei é a igualdade (premissa menor); e a sentença jurídica é a independência civil (conclusão). Na medida em que o indivíduo tem autonomia para seguir a sua própria razão (liberdade), também reconhece no outro como ser racional essa mesma condição (igualdade), dessa forma, os seus direitos e a sua dignidade já estão conferidos como ser racional, não precisando de qualquer autoridade ou poder externo a si mesmo para adquirir esse status (independência civil). Assim, o arranjo conceitual kantiano possibilita conceber um indivíduo livre para desenvolver suas potencialidades e, ao mesmo tempo, como ser racional, se submeter a lei moral e a obediência do regramento jurídico de um estado de direito, permitindo o convívio com os demais indivíduos.

Uma última questão ainda poderia ser levantada: se o direito à liberdade, como ponto de partida original, é o fundamento do estado de direito, ele não cairia no mesmo problema apontado sobre o postulado do direito público, ou seja, o ponto de partida (direito à liberdade enquanto um princípio racional *a priori*) é mesmo que o ponto de chegada (estado de direito enquanto um princípio racional *a priori*). A natureza racional do ser humano seria o ponto inicial e final da argumentação.

como livre, e também se, com isso, a ação de um pode ser conciliada com a liberdade do outro segundo uma lei universal” (MS, AA VI, 230).

²³ “E as seguintes competências já estão no princípio da liberdade inata e dela não se distinguem realmente (como membros da divisão sob um conceito superior do direito): a igualdade inata, isto é, a independência que consiste em não ser obrigado por outrem senão àquelas coisas a que também reciprocamente se pode obrigá-los; por conseguinte, a qualidade do homem de ser seu próprio senhor (*sui iuris*); de igual modo, a qualidade de ser um homem íntegro (*iusti*) porque anteriormente a qualquer ato jurídico não fez nada de incorreto; por fim, também a competência para fazer a outrem o que em si não os prejudica no que é seu, supondo que eles não querem apenas aceitá-lo, tal como simplesmente comunicar-lhes o seu pensamento, contar-lhes ou prometer-lhes algo, ser verdadeiro e sincero, ou mentiroso e falso (*veriloquium aut falsiloquium*), simplesmente porque depende disso se irão ou não crer nele” (MS, AA VI, 237-238).

Para Guyer (2002), tanto o princípio do direito, quanto o imperativo categórico, compartilham de uma incondicionalidade e esse é o ponto de partida normativo fundamental que está presente na noção de liberdade²⁴. O imperativo categórico trata da forma das máximas, já o princípio do direito trata da forma das ações. Ambos devem garantir essa incondicionalidade, que é exigida pela liberdade. Segundo o autor, em que pese a analiticidade do conceito de direito, isso não significa que não se possa fundá-lo numa proposição sintética. Ao apresentar um princípio a partir do princípio de identidade e não contradição, isso não significa que ele seja analítico, pois pode haver outro princípio mais fundamental que lhe dê justificação e que seja sintético²⁵. O princípio do direito, em que pese a sua analiticidade da exposição, parece depender para sua justificativa do conceito de liberdade.

De certa forma o sistema de direitos de Kant é uma decorrência do axioma da liberdade externa, ele seria o ponto de partida lógico. O direito à liberdade externa tem, inicialmente, um sentido negativo: o outro não pode me obrigar a agir (independência de ser constrangido pela escolha alheia). Outros podem me obrigar a realizar e a me abster de realizar apenas aqueles tipos de ações que eu mesmo posso obrigar outros a realizar ou me abster de realizar. Mas então, além desse sentido negativo, haveria também um aspecto positivo da liberdade externa? Para (Byrd; Hruschk, 2010) é possível extrair um sentido positivo do axioma da liberdade, que estaria incorporado no postulado do direito público, que nos ordena ingressar num estado jurídico.

O paralelo entre liberdade externa e interna possibilita esclarecer o aspecto positivo da liberdade externa. A liberdade interna, enquanto liberdade da vontade, possui um aspecto positivo (a razão pode determinar a vontade) e também um aspecto negativo (a vontade não é necessariamente determinada pelas minhas inclinações). Os aspectos positivo e negativo da liberdade interna estão conectados, pois quando não sou determinado pelos meus impulsos, ajo livremente, seguindo o imperativo categórico. Então, se não estou num ponto de vista da

²⁴ “(...) o Imperativo Categórico nos diz qual forma nossas máximas devem tomar se elas devem ser sempre compatíveis com o valor fundamental da liberdade, e o princípio universal do direito nos diz qual forma nossas ações devem tomar se elas devem ser compatíveis com o valor universal da liberdade, independentemente de nossas máximas e motivações. Assim, o princípio universal do direito pode não ser derivado do Imperativo Categórico, mas certamente é derivado da concepção de liberdade e seu valor que é o princípio fundamental da moralidade kantiana” (Guyer, 2002, p. 25-26).

²⁵ “(...) a aplicação à filosofia prática da posição kantiana em sua forma mais fundamental, resumida no axioma de que a análise sempre pressupõe síntese, certamente significa que princípios normativos nunca podem ser estabelecidos por uma análise de definições que podem acabar sendo invenções arbitrárias, mas devem ser demonstradas como tendo uma base em algo justificável ou mesmo inescapável” (Guyer, 2002, p. 32).

causalidade, estou num ponto de vista da razão²⁶. Seguir a razão é seguir a lei moral. A liberdade interna é, portanto, a independência do mundo sensível e a dependência simultânea da lei moral.

Se a liberdade externa, como a liberdade interna, pode ser caracterizada como independência em uma direção e como dependência simultânea em outra, então, o aspecto positivo da liberdade externa pode ser o que Kant chama de “dependência da lei num estado jurídico”. Sou livre quando estou num estado onde estou submetido, junto com os demais, num regime de lei pública. Se não estivéssemos submetidos a regras externas, haveria uma total falta de liberdade, pois a convivência seria caótica. Liberdade externa é não ser coagido pela vontade alheia, mas ser coagido pela lei pública. A partir desse entendimento, podemos dizer que o papel que o imperativo categórico cumpre para a liberdade interna é o que o postulado do direito público representa na liberdade externa. Assim como devo seguir a lei moral na sua universalidade, também devo ingressar num estado jurídico, pois permanecer numa liberdade sem lei, seria contraditório²⁷. Ripstein, ao examinar a filosofia jurídica de Kant, ressalta que a articulação entre força (coerção legítima) e liberdade constitui o núcleo da teoria política kantiana. Para o autor, a coerção não é antítese, mas condição da liberdade jurídica: é apenas através de um sistema jurídico público que os indivíduos podem ser verdadeiramente independentes e autônomos em relação aos poderes privados. O direito, assim, não apenas limita, mas estrutura positivamente o espaço em que cada um é livre para agir segundo a própria razão, compatibilizando sua liberdade com a dos outros. Essa leitura enfatiza que “força” e “liberdade” não são opostos, mas dialeticamente integrados, o que confere ao Estado de Direito sua legitimidade normativa (Ripstein, 2009).

A reflexão recente sobre o legado político kantiano indica que a força universalizante dos princípios do direito em Kant transcende o contexto nacional e oferece fundamentos sólidos para a proteção dos direitos humanos em âmbito global. Segundo Caranti, a noção kantiana de dignidade e a estrutura racional do direito estabelecem não só a base para o respeito recíproco no interior do Estado, mas também para a exigência de reconhecimento universal da personalidade moral – núcleo da doutrina dos direitos humanos. Caranti argumenta que, ao conectar autonomia, igualdade e paz perpétua, o modelo kantiano

²⁶ “Quando assumo que ajo livremente, então eu abandono o ponto de vista do mundo sensível, que é o ponto de vista da necessidade natural. Claro que posso abandonar o ponto de vista do mundo sensível apenas quando assumo um ponto de vista diferente, já que não posso assumir nenhum ponto de vista. O novo ponto de vista é o ponto de vista da razão” (Byrd; Hruschk, 2010, p. 85).

²⁷ Esse aspecto também aparece na *Fundamentação* quando Kant está argumentando a favor da prova do imperativo categórico, onde afirma que uma vontade livre, sem lei moral, seria absurdo (FMC Ak 446). De certa forma, tanto no âmbito moral quanto do direito, não é possível pensar a liberdade sem a determinação da lei, seja ela interna ou externa.

antecipou ideias-chave que hoje moldam instituições internacionais e a própria concepção contemporânea de direitos humanos, assim como a visão de progresso moral em nível global (Caranti, 2022).

6 Conclusão: Estado de Direito como Expressão da Liberdade na Razão Prática

A partir da reconstrução, embora parcial, da argumentação kantiana sobre a fundamentação do Estado de Direito, foram destacadas as dificuldades e avanços na articulação entre os conceitos de postulado do direito público, contrato originário e liberdade. Viu-se que, embora as primeiras duas tentativas ofereçam quadros explicativos relevantes, é na liberdade enquanto direito inato — e em seus desdobramentos nos princípios jurídicos — que Kant encontra o fundamento último do estado jurídico. O axioma da liberdade externa articula igualdade, reciprocidade e independência como condições essenciais para a existência de um Estado legítimo. Conclui-se, dessa forma, que o âmbito da ética e do direito concordam com o princípio *a priori* da liberdade, mas o ponto de partida está na liberdade interna (razão prática) e o ponto de chegada na liberdade externa (estado de direito). Um estabelece a forma racional das máximas para o indivíduo ser moral, o outro garante a forma racional para as ações de um conjunto de indivíduos serem compatíveis com a moralidade inicialmente estabelecida. A análise de Kant sobre o estado não é a procura da origem do estado, mas uma avaliação do estado para que seja um estado jurídico de acordo com a lei. Então, o julgamento sobre o estado é um julgamento se ele está de acordo com os princípios do direito. O contrato originário para Kant não é um pacto social inicial, que explicaria o surgimento da sociedade, mas sim a ideia que justifica a existência de um estado jurídico. O fato de ser um contrato é algo derivado da liberdade externa, pois somente é possível firmar contrato entre iguais. A igualdade decorre do direito à liberdade, pois o limite das minhas ações está sob o princípio de não impedir o direito de outro, e isso é possível porque cada um de nós tem esse direito inato de não ser forçado a nada. O axioma da liberdade externa implica, portanto, na igualdade perante a lei, que é garantida somente num estado jurídico.

Assim, compreender o Estado de Direito como expressão da liberdade na razão prática significa reconhecer que a legitimidade das instituições jurídicas não repousa em consensos contingentes, mas na universalidade e necessidade dos princípios racionais que fundam o direito. O Estado, nessa perspectiva, não se justifica enquanto instrumento de controle, mas enquanto garantia institucional para a realização da liberdade como valor supremo da convivência humana. Ao ancorar a justiça não em facticidades, mas na capacidade racional de

auto-legislação dos agentes, Kant oferece uma concepção normativa em que a coerção legítima só se justifica porque protege — e jamais viola — a autonomia de cada cidadão. Esse horizonte se revela indispensável não apenas para a filosofia, mas para o enfrentamento dos desafios contemporâneos postos ao direito e à democracia.

Referências

ALMEIDA, Guido Antônio de. Sobre o princípio e a lei universal do Direito em Kant. **Kriterion: Revista de Filosofia**, v. 47, p. 209-222, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-512X2006000200002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/kr/a/S77PPJMK4xcfZJzNh35s8nJ/?format=html&lang=pt>.

BAGNOLI, Carla. The Form of Practical Reasoning. *In: **Thinking and Calculating: Essays in Logic, Its History and Its Philosophical Applications in Honour of Massimo Mugnai***. Cham: Springer International Publishing, 2022. p. 433-450.

BECKENKAMP, Joãozinho. O direito como exterioridade da legislação prática em Kant. **ethic@-An international Journal for Moral Philosophy**, v. 2, n. 2, p. 151-171, 2003. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/BECODC>.

BECKENKAMP, Joãozinho. Sobre a moralidade do direito em Kant. **ethic@-An international Journal for Moral Philosophy**, v. 8, n. 1, p. 63-83, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5007/1677-2954.2009v8n1p63>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2009v8n1p63>.

BYRD, Sharon; HRUSCHK A, Joachim. **Kant's doctrine of right: a commentary**. New York: Cambridge University Press, 2010.

CARANTI, Luigi. **Kant's Political Legacy. Human Rights, Peace, Progress**. Wales: University of Wales Press, 2017.

DURÃO, Aylton Barbieri. A fundamentação kantiana do estado de direito. **Philosophica: International Journal for the History of Philosophy**, v. 12, n. 24, p. 5-20, 2004. DOI: <https://doi.org/10.5840/philosophica200412242>. Disponível em: https://www.pdcnet.org/philosophica/content/philosophica_2004_0012_0024_0005_0020.

GUYER, Paul. Kant's Deductions of the Principles of Right. *In: TIMMONS, Mark (Ed.). **Kant's Metaphysics of morals: interpretative essays***. Clarendon Press, 2002.

GUYER, Paul. **Kant**. 2. ed. Londres: Routledge, 2014.

HÖFFE, O. O imperativo categórico do direito: uma interpretação da “Introdução à Doutrina do Direito”. **Studia Kantiana**, v. 1, n. 1, p. 203-236, 1998.

HORN, Christoph. Qual o fundamento da filosofia política de Kant? **Studia Kantiana**, v. 7, n. 8, p. 39-53, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5380/sk.v7i8.88577>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/studiakantiana/article/view/88577>.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução com introdução e notas por Guido Antônio de Almeida. São Paulo. Discurso Editorial e Barcarola, 2009.

KANT, Immanuel. **Metafísica dos costumes-Parte I e II**. Editora Vozes Ltda, 2013.

MARTÍNEZ, Luciana. Kant e o método matemático. **Kant e-prints**, v. 17, n. 3, p. 79-94, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/kant.v17i3.8673612>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/kant/article/view/8673612>.

PELLIZZARO, Nilmar. O contrato originário no Direito político de Kant. **Revista Dissertatio de Filosofia**, v. 48, p. 157-182, 2018. DOI: <https://doi.org/10.15210/dissertatio.v48i0.12762>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/dissertatio/article/view/12762>.

RIPSTEIN, Arthur. **Force and Freedom: Kant's Legal and Political Philosophy**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.

SANTO, Marília Espírito. O conceito de Máxima. *In*: **Comentários às obras de Kant: Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. LOPES, Egyle Hannah do Nascimento; KLEIN, Joel Thiago (Orgs.). Florianópolis: NétipOnline, 2022.

TORRES, João Carlos Brum. Rousseau e Kant, teóricos do contrato social. *In*: FONSECA, Ana Carolina da Costa *et al.* **Ética, política e esclarecimento público: ensaios em homenagem a Nelson Boeira**. Porto Alegre, RS. Editora Bestiário, 2012.